

coleção  
Linguagem  
Sociedade



Eni Puccinelli Orlandi (Org)

# linguagem sociedade políticas



**UNIVAS**  
Universidade do Vale do Sapucaí

Eni P. Orlandi (Org.)

Linguagem, Sociedade, Políticas

Campinas: RG  
Pouso Alegre: Univás  
2014

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL  
Universidade do Vale do Sapucaí – Univás

**Reitor**

Félix Carlos Ocariz Bazzano

**Vice-Reitora**

Maria Aparecida Silva Mariosa

**Coordenação do PPGCL**

Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

410 L755 Linguagem, sociedade, políticas / organizado por Eni P. Orlandi. –  
Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014.  
230p. -- (Coleção Linguagem & Sociedade).

ISBN: 978-85-61622-53-4

1. Linguagem. 2. Sociedade. 3. Políticas. 4. I. Orlandi, Eni P. II.  
Título.

## COLEÇÃO LINGUAGEM E SOCIEDADE

A Coleção Linguagem e Sociedade responde às condições atuais de uma sociedade do conhecimento e das suas tecnologias, entre elas as da informação e da linguagem. Ao mesmo tempo, os estudos da linguagem, ao se colocarem de modo mais abrangente no conjunto das ciências humanas e das ciências em geral, ganham maior importância na compreensão da sociedade e da sua relação com diferentes formas de conhecimento. O interesse desta coleção está, assim, no fato de que se dedica a publicar obras que refletem sobre a linguagem tomada nestas relações.

### **COORDENADORA**

Eni Puccinelli Orlandi

### **COMITÊ CIENTÍFICO**

Débora Massmann (Univás); Eni Puccinelli Orlandi (Univás/Unicamp); Fernando Hartmann (FURG); Francine Mazière (Paris XIII); Freda Indursky (UFRGS); Jean-Jacques Schaller (Paris XIII); José Horta Nuens (Unicamp); Luiz Francisco Dias (UFMG); Marie-Anne Paveau (Paris XIII); Mônica Zoppi-Fontana (Unicamp); Pedro de Souza (UFSC); Romain Descendre (ENS-Lyon)

*Copyright* © 2014 da organizadora representante dos colaboradores. Direitos cedidos para esta edição com exclusividade para publicação para as editoras RG e Univás.

### **Todos os direitos reservados**

Todos os direitos desta edição estão reservados às editoras RG e Univás. Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita das Editoras.  
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

Coordenação Editorial: Editora RG/Univás

Capa: Guilherme Carrozza

Logotipo da coleção: Jair Pinto de Assis Júnior

Editoração: Ana Cláudia Fernandes Ferreira e Guilherme Carrozza

Revisão: Equipe de revisores da Editora RG

Editora RG

Rua Tiradentes, 296 – SI 22

Vila Itapura – Campinas – SP

13012-190

Univás

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL

Avenida Tuany Toledo, 470

37550-000 - Pouso Alegre - MG

Telefones: (35) 3449-9248 / (35) 8862-9580 / (35) 8858-1993

2014



## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>PARTE I - CONFERÊNCIAS</b> .....	13
<b>Aux Origines de l'Etat": Langage et Institutionnalisation de la Domination</b>	
<i>Romain Descendre</i> .....	15
<b>Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias?</b>	
<i>Eni Puccinelli Orlandi</i> .....	29
<b>PARTE II - DISCURSO E HISTÓRIA: POLÍTICAS DE LÍNGUA</b> .....	39
<b>Efeitos münchhausen políticos: oposições-disjunções e acobertamentos das contradições entre línguas, ciências e fronteiras...</b>	
<i>Helson Flávio da Silva Sobrinho</i> .....	41
<b>Ensayos, diálogos, folletos: formulación y circulación de saberes sobre la lengua nacional en la Argentina</b>	
<i>Mara Glozman</i> .....	57
<b>O Museu da Língua Portuguesa como Política de Língua</b>	
<i>Claudia Castellanos Pfeiffer</i> .....	73
<b>PARTE III – SUJEITO E LINGUAGEM NA SOCIEDADE: ONDE SE DESATAM OS LAÇOS</b> .....	83
<b>Onde se desatam os laços dos gestos corporais</b>	
<i>Eliana Lucia Ferreira</i> .....	85
<b>Des-atando laços das identificações entre sujeito(s) e língua(s)</b>	
<i>Maria Onice Payer</i> .....	91
<b>Metaforizações metonímicas do social</b>	
<i>Suzy Lagazzi</i> .....	105
<b>PARTE IV – LINGUAGEM, POLÍTICAS NA HISTÓRIA E SEUS EFEITOS NA SOCIEDADE</b> .....	113
<b>O agronegócio do "café com leite" no Sul de Minas Gerais</b>	
<i>Marcelo Bregagnoli</i> .....	115
<b>Uma Especialidade Culinária do Sul de Minas e a Demanda pela Patrimonialização</b>	
<i>Ana Cláudia Fernandes Ferreira</i> .....	121
<b>Estado, Povoamento e Ajuntamento: Os Sentidos de Mocambo no Século XVII</b>	
<i>José Horta Nunes</i> .....	139
<b>Camadas de Memória na Cidade Sociolinguística</b>	
<i>Emilio Gozze Pagotto</i> .....	153
<b>PARTE V – LÍNGUA, LITERATURA E QUESTÕES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA</b> .....	161

<b>La antropología literária como textualidad de frontera. Apuntes sobre su poblada soledad</b>	
<i>Miguel Alvarado Borgoño</i> .....	163
<b>Estética y sociedad: la diversidad sociocultural y sus expresiones en la producción literatura infantil en Cuba hoy</b>	
<i>Ana Iris Díaz Martínez</i> .....	183
<b>Contatos na Costa da “Terra do Brasil”. A “inexistência” das línguas</b>	
<i>Eduardo Guimarães</i> .....	195
<b>Nacionalismo e literatura: uma relação (im)pertinente</b>	
<i>Rita Terezinha Schmidt</i> .....	201
<b>PARTE VI – DOCUMENTÁRIO: CARTAS PARA ANGOLA</b> .....	213
<b>Para além de Angola: cartas, laços e memória</b>	
<i>Greciely Cristina da Costa</i> .....	215
<b>PARTE VII – ARTE: DIFERENTES FACES DO TEATRO</b> .....	219
<b>“Não Eu”, Talvez Alguns Nós</b>	
<i>Lauro José Siqueira Baldini; Laise Aparecida Diogo Vieira</i> .....	221
<b>A presença não é um atributo do ator</b>	
<i>Renato Ferracini</i> .....	227

## Apresentação

Esta obra reúne estudos que se dedicam a pensar a relação entre Linguagem, Sociedade e Políticas em suas diversas formas. Os estudos aqui publicados são versões aumentadas e modificadas de um conjunto de trabalhos apresentados por pesquisadores do Brasil e do exterior, convidados para as conferências, mesas-redondas, sessões de documentário e de arte do V Encontro de Estudos da Linguagem e IV Encontro Internacional de Estudos da Linguagem – Enelin 2013. O evento foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL da Universidade do Vale do Sapucaí – Univás, através de seu Núcleo de Pesquisas em Linguagem – Nupel, e realizado nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2013.

O livro está dividido em sete partes. A primeira traz os trabalhos apresentados nas conferências de abertura e de encerramento do evento. Da segunda a quinta parte, temos trabalhos apresentados nas mesas-redondas “Discurso e História: políticas de língua”, “Sujeito e Linguagem na Sociedade: onde se desatam os laços”, “Linguagem, Políticas na História e seus Efeitos na Sociedade” e “Língua, Literatura e Questões Sociais na América Latina”. A sexta parte traz um trabalho apresentado na Sessão de Documentário, dedicada a refletir sobre o documentário *Cartas para Angola*, e a sétima reúne os trabalhos da Sessão de Teatro, dedicada a refletir sobre as diferentes faces do teatro.

Na primeira parte desta obra, dedicada às conferências de abertura e de encerramento, trazemos os trabalhos de Romain Descendre e de Eni Orlandi.

Romain Descendre, em “Aux origines de l’“Etat”: langage et institutionnalisation de la domination”, realiza um trabalho de filologia política tomando como objeto de análise a palavra “Estado” desde seus primeiros usos, no fim do século XIV, passando pelos empregos que dela fez Maquiavel, até a afirmação da “razão do Estado” italiano no fim do século XVI. Através dessa investigação, o autor mostra como a noção de Estado foi imposta a favor de uma “desjuridização” da república e de uma aceitação incondicional do fato bruto da dominação.

Eni Orlandi, em “Ser diferente é der diferente – A quem interessam as minorias?” interroga sobre a estrutura e o funcionamento da palavra “minorias” da perspectiva do enunciado que circula como politicamente correto de que “ser diferente é normal”, sobretudo quando se observa como funciona o discurso que precisa falar em normalidade/normatividade para falar da diferença. Buscando outros processos de significação que se sustentam na diferença da diferença, a análise da autora questiona a noção de minoria e suas assemelhadas, em seus efeitos de sentidos, em seu trajeto histórico, desde reflexões como as de Tocqueville, sobre a democracia, em que trata também da minoria, até os discursos atuais da mundialização.

A segunda parte da obra reúne trabalhos da mesa-redonda “Discurso e História: políticas de língua”, abrindo com o texto de Helson Flávio Sobrinho, “Efeitos Münchhausen políticos: oposições-disjunções e acobertamento das contradições entre línguas, ciências e fronteiras...”. O trabalho de

Sobrinho reflete sobre as políticas de estado, ciências e tecnologias, línguas estrangeiras e capitalismo global. Nessa reflexão, o autor investiga o jogo ideológico que se enraíza nos discursos da globalização, da ciência, da língua a partir de enunciados que remetem a um mundo “sem fronteiras” e, paradoxalmente, reinscrevem o “com fronteiras”, produzindo efeitos determinados em última instância por interesses da burguesia nacional e internacional.

Em seguida, com o trabalho “Ensayos, diálogos, folletos: formulación y circulación de saberes sobre la lengua nacional en la Argentina”, Mara Glzman analisa as formas da materialidade textual que põem em circulação saberes sobre a língua na Argentina em um conjunto vasto de publicações produzidas “fora” dos âmbitos institucionais acadêmicos, tais como folhetos, ensaios e diálogos – radiofônicos e impressos em formato de livro. Suas análises mostram como cada uma dessas “formas de textualização” se filia a um domínio de memória específico e gera, no domínio de atualidade, efeitos de sentido e sentidos políticos diferentes.

Claudia Pfeiffer, em “O Museu da Língua Portuguesa como política de língua”, toma como arquivo para sua reflexão a página do Museu da Língua Portuguesa na internet. O museu é compreendido pela autora como um espaço material que faz colocar em relação o funcionamento da língua, das políticas públicas e dos discursos especializados (pensando aí o entremeio entre discurso científico – um discurso de um saber sobre a língua –, um discurso midiático/tecnológico e um discurso estético/artístico). Desse modo, a autora coloca em relação o Estado, o Conhecimento e a Sociedade, adentrando na rede de significação de um projeto de governo em nível estadual que promove uma edificação como a do museu.

A terceira parte da obra, com trabalhos da mesa-redonda “Sujeito e Linguagem na Sociedade: onde se desatam os laços”, abre com o texto de Eliana Ferreira, “Onde se desatam os laços dos gestos corporais”, que discute a questão da valorização do corpo perfeito em espetáculos e competições para pensar o processo de aquisição de novos papéis sociais do deficiente, processo que vem produzindo mudanças em relação ao modo de significar o corpo. Segundo a autora, essas mudanças possibilitam que corpos diferenciados conquistem novos espaços sociais, através de coreografias produzidas pelos seus corpos e pelas extensões dos corpos, que se assemelham, difundem, equilibram e se transformam, desafiando modelos ‘congelados’ do esporte competitivo.

O texto a seguir, de Maria Onice Payer, “Des-atando laços das identificações entre sujeito(s) e língua(s)”, reflete sobre diferentes modos – formulados ou expostos corporalmente, como no riso – através dos quais se manifestam as (des)identificações dos sujeitos com as formas linguísticas, e também certos mecanismos linguístico-discursivos pontuais que assinalam essas identificações no fio do discurso – trocadilhos, jogos com a pronúncia e expressão facial – que indicam o tipo de identificação com as formas e seus efeitos. Com seu estudo, a autora busca contribuir para (re)pensar um trabalho com a língua que conte com repertórios que não se atam em discursos que reproduzem algumas categorias (preconceito, discriminação) que se mantenham em paradigmas de interpretação, que estigmatizam ao invés de deslocar.

O trabalho de Suzy Lagazzi, “Metaforizações metonímicas do social”, analisa a discursivização da sociedade em seus modos de entrelaçamento da diferença no social, perguntando onde se desatam os laços, como modo de compreender como a diferença se configura em desigualdade nas relações sociais. Para isso, a autora toma o filme *Linha de Passe* como objeto de sua análise, buscando compreender o acontecimento simbólico do corpo, especificando, no modo de textualização da câmera, derivas de sentido para o social no desdobramento das imagens do corpo na relação entre o intra e o interdiscurso, bem como entre metáfora e metonímia.

A quarta parte do livro, dedicada aos trabalhos da mesa-redonda “Linguagem, Políticas na História e seus Efeitos na Sociedade”, abre com o estudo de Marcelo Bregagnoli, “O Agronegócio do “Café com Leite” no Sul de Minas Gerais”. Bregagnoli oferece uma exposição e uma análise detalhadas dos diagnósticos do perfil dos produtores da região do Sul de Minas Gerais, sustentada pelas atividades da produção de café e leite. Seu trabalho mostra uma predominância de pequenas propriedades com mão de obra familiar, ao lado de empreendimentos agropecuários de maior porte, ao passo que a presença do chamado produtor de médio porte é cada vez mais rara. Segundo o autor, o conhecimento desse perfil é fundamental para elaboração de estratégias vinculadas aos setores do agronegócio e planejamento de ações que interfiram positivamente na sociedade.

Em seguida, o texto de Ana Cláudia Fernandes Ferreira, “Uma especialidade culinária do sul de Minas e a demanda pela patrimonialização” toma como tema para suas reflexões as relações de sentido entre as cidades, seus sujeitos e sua cultura culinária na atualidade. A partir desse tema, a autora analisa as discursividades que vêm sendo construídas a respeito de uma especialidade culinária sul mineira, o pastel de farinha de milho, em seu processo de registro enquanto bem imaterial de Pouso Alegre e de Itajubá. Suas análises se dedicam a pensar sobre o modo como este acontecimento vem movimentando as redes de memória sobre os sentidos do pastel de milho relativamente aos sujeitos, a estas cidades e a outras cidades da região.

José Horta Nunes, com o trabalho “Estado, Povoamento e Ajuntamento: Os Sentidos de Mocambo no Século XVII”, faz uma análise do *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*, de Diogo de Campos Moreno, buscando compreender, primeiramente, os sentidos de “razão” e de “Estado do Brasil”, perguntando sobre que discursos são mobilizados para dar sentido a esses objetos discursivos. Em seguida, o autor analisa os sentidos atribuídos a certos sujeitos e espaços das capitânicas, particularmente os mocambos e santidades, mas também a relação desses espaços-sujeitos com outros mencionados no discurso de ajuntamento/povoamento que aí se constitui.

Finalizando os trabalhos dedicados a este tema, o estudo de Emilio Gozze Pagotto, “Camadas de memória na cidade sociolinguística”, explora a relação entre o fato sociolinguístico e os fenômenos de urbanismo, tomados como materialidades espaciais discursivas. Para o autor, essa relação não é pensada de maneira estritamente implicacional, como normalmente o é na sociolinguística, mas como lugares diferentes tomados pelo mesmo discurso. Assim, a geografia urbana, remodelada, retransformada, significa de modos diferentes segundo a memória da paisagem que atua sobre os

sujeitos. Esses elementos são postos em funcionamento na investigação da cidade de Sorocaba, palco de processos de mudança linguística nos quais foram exploradas essas questões.

A quinta parte da obra traz os textos resultantes da mesa-redonda “Língua, Literatura e Questões Sociais na América Latina”, começando pelo trabalho de Miguel Alvarado Borgoño, “La antropología literaria como textualidad de frontera. Apuntes sobre su poblada soledad”. O trabalho de Borgoño expõe uma reflexão sobre a literatura antropológica chilena como um gênero textual emergente, mutante e original, surgido no Chile nos últimos quarenta anos, como um produto do cruzamento entre ciências sociais e literatura. Segundo mostra o autor, a literatura antropológica não é um subproduto da experimentação textual da ciência, mas um âmbito de delineamento do próprio espaço científico que reconhece seus limites expressivos e se transforma em literatura de fronteira.

O texto a seguir, de Ana Iris Díaz Martínez, “Estética y sociedad: la diversidad sociocultural y sus expresiones en la producción literatura infantil en Cuba hoy”, faz uma abordagem crítica da estética de alguns autores que marcaram a escritura infantil cubana por abrir novos caminhos com suas narrativas. Em seu trabalho, a autora mostra como a literatura infantil cubana passou, a partir da década de 1990, a tomar rumos expressivos transgressores com a incorporação de temas, sujeitos, ambientes e linguagem que vão além de uma série canônica para oferecer novos horizontes criativos, com questões sócio-culturais relacionadas ao contexto cubano.

O trabalho de Eduardo Guimarães, “Contatos na costa da “Terra do Brasil”: a “inexistência” das línguas”, objetiva pensar sobre como a questão das línguas aparece no *Diário da Navegação da Armada que foi à Terra do Brasil em 1530*, sob a Capitania-mor de Martim Affonso de Souza de Pero Lopes de Souza. Considerando o conceito de espaço de enunciação, Guimarães mostra como a narrativa no *Diário*, com sua descrição de aspectos da natureza, da cultura e da organização social dos povos indígenas, é produzida sob a evidência de sua própria língua (do narrador português) e da distribuição “natural das línguas”.

Fechando esse tema, o texto de Rita Terezinha Schmidt, “Nacionalismo e literatura: uma relação (im)pertinente”, problematiza a relação entre nacionalismo, literatura e identidade no Brasil do século XIX, para colocar em foco a invisibilidade da produção de autoria feminina no período. Em seu trabalho, a autora reflete sobre a cumplicidade entre o constructo da história da literatura e o discurso nacionalista, uma vez que ambos projetam o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, constituindo-se, portanto, como instâncias investidas de autoridade com poder regulatório na gestão social e simbólica das diferenças.

A sexta parte da obra, sobre a Sessão de Documentário do evento, é dedicada a refletir sobre o premiado *Cartas para Angola*. Essa parte conta com o trabalho de Greciely Cristina da Costa, “Para além de Angola: cartas, laços e memória”. A autora apresenta uma reflexão sobre o documentário, cujo discurso a leva a pensar sobre a língua, sobre a sociedade, sobre a história face ao pertencimento, aos conflitos sociais, aos processos de identificação, à medida em que pertencer a um país, a uma sociedade, a uma história, afeta as relações sociais que são relações de sentido.

A sétima parte deste livro, sobre a Sessão de Arte, conta com a reflexão ““Não Eu”, Talvez Alguns Nós”, de Lauro Baldini e Laíse Diogo e com o trabalho “A presença não é um atributo do ator”, de Renato Ferracini.

A reflexão de Lauro Baldini e Laíse Diogo traz as considerações dos autores sobre a montagem da peça “Não Eu”, de Samuel Beckett, dirigida por Baldini e com atuação de Diogo. Nessa reflexão, os autores perguntam o que significa para dois analistas de discurso a montagem de um texto de Beckett, buscando significar um pouco o percurso das diversas tentativas de montagem da peça que os atravessaram, sem deixar de considerar que o que importa nos escapa a esses movimentos.

O trabalho de Renato Ferracini mostra como repensar o conceito de corpo para ressignificar o conceito de presença cênica de forma mais potente, partindo da afirmação de que essa presença não é um atributo do autor. Para Ferracini, essa presença deve ser pensada atrelada a um conjunto de práticas realizadas a partir de outros parâmetros conceituais de corpo. Uma presença-acontecimento-espetáculo que mobiliza os agentes da cena para outros planos poéticos de experiência e alegria espinozianas: o encontro alegre.

Para finalizar esta apresentação, retomamos a relação anunciada no início entre Linguagem, Sociedade e Políticas, tema do Enelin 2013, que neste livro toma corpo em diversas formas, ganha consistência em reflexões que almejam, de fato, fazer avançar os estudos desenvolvidos nos diferentes domínios da linguagem, sem perder de vista as implicações políticas de conjunturas sócio-históricas, cujos efeitos produzidos repousam na linguagem e atravessam a produção e a circulação de conhecimento na sociedade.

Com este livro, esperamos nutrir as discussões acerca desta relação imprescindível para a compreensão do sujeito no mundo afetado e constituído pela linguagem.

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes sem o auxílio das quais estes textos não teriam sido apresentados e não propiciariam a ocasião da publicação deste livro.

Eni P. Orlandi  
Coordenadora do PPGCL/Univás  
Presidente de Honra do Enelin 2013

Greciely Cristina da Costa  
Coordenadora do Nupel

Ana Cláudia Fernandes Ferreira  
Coordenadora Geral do Enelin 2013



## **PARTE I - CONFERÊNCIAS**



## Aux Origines de l'État : Langage et Institutionnalisation de la Domination

*Romain Descendre*

ENS de Lyon – UMR Triangle

L'objet de mon intervention est le mot « État » – ou, plus exactement sa première apparition puis sa théorisation dans une langue vernaculaire : le mot italien *stato*.

Une simple rigueur philologique conduit à ne pas faire de ce mot un emploi générique, convenant à tout type de communauté politiquement organisée, comme si l'État était un universel invariant et non un produit de l'histoire. Avant la fin du Moyen Âge, on ne connaît pas encore cette réalité à laquelle les hommes ont, depuis, donné le nom d'État, qui n'est autre que « l'incarnation historique d'un pouvoir politique parfaitement accompli<sup>1</sup> ». On peut circonscrire le terme à la période dite moderne, où le corps politique se définit à partir d'un pouvoir envisagé comme complétude, souveraineté aspirant à s'exercer de façon absolue sur un territoire et une population géographiquement étendus. Le XVI<sup>e</sup> siècle, qui aux yeux d'une longue tradition historiographique inaugure l'histoire moderne, est aussi celui de l'affirmation linguistique et théorique de « l'État ». Dans ce cadre, et du point de vue de l'histoire de la terminologie politique, le livre de Giovanni Botero, *De la raison d'État* (1589) est un événement majeur : c'est ici la première fois que l'État, en tant que tel, sans phrase ni génitif, fait l'objet d'un traité spécifique<sup>2</sup>. Au-delà même du titre du livre, jamais aussi nettement le vocable clé de la modernité politique européenne n'avait été employé et caractérisé dans un texte théorique – exception faite du *Prince* de Machiavel, auquel *De la Raison d'État* entend se substituer de façon explicite. L'un de ses premiers traducteurs, Jacques Gohory, avait reconnu que Machiavel « fut le premier à mettre ensemble les mots propres et naturels et les termes d'État<sup>3</sup> ». Mais on oublie souvent que l'État ne s'est définitivement imposé à la philosophie politique qu'à une date fort tardive. Au XVI<sup>e</sup> siècle, dans la plupart des langues

---

<sup>1</sup> Paolo Grossi, *L'Europa del diritto*, Rome-Bari, Laterza, 2007, p. 16 (trad. fr. : P. Grossi, *L'Europe du droit*, Paris, Éditions du Seuil, 2011).

<sup>2</sup> G. Botero, *De la raison d'État (1589-1598)*, éd., trad et notes P. Benedittini et R. Descendre, introduction de R. Descendre, Paris, Gallimard, 2014.

<sup>3</sup> Voir J.-L. Fournel et J.-C. Zancarini, « Les mots propres et naturels et les termes d'État. Lexique de l'action et syntaxe de la conviction dans le *Prince* » in *Langues et écritures de la république et de la guerre. Etudes sur Machiavel*, éd. A. Fontana, J.-L. Fournel, X. Tabet et J.-C. Zancarini, Gênes, Name editore, 2003, p. 51-86.

européennes il est encore très neuf et rarement usité lorsqu'il s'agit de désigner le pouvoir organisé s'exerçant sur une communauté. Qu'on en juge à la terminologie des deux auteurs généralement présentés comme les plus importants théoriciens de l'« absolutisme » : Bodin parle de « République » ; Hobbes, au siècle suivant, de *Common-Wealth*. En France, il faut attendre le siècle des Lumières pour que s'affirme pleinement la notion qui domine aujourd'hui : même si elle n'y occupe pas une place prépondérante, elle est présente dans des œuvres aussi décisives que l'*Encyclopédie* ou encore le *Contrat social* de Rousseau. À l'échelle européenne, il semble que le mot ne s'impose, au détriment de ses concurrents, que plus tardivement encore : d'abord avec Hegel, puis avec la doctrine juridique des XIX<sup>e</sup> et XX<sup>e</sup> siècle, laquelle fixe son concept<sup>4</sup>.

La langue italienne l'a quant à elle adopté beaucoup plus tôt. La question du *stato* commence à apparaître dans les sources au XIV<sup>e</sup> siècle, en particulier chez les chroniqueurs florentins. On assiste notamment à son émergence entre la *Nuova cronica* de Giovanni Villani (qui est restée la plus célèbre de ces histoires de Florence) et la *Cronaca fiorentina* de Marchionne di Coppo Stefani (qui sera aussi une source importante des *Istorie fiorentine* de Machiavel), un riche marchand très sensible aux questions politiques (années 1380)<sup>5</sup>.

Ces chroniques permettent de mettre en évidence une toute première étape de la lente mise en place de la notion. Cette étape – qui n'est en réalité que le prodrome d'un processus qui, deux siècles plus tard, n'en sera encore qu'à ses débuts – est un fait linguistique de grande importance : la perte du génitif de *status / stato*. Le vocable moderne « État » est en effet, d'abord et avant tout, la résultante d'une locution très commune dans la langue juridique latine, antique et médiévale : *status rei publicae*, *status regni*, et surtout, pour les cités libres de l'Italie centrale et septentrionale du Moyen Âge, *status civitatis*. Il s'agit d'une locution juridique servant à déterminer la condition spécifique d'une entité politique, d'une *universitas*, la condition de la *civitas*, l'état dans lequel se trouve la *res publica*. Le mot juridiquement et politiquement important ici, c'est encore *civitas*, ou *respublica*, et non pas *status*, mot dérivé d'un verbe signifiant simplement « se tenir arrêté ».

Villani parlait encore de « *lo stato ch'avea il nostro comune di Firenze* », traduction assez littérale d'une locution commune dans le latin administratif – *status civitatis Florentiae*.

---

<sup>4</sup> Nicola Matteucci, *Lo Stato moderno. Lessico e percorsi*, Bologne, Il Mulino, 1993, p. 25-26.

<sup>5</sup> Giovanni Villani, *Nuova cronica*, a cura di Giuseppe Porta, Parme, Guanda, 1990, 3 voll. ; Marchionne di Coppo Stefani, *Cronaca fiorentina*, a cura di N. Rodolico (*Rerum Italicarum Scriptores*), Città di Castello, 1903.

À la fin du Moyen Âge, à la faveur du développement de ce nouveau langage de la politique en langue vulgaire, la locution est tronquée : le génitif tombe, tant et si bien que les déterminations portées par le génitif tendent à se concentrer sur le nominatif, sur le sujet *stato*, resté auparavant largement indéterminé. Ainsi, Stefani n'écrit plus que « *lo stato* », et l'on trouve chez lui différentes expressions significatives, telles que « *fare trattato contro lo stato* », « *stimarono di rivolgere lo stato* », « *turbare lo stato e dare signoria alla città* ». Cette évolution est contemporaine d'une période de gros bouleversements politiques et institutionnels, notamment la révolte plébéienne des Ciompi en 1378 et le tournant oligarchique qui y fait suite, quelques années plus tard.

Mais le phénomène est encore essentiellement syntaxique, et pas encore sémantique : la perte du génitif n'affecte pas immédiatement la signification du mot-tête *stato*. Quand Stefani parle des Grands qui entreprennent de « *rivolgere lo stato* », de ceux qui « *fanno trattato contro lo stato* », ou de l'intimation faite à un « capitaine », en janvier 1301, de faire exécuter la justice contre « *quegli che aveano voluto turbare lo stato e dare signore alla città* » (*Cronaca fiorentina*, chap. 222), il ne conçoit pas encore le *stato* comme une entité politique. Ainsi, dans le dernier cas, il accuse l'un des partis en lutte à Florence – Corso Donati et les guelfes « noirs » – d'avoir voulu, avec l'aide du pape Boniface VIII, changer le mode de gouvernement et donc « l'état » de la cité : sa condition politique ou encore son régime. C'est cela, *turbare lo stato*, non pas troubler l'État avec un grand É mais bouleverser (sens latin de *turbare*) l'état dans lequel doit être conservée la cité – *lo stato del nostro comune di Firenze* comme disait Villani<sup>6</sup>. Mais très souvent le terme désignait l'ensemble des hommes qui exerçaient le pouvoir et occupaient les principales fonctions de gouvernement, les « offices ».

De fait, au siècle suivant, les nombreux usages du terme mettent en évidence une forte privatisation de la chose publique dans la Florence des Médicis<sup>7</sup>. Certes, le *stato* de Laurent de Médicis n'était pas purement et simplement identifié à son pouvoir personnel, mais il était, aussi, distinct de la « cité » entendue comme entité politique<sup>8</sup>. Par ailleurs, toujours au XV<sup>e</sup>

---

<sup>6</sup> Chez Dante, déjà, le mot, ultérieurement déterminé par un adjectif, pouvait clairement signifier un type de gouvernement. Dans la *Commedia*, le « *stato franco* » s'opposait ainsi directement à la tyrannie lorsque Dante évoquait la cité de Cesena : « *quella a cui il Savio bagna il fianco, / così com'ella sié tra il piano e il monte, / tra tirannia si vive e stato franco* » (*Inf.* xxvii 52-54).

<sup>7</sup> N. Rubinstein, « Notes on the Word *stato* in Florence before Machiavelli » in *Florilegium Historiale : Essays Presented to W. K. Ferguson*, ed. J. G. Rowe, W. H. Stockdale, Toronto, 1971, p. 313-326.

<sup>8</sup> Dans une lettre du 5 janvier 1480, le chancelier Bartolomeo Scala écrivait à Laurent que de la paix avec Naples résulterait la sécurité « *a voi et allo stato che è congiunto con voi et alla città che [è] congiunta collo stato* » (cité par Rubinstein, *op. cit.*).

siècle, le sens de régime ou de forme constitutionnelle de la cité perdait du terrain. Le terme en venait à désigner surtout un pouvoir caractérisé par le dévoiement des institutions communales en faveur d'une famille et de sa clientèle, un régime au sein duquel la distinction entre public et privé devenait toujours plus floue, tendant vers l'autocratie en dépit des institutions républicaines. Au même moment, commençait à se diffuser l'acceptation territoriale du mot, reflétant sémantiquement la connexion des deux processus qui avaient affecté les anciennes communes italiennes, et que les historiens italiens désignent sous les termes d'*insignorimento* et de « territorialisation ». Il s'agit cependant, au XV<sup>e</sup> siècle encore, d'une acceptation qui reste « secondaire, voire marginale »<sup>9</sup>.

C'est sans aucune doute chez Machiavel, qui de tous les auteurs est celui qui a le plus abondamment fait usage de ce mot, que l'on peut constater l'évolution la plus nette (rien que dans le *Prince*, le terme apparaît 116 fois). La question du sens de *stato* dans son œuvre n'est pas neuve et traverse de près ou de loin la plupart des principales interprétations qui en ont été données depuis au moins un siècle. Elle a été au cœur de nombreux débats, en lien avec ce qu'il est convenu d'appeler l'apparition et le développement de « l'État moderne ». Selon une idée largement répandue, la naissance du concept moderne de l'État implique de penser l'institution étatique indépendamment des personnes qui en ont la charge ; selon certains interprètes, une telle nouveauté ne pourrait être que le fait d'une pensée républicaine, car dans un principat ou une monarchie la chose publique aurait naturellement tendance à être identifiée au prince, et ce serait précisément le cas du *stato* de Machiavel, fort loin d'être « impersonnel »<sup>10</sup>. Ces mêmes interprètes sont ainsi conduits à accentuer l'opposition entre *Le Prince* et les *Discours sur la première décade de Tite-Live* : dans *Le Prince*, soit le terme *stato* s'identifierait au pouvoir et à la possession personnelle du prince, soit, de façon un peu plus abstraite, il correspondrait à un appareil de pouvoir restant purement à son service ; les *Discours*, au contraire, proposeraient déjà une idée de l'État proche de celle qui serait aujourd'hui la nôtre, à savoir l'agent impersonnel et permanent titulaire de l'autorité politique ; or cette idée « moderne » serait en

---

<sup>9</sup> Alberto Tenenti, *Stato: un'idea, una logica*, Bologne, Il Mulino, 1987, p. 55.

<sup>10</sup> Voir en particulier, parmi les critiques qui partagent ces analyses (même si leurs positions peuvent différer dans le détail) : J. H. Hexter, « Il principe and lo stato », *Studies in the Renaissance*, 4, 1957, p. 113-138 ; H. C. Mansfield Jr., « On the Impersonality of the Modern State : A Comment on Machiavelli's Use of Stato », *The American Political Science Review*, 77, 1983, p. 849-857 ; Q. Skinner, « The State », in *Political Innovation and Conceptual Change*, T. Ball, J. Farr, R. L. Hanson (dir.), Cambridge University Press, 1989, p. 90-131 (repris sous le titre « From the state of princes to the person of the state », in Id., *Visions of Politics*, II, *Renaissance Virtues*, Cambridge University Press, 2002, p. 368-413).

fait « ancienne », puisqu'elle serait le propre, selon Quentin Skinner, de la tradition cicéronienne, reprise par le républicanisme italien du XV<sup>e</sup> siècle, aussi appelé, depuis Hans Baron, « humanisme civique ».

Une telle opposition ne résiste pas longtemps à l'analyse, pour plusieurs raisons, dont la plus simple est que ce qui caractérise le terme *stato*, dans les *Discours* autant que dans le *Prince*, est essentiellement sa polysémie et son instabilité référentielle. Cela ne revient pas à dire qu'un même terme désigne à chaque fois des choses distinctes et éclatées, mais au contraire qu'un seul et même terme condense et amalgame des significations qui, pour nous, sont bien distinctes mais qui, de toute évidence, à l'époque, ne l'étaient pas encore. Cet aspect n'est d'ailleurs pas le propre du seul terme *stato* mais d'une grande partie du lexique machiavélien ; mieux, il n'est pas le privilège de Machiavel, mais celui de l'ensemble des textes politiques italiens de l'époque, en particulier à Florence. Là réside une grande part de leur intérêt : ces textes résistent aux grandes interprétations théoriques qu'on aime souvent leur accoler parce qu'ils suivent au plus près des objets en voie de constitution à partir d'un lexique encore neuf, et qui n'est pas du tout stabilisé. Si l'on s'accorde sur le fait que les questions de lexique sont un préalable indispensable à toute interprétation des textes politiques, on a donc ici un véritable « cas d'école ».

Dans le *Prince*, la sémantique de *stato* est particulièrement étendue et complexe. Si le terme désigne, dans ses occurrences les plus fréquentes, une force politique "matérielle"<sup>11</sup>, certaines occurrences visent une instance juridico-politique indépendante à la fois du prince et des sujets ou des citoyens. Il est incontestable que dans bien des cas (surtout dans la seconde partie du traité, en réalité, lorsque le discours ne porte plus tant sur les « principats » que sur les « princes ») Machiavel utilise des expressions telles que « *mantenere lo stato* » pour parler du prince nouvellement arrivé au pouvoir et dont le premier objectif est de rester en place, de conserver son pouvoir. Mais souvent l'expression désigne quelque chose de plus. Un cas exemplaire est cette célèbre assertion machiavélienne du chapitre 18 :

*uno principe, e massime uno principe nuovo, non può osservare tutte quelle cose per le quali li uomini sono tenuti buoni, sendo spesso necessitato, per mantenere lo stato, operare contro alla fede, contro alla carità, contro alla umanità, contro alla religione.*  
[« un prince, et surtout un prince nouveau, ne peut observer toutes ces choses grâce auxquelles les hommes sont appelés bons, car il lui est souvent nécessaire, pour

---

<sup>11</sup> J.-L. Fournel, J.-C. Zancarini, « Sur la langue du Prince. Des mots pour comprendre et pour agir » in Machiavel, *Le Prince / De Principatibus*, Paris, PUF, 2000, p. 556-567.

maintenir son état, d'œuvrer contre la foi, contre la charité, contre l'humanité, contre la religion »]

Rien, dans cette phrase, ne nous permet d'identifier le *stato* uniquement au pouvoir personnel du prince. Le modèle contemporain de prince nouveau que Machiavel avait en tête était notamment celui de César Borgia. Or quand Machiavel parle du *stato* que Borgia s'est taillé en Romagne, de cet État qu'il lui a fallu gagner [*vincere*], il ne parle pas simplement de son accession à un pouvoir personnel, mais bien du fait qu'il a créé une entité territoriale dirigée par un pouvoir central, le tout représentant une force nouvelle et inquiétante dans le concert des États ; il évoque très concrètement un territoire, des hommes armés, une entité tout à la fois institutionnelle et géographique qui, en tant que telle, pèse dans les relations interétatiques, est susceptible de menacer ses voisins etc. Évidemment, le *stato* n'est pas conçu comme parfaitement distinct de celui qui l'exerce, car il désigne tout à la fois l'autorité d'un prince, l'exercice concret de cette autorité, les hommes et les objets sur lesquels cette autorité est exercée et la force matérielle, militaire et diplomatique que cela procure, mais aussi, bien souvent, le type de gouvernement ou de régime auquel correspond ce pouvoir. Or on remarquera que toutes ces choses sont encore aujourd'hui subsumées sous la notion que nous nous faisons de l'État.

Mais on constate aussi que dans ce terme *stato*, particulièrement dense et complexe, est déjà présente, formulée sans être définie, l'idée de l'État comme personne, sujet considéré lui-même comme autonome par rapport aux hommes qui le constituent ou le dirigent. Certains passages témoignent de cette personnification de l'État, comme au chapitre 21 : « Né creda mai alcuno stato potere pigliare sempre partiti securi, anzi pensi di avere a prenderli tutti dubbii » [« Et que jamais aucun état ne croie pouvoir prendre toujours des partis sûrs ; qu'il pense même devoir les prendre tous incertains »]. Le *stato*, lui seul et quel qu'il soit, est ici sujet de croyance et de décision. Au niveau linguistique, cette personnification, qui est aussi une forme d'anthropomorphisation, est la traduction politique immédiate du fait que le *stato*, en tant qu'*universitas*, en tant que collectivité appelée aussi, ailleurs, « cité », est bien doté d'une personnalité juridique : il est *persona ficta*, comme l'étaient, justement, les *civitates* pour la pensée juridique médiévale. Autrement dit, ce n'est pas parce qu'on n'a pas encore une théorie juridique de l'État en bonne et due forme que celui-ci ne saurait être considéré comme une institution indépendante du prince. Étant conçu comme une entité impersonnelle, l'État était susceptible d'une véritable personnification.

Un autre exemple, extrêmement connu, est la première occurrence du terme dans le *Prince*, dès son incipit : « Tutti gli stati, tutti e' dominii che hanno avuto et hanno imperio sopra gli uomini, sono stati e sono o republiche o principati » [« Tous les états, toutes les seigneuries qui ont eu et ont un commandement sur les hommes, ont été et sont soit des républiques soit des principats »]. Cette première phrase procure une définition juridique minimale de ce qu'est tout État, quel qu'il soit. Aussi bien, une telle identification du *stato* à toute forme d'instance politique disposant d'un pouvoir de commandement sur les hommes, se divisant en deux espèces, république ou principat, suffit à démentir que dans le *Prince* le *stato* ne serait jamais pensé comme une institution indépendante des personnes qui en ont la charge.

La perte de son génitif permet donc au mot *stato* de bénéficier de nombreux glissements, d'une pluralité de significations que l'on voit déployées dans l'œuvre de Machiavel, où, entre autres choses, *stato* peut se superposer à *città* et aller jusqu'à désigner toute entité politique souveraine quelle qu'elle soit. Mais l'un des faits marquants des usages de *stato* avec Machiavel est que le terme acquiert lui-même la valeur d'un génitif, avec l'expression « *le cose di stato* ». L'intérêt de cette expression est précisément qu'elle a pour fonction de désigner ce qui appartient en propre à l'État, ce qui lui est spécifique. Or de quoi s'agit-il ? De tout ce qui a trait aux relations extérieures, à la diplomatie, à la guerre, à l'espionnage, à la sécurité non pas intérieure mais extérieure de l'État<sup>12</sup>. C'est d'abord dans les relations avec les autres États que le *stato* se représente comme entité, indépendamment de ses gouvernants, de sa configuration institutionnelle particulière et de ses citoyens. Par ailleurs, la prégnance de la force, du rapport de force entre États et de la thématique militaire mérite d'être relevée, d'autant plus si l'on inscrit l'histoire de l'affirmation conceptuelle de l'État dans ce trajet, au XVI<sup>e</sup> siècle, des *cose di stato* à la *ragion di stato*, qui stabilise définitivement cette « génitivisation » de l'État, c'est-à-dire son objectivation, son accession à un domaine de pratiques, de normes et de savoirs propres.

Au cours de ce trajet, une place de choix revient à Francesco Guicciardini, un autre auteur majeur de la pensée politique florentine et européenne du XVI<sup>e</sup> siècle. Les usages guichardiniens du terme qui occupe notre attention permettent de rappeler qu'à l'époque de sa genèse, « l'État » a aussi et surtout été perçu comme l'institutionnalisation d'une violence. Cette violence, Machiavel l'a certes mise en évidence, mais c'est Guicciardini qui, en juriste,

---

<sup>12</sup> R. Descendre, « *Le cose di stato* : sémantique de l'État et relations internationales chez Machiavel », *Il Pensiero politico*, XLI, 1 - 2008, p. 3-18.

en a fait le plus précis des diagnostics. L'histoire des idées a retenu que cet ami de Machiavel avait été le premier à faire usage de l'expression « raison d'État » – ou du moins d'une formule qui s'en approche, « la raison et l'usage des États » –, à la fin de son *Dialogue sur la façon de régir Florence* (1521-1525), selon une acception assez proche de celle que l'on continue à lui donner aujourd'hui. Pourtant, là n'est pas le plus important, y compris au regard de la seule généalogie de la raison d'État botérienne. Car cette première occurrence de la « *ragione degli Stati* », qui apparaît dans un contexte discursif marqué par la guerre menée par une cité (Florence) pour en assujettir une autre (Pise)<sup>13</sup>, exprime avant tout la conscience de la nature intrinsèquement violente du pouvoir étatique, en tant qu'il est, précisément, *stato* et *dominio*. Tout au long de son œuvre, Guicciardini réitère un constat formulé dès ses premiers textes, notamment dans ses *ricordi* :

Tous les États (*stati*), à bien considérer leur origine, sont violents, et il n'est aucun pouvoir (*potestà*) qui soit légitime, hormis les républiques, à l'intérieur de leur patrie et non au-delà.<sup>14</sup>

Si même le pouvoir républicain, produit d'un libre accord entre les membres de la communauté, est illégitime lorsqu'il s'exerce au-delà de ses frontières originelles – au-delà de la « patrie » –, c'est parce qu'il a pris la forme d'un *dominio*, d'une seigneurie qui n'est autre que l'imposition violente d'une domination sur d'autres territoires et communautés. Guicciardini précise cette idée dans son *Dialogue sur la façon de régir Florence*, au sujet de la guerre de conquête menée contre Pise :

De quelle façon pourra-t-on, en conscience, mener, par désir d'accroître la seigneurie (*dominio*), une guerre au cours de laquelle sont perpétrés tant de

---

<sup>13</sup> « Vous voyez donc où celui qui voudrait diriger les États selon les contraintes de la conscience finirait par les amener. Aussi, lorsque, pour ma part, j'ai dit de tuer les Pisans ou de les garder prisonniers, je n'ai peut-être pas parlé de façon chrétienne, mais j'ai parlé selon la raison et l'usage des États ; et il ne parlera pas de façon plus chrétienne que moi celui qui, ayant rejeté une telle cruauté, conseillera de faire tous les efforts possibles pour prendre Pise – ce qui ne veut rien dire d'autre qu'être cause de maux infinis pour occuper quelque chose qui, en conscience n'est pas à vous », Francesco Guicciardini, *Écrits politiques*, éd. J.-L. Fournel et J.-C. Zancarini, Paris, PUF, 1997, p. 297-298. Pour le texte italien, voir F. Guicciardini, *Dialogo del reggimento di Firenze*, a cura di G. M. Anselmi e C. Varotti, Turin, Bollati Boringhieri, 1994, p. 231.

<sup>14</sup> F. Guicciardini, *Ricordi*, B95, éd. G. Masi, Milan, Mursia, 1994, p. 76, ricordo qui reformule celui de la rédaction précédente, A 70, antérieur à 1525. Dès 1512, dans son *Discorso di Logrogno*, Guicciardini affirmait que « l'État et le pouvoir (*lo stato e l'imperio*) ne sont rien d'autre qu'une violence exercée sur les sujets, voilée, chez certains, sous quelque justification d'honnête ». Cette idée est reformulée jusque dans la dernière version des *Ricordi*. Voir J.-L. Fournel et J.-C. Zancarini, *La Grammaire de la République. Langages de la politique chez Francesco Guicciardini (1483-1540)*, Genève, Droz, 2009, (en particulier le chap. 11 et, pour les citations, p. 276-277), ainsi que les analyses de Paolo Carta, *Francesco Guicciardini tra diritto e politica*, Padoue, Cedam, 2008 (en particulier les chap. 8 et 9).

meurtres, tant de sacs, tant de viols, tant d'incendies de maisons et d'églises et d'infinis autres maux ? [...] Mais disons plus : de quelle façon pourriez-vous même affronter en conscience une guerre pour défendre les villes que vous possédez ? D'ailleurs, encore que personne ne vous fasse la guerre et que personne ne vous réclame ces terres, comment pouvez-vous tenir votre seigneurie (*dominio*), dans laquelle, tout bien considéré, il n'est peut-être rien qui soit à vous, puisque vous l'avez occupée, tout entière ou du moins en grande partie, par les armes, ou que vous l'avez achetée à des gens qui n'y avaient aucun droit ? Et il en va de même pour tous les autres *car tous les États, à bien considérer leur origine, sont violents, et, hormis les républiques, dans leur patrie et non au-delà, il n'est aucun pouvoir qui soit légitime [...]*<sup>15</sup>

La violence constitutive de tout État tient à sa nature contrainte et imposée dès lors qu'il s'agit d'une institution qui n'a fait l'objet d'aucune forme d'accord effectif entre les membres de la communauté, quels que soient ses modes d'acquisition et de conservation, par les armes, par l'argent, ou encore, dans le cas des États du pape, par des « armes spirituelles »<sup>16</sup>. La conception selon laquelle « la raison et l'usage des États » recouvrent un champ d'actions qui échappe nécessairement à la conscience est donc présentée comme une conséquence de la violence constitutive de toute domination politique, une idée qui, pour moderne qu'elle puisse paraître, est profondément ancrée dans le patrimoine doctrinal du Moyen Âge chrétien. En effet, est ici repris et rigidifié un motif qui appartient à une ligne doctrinale théologique et juridique fondamentalement non aristotélicienne, pour laquelle la communauté politique ne comporte aucun caractère « naturel ». Fondée sur les versets de la Genèse consacrés à Nemrod, « premier puissant sur la terre » (Gn, 10, 8-9), l'affirmation de la nature originellement tyrannique du pouvoir politique a traversé tout le Moyen Âge<sup>17</sup>.

Si la radicalisation de ce thème sous la plume de Guicciardini trouve son occasion immédiate dans la « brutalisation » généralisée des guerres d'Italie au début du XVI<sup>e</sup> siècle<sup>18</sup>, elle s'appuie aussi sur la transformation, de plus longue durée, des communes italiennes en seigneuries : un processus historique à l'arrière-fond d'une large part du droit public de l'époque des commentateurs, l'expansion et la territorialisation des États originellement communaux

---

<sup>15</sup> F. Guicciardini, *Écrits politiques, op. cit.*, p. 296-297, traduction légèrement modifiée. Je souligne.

<sup>16</sup> La suite du passage est en effet tout aussi importante : « [...] il n'est aucun pouvoir qui soit légitime et encore moins celui de l'empereur qui a tant d'autorité qu'il dit le droit aux autres ; et je n'excepte pas de cette règle les prêtres dont la violence est double parce que, pour nous maintenir dans la soumission, ils usent des armes spirituelles et temporelles », *ibid.*, p. 297.

<sup>17</sup> Depuis Flavius Josèphe, Jérôme et la Glose ordinaire de la Bible, elle passa chez les canonistes (Gratien en premier lieu), les théologiens (Ptolémée de Lucques) et les civilistes (Albericus de Rosate) : voir Diego Quagliani, *Civilis sapientia: dottrine giuridiche e dottrine politiche fra medio evo ed età moderna. Saggi per la storia del pensiero giuridico moderno*, Rimini, Maggioli, 1989, p. 27-30.

<sup>18</sup> J.-L. Fournel, « La 'brutalisation' de la guerre. Des guerres d'Italie aux guerres de Religion », *Astérior*, 2, 2004, <http://asterion.revues.org/100>

s'étant effectuées au prix de conquêtes ou d'acquisitions perçues comme une patente violation du droit. De ce processus de territorialisation témoigne aussi la polysémie de *dominio* qui, dans la langue politique italienne du XVI<sup>e</sup> siècle, signifie à la fois le pouvoir et le territoire sur lequel il s'exerce : les *domini* désignent aussi les territoires, les villes et les peuples en tant qu'ils ont été conquis, selon un processus identique à celui qui touche le *stato*.

Une certaine stabilisation du sens politique de *stato* a lieu quelques décennies plus tard, à la faveur de l'apparition de la littérature de la raison d'État, à partir de 1589 et le traité de Botero *Della ragion di Stato*. Or cette stabilisation va dans le sens d'une assimilation de l'État à la domination pure et simple. Botero fut celui qui fixa les éléments cardinaux de cette conception dès les premiers mots de son traité : l'État est « *dominio fermo sopra i popoli* », une « solide seigneurie » – ou domination – sur les peuples<sup>19</sup>. Cette définition, qui n'apparaît qu'avec la quatrième édition du livre, en 1596, précède désormais celle de la raison d'État, qui constituait jusqu'alors l'incipit des éditions précédentes. Botero a tardé à définir le mot *stato*, tout à la fois évident et ambivalent. Puisqu'il appartenait en Italie à la langue politique vulgaire depuis plus d'un siècle, une définition technique n'a peut-être pas semblé nécessaire dans un premier temps. Pourtant, faire de l'État l'objet d'une théorisation spécifique n'allait pas de soi : cela n'avait tout simplement jamais été fait.

Cette définition initiale du *stato* révèle un refus net d'identifier l'institution politique souveraine à la chose publique, à la *res publica*. Ce n'est pas la question de la forme du gouvernement qui est en jeu ici, mais la dimension *publique* de la puissance souveraine. Alors qu'on l'associe aujourd'hui au bien public, l'État n'apparaissait ainsi, à l'origine, que comme le nom d'une domination exercée en vertu d'une conception patrimoniale du pouvoir. L'État comme possession, propriété personnelle, seigneurie, voilà ce que dit d'abord sa définition comme *dominio fermo sopra i popoli*. Caractériser le *stato* par le *dominio* revenait en effet à le spécifier par un concept qui, s'il appartenait bien à la langue juridique, avait été rejeté par une large part de la tradition médiévale du droit commun public, précisément parce que le *dominium* ne permettait pas d'opérer une distinction nette entre les rapports de juridiction et les rapports de propriété sur les biens, les espaces et les personnes. À l'origine, le *dominium* n'était pas autre chose que le droit de propriété. Conçue sur le mode de la propriété dans un contexte qui n'était plus celui des rapports coutumiers et du droit féodal, la souveraineté

---

<sup>19</sup> G. Botero, *De la raison d'État*, *op. cit.*, p. 67.

risquait d'être sans limites et les droits et libertés des sujets ne pouvaient que difficilement se trouver garantis. Le droit public médiéval s'attachait précisément à éloigner le risque d'un pouvoir politique autocratique. A l'inverse, ce qui est d'abord théorisé comme « État » ne se soucie pas d'éloigner ce risque et prend pleinement acte de l'idée selon laquelle l'État n'est que l'institutionnalisation d'une violence de fait. Il faut en prendre acte, notamment si l'on entend restituer dans une généalogie longue l'idée – théorisée par Weber mais plus largement ancrée dans les sciences sociales modernes – selon laquelle l'État se définit essentiellement par le monopole de la violence légitime.

Un autre aspect important est que la pensée botérienne de l'État fait entièrement l'impasse sur la communauté, c'est-à-dire sur les modes d'organisation de la cité, sur la structuration de la chose publique et du bien commun. En témoigne la place que cette pensée assigne à la question de la conservation. La définition de la raison d'État comme « connaissance des moyens propres à fonder, conserver et accroître » un *dominio* semble se fonder sur l'obligation d'assurer la *conservatio* et l'*augmentum* de la communauté, qui est un lieu commun récurrent dans les sources juridiques et institutionnelles des cités italiennes du bas Moyen Âge. Dans les textes de la pratique comme dans ceux de la doctrine, la « *conservatio publica* » (selon les mots de Baldo degli Ubaldi, commentateur du droit romain au XIV<sup>e</sup> siècle) apparaît comme le but ultime de la communauté, quelle que soit sa forme, *civitas, populus* ou *regnum*<sup>20</sup>. De la même façon, autour de 1490, le Vénitien Ermolao Barbaro expliquait dans son traité *De officio legati* qu'à l'instar de tous les serviteurs d'un gouvernement, les ambassadeurs avaient pour premier devoir de fournir toutes les informations et tous les jugements nécessaires en vue de la conservation et de l'agrandissement (*et retinendum et amplificandum*) du *status civitatis*<sup>21</sup>. Mais dans tous les cas, l'impératif de perpétuation et l'espoir d'accroissement portaient, on le voit, sur la communauté elle-même, ses formes institutionnelles, éventuellement sur le prestige de la cité dans une perspective explicitement patriotique. Que fait Botero ? Il reprend cet impératif

---

<sup>20</sup> E. I. Mineo, « Cose in comune e bene comune. L'ideologia della comunità in Italia nel tardo medioevo », in *The Languages of the Political Society. Western Europe, 14th-17th Centuries*, éd. A. Gamberini, J.-P. Genet, A. Zorzi, Rome, Viella, p. 61-62. Sur Baldo degli Ubaldi voir en particulier Joseph Canning, *The Political Thought of Baldus de Ubaldi*, Cambridge University Press, 1987.

<sup>21</sup> E. Barbaro, *De officio legati*, in Vladimir E. Hrabar, *De legatis et legationibus tractatis varii*, Dorpat, 1906, p. 66, cité par G. Mattingly, *Renaissance diplomacy*, Boston-Cambridge, 1955, p. 265. Sur ce texte voir aussi Riccardo Fubini, « L'ambasciatore nel XV secolo : due trattati e una biografia (Bernard de Rosier, Ermolao Barbaro, Vespasiano da Bisticci) », *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Âge, Temps modernes*, 108, 2, 1996, p. 645-665.

de conservation mais, au lieu de le faire porter sur la communauté fondant l'*universitas*, il le reporte sur l'État, conçu comme seigneurie ou domination exercée sur le peuple : l'appel à la perpétuation et à l'augmentation du *status civitatis* ou du *populus* était bien autre chose que cette conservation de la domination sur le peuple, assurée qui plus est par un arsenal de savoirs et de techniques de pouvoir.

Cette théorisation de l'État paraît donc pousser sur les ruines de l'idéologie de la communauté. D'où aussi l'indifférence de Botero à l'égard des questions institutionnelles : constitutions, formes du gouvernement, types de régime brillent ici par leur absence, la dimension publique de l'organisation politique étant largement évacuée. On peut suggérer l'hypothèse que la multiplicité des modèles politiques dont l'Italie pré-moderne avait fait l'expérience a pu favoriser le processus d'abstraction conduisant à envisager l'État dans sa généralité : structure de pouvoir centralisée s'exerçant sur des populations et un territoire. Et le fait même qu'en Italie le processus dynastique n'ait pas été le modèle principal de la transmission du pouvoir n'est peut-être pas étranger à cette définition de l'État comme permanence d'une domination.

Le choix du mot *Stato*, sa caractérisation comme *dominio* et la définition de la raison d'État comme savoir de la conservation témoignent donc d'une acceptation sans nuances des structures de pouvoir de fait. D'un point de vue juridico-politique, le traité de Botero a une valeur essentiellement négative, la question de l'État étant ici toujours pensée aux marges extérieures du droit. La mise en place d'une raison d'État comme savoir du gouvernement ne s'exerçant pas au moyen de la loi témoigne plus largement d'une mise sous le boisseau de tous les problèmes touchant aux liens entre droit et pouvoir, avant tout celui de l'extension et des limites qu'il convient de fixer au pouvoir souverain. C'est d'ailleurs ce qui fut reproché à l'auteur par des esprits suffisamment familiers avec la tradition doctrinale du droit public médiéval pour saisir le sens immédiatement juridique qui devait pouvoir être donné à l'expression « raison d'État ». Mais au delà du seul cas de Botero, c'est bien le terme *stato* lui-même, ainsi que la notion moderne d'État dont il était porteur, qui se sont imposés à la faveur d'une déjuridicisation de la chose publique et d'une acceptation inconditionnée du fait brut de la domination.





# Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias?

*Eni Puccinelli Orlandi*

Unicamp/Univás

*“Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e as mulheres”. (Pitágoras)*

## **Introdução: diferença, igualdade, minoria**

Faz parte dos discursos, que se pretendem engajados nas questões sociais, pronunciarem-se sobre igualdade, diferença, culturas, minorias. Eu colocaria todas estas manifestações discursivas, contemporaneamente, na relação com o que se pode chamar o processo discursivo da mundialização, de que são parte. Processo em que se significam, a seu modo, o local e o mundial, o que pertence e o que não pertence, o do lugar e o de fora, o familiar e o estranho, o igual e o diferente, as minorias e o “povo todo”, o nacional e o estrangeiro, o ecológico, o terrorismo, a segregação, etc.

Com estas considerações entramos, para falar de diferença e de minorias, em um campo mais amplo, que toca a relação indivíduo e sociedade, e assim em reflexões que desde muito tempo falam do universal e do particular, tratadas, ao longo da história do pensamento, por iluministas, por Kant, por niilistas, e todos muito presentes nas reflexões sobre a sociedade e a política no mundo contemporâneo. Questões tingidas de culturalismo, muito próximas da emergência do politicamente correto, do ecologismo, e de certa concepção, que eu chamaria de moralista e comportamental, de sociedade. De toda forma, é inegável que um fato importante neste processo é o da noção de sociedade ter-se aproximado da noção de cultura. Noções solidárias da de democracia.

Esta aproximação se dá à expensa da noção de ideologia. Porque ideologia, tal como a trabalhamos na análise de discurso, tem relação intrínseca com o político<sup>22</sup> (e não política), com o inconsciente e é constitutiva dos sujeitos. Já a noção de cultura é facilmente pensada no paradigma positivista, relaciona-se com a política, fazendo vizinhança com a racionalidade, aquilo que se representa como visível, claro, explicável.

Na atualidade, para se falar em minoria, a palavra cultura está certamente presente, assim como a de comunicação e a de política. Todas elas comprometidas com o sentido de democracia. O que, de certo modo, já está na forma como A. de Tocqueville (século XIX), ao trabalhar sobre democracia, trata a questão de minoria, observando os costumes e as instituições. Define a

---

<sup>22</sup> Que compreendemos como divisão: divisão da sociedade, divisão dos sujeitos, divisão do sujeito, em que faz funcionar, na sociedade capitalista, relações de poder simbolizadas.

democracia como um processo universal e irreversível, fundada no princípio de uma igualdade e crescimento gradual. Igualdade econômica, mas também política, jurídica e cultural. A liberdade é a pedra de toque: o poder moral da pessoa humana e seu dever e direito de encarregar-se de si mesma, não deixando a ninguém essa prerrogativa.

Segundo o autor (1987, 3ªed.), a igualdade extrema, a uniformidade, produz a tirania da maioria, o individualismo exacerbado e o despotismo. *“A mínima dessemelhança parece chocante no seio da uniformidade geral; seu aspecto torna-se cada vez mais insuportável à medida que a uniformidade se vai tornando completa”* (idem, p.234). Portanto, para ter uma sociedade democrática, não homogeneizante, é preciso ter uma liberdade vigilante, em um processo contínuo. A igualdade que coincide com a uniformidade é a maior aliada do estado despótico, totalitário, pois neste caso um poder único e central se exerce sem intermediários e se impõe aos indivíduos<sup>23</sup>.

Assim, para uma democracia desenvolvida é preciso garantir as liberdades locais. Impedir, assim, o *“movimento sufocante da vontade das majorias sobre as minorias”* (F. S. de Mattos, 2008, p.5). O que se pode observar é que o conceito, de Tocqueville, de minoria *“é baseado num princípio quantitativo, como se pode perceber; em uma concepção proposta em contraposição à tirania da maioria.”* (idem, p.5)(grifo meu).

E como fica a questão da minoria, contemporaneamente? Segundo Mattos (idem, p.5): *“contemporaneamente o conceito de minoria supera as questões numéricas e se constitui a partir de demandas diferenciais, com características culturais e contra-hegemônicas”* (idem, p.5).

Esta é, para mim, como procurarei mostrar nesta reflexão, uma concepção linear, achatada, de minoria.

## Minorias

Pensando o séc. XVIII, segundo o Iluminismo, podemos reconhecer seus princípios: universalidade, individualidade, liberdade, autonomia, racionalidade. E temos, em Kant, uma noção de iluminismo que nos permite pensar a minoria em termos não quantitativos, mas qualitativos: *“a liberdade necessária à ilustração é a de fazer uso público da razão”*. Isso é extensivo a toda humanidade, isto é, a todo ser humano, todos os indivíduos. O princípio da individualidade afirma que cada membro da espécie humana é único, singular e insubstituível. Não se opõe indivíduo e sociedade: são coextensivos e os indivíduos são a base da organização. O indivíduo deve ter as condições de vir a ser o que é, de realizar-se, de pensar por conta própria e de tomar suas decisões; se seguirmos os princípios iluministas. Kant chama isto de “maioridade”,

---

<sup>23</sup> E os indivíduos, submetidos a esta igualdade, são de-significados, ou, como citado por J.J. Courtine (2011), a partir da análise de 1983, de Orwell, *“Os homens idênticos uns aos outros são estranhos uns aos outros. Eles deverão também ser expropriados deles mesmos (...). Ele é apenas a fina superfície de um signo oferecido ao olhar, condenado à impassibilidade, despossuído de qualquer interioridade”*.

ou seja, deixar de depender dos outros para decidir por si como pensar e agir. E, claro, a razão é nuclear, sendo, o princípio norteador, o da racionalidade.

Segundo M. Acselrad (2006), o princípio da racionalidade é assim considerado como a capacidade de refletir, ponderar, perceber os próprios limites e os dos outros. A razão implica a compreensão de que não é possível constituir-se uma comunidade de seres humanos, diz o autor (idem), se não forem respeitadas as premissas da universalidade e individualidade. Esta ideia de racionalidade – aparentada ao senso-comum – em que todos praticam a reciprocidade, a conexão entre tudo e todos, é chamada utopia pelos niilistas: distância entre o que é e o que devia ser. E muitos a criticam, apregoando o fim dos que se pautam pela racionalidade, pelos ideais iluministas, vendo nesta posição a dos niilistas apenas. Paradoxalmente, diz Acserald (idem) intelectuais pós-modernos apontam a razão como raiz de todos os males.

A meu ver, o que se tem aí, esquecido, silenciado, é que vivemos no sistema capitalista, e a razão de que falam, é a razão capitalista, razão esta sujeita a muitas formas de contradição. O que é liberdade para este sistema? O que é democracia? O que são direitos individuais para o sistema capitalista? No capitalismo, o indivíduo não é visto como ser pensante, capaz de decidir e participar, mas como consumidor potencial. Não vivemos o mundo pensado pelo Iluminismo e tampouco suas ideias permanecem como então. São outras as condições de existência, é outra a ideologia, é outra a representação do sistema de ideias que aí funcionam, o imaginário.

Portanto, é nestas condições que devemos compreender o que são as minorias. E penso que para isto devemos abandonar a oposição básica que tem sido referida entre quantidade/qualidade porque esta oposição (e a superação dela) já faz parte dos efeitos de sentidos que constituem o imaginário da própria noção de minoria.

Em Barbalho (2005) podemos ler que não se trata só de questões político-econômicas mas político-culturais que exigem do Estado, além de seguro-desemprego, assistência social e serviços públicos, também o reconhecimento de suas diferenças, de suas singularidades, de suas identidades. E sem que isso implique, na prática, em desigualdades sociais, políticas, econômicas e éticas.

Muniz Sodré (2005) diz que, em Kant, a noção de maioria implica literalmente a possibilidade de falar (e a minoridade a impossibilidade de falar). Segundo este autor (idem, 2005), a palavra minoria tem como ponto de partida um sentido de inferioridade quantitativa e é uma noção importante para a democracia representativa, sobre a qual já falamos mais acima, e na qual predomina a vontade da maioria. E para ele (idem, 2005), a noção contemporânea de minoria refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, diz o autor (idem, 2005) são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, etc. O que move uma minoria é o impulso de transformação (o que

Deleuze e Guattari inscrevem no “devir minoritário”). A possibilidade de falar de que nos fala Kant, agora aplicada à noção de minoria contemporânea. E aí não se trata do quantitativo, nem do qualitativo cultural, mas da luta social e da transformação.

Do ponto de vista em que situo teoricamente minha análise, trata-se da entrada em consideração dos sujeitos e do simbólico, da possibilidade de ruptura e da resistência. Relação dinâmica entre indivíduo (sujeito individuado) e sociedade, ou melhor, formação social não inerte, tomada na história.

Saímos assim das oposições estabilizadas: quantidade/qualidade, questão sócio-econômica/questão sócio-cultural, para incluirmos a história, o político, a ideologia, o sujeito. E Muniz Sodré (idem,2005) dirá que, referindo a Deleuze e Guattari, e o devir minoritário, pensa-se a minoria não como um sujeito coletivo absolutamente idêntico a si mesmo e numericamente definido mas como um “lugar” de transformação e passagem. Lugar como localização de um corpo, espaço ocupado, lugar da ação humana. Não é localização física necessariamente, mas uma configuração de pontos ou forças, *campo de fluxos que polariza as diferenças e orienta a identificação*. (idem, 2005). Dirá, então, que “o conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder” (idem, 2005). Não é, pois, uma multidão ou um grupo, mas, principalmente “*um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica*”, diz ele. Eu diria, em vez de intencionalidade, vetor material ético-político. Porque é uma força dinâmica, na direção da transformação. E não é da ordem jurídico-social instituída.

Portanto um partido, um sindicato, um grupo organizado, não se entende como minorias. Eu compreendo isto pensando a diferença que faço entre movimento social e movimento na sociedade. Trata-se, para mim, de um movimento na sociedade<sup>24</sup>: força viva dos corpos que se deslocam. Espaços em ruptura na formação social. Irrupção do irrealizado, passagem do sem-sentido para o sentido outro. Portanto, as minorias assim nomeadas, no momento mesmo em que são nomeadas, saem da força de deslocamento, e se estabilizam, na ordem jurídico-social instituída.

## **O Outro, o Diferente**

Para se falar do outro, tem-se mobilizado as categorias de heterogeneidade (J.A.Revuz,1984), alteridade, hibridez (Canclini), multiculturalidade e, mais recentemente, a de interculturalidade (Bolán,2006), esta última sendo compreendida como a politização da cultura<sup>25</sup>.

As noções de heterogeneidade e de alteridade foram mais exploradas, no conjunto de pesquisas, em relação à cultura e também à linguagem, e assim, como forma de pensar a constituição

---

<sup>24</sup> Um exemplo de movimentos na sociedade são estas manifestações de rua recentes.

<sup>25</sup> No Chile, tive a oportunidade de participar de muitas discussões em que a noção de interculturalidade era o centro, dado o fato de que, neste país, a população indígena, já urbanizada, participa da formação social de maneira efetiva e está bastante presente, mesmo que em condição de “minoria”.

da subjetividade e a relação com o simbólico e o inconsciente. E daí, para a relação sujeito e ideologia. Já as noções de hibridez, multiculturalidade e interculturalidade se voltam para o social e o cultural.

A reflexão sobre o *outro*, como constitutivo, no campo dos estudos da linguagem, parte da teoria da enunciação e desloca-se, a partir do campo da psicanálise (o Outro, A), para a questão do sujeito. Pensando-se o inconsciente materialmente ligado à ideologia, estende-se esta reflexão para o domínio dos estudos discursivos (o outro e o Outro). Daí a frequência da presença das questões da alteridade no campo dos estudos da linguagem em geral. Sobretudo no campo dos estudos dialógicos (M. Bakhtin).

A heterogeneidade (Authier-Revuz, *idem*) diz que “constitutivamente no sujeito há o Outro”. Já para a análise de discurso, que pratico (E. Orlandi, 1990, p.45/52), aceitamos esta definição, mas somos críticos a uma noção de heterogeneidade que não considera a *natureza* dessa relação. Não se trabalha aí a contradição e se reduz a importância do histórico, como se, de um lado, tivéssemos as sistematicidades e, de outro, a obscuridade e a desordem. A nosso ver há uma indefinição nos limites entre sentidos e sujeitos, entre o Um e o Outro (um e outros). Confundem-se e se distinguem. Movimentam-se em suas relações. Daí preferirmos a noção de *diferença* e, conseqüentemente a de *diferente*, à de outro. Estão na mesma distância, e é no movimento entre um e outro que podemos apreender suas relações. Não é um o modelo e o outro a cópia. Não se trata de considerar um primeiro e um segundo, nem os iguais são separados claramente entre si. E, na diferença, como dizemos (1990, *idem*, p.48), um é diferente do outro.

Faz presença, nessa forma de ver a relação outro/diferente a noção de paráfrase: o jogo de paráfrases é que dá a distância relativa dos sentidos, dos sujeitos, em sua relação com distintas formações discursivas.

Não domesticamos a noção de diferença. Os sentidos circulam e a relação com a alteridade não é direta, nem clara, nem unívoca, mas com-fusa e mesmo desorganizadora. À desorganização, à com-fusão corresponde não o heterogêneo mas a diferença: o silêncio (e não o implícito) como constitutivo, em que a metáfora tem o estatuto, não do desvio, mas do lugar da necessidade do sentido (que circula) e, enfim, a paráfrase, como estamos pondo, como matriz em que o um remete ao outro, mas sem porto originário (ou seguro)<sup>26</sup>.

O sentido não tem origem, nem os sujeitos são a origem de si. A situação de significação vista por esta perspectiva é uma situação em que jogam o sentido e seu duplo. In-diferença, in-significância, in-disciplina, in-constância são partes permanentes deste processo. Assim, é a instituição o lugar da regularidade, da normatividade. Fixar-se e transmutar-se são partes do mesmo processo, a que o um e o diferente se filiam. Desse modo, não somos preconceituosos por natureza, mas por instituição.

---

<sup>26</sup> Isto quer dizer: ser o um (e não o outro, o diferente) não garante (não é um porto seguro).

A diferença se define no processo de constituição de cada sujeito pela ideologia e no modo como é individua(liza)do pelo Estado (através de instituições e discursos), na sociedade capitalista, dividida e hierarquizada pela simbolização das relações de poder. São formações imaginárias que funcionam na hierarquização em que se praticam as relações de forças e de sentidos, tudo isto constituindo as condições de produção em que se dá a divisão entre sujeitos nessa sociedade, e os processos de constituição de suas identidades. A todo esse processo, na produção da diferença, se junta a memória discursiva: “alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente” (M. Pêcheux). Ou seja, antes mesmo de nos significarmos, somos significados em nossas semelhanças e diferenças, ou somos produzidos em nossas diferenças e seus sentidos. Pela historicidade, interdiscurso, memória discursiva (o Outro), o já dito constitui o saber discursivo estruturado pelo esquecimento que habita em nós. E é este imaginário (social) em que vivemos que preside nossa relação com o outro e o Outro<sup>27</sup>, em uma sociedade dividida e estruturada pela divisão. Divisão hierarquizada e afetada de valores pela ideologia em que significam relações de poder simbolizadas.

Ao mesmo tempo, como sujeitos capitalistas, juridicamente constituídos pelos nossos direitos e deveres, iguais perante a lei, somos apresentados como sujeitos livres e responsáveis. Igualdade e diferença se conjugam no mesmo lugar, quando se trata do Estado e da sociedade capitalista. E sem contradição, uma vez silenciados o político e a ideologia. Nós, diferentes, somos iguais perante a lei. Iguais em nossas diferenças? Ou precisamos nos desembaraçar delas?

### **Minorias, diferença, inclusão**

Faz parte desta contradição, e deste silenciamento, o discurso da inclusão. Minorias e inclusão trabalham, juntas, os sentidos de democracia no capitalismo.

Como vimos, ao lado das reivindicações político-econômicas, na democracia, há as que são político-culturais (reconhecimento da diversidade, das identidades etc.). Direito de exercer a singularidade sem perder a igualdade (Barbalho, 2005, p.30). Entra assim a questão da pluralidade.

Mas como afirma M. Pêcheux (2011) as relações de classe (sociais) são dissimétricas. Difícil conseguir juntar, nesta equação da democracia capitalista, igualdade e direito à diferença. As desigualdades e a segregação fazem parte das práticas sociais desse sistema assim constituído.

A reivindicação da inclusão se dá, portanto, em terreno dissimétrico: incluir onde? Produzir que natureza de igualdade? Já que é o próprio capitalismo que divide e se estrutura pela diferença. A diferença aí é constitutiva, portanto, a demanda de inclusão do diferente é a formulação da contradição. E só podemos pensar as reivindicações das minorias no confronto das relações de poder.

---

<sup>27</sup> Na análise de discurso, e de maneira breve, podemos dizer que o outro é o interlocutor, e o Outro é a memória discursiva, a historicidade.

Mas, nestas condições, é que o político e o social, redefinem “cidadania” no domínio da política cultural. Vemos aí a substituição de ideologia por “cultura”. E a inclusão de-significa a diferença, e assim a “inclui”. Diferença se torna então “diversidade”.

Para tentar dar a volta a esta dificuldade, tanto políticos, como teóricos, desenvolvem discursos que, cada um a seu modo, re-dividem as categorias, re-significando-as.

Entre os teóricos, temos a distinção entre *multiculturalismo* e *interculturalismo*. Vamos referir aqui a distinção feita por E. Bólan (2006, p.98). Segundo este autor, estes termos implicam modos diferentes da produção do social, pois a multiculturalidade aceita o heterogêneo; e a interculturalidade implica em que os diferentes são o que são em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos. A multiculturalidade admite a diversidade<sup>28</sup> de culturas sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito que, às vezes, reforçam a segregação. A interculturalidade, segundo Bólan (idem) remete ao confronto e ao entrelaçamento, ao que acontece quando os grupos entram em relação de intercâmbio. Assim, pode-se dizer que o multiculturalismo reconhece que há diversidade mas adota uma tradição universal e liberal do primado da paz e harmonia, praticando um reconhecimento utópico entre as culturas. E o interculturalismo é o território da diferença, da negociação e do conflito, da tensão produtiva de conhecimento e reconhecimento do outro. Território das políticas das minorias em contraposição à democratização das culturas (F. S. de Mattos, idem, p.8/9).

De nossa perspectiva, enquanto se mantém a noção de cultura, ainda que se introduza a questão da política - neste caso da política das minorias -, elide-se a questão da ideologia no funcionamento da sociedade na história e pretende-se uma racionalidade e um controle que não funciona pelas práticas explícitas, mas pelo funcionamento da ideologia no que elas podem significar. Tanto é assim, que a afirmação do autor desemboca em: “Nesse sentido, quanto mais a resposta estiver próxima de uma *democracia de ampliação de possibilidades*, combatendo tanto frente às desigualdades sociais e econômicas quanto às restrições de liberdade, tanto mais esta resposta estará próxima de um projeto político de *ampliação da intervenção cultural*, num território em que as várias culturas não apenas possam se exprimir, mas também se entrelaçar, estimulando o conhecimento do outro, da experiência da alteridade e da politização da cultura” (idem, p.9).

---

<sup>28</sup> Não só se redefinem e se distinguem noções teóricas mas palavras usadas no discurso político e mesmo no senso comum. Em meus trabalhos, tenho observado o modo como aparece a palavra “*diversidade*” porque esta palavra é parte do discurso multiculturalista ou interculturalista, ou seja, é uma palavra comprometida com o sentido em que o político é domesticado pela sua articulação com a cultura. Hibridismo, diversidade étnica e racial, novas identidades políticas e culturais: estes são termos diretamente relacionados ao multiculturalismo. No discurso em que o político entra com suas determinações concretas a palavra é *diferença*, ou *desigualdade social* (não se fala, como pudemos observar, em diversidade social mas em diversidade cultural). As palavras diferença e desigualdade remetem a classe e à caracterização concreta do indivíduo ou grupo social: diferença de classe, de raça etc.; desigualdade social, racial etc. A palavra diversidade, de certo modo, é um deslizamento que produz generalização e abrandamento. Palavra ao gosto do discurso liberal: diversidade cultural, diversidade de gênero (e não diferença sexual), diversidade de cor, etc. Isto tem funcionado também com nuances jurídicas.

Ou seja, nestes termos, o da cultura, a democracia que amplia possibilidades corresponde à ampliação da intervenção cultural. O real não entra com sua materialidade e não há condições históricas e sociais que funcionam nestas relações: é só ampliar a intervenção cultural – em que condições? – e tudo se aninha em uma democracia ampliada que não só acolhe, mas estimula o conhecimento do outro e sua aceitação.

Podemos introduzir aqui a questão da diferença quando se trata do corpo. Nesse caso, entre muitas outras, entra o fato da pessoa com deficiência, por exemplo.

Para tratar desta questão, que implica a materialidade do sujeito com seu corpo e sentidos, retomo parte de uma reflexão já feita e faço referência ao que diz S. de Beauvoir (2002, p.87):

*“A teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma antiphysis: ela não sofre passivamente a presença da Natureza, ela a retoma em suas mãos. Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjetiva; efetua-se objetivamente na práxis”.*

Continuando, Simone de Beauvoir (idem, p.69) vai falar sobre a vida como uma relação ao mundo. Diz a autora: *“é escolhendo-se através do mundo que o indivíduo se define, é para o mundo que nos devemos voltar a fim de responder as questões que nos preocupam”*. O que, em meu trabalho, tenho tratado como a individuação do sujeito pela Estado, através das instituições e discursos, na articulação simbólico política. Que vai resultar no modo como o sujeito individuado vai se identificar e constituir-se em uma posição sujeito na formação social.

Estendendo esta reflexão para o corpo, que é o que nos ocupa neste passo, junto ao indivíduo e à sociedade, podemos ainda citar o que diz Simone de Beauvoir (idem): *“o corpo não é uma coisa, é uma situação: é a tomada de posse do mundo e o esboço de nossos projetos”*.

Esta afirmação de Simone nos esclarece muito a respeito da posição sujeito e seu corpo face à diferença: tomada de posse do mundo; o indivíduo escolhendo-se através do mundo para se definir. Práxis identificadora. O sujeito definindo seu corpo a partir da existência. Eu acrescentaria: e não sob a junção do imaginário social que já o significa e a seu corpo, ou melhor, a partir de seu corpo, no corpo social.

Desse modo, e ainda refletindo sobre o que diz Simone de Beauvoir, podemos dizer, com ela, que não é na abstração biológica, nem só na energia muscular que podemos definir concretamente o corpo, mas nas referências existenciais, econômicas, sociais. E, no caso da perspectiva discursiva, que é a nossa, na produção de um imaginário, pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito em sua materialidade e nos modos de sua individuação que presidem seu processo de identificação. Pensando esta materialidade do sujeito, o corpo é o corpo vivido pelo sujeito: *“tomada de posse do mundo e o esboço de seus projetos”*. Portanto, além da existência/práxis, trazemos, para a reflexão, a linguagem

e a ideologia, ao pensar a constituição do sujeito na relação com o mundo, a sociedade, a história. E podemos dizer que este sujeito, a pessoa com deficiência, se significa, tomando posse do mundo/simbolizando-se no corpo a corpo com a materialidade da formação social.

Desse modo, podemos deixar de fazer, como temos feito até agora, uso da noção de “pertencimento” (Bataille, 1946), agora derivando para a de “posse de mundo” e de “esboço de projeto”, nesta práxis de indivíduos que buscam se singularizar, escapando à “*individualização em série do capital*” (Guattari, 2005), tomando a ideia de posse de mundo e de esboço de projeto na direção da não alienação<sup>29</sup> trabalhada por Marx.

Não estacionando em uma questão particular da diferença, ou seja, em uma fração das minorias, mas pensando a diferença em suas muitas formas, em uma sociedade na história, voltamos à consideração da democracia, da política e das minorias.

Podemos ir mais à frente, do que enunciamos mais acima, e, como Muniz Sodré (2005), afirmar que, qualitativamente, democracia é um regime de minorias porque só no processo democrático a minoria pode se fazer ouvir. E acrescenta que minoria é aí (e isto nos leva a pensar em Kant, no iluminismo) “uma voz qualitativa”.

Quer dizer, não definimos mais democracia pela voz da maioria, mas da minoria. Trocamos quantidade por qualidade. E se resolve o problema da democracia: que tipo de democracia queremos, diz M. Sodré (idem). E ele responde pela qualidade e pela minoria que a constitui com sua voz.

Quando faço entrar a historicidade, a memória, e a ideologia, junto ao simbólico, posso concluir que temos as *minorias que merecemos*. E, seguindo as palavras de M. Sodré, o tipo de *democracia que queremos*. Mas e se as coisas funcionam sem nosso consentimento ou vontade? E se alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente? E se a memória discursiva (o Outro) fala por si, na ideologia que nos diz?

Não seria nossa ilusão com a democracia que se mantém funcionando, em outras maneiras agora de significar? **E então poderíamos responder que as minorias interessam para a sustentação do que vem se arrastando pela história com o nome de democracia, seguida de perto pela ilusão de igualdade (liberdade).** Um discurso liberal.

Se aceitarmos a dissimetria, fazemos intervir a ideologia na constituição do sujeito e dos sentidos, reconhecemos o Estado capitalista em seu modo de individualizar os sujeitos pelas instituições e discursos<sup>30</sup> que entram, assim, em processos de identificação de que os sujeitos

---

<sup>29</sup> A alienação desenvolve-se, diz Marx (1844) quando o indivíduo não consegue discernir e reconhecer o conteúdo e o efeito de sua ação interventiva nas formas sociais.

<sup>30</sup> Não deixa de ser interessante o que diz Guattari sobre o “devir minoritário”: “A possibilidade ou não de um processo se singularizar diante das estratificações dominantes de uma sociedade, é a capacidade de subjetivação de uma minoria que escapa à individualização em série do capital. A questão das minorias, por esta via de análise,

individuos não têm controle - embora esses processos falhem, irrompendo daí as formas de resistência – e podemos pensar a diferença sem ter de incluir a cultura ampliada e a democracia, com sua contraditória ilusão de igualdade, mantida a qualquer preço, no discurso liberal. Aí podemos, então, afirmar: *ser diferente é ser diferente*. Em que é a noção de *liberdade* e não a de democracia – muitas vezes confundidas entre si – que nos interroga ainda e sempre como seres históricos e simbólicos em nossa condição político-social.

## **Bibliografia**

- ACSERALD, M. “Por uma visão crítica da noção de minoria”, *Revista Cultural*, vol.1, n.1, jan./junho de 2006.
- AUTHIER-REVUZ, J. “Hétérogénéité(s) énonciative(s)”. *Langages* 73. Paris: Larousse, 1984.
- BARBALHO, A. e Paiva, R. (Orgs.) *Comunicação e Cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.
- BARBALHO, A. “Cultura minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo”, in *Comunicação e cultura das minorias*, A. Barbalho e Raquel Paiva (Orgs.), São Paulo: Paulus, 2005.
- BATAILLE, G. “Le sens moral de la sociologie”, *Critique* I, Paris, 1946.
- BEAUVOIR, S. *Segundo Sexo*, vol.I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BOLÁN, E. N. *La Política Cultural: temas problemas y oportunidades*. México: Consejo Nacional para la Cultura, 2006.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 2005.
- MATTOS, F. Santos de “Políticas de Minorias e Políticas Culturais: de Tocqueville à contemporaneidade”, *Revista Ensaio*, n.1, vol.1, ano 1, 2008.
- ORLANDI, E. *Terra à Vista*. Campinas: Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e Texto*, Campinas: Pontes, 2001.
- ROLNIK, S. “Esquizoanálise e Antropofagia”, texto apresentado no colóquio *Encontros Internacionais Gilles Deleuze* (Brasil, 10-14 de junho de 1996), 1996.
- SODRÉ, M. “Por um conceito de minoria”. In Barbalho, A. e Paiva, R. (Orgs.) *Comunicação e Cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.
- TOCQUEVILLE, A. de *A Democracia na América*, São Paulo: Editora Itatiaia, 1987, 3ªed.

---

*é a da multiplicidade, da pluralidade; a de constituição enquanto movimentos processuais e transversais aos estratos sociais”.*

## **PARTE II - DISCURSO E HISTÓRIA: POLÍTICAS DE LÍNGUA**



# Efeitos münchhausen políticos: oposições-disjunções e acobertamentos das contradições entre línguas, ciências e fronteiras...

*Helson Flávio da Silva Sobrinho*

UFAL

## Introdução

Esta investigação busca refletir, a partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD), sobre políticas de Estado, ciências e tecnologias, línguas estrangeiras e capitalismo global. Compreendemos que há relações intrinsecamente contraditórias entre poder político e econômico que perpassam, constituem e movem o fazer teórico-prático-científico do Estado brasileiro. Desse ponto de vista, a fundamentação teórica que articula um pensar sobre a produção de evidências de sujeitos e de sentidos possibilita investigarmos o mecanismo ideológico que se enraíza nos discursos da globalização, da ciência e da língua a partir de enunciados que remetem a um mundo “sem fronteiras” e, paradoxalmente, reinscrevem-no “com fronteiras”, produzindo e reproduzindo efeitos determinados, em última instância, por interesses da burguesia nacional e internacional.

Vale ressaltar ainda que deriva do livro *Semântica e Discurso*, de Michel Pêcheux, a inspiração para o título do presente trabalho, pois nos leva a refletir sobre o *efeito Münchhausen*, bem como sobre as oposições-disjunções e o acobertamento das contradições. Esse gesto de interpretação-reflexão defronta-se com as evidências e as opacidades do funcionamento ideológico das materialidades discursivas que se inscrevem nos processos de significação do produzir ciências e tecnologias dentro-fora do País (Brasil). Enfim, questionamos a relação do poder do Estado entre o fazer ciência e tecnologia na conjuntura histórica do capitalismo global em seu processo dinâmico e contraditório.

## 1. Efeitos *Münchhausen*: oposições-disjunções e acobertamento das contradições

No livro “Semântica e Discurso”, chama a atenção a forma pela qual Michel Pêcheux se refere à Semântica e ao semanticista por meio do entrecruzamento do efeito de **evidência** e do **absurdo**. Por isso, tomamos, de modo inspirador para o início deste estudo, a nota nº 24 desse grande livro de Pêcheux, que diz: “La Palice, como se sabe, se entregaria à evidência; Münchhausen, por sua vez, se especializa no absurdo que, como veremos, se avizinha estranhamente da evidência” (1997, p. 37). Essa nota de Pêcheux nos impactou, e, por isso, para o presente momento, buscamos refletir sobre o denominando *efeito Münchhausen*, rememorando o famoso personagem alemão barão de *Münchhausen*, aquele

sujeito que se salva de um charco, com lama até o pescoço, puxando-se fortemente pelo seu próprio cabelo. Ou seja, gostaríamos de falar desse **efeito**: do **absurdo**.

Há também outra motivação para falarmos do **efeito Münchhausen**. Retomamos o livro de Michel Löwy, *Paysages de la vérité*, traduzido para o Brasil como: “As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento”. Tivemos oportunidade de ler esse livro nas aulas de Epistemologia das Ciências Sociais, ainda na graduação. Até hoje essa leitura produz ressonâncias em nossos trabalhos, uma vez que problematiza os questionamentos sobre objetividade, neutralidade, sujeito, objeto, metodologia, ideologia e ciência na produção do conhecimento. Löwy (1994) fundamenta sua reflexão com embasamentos históricos, e ao articular as relações de classes e o conhecimento científico, chega à seguinte conclusão:

[...] o ponto de vista potencialmente mais crítico e mais subversivo é o da última classe revolucionária, o proletariado. Mas não há dúvida de que o ponto de vista proletário não é de forma alguma uma garantia suficiente do conhecimento da verdade social: é somente o que oferece a maior possibilidade objetiva de acesso à verdade. E isso porque a verdade é para o proletariado uma arma indispensável à sua auto-emancipação. As classes dominantes (a burguesia e também a burocracia, em outro contexto) têm necessidade de mentiras e ilusões para manter seu poder. Ele, o proletariado, tem necessidade de verdade... (LÖWY, 1994, p. 217-218).

Pois bem, falar sobre verdades e mentiras, ciências e ideologias, pode ter como princípio o **absurdo**, ou seja, o **efeito fantástico** e extraordinário do Barão de *Münchhausen* de se puxar pelos cabelos e se salvar do pântano. Além disso, questionar esse efeito parece ser algo que beira o pessimismo, negativismo e outros “ismos” de caráter interpretativo, impressionistas e impressionantes. Contudo, ao falarmos de ideologia, de sujeito e produção de sentidos, estamos também tratando de “fronteiras” (reais e imaginárias), paradoxalmente, tão familiares por suas **evidências** e tão **absurdas** em sua estranheza, pois são capazes de nos fazer esquecer as causas que nos determinam e as contradições que nos constituem enquanto sujeitos<sup>31</sup>.

Da posição materialista em Análise de Discurso, os discursos em seus processos são **efeito** e **trabalho** nas condições de reprodução/transformação das relações de produção<sup>32</sup>. Por isso, o sujeito não é a **fonte** do discurso nem do sentido que se quer (ou não se quer) atribuir ao mundo e a si mesmo<sup>33</sup>. O sentido é produzido na historicidade, pois não resulta de um cálculo formal (lógico) de um

---

<sup>31</sup> Segundo Pêcheux (1997, p. 163), “[...] o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina.

<sup>32</sup> Ver Pêcheux (2002, p. 56): “Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um **efeito** dessas filiações e um **trabalho** (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço”. (Grifos nossos).

<sup>33</sup> Sobre a contraditoriedade do sujeito do discurso ver também Silva Sobrinho (2007, p. 77), pois “Quando trabalhamos com a produção de discurso dos sujeitos, temos de compreender que eles estão se movendo nas contradições das relações sociais de uma determinada sociedade; especialmente, trabalhamos com a sociedade

mundo “semanticamente estabilizado”. Pêcheux faz crítica às teorias do conhecimento que prezam a subjetividade em princípios idealistas (intencionais) e, por deriva, tratam do sujeito e do sentido como causa e origem de si. Nessa contundente crítica, afirma Pêcheux, “a proposição materialista ‘a matéria é independente do espírito’ não poderia ser convertida em ‘o espírito é independente da matéria’ sem abalar as próprias bases do materialismo” (1997, p. 76).

Ao trabalhar com uma teoria de fundamento materialista, neste ponto, deparamo-nos com o impensado do pensamento para questionar o efeito de evidência (eu vejo o que vejo, ouço o que ouço, penso o que penso, sei o que sei, falo o que falo), que funciona pelo efeito de ilusão subjetiva capaz de acobertar os processos ideológico-discursivos que, de certa maneira, organizam o pensar/dizer sobre o mundo. Mas, para analisar esse processo sem cair no **efeito fantástico** – mais uma vez o efeito *Münchhausen* –, é necessário considerar as determinações econômicas. Vale ressaltar que elas determinam em última instância, e não se trata de mecanicismo, mas do reconhecimento de que as ideologias não são ideias, senão forças materiais (práticas) que constituem sujeitos e sentidos no próprio interior das relações econômicas. Pêcheux esclarece isso para o leitor:

Compreende-se, então, por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe: os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’ – seus ‘sentidos’, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem –, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia. (PÊCHEUX, 1997, p. 176).

Interessante essa passagem de Pêcheux, pois ela também nos leva a compreender que as relações de classes são dissimuladas na sociedade contemporânea. Como as lutas de classes são hoje tidas como “inexistentes”, as práticas sociais também são tidas como não ideológicas, e os sujeitos, individualizados pelo Estado capitalista, se dizem até mesmo apolíticos e/ou apartidários diante das tomadas de decisões na vida cotidiana. As desigualdades entre lugares, posições sociais diferenciadas, quando discursivizadas, apesar de **absurdas**, são tomadas como “evidências” que podem ser minimizadas, porém jamais abolidas, pois são tidas ideologicamente como “naturais”. Esses traços da ideologia dominante nas materialidades discursivas parecem apagar o funcionamento da própria Ideologia que interpela o indivíduo em sujeito, silenciando a atuação do Estado nessa interpelação<sup>34</sup>.

---

burguesa e a forma de ser desta, que tem por lógica transformar tudo em mercadorias, com fortes implicações na constituição dos sujeitos e dos discursos”.

<sup>34</sup> O leitor interessado poderá consultar o texto de Orlandi (2001), “Do sujeito na História e no simbólico”, para compreender o processo de interpelação do indivíduo em sujeito, sua forma histórica capitalista sujeito de direito e deveres (livre e responsável) e sua individualização pelo Estado. Ver também Haroche (1992).

No caso específico do Programa “Ciência sem fronteiras”, de que mais à frente trataremos no presente estudo, as **oposições-disjunções** e o **acobertamento das contradições** são produzidos como naturais e são tidos como próprios da Sociedade e da cultura e/ou da comunidade. Esses funcionamentos terminam por apagar o efeito ideológico, aquele que Althusser, citado por Pêcheux (1997), chama de “efeito ideológico elementar”.

O apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito como ‘causa de si’, tem como consequência, a nosso ver, a série do que se poderia chamar as *fantasias metafísicas*, que tocam, todas, na questão da causa: por exemplo, a fantasia das *duas mãos* que, tendo cada uma um lápis, *se desenham uma a outra sobre a mesma folha de papel* e, também, a do salto perpétuo no qual, *de um impulso prodigioso, se salta pro alto antes de se ter tocado o solo*; poderíamos continuar. Vamos nos deter, propondo atribuir a esse efeito *fantástico* – pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito – o nome de “efeito Münchhausen”, em memória do imortal barão que *se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos*”. (PÊCHEUX, 1997, p. 157).

Desse modo, é preciso compreender que sob o efeito de evidência de sujeito e de sentido existe o processo de interpelação-identificação. Este acontece sob diversas formas enquanto **efeito e trabalho** nas relações sociais (jurídicas, religiosas, científicas, culturais, políticas, filosóficas, artísticas etc.). Evidências. Transparências. Mas, ao mesmo tempo, dúvidas, ou ainda, desconfianças diante da opacidade da linguagem, pois sabemos que a prática ideológica permite que o sujeito se “reconheça” e “encontre” na “realidade” o “seu” “lugar” social. Ela funciona pelo “desconhecimento”, pois o sujeito sofre determinações do real sócio-histórico e esquece as causas que o determinam, ou ainda, esquece as determinações que o constituem enquanto tal.

Mas, se o sujeito aparece como fonte do sentido e origem de si mesmo, será preciso averiguar como se dá esse processo “fantástico”. Para isso, retomamos Pêcheux:

Se é verdade que a ideologia ‘recruta’ sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a *todos*, é preciso, então, compreender de que modo os ‘voluntários’ são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer, enquanto ‘sujeitos-falantes’: compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o ‘efeito Münchhausen’, colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso. (PÊCHEUX, 1997, p. 157 e 158).

Assim, trata-se de compreender com esse fundamento teórico que o sentido não existe em si mesmo, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo numa conjuntura histórica dada. Não há saída/fuga da ideologia a não ser por dissimulação de sua própria existência, mas isso seria cair novamente no “efeito *Münchhausen*”, pois a ideologia e o inconsciente produzem

“um tecido de *evidências* ‘subjéticas’” (PÊCHEUX, 1997, p. 153), e é nesse entremeio que se constitui o sujeito histórico.

## **2. Estado, Ciências e Tecnologias: com e sem fronteiras?**

Se, como diz Pêcheux: “Ora, a história da produção dos conhecimentos não está *acima* ou *separada* da história da luta de classes, como o ‘bom lado’ da história se oporia ao ‘mau lado’; essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes” (1997, p. 190), iniciamos este segundo momento de reflexão levando em consideração que os interesses ideológicos colocados em jogo fazem com que as ciências, tidas como “ciências de base”, sejam convocadas a atuar como “base” neste momento histórico. Ou seja, isso revelará os vestígios de que “os processos ideológicos simulam os processos científicos” (PÊCHEUX, 1997, p. 91), pois, a nosso ver, as ciências de base estão atreladas mais diretamente à base econômica do capitalismo: forças produtivas e relações econômicas de produção incorporadas à lógica do capital com o fetichismo da mercadoria e a exploração do trabalho.

Como isso tem acontecido? Penso que tem se dado no imbricamento de relações desiguais e contraditórias entre Estado, Ciência e Tecnologia.

Começemos pelo Estado, e isso exige compreender sua relação com a estrutura sócio-histórica da reprodução da lógica do capital. Evitemos entender o Estado como órgão/instituição neutra (“bem de todos”), como se ele surgisse efetivamente para resolver as contradições da sociedade civil, ou seja, como se ele pudesse resolver o antagonismo entre capital e trabalho. Para esse entendimento é necessário manter-se filiado à perspectiva materialista, pois no tempo histórico atual a concepção de Estado dominante é o liberal do “livre mercado”. Esta tem fundamentos na ideologia neoliberal e visa, sobretudo, à reprodução da sociabilidade capitalista por meio da diminuição das políticas de bem-estar social, a fim de garantir e ampliar a propriedade privada, a produtividade, a compra e venda de mercadorias que resultam nos processos de coisificação dos sujeitos. Sujeitos esses que, como temos visto, são, paradoxalmente, indivíduos/cidadãos/consumidores de direitos e deveres, iguais e desiguais, livres e submissos.

Como o Estado responde às injunções da dinâmica contraditória do capital, surgem políticas de Estado, entre elas as políticas científicas, que buscam atender às exigências da reprodução/transformação das relações de produção. Como exemplo, temos o Programa “Ciência Sem Fronteiras”, promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pelo Ministério da Educação (MEC), por meio das instituições de fomento (CNPq e Capes). Passaremos a analisá-lo a partir de agora, encarando-o como um Programa resultante dos interesses econômicos da burguesia nacional e internacional.

Analisar, ou seja, criticar essa Política (científica) de Governo a partir do ponto de vista discursivo-ideológico parece hoje um **absurdo**, justamente porque nos é familiar que o Estado brasileiro (neoliberal), em suas especificidades históricas, de bom grado, implemente políticas sociais para as diversas camadas da sociedade – **efeito** de ajuste neoliberal **fantástico**, novamente efeito *Münchhausen* – para solucionar o desenvolvimento (ou atraso) do Brasil. Como expressou Alves (1998):

O ajuste neoliberal é caracterizado, principalmente, por uma política industrial centrada na abertura comercial, e pelo novo impulso no processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, reestruturação das políticas sociais etc. De imediato, a nova orientação neoliberal – tendeu a impor novos padrões de concorrência capitalista no país e a acelerar o processo de transformações produtivas nas empresas, expostas à concorrência internacional. Pode-se dizer que, a partir daí, o Brasil tende a se integrar mais ainda à nova ordem capitalista planetária, a constituir um modo periférico da ‘condição pós-moderna’. A instauração do neoliberalismo no Brasil ocorre sob uma ofensiva político-ideológica do capitalismo internacional. (ALVES, 1998, p. 131).

Tomar posição crítica em face dessa política “encantadora” e por vezes tida como “inquestionável” ou ante esse “efeito fantástico” de ajuste neoliberal pode causar certa perplexidade para alguns de nossos confrades. Isso porque o Programa “Ciência sem fronteiras” é alvo de grandes elogios, pela ousadia, pela visão de futuro e incentivo à pesquisa e à inovação. Assim, julgamos que um espírito de encantadora “ingenuidade” paira sobre as políticas universitárias sem se deixar questionar quanto aos caminhos (sentidos) desse futuro.

A nosso ver, atravessam nessa discursividade inúmeros discursos fortemente contraditórios que, quando analisados, revelam a dominância da lógica do mercado sobre a Ciência. Por isso é importante ressaltar que, apesar de aparentemente o Estado se mostrar como independente das classes, essa política (científica) de Estado (Ciência sem fronteiras) tem relação com a base material concreta da existência social, ou seja, tem a ver com os interesses e conflitos de classes que atuam na contemporaneidade. Destacamos isso porque na Análise de Discurso que praticamos não podemos deixar de articular o dizer e as condições de produção desse dizer, ou seja, sua essencialidade histórica. São as condições de produção que possibilitam e sustentam esse discurso, sendo uma delas a crise financeira internacional (nacional) que se manifestou a partir de 2008 e vem ameaçando “globalmente” o “mundo financeiro”. Dissemos – Silva Sobrinho (2011) –, em outro momento, tratando sobre trabalho, luta de classes e conhecimento científico, que:

[...] a questão da “mudança/inovação” é o tema central para os programas de gerenciamento da produção e para o pensamento “criativo” que proclama a globalização com suas práticas neoliberais como um caminho sem volta para a humanidade. Porém, consideramos que é preciso compreender que essa nova ordem mundial é fundada e iluminada pelos interesses capitalistas em crise. Diante disso, é significativo destacar que as contradições que se materializam no processo

de precarização e exclusão do trabalho – na seleção dos mais aptos; na vantagem dos mais astutos; nas formas de dominação e subjugação do trabalhador, que incluem e/ou excluem determinados sujeitos; no aumento do controle sobre os trabalhadores, não só no que corresponde à força física, mas também nas exigências das capacidades intelectuais de resolução rápida de problemas sob os princípios da “cooperação” e “liderança”, visando uma produção mais competitiva; contradições que se manifestam nas políticas neoliberais, que delegam setores importantes como a educação e a saúde para a iniciativa privada; e tantas outras questões visíveis e (in)visíveis aos nossos olhos – são manifestações do antagonismo existente nas relações de trabalho na sociedade capitalista globalizada e que, apesar de maquiadas, persistem ferozmente. (SILVA SOBRINHO, 2011, p. 29).

Assim sendo, parece-nos que o mesmo funcionamento atinge esta “política científica”. O lançamento do Programa “Ciência Sem Fronteira” se deu em 26 de julho de 2011. O anúncio foi feito durante a 38ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Podemos visualizar, a partir de um recorte da publicação no Jornal Correio Braziliense, algumas pistas para a presente análise:

O ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, também destacou o descompasso de investimentos. “No mundo, 2/3 das patentes de produtos são feitas por empresas. No Brasil, 2/3 dos produtos patenteados são feitos por pesquisadores que trabalham em universidades e instituições públicas”, comparou Mercadante. (Correio Braziliense, em 27/7/2011).

A fala de Aloizio Mercadante (ministro da Ciência e Tecnologia) revela que a burguesia nacional (brasileira) investe pouco em ciência e inovação. Talvez seja essa uma particularidade da burguesia brasileira. É justamente o poder público (Governo Federal) que lança em 2011 um Programa chamado “Ciência sem fronteiras”, buscando levar estudantes brasileiros para o exterior, para além das fronteiras, a fim de se tornarem cientistas, e depois voltarem ao Brasil para atuar nas indústrias e nas empresas públicas e privadas.

Com essas pistas podemos, a partir de agora, direcionar o olhar com mais precisão sobre o caráter dessa Ciência (com C maiúsculo), pois também ela não escapa da articulação com a base material de uma sociedade, particularmente da sociedade capitalista, onde se imbricam ciências e tecnologias, produtividade e propriedade privada e até propriedade intelectual. Por outro lado, silencia-se sobre as explorações, divisões, hierarquias, desigualdades, acobertando as oposições e disjunções e, sobretudo, as contradições da lógica do capital.

Seguiremos com alguns recortes discursivos retirados de um vídeo de divulgação que apresenta o Programa “Ciência Sem Fronteiras”. O vídeo foi veiculado no *site* do Ministério da Educação e no próprio *site* do Programa. Nele encontramos diversas falas institucionais, do poder público e também do poder e interesse privado, bem como dos estudantes/bolsistas. São esses dizeres que passaremos a apresentar a partir de agora.

Julliany Mucury – Apresentadora: “O Programa ‘Ciência sem fronteiras’ busca consolidar, expandir e internacionalizar a ciência e a tecnologia, a inovação e a competitividade brasileiras, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Para isso a meta global do programa é distribuir 101 mil bolsas nos próximos quatro anos para alunos brasileiros e estrangeiros, especialmente nas áreas de engenharia, tecnologia e ciências básicas”.

Presidente Dilma – “Nós temos certeza que vamos precisar nos próximos anos de homens e mulheres muito bem preparados, muito bem capacitados, e que tenham condições de permitir que o nosso País adentre a economia do conhecimento”.

Glaucius Oliva – Presidente do CNPq: “Essa associação de gerar o conhecimento e rapidamente apropriar-se dele, numa parceria com empresas e com a sociedade civil, com políticas públicas, isso já é o padrão. E isso é uma coisa que nós queríamos expor os nossos melhores talentos. Que eles possam perceber que ciência e tecnologia não é uma (...) pra se fazer só, dentro da academia, dentro da universidade”.

Julliany Mucury – Apresentadora: “O Programa é resultado da parceria entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e do Ministério da Educação por meio das suas instituições de fomento: o CNPq e a Capes. Elas são responsáveis por 75 mil bolsas, e para garantir a meta, 26 mil virão de várias instituições como a CNI, ABDIB, Febraban, Petrobras, Eletrobrás, Vale e outras empresas importantes, inclusive internacionais”.

Nesses recortes é possível perceber que o lugar da Ciência é mediado pelas políticas de Estado, o qual não escapa da política econômica que faz “parceria” com o setor público/privado, como vimos: **“Essa associação de gerar o conhecimento e rapidamente apropriar-se dele, numa parceria com empresas e com a sociedade civil, com políticas públicas, isso já é o padrão”** / “a CNI, ABDIB, Febraban, Petrobras, Eletrobrás, Vale e outras empresas importantes, inclusive internacionais”.

Ao nos depararmos com esses dizeres, percebemos como ainda é válida a afirmação de Marx e Engels (2001, p. 47): “O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Isso revela como o Estado serve aos interesses econômicos dominantes, que são tidos, “fantasticamente”, como universais.

Assim, compreende-se que há um entrelaçamento do Estado e da Ciência com os interesses sociais e históricos dominantes, como “competitividade”, “especialmente nas áreas de engenharia, tecnologia e ciências básicas”. Tal entrelaçamento orienta não só o modo de produzir ciência e tecnologia no capitalismo global, como também o modo de constituir sujeitos “homens e mulheres muito bem preparados, muito bem capacitados e que tenham condições de permitir que o nosso País adentre a economia do conhecimento” (Presidente Dilma). Eis mais uma vez a necessidade da crítica de Marx, já que a economia é tomada como lei natural independente da História. Para Marx (1996, p. 28), “nessa oportunidade insinuam-se dissimuladamente relações *burguesas* como leis naturais, imutáveis, da sociedade *in abstracto*”.

Levando em consideração essa crítica, é preciso avançar na análise e dizer que “adentrar a economia do conhecimento” exige alguns pré-requisitos para os sujeitos. Um deles é atravessar as “fronteiras”. No entanto, essa formulação “Ciência sem fronteiras” é uma formulação equívoca e permite compreender que esse “sem” não elimina o “com”, nem mesmo no enunciado do Governo que diz “Porque o conhecimento é o que move o mundo”. E é justamente ao tomar em consideração esse mover/movente que nos deparamos com o real sócio-histórico, ou seja, com as contradições, pois não há economia sem história, sem sujeitos e sem ideologia, muito menos conhecimento destituído de práxis que intervenha no real.

### **3. A língua “estrangeira” na mediação dos fins econômicos de base antagonista**

Como vimos, as contradições têm bases históricas, e o Programa “Ciência Sem Fronteiras” contribui para o reformismo da política de Estado, na medida em que se submete aos interesses do capital nacional e internacional “sem/com” fronteiras. Vamos, porém, por partes, pois temos visto também que na efetivação desse Programa visualiza-se um imaginário sobre a língua “estrangeira”, tendo como pano de fundo o mercado e o Estado. Isso faz com que se pense que “treinar” e “aprender” uma “nova” “língua” nacional-estrangeira (língua no sentido de Inglês, Alemão, Francês, Italiano, Chinês) é condição para conseguir um emprego, ou seja, entrar e, sobretudo, manter-se “profissionalmente” no mercado de trabalho. Perguntamos: onde funciona a ideologia nesse discurso? Pelas pistas das materialidades discursivas encontradas nas falas dos estudantes/bolsistas podemos averiguar os mecanismos ideológicos dessa sujeição:

Roberta Melo Couto – Bolsista/SE: “Acho que é uma oportunidade muito importante na minha vida, porque vai servir tanto pra área profissional, que eu vou evoluir como profissional, vou aprender muito, vivenciar uma nova cultura, conhecer pessoas diferentes, conviver com as diferenças”.

Jéssica Lemos Gomes – Bolsista/MG: “Então tudo que eu ver, qualquer coisa da cultura, eu quero absorver maior número de coisas possíveis, porque realmente é uma experiência única”.

André Barros Togawa – Bolsista/DF: “Além da gente poder treinar a língua inglesa diariamente, né? Vinte e quatro horas por dia a gente está falando inglês. Então é uma experiência de tá aprendendo uma outra língua, de morar sozinho”.

Larissa T. Gonçalves – Bolsista/MG: “Com essa experiência do Governo, essa oportunidade que o governo está dando, é superimportante isso, que a gente pode conhecer fora do País novas tecnologias para poder trazer para o País de volta”.

Lincoln Barbosa Silva – Bolsista/SP: “Acho uma oportunidade fantástica, coisa que eu não tive, não conseguiria fazer sozinho sem o Programa”.

Então, vemos funcionar nesse discurso:

Oportunidade muito importante/  
experiência única /  
oportunidade que o governo está dando  
superimportante/  
oportunidade fantástica

Chama-nos a atenção o efeito da repetição das palavras “oportunidade/experiência”, qualificadas como “muito”, “super”, “importante”, “única” e “fantástica”. Esse processo material-significante, e até mesmo “fantástico”, aponta para os interesses do sujeito “jovem”, de “aprender outra língua”, “vivenciar/conhecer/conviver” com outras/novas culturas. De fato, “[...] o sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 1999, p. 32). Assim, esse desejo de conhecer novas culturas é submetido à troca (mobilidade/intercâmbio), ou seja, eles têm a “oportunidade” para “absorver”, mas devem “trazer” para o Brasil “conhecimentos em novas tecnologias”. Trata-se de “um contrato” do poder político e econômico, sempre autoritário, que o estudante/bolsista/profissional/trabalhador, que se apresentou “voluntariamente” em sua “livre escolha” ao Programa, visando ser selecionado (“recrutado”) pelo “mérito”, precisa agora ter como objetivo “claro” para si e para os outros.

Na superfície do discurso, os efeitos de evidência saltam aos olhos, pois parece ser um “benefício”, um “gesto benevolente” do Estado (“coisa que eu não tive”/ “Não conseguiria fazer sozinho sem o Programa”). Ou seja, os estudantes/bolsistas, em “seu” dizer, acabam recobrando o mecanismo ideológico ali funcionando que aponta para a mundialização, fruto das urgências históricas da economia de mercado em crise que se manifestam, contraditoriamente, no multiculturalismo, no nacionalismo e/ou na internacionalização e globalização. Extensa é a lista dos Países “parceiros” (Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Cingapura, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Suécia, Ucrânia, Outros Países) que possuem as consideradas “principais instituições/universidades” do exterior. Mas há várias faltas nessa lista; podemos citar, por exemplo, os países da América Latina que não aparecem na ordem da citação de países que possuem as “principais universidades”. Talvez, apareça na expressão “inclusiva” que produz o efeito de completude: “outros países”. A essa expressão, poderíamos acrescentar paráfrases como “resto do mundo”, remetendo a uma memória discursiva do subdesenvolvimento dos países tidos como do Terceiro Mundo, hoje também referenciados como “países em desenvolvimento”, incluindo o Brasil.

A análise desse percurso de sentidos permite ainda compreender como na fala da apresentadora ocorrem outros recobrimentos. Ou seja, como a interpretação “[...] é o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história (ORLANDI, 1996, p. 18), podemos, também, analisar como as falas dos

estudantes/bolsistas são “fantasticamente” transformadas em “expectativas” que respondem, no íntimo, às metas do “Programa”, leia-se: o direcionamento político dos interesses do mercado:

Julliany Mucury – Apresentadora: “Tanta expectativa responde às metas do Programa. O CNPq quis estimular o trânsito de talentos em um circuito abundante de troca de pesquisa e estudos para graduandos e graduados, formando recursos humanos altamente qualificados”.

Como diz Lênin, citado por Pêcheux no livro “Semântica e Discurso”, “a língua sempre vai onde o dente dói”. Percebemos que essa materialidade não para de sinalizar, de induzir nos sujeitos os interesses de base material do capitalismo. Como o Programa tem “parcerias” com empresas privadas, há outras falas também “esclarecedoras” dos fins últimos ou “investimentos” do Programa:

Murilo Portugal – Presidente da Febraban: “Eu acho que é um Programa de grande importância porque nós todos sabemos que a ciência, a inovação, a qualidade dos recursos humanos é o que fazem os países aumentarem a sua produtividade. Fazem os países crescerem”.

Jorge Almeida Guimarães – Presidente da Capes: “Esse Programa pretende que eles vão pra indústria quando voltarem, por isso é que ele é focado nas áreas tecnológicas. Então nós faremos uma mudança interessante no destino dos nossos jovens que hoje estão na universidade e que, portanto, eu entendo que pra eles é uma oportunidade de ouro. Muitos deles nunca nem saíram do País, e estão qualificados. Então há uma expectativa grande também no exterior de receber esse sangue novo brasileiro”.

Glaucius Oliva – Presidente do CNPq: “A gente precisa conhecer o mundo e precisa aprender a interagir com o mundo pra saber o que nós podemos fazer de contribuição e que nos tornará competitivos e importantes nesse cenário. E o Brasil precisa de seus jovens”.

Fernando Haddad – Ministro da Educação: “Nós queremos não só, como se fazia no Brasil do século do Império, da República Velha, mandar para Europa e Estados Unidos, os jovens, apenas os jovens da elite brasileira. Nós queremos mandar a elite, mas a elite intelectual, seja ela pobre ou rica”.

Aloizio Mercadante – Ministro do MCTI: “O foco... é o aluno, é o mérito, são os melhores alunos do Brasil que terão prioridade neste Programa. Será seguramente a maior contribuição que nós estamos dando pra dar um salto de qualidade em áreas tão estratégicas quanto são as ciências básicas, as áreas das engenharias e as áreas de tecnologia”.

Tudo isso pode ser compreendido no seguinte funcionamento:

Programa de “grande importância/opportunidade de ouro/fantástica”

Porque – (faz, pretende, quer focar)

- Aumento da produtividade;
- Formação de recursos humanos altamente qualificados/elite intelectual (pobre ou rica);
- Destinação (destino) dos jovens para a indústria;
- Formação em áreas estratégicas (ciências básicas, engenharias e tecnologias);
- Tornar competitivos e produtivos para fazer crescer e melhorar o Brasil.

No vídeo, quando analisado, percebe-se uma manobra discursiva. Trata-se do funcionamento daquilo que estamos chamando de **efeito Münchhausen político**, pois os interesses dos estudantes/bolsistas (vivenciar/conhecer/conviver...) em uma nova cultura passam por um “efeito fantástico”. São, contraditoriamente, os outros/mesmos interesses próprios dos representantes das instituições e do mercado de dominação capitalista que afirmam: “o Brasil precisa de seus jovens”. Vejamos ainda:

Roberta Melo Couto – Bolsista/SE: “Com certeza, esse é o objetivo, né?, do Programa, a gente aprender coisas novas lá, melhorar profissionalmente, como estudante também, trazer isso pra cá, pra melhorar o Brasil”.

Essa lógica estranhamente familiar faz com que o desejo/interesse dos estudantes/bolsistas seja reformulado/ressignificado em movimento parafrástico para os interesses do capital nacional e internacional que está “investindo” em “recursos humanos altamente qualificados”, “melhores alunos” e na “elite brasileira”. Esses estudantes/bolsistas passam a assumir o compromisso de atravessar “fronteiras” (lá) para “melhorar”, profissionalmente, e voltar “pra cá, pra melhorar o Brasil”. Trata-se de uma intelectualidade que, explorada pelo poder, não romperá fronteira alguma, porque é orientada a manter as fronteiras de “base” do capital.

Insistimos: trata-se de um “efeito fantástico”, o **efeito Münchhausen político**. Mais uma vez compreendemos com Pêcheux que “o fato de que as classes não sejam ‘indiferentes’ à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*” (PÊCHEUX, 1997, p. 92). Isso nos faz entender que “sem fronteiras” consiste em diferentes línguas, culturas distintas, mas que conserva o “com” das posições de classes e interesses muito semelhantes da burguesia industrial/empresarial/financeira, pois o diálogo com o exterior (o estrangeiro, a fronteira) se volta para o aumento da produtividade e competitividade de um país (Brasil) que está sempre em posição atrasada e retardatária na divisão internacional do capital e do trabalho (“há uma expectativa grande também no exterior de receber esse sangue novo brasileiro”). Vale ressaltar, como diz Mascaro, que:

O capital não se limita por fronteiras e as burguesias nacionais têm comportamentos variáveis quanto às suas relações externas: a depender das condições e situações específicas, aferram-se ou permitem a livre-circulação internacional do trabalho, submetem-se de modo implacável às condições locais. Assim, a ideologia da nação é um elemento que reforça, em cheio, a submissão dos explorados do capitalismo. (MASCARO, 2013, p. 79).

Após a análise desse acobertamento “fantástico/absurdo” das contradições, podemos avançar na reflexão, pois há controvérsias no acesso ao conhecimento “economia do conhecimento”. Esse “acesso” se dá desigualmente, de modo estratificado, e exige que os fins educacionais se reduzam aos

interesses econômicos da burguesia (nacional/internacional) de “produtividade e a competitividade” para fazer “crescer e melhorar o Brasil”.

Nesse campo, não é à toa que as ciências básicas saturem o sentido da “Ciência”, apagando, por exemplo, as Ciências humanas. E a questão que, de início, parecia ser meramente científica (pensemos no horizonte positivista), mostra-se uma questão de caráter político-econômico. Os sujeitos (estudantes) passam a ser “recursos humanos altamente qualificados”, ou seja, trata-se, de outro modo – eufemismo, talvez –, de chamá-los de trabalhadores, de “mão de obra”, “cabeças pensantes”, “elite intelectual” que tem seu “destino” direcionado à indústria; por isso, o investimento em “áreas” tidas como “estratégicas”: “Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química e Geociências; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologia de prevenção e migração de desastres naturais; Tecnologias de transição para a economia verde; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Formação de Tecnólogos”. Em síntese, podemos também dizer com Teixeira (1998, p. 68): “Enquanto o desenvolvimento das forças produtivas for mediado pela forma capital, o saber técnico e científico permanece uma mercadoria-chave e fundamental na concorrência capitalista”.

O mundo do trabalho, mais especificamente, da divisão e exploração da força de trabalho, reaparece no sistema escolar, nas práticas universitárias, nas reformas políticas, nas políticas institucionais e científicas brasileiras. Estes negam a transformação social radical em nome de um “crescimento” para “melhorar o Brasil” por meio da reprodução de “oportunidades fantásticas” de qualificação profissional que acobertam o **absurdo** das relações de exploração do trabalho<sup>35</sup>.

O Programa contribui de maneira indireta para a manutenção da desigualdade real entre “pobres e ricos”, pois se reconhece que os sujeitos (estudantes) possuem lugares e posições diferentes; porém, mediante o **efeito Münchhausen político**, podem ser equalizados pelo “mérito” que torna aparentemente invisível a desigualdade de condições materiais e as contradições agudas da sociedade brasileira.

Citamos Antunes (2011) que, fundamentado na reflexão de Florestan Fernandes, explicita a condição do Brasil:

---

<sup>35</sup> Ver Marx (2001, p. 111) em relação ao trabalho estranhado: “O trabalhador torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e justamente na mesma proporção com que produz bens”.

País maneiroso, cuja história desenrola-se lentamente, sem rupturas nem mudanças profundas, sempre equacionando seus dilemas pela via da conciliação *pelo alto*, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre de prontidão para o exercício da *contrarrevolução*, o Brasil encontrou na *dependência* e no *subdesenvolvimento* a sua forma de *integração para fora* e *desintegração para dentro*. (ANTUNES, 2011, p. 61).

Assim, na materialidade discursiva, um discurso que vai ao passado – “nós queremos, não só, como se fazia no Brasil do século do Império, da República Velha, mandar para Europa e Estados Unidos os jovens, apenas os jovens da elite brasileira” –, retorna e dissimula um distanciamento. No entanto, inscreve-se no repetível – “nós queremos mandar a elite, mas a elite intelectual, seja ela pobre ou rica”. Isto é, mantém-se no repetível das matrizes de sentidos da colonização, do capitalismo tardio, do subdesenvolvido e/ou dos países em desenvolvimento, da globalização, da mundialização e, sobretudo, do neoliberalismo. Busca, assim, manter a posição ideológica dominante, dos interesses das classes dominantes, no poder do Estado, produzindo efeito/trabalho no fazer científico, fazendo a ciência ser “fomentada”, ou ainda, ser “apropriada” pela propriedade privada e direcionada, cada vez mais estreitamente, pelos interesses do capital.

### **Considerações finais**

A universidade e as instituições de fomento, enquanto Aparelhos Ideológicos de Estado e em suas práticas políticas e científicas, têm feito mover os campos de lutas, sendo, sobretudo, orientadas pela reprodução/conservação das relações sociais de divisão e exploração do trabalho<sup>36</sup>. O vínculo dessas políticas com as relações econômicas são visíveis, pois mesmo que as contradições sociais, na maioria das vezes, se mostrem opacas (invisíveis), ou mesmo, sejam tomadas como evidências naturais, podemos compreender como o Estado e a Ciência constituem elementos indispensáveis à reprodução do capital.

Tais políticas orientadas pelo Estado servem ao capital nacional e internacional. Através de “parcerias” entre o público e o privado, buscam garantir a reprodução e o desenvolvimento do capitalismo. O Programa “Ciência sem fronteiras” é mais um desses processos de tomada de posição por um projeto político-econômico voltado aos investimentos do capital. Por isso, deixa à sombra outras questões tidas como impertinentes, ou seja, contorna e acoberta as contradições do sistema capitalista através de um jogo de oposições e disjunções entre público/privado; estudante-bolsista/recursos humanos altamente qualificados; cultura/sociedade; divergências/semelhanças entre pobres/ricos; línguas estrangeiras/tecnologias; fronteiras/livre comércio; produtividade-competitividade/crescimento-melhoria do Brasil.

---

<sup>36</sup> Ver como os cursos de graduação em Letras no Brasil estão buscando se apropriar desse Programa “Ciência sem fronteiras”, ou dessa Política de Estado, para tirar “vantagens”; ao final, acabam, “sem saber”, fortalecendo o poder dominante e servindo aos interesses do capital.

Parece não haver espaço para nenhuma indagação sobre a “evidência desse futuro”, pois as possibilidades são oferecidas como “oportunidades” para contribuir na perpetuação da lógica do capital através de investimentos no “sangue novo” dos “jovens talentos”, ou seja, dos trabalhadores (mão de obra, força de trabalho). Estes são livremente submetidos, interpelados pelo “mérito”, à “economia do conhecimento”, para servirem ao comércio exterior/interior, ou ainda para o mercado mundial/local, que coisifica o trabalhador, submetendo-o à lógica da mercadoria pela produtividade. É, pois, uma forma de cooptar a subjetividade da classe trabalhadora.

É um saber/poder para fazer “crescer e melhorar o Brasil” sem subverter a lógica, pois visa aumentar a produtividade, dissimulando um mundo “sem” fronteiras, porém mantendo, em última instância, o “com” fronteiras do poder, da propriedade e do capital. Vale lembrar com Pêcheux (1990, p. 16) que “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente”. É preciso, pois, resistir a essa ideologia de um mundo “sem/com” fronteiras, questionando a aparente ausência do histórico nas explicações desses interesses econômicos, políticos e sociais.

Gostaríamos de finalizar essa reflexão retomando um dizer que hoje paira sobre as universidades, pois nos disseram outro dia, em uma reunião, que o que não estava dando certo nesse Programa era que os estudantes – os candidatos a bolsistas do “Ciência sem fronteiras” – “não sabiam” ou “não dominavam” (uma) língua estrangeira (Inglês, particularmente), e isso prejudicava deveras o “sucesso” do Programa.

Achamos interessante o raciocínio lógico-evidente, até mesmo “surpreendentemente fantástico” desse gesto de interpretação tão aparentemente explicativo. Mas, compreendemos hoje que se trata de uma pista falsa, pois esse dizer era “sério” e “comprometido” demais em suas filiações históricas de sentidos, e, além disso, por ser **evidente e absurdo**, produzia efeitos severos no real. Por isso, não deixamos de continuar questionando se a barreira da língua estrangeira era ou é efetivamente o obstáculo a ser superado nesse Programa. Lembramo-nos de Pêcheux e Gadet, em seu livro “A língua inatingível”:

A dificuldade do estudo das línguas naturais provém do fato de que suas marcas sintáticas nelas são essencialmente capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações. É também a razão pela qual as línguas naturais são capazes de política. (PÊCHEUX & GADET, 2004, p. 24).

E ainda continuamos a pensar sobre o que efetivamente expõe ao “perigo” de não “sucesso” a base desse Programa – político-científico – “Ciência sem fronteiras”. Encontramo-nos hoje em silêncio, pois, como afirma Orlandi (2002, p. 11), “há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido”. E esse estar no sentido em silêncio é tão significativa em seu efeito, que chega a se tornar ensurdecedor, já que as línguas, em sua equivocidade, como vimos, são realmente capazes de política...

## Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In TEIXEIRA, F. & OLIVEIRA, M. (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- HAROCHE, Claudine. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo, SP: Ed. Martin Claret. São Paulo. 2001.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, SP: Ed. Martin Claret. São Paulo. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política*. Coleção Os Pensadores. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.
- MASCARO, Alysson. *Estado e reforma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas-SP: Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. Do sujeito na História e no Simbólico. In *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas-SP: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação: Autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel & GADET, Françoise. *A língua inatingível*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. Delimitações, inversões, deslocamentos. In *Cadernos de estudos linguísticos*, 19. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- SILVA SOBRINHO, Helson. *Discurso, velhice e classes sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica*. Maceió: Edufal, 2007.
- \_\_\_\_\_. Análise do Discurso e a insuportável luta de classes na teoria e na prática. In TFOUNI, L. *et alii* (Orgs.). *A Análise do Discurso e suas Interfaces*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.
- TEIXEIRA, Francisco. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In TEIXEIRA, F. & OLIVEIRA, M. (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1998.

# Ensayos, diálogos, folletos: formulación y circulación de saberes sobre la lengua nacional en la Argentina

Mara Glzman

UBA/Conicet/Centro de la Cooperación “Floreal Gorini”

Este trabajo constituye una estabilización relativa en un proceso de investigación de mayor alcance. En líneas generales, la perspectiva de análisis y el objeto de estudio pueden caracterizarse a partir de la intrincación entre una historia de los saberes sobre la lengua y el Análisis Materialista del Discurso.

El primero de los sintagmas –una historia de los saberes sobre la lengua– abrevia en dos líneas de investigación que, aun con diferencias teóricas, plantean relaciones entre lengua, política e historia: la Historia de las Ideas lingüísticas tal como se desarrolla en Brasil (Orlandi 2001a, 2002 y 2009, Mariani y Medeiros 2010, Castellanos Pfeiffer 2011, Rodrigues Alves Diniz 2010, Fernandes Ferreira 2013, entre otros) y los estudios de Glotopolítica producidos en Argentina (Arnoux y Luis 2003, Arnoux 2008, Arnoux y Bein 2010, Lauria 2011, Bentivegna 2013, di Stefano 2013, entre otros). El segundo sintagma –Análisis Materialista del Discurso (AMD)– inscribe la reflexión teórica, la lectura de los materiales discursivos y las operaciones de conformación del archivo en una *triple entente* (no exenta de interrogantes ni necesariamente “armoniosa”): Pêcheux (1988, 1994, 2012), Courtine (1981), Authier (1984).<sup>37</sup>

A partir de este anclaje, nos interesa introducir una reflexión en torno de aquello que podría denominarse “forma discursiva”, en particular en torno de las formas discursivas involucradas en los saberes sobre la lengua. Este interés surge en gran medida del proceso de conformación de un archivo con materialidades que en principio no responden a las formas estabilizadas de saber metalingüístico.

Se trata de una dimensión que en los trabajos de Historia de las ideas lingüísticas suele estar presente en las prácticas analíticas (en los tipos de materiales y en los modos de organizar el archivo) pero no es abordada teóricamente.<sup>38</sup> Por su parte, los trabajos de Glotopolítica que introducen esta dimensión como objeto de reflexión lo hacen desde las nociones de “género” o “matriz discursiva” y/o a partir de perspectivas enunciativas.

---

<sup>37</sup> Tomo la denominación *Análisis Materialista del Discurso* (AMD) de los trabajos desarrollados por el GEHD (Grupo de Estudios en Historia y Discurso, con sede en el Centro Cultural de la Cooperación “Floreal Gorini”), del que formo parte. La necesidad de reformular la sigla AD mediante la inclusión del adjetivo “Materialista” responde en gran medida a las condiciones actuales del campo de los estudios del discurso en la Argentina.

<sup>38</sup> Gran parte de las investigaciones sobre instrumentos y saberes lingüísticos aparece efectivamente organizada en torno de formas discursivas específicas: la forma *gramática*, la forma *lista de palabras*, la forma *diccionario*, la forma *órdenes/cédulas reales*, la forma *diálogos de contacto*, la forma *relatos de viajes*, la forma *examen*, la forma *catálogo*, entre otras.

El trabajo presenta dos momentos. El primero consiste en una revisión del modo en que aparece esta cuestión en dos textos centrales del AMD: Courtine (1981) y Pêcheux (1988). Con ello no nos proponemos dar respuestas certeras sino abrir interrogantes acerca de una problemática que parece haber sido “entregada” a perspectivas funcionalistas o puramente enunciativas. El segundo momento presenta dos “ejercicios”, que ponen a funcionar las consideraciones en torno de la noción de forma discursiva en el análisis de un archivo en proceso de conformación. Aparecen, así, interrogantes acerca de la pertinencia de pensar esta dimensión como criterio para el montaje discursivo y cuestiones relativas a los modos de constitución, formulación y circulación de los saberes lingüísticos en la Argentina.

### **La forma discursiva: ¿formación o producción?**

El AMD no solo comporta una práctica analítica, constituye –también– una práctica teórica. Por consiguiente, las nociones que pone a trabajar son pensadas como conceptos entramados en una red que expresa un posicionamiento epistemológico. Así, la distinción entre una instancia de *constitución/formación* del discurso e instancias de *formulación/enunciación* y *circulación/difusión* –retomando conjuntamente los términos de Courtine (1981) y de Orlandi (2001b)– no es solo operativa, se articula en una red con la teoría de los dos olvidos y la relación *intradiscurso/interdiscurso* (Pêcheux 1988) así como con las dos formas de la heterogeneidad discursiva que define Authier (1984). En este sentido, la distinción entre *formulación/enunciación* y *constitución/formación* organiza de alguna manera dos series conceptuales: por un lado, *intradiscurso/secuencia discursiva, heterogeneidades mostradas, olvido n° 2*; por el otro, *interdiscurso/memoria discursiva/formación discursiva, heterogeneidades constitutivas, olvido n° 1*, conceptos –los de la segunda serie– que remiten a una “zona” del decir que resulta inaprensible para el sujeto puesto que lo constituye en tanto tal.

Estos dos “niveles” o “zonas” del discurso –de la teoría del discurso– aparecen caracterizados en Courtine (1981) a través de un sistema de notación específico: minúsculas para la primera serie, mayúsculas para la segunda. De esta manera, Courtine distingue entre, por un lado, *condiciones de producción* (cp) de una secuencia discursiva (sd), que remiten a una coyuntura específica, a ciertos marcos institucionales/situaciones enunciativas, a la caracterización de los sujetos que enuncian –(re)formulan–, a los “alocutarios” y, por el otro, *Condiciones de Formación* (CF), de las que forma parte constitutiva el interdiscurso de una determinada Formación Discursiva (FD). En esta misma línea, *enunciado* y *enunciación* no son, en Courtine, una dupla pareja: el enunciado corresponde al nivel del interdiscurso, forma parte de las regularidades de una FD; el nivel de la enunciación remite a las variables situacionales de las (re)formulaciones de un determinado enunciado.

Esta somera caracterización habilita, pues, la pregunta por los modos de localización de las referencias a las formas discursivas en los textos teóricos y/o metodológicos del AMD. Esto es: ¿cómo

se inscribe esta dimensión en la red conceptual que elaboran? En el caso de Courtine (1981), los elementos que refieren a formas discursivas participan de la descripción de las variaciones en las condiciones de producción (cp):

b) Invariants et variations dans le domaine de mémoire

La structuration du domaine de mémoire fait ainsi apparaître, à partir de la détermination des CP de la sdr, à la fois un ensemble d'éléments invariants et une variation systématique des cp des séquences discursives retenues dans le plan des CF du processus discursif.

Invariants : discours d'appareil/aspect régional de la FD communiste. Variation des cp (sdr) dans le plan des CF (FDR)

— variation de conjonctures (1936-1937/1944-1945/1963-1967/1970-1976);

— variation de place de sujet énonciateur (**discours de secrétaires généraux du Parti communiste/brochures de propagande/interviews de secrétaires généraux/résolution de congrès/manuel de l'école du parti/articles de journalistes communistes...**);

— variation du sujet énonciateur lui-même (M. THOREZ/WALDECK-ROCHET/ G. Marchais...);

— variation de l'allocutaire (discours au «peuple de France»/à un groupe de journalistes français et étrangers/à des cadres communistes/à la base du parti/aux délégués au congrès/à des juristes communistes/à des lecteurs de journaux catholiques/à des lecteurs de journaux communistes...);

— variation des circonstances énonciatives (**discours radiodiffusé/conférence de presse/meeting politique /congrès du Parti/session du Comité central/situation d'interview/situation «scolaire» de la lecture ou de l'utilisation d'un manuel de l'école du Parti/réponse d'un journal communiste à un texte de l'Église...**)

(Courtine, 1981: pp. 76-77; subrayado nuestro)

De esta cita desprendemos dos observaciones. La primera: las denominaciones resaltadas –para este análisis– en los paréntesis caracterizan (aspectos de) formas de secuencias discursivas. No se plantea en el texto de Courtine una relación entre interdiscurso/memoria discursiva y las formas específicas de las secuencias discursivas, dado que las formas responden a variaciones enunciativas. En el trabajo de Courtine, por lo tanto, la forma discursiva aparece en la caracterización/descripción de aquellos “datos” que no participan de la hipótesis central de la investigación ni de los criterios para organizar el montaje discursivo (*forma del corpus*). Segunda observación: la “forma de una secuencia discursiva” no aparece en el texto como concepto ni como objeto de reflexión; su localización en la construcción parentética expresa el carácter de *evidencia* que esta dimensión adquiere.

En Pêcheux, el mecanismo a través del cual se incorporan en el texto elementos que remiten a las formas discursivas es análogo al que opera en Courtine:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinado pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (**articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.**). (Pêcheux 1988: 160; subrayado nuestro)

En efecto, podemos observar el mismo funcionamiento: una enumeración ubicada, a través de la construcción parentética, fuera del espacio central del cuerpo teórico y, en este caso, sin introducir un término específico que englobe los elementos enumerados. ¿Qué efectos de sentido produce, pues, esta “inclusión marginal” a través de un mecanismo ilustrativo? También aquí se presenta bajo la forma de la evidencia qué es lo que “arenga”, “sermón”, “panfleto” designan. No obstante, a diferencia del planteo de Courtine, en el texto de Pêcheux las referencias a formas discursivas aparecen en el corazón mismo de la teoría (en los márgenes del corazón): en la definición de *formación discursiva*. En este punto, pareciera poder afirmarse que una formación discursiva atraviesa/puede atravesar formas discursivas diversas, dado que, tal como es caracterizada por Pêcheux, la delimitación de una FD es eminentemente semántica: se trata de una matriz de constitución de sentidos.

¿Por qué, entonces, incluirlo en la definición? ¿Puede pensarse, a partir de esta observación, una relación entre formas y formaciones discursivas? ¿Qué relevancia tiene que se trate de la forma *sermón*, de la forma *arenga* o de la forma *programa*? ¿Las formaciones discursivas incluyen como uno de sus componentes formas discursivas específicas? ¿Las formas discursivas –*arenga, sermón, programa*– son parte de aquello que determina lo que puede y debe decirse?<sup>39</sup>

Pensar las formas discursivas como elementos de una FD significaría hacer lugar, en las consideraciones sobre la materialidad discursiva, no solo a la materialidad de los sentidos y de los procesos semánticos sino también a otra forma de la materialidad: la materialidad de la forma. Pensar las formas discursivas como elementos de aquello que puede y debe ser dicho produciría también otros desplazamientos: permitiría preguntarse por la relación entre forma discursiva, heterogeneidades, interdiscurso y memoria discursiva.

Proponemos, entonces, abordar la cuestión de la forma discursiva en los dos “niveles” o “zonas” caracterizadas al comienzo del apartado: por un lado, como *forma de una secuencia discursiva*, esto es, en su relación con las condiciones de producción (coyuntura, anclaje institucional, posiciones de enunciación) y con aspectos de la circulación; por el otro, como una dimensión de la materialidad discursiva en la que los procesos interdiscursivos generan efectos. Esto implica atender también al modo en que en una determinada secuencia (re)aparecen en el nivel de la forma –no necesariamente como expresión de “la misma” forma discursiva– elementos presentes en secuencias que responden a otras condiciones de producción, sea en el dominio de actualidad (variación de condiciones enunciativas/anclajes institucionales) o en el dominio de memoria (variación de coyunturas históricas).

---

<sup>39</sup> De adoptarse esta hipótesis, podría pensarse una analogía entre la relación *formaciones discursivas/formaciones ideológicas*, por un lado, y *formas discursivas/formaciones discursivas*, por el otro: así como una FD es un elemento de una FI (con su especificidad material), una forma discursiva es un elemento de una FD y, por lo tanto, también de una FI. Por lo incipiente del trabajo no estamos aun en condiciones de avanzar en el análisis de las formas discursivas como elementos de una FI.

## Formas discursivas, condiciones de producción y dominio de actualidad

Este primer apartado analítico introduce reflexiones en torno de un archivo en proceso de conformación; se trata, pues, de un ejercicio que pone a trabajar hipótesis, líneas de posibilidad, que permiten pensar alternativas para la organización de un corpus a partir de la noción de *forma discursiva*.

Como planteamos en la introducción, la problematización de las formas discursivas surge en gran medida del encuentro, en el proceso de investigación, con ciertos tipos de materiales.<sup>40</sup> En particular, nos hemos concentrado en el período comprendido entre fines de la década de 1920 y mediados de la década de 1950, durante el cual proliferan las publicaciones destinadas a un “público general”, que ponen a circular posiciones en torno de la lengua por fuera de las instituciones y cuyos modos, diversos, de organización discursiva no responden a las formas estabilizadas del saber metalingüístico: ensayos, compilaciones de notas de la prensa escrita, materiales discursivos de secuencia dialogal, folletos, escritos con forma epistolar, entre otros.

La diversificación de las formas discursivas se articula a su vez con una heterogeneidad en las posiciones enunciativas desde las que se formulan los saberes –escritores, filólogos, profesores, “autodidactas”–, en su inscripción institucional –directores del Instituto de Filología de la Universidad de Buenos Aires, miembros de la Academia Argentina de Letras, figuras ignotas que polemizan con las instituciones–, en aquello que Courtine denomina “circunstancias” –conferencias y programas radiales luego editados bajo la forma de libro o folleto– así como en aspectos materiales del proceso de edición, que también resultan heterogéneos –desde editoriales como Losada, y El Ateneo hasta librerías y casas de impresión sin sello editorial–.

Tal diversificación de las formas de las secuencias discursivas no podría remitir solamente, según entendemos, a variables enunciativas y/o institucionales. Es preciso, por consiguiente, formular otras preguntas acerca de las condiciones de producción, vinculadas con especificidades de la coyuntura en la que los materiales se producen y circulan.<sup>41</sup> En este sentido, podríamos poner en relación la emergencia de las formas caracterizadas con un proceso más general de ampliación del público lector y de heterogeneización de las formas de lectura a partir de la década de 1920, proceso

---

<sup>40</sup> La investigación se propone contribuir a conformar un archivo en el cual estudiar las posiciones en torno de la lengua y los modos de producción y de circulación de los saberes lingüísticos en la Argentina durante el siglo xx, atendiendo también a los efectos que tales discursos generan en el presente (retomamos esta última cuestión en el apartado IV).

<sup>41</sup> Dejamos abierta, a partir de esto, la pregunta por la pertinencia de distinguir entre *variaciones enunciativas/institucionales* y *condiciones de producción* vinculadas con especificidades de la coyuntura, planteo sobre el cual Courtine no profundiza.

que se expresó también en la producción y puesta en circulación de diarios, revistas y colecciones de literatura popular (Montaldo 2006).<sup>42</sup>

De la diversidad de materiales y publicaciones enumerados producimos un recorte en torno de dos nodos de la red que responden a formas discursivas diferentes:

- A. *Diálogo argentino de la lengua. 50 lecciones para hablar y escribir correctamente*, de Avelino Herrero Mayor (Buenos Aires: Hachette, 1954).
- B. *Folletos lenguaraces*, de Vicente Rossi (Córdoba: Imprenta Argentina; Río de la Plata: s/ed, 1927-1945).

A. Editado por Hachette y prologado por el Subsecretario de Radiodifusión del Estado, el *Diálogo argentino de la lengua* (DAL) compila las emisiones de un programa radial transmitido por Radio del Estado entre 1951 y 1954. Conducía el programa uno de los principales pedagogos de la lengua en la Argentina, Herrero Mayor, quien había escrito columnas en el diario *El Mundo* en la década de 1920 y en el diario *La Nación* en la década de 1940, además de artículos en publicaciones ministeriales –durante el segundo gobierno de Hipólito Yrigoyen– y numerosos ensayos de difusión gramatical y divulgación pedagógica sobre la lengua.<sup>43</sup>

El DAL retomaba las posiciones de defensa de “la unidad del español” así como algunos de los lineamientos enunciados en el *Plan de Gobierno 1946-1951* (Glozman, 2011). Pero además el DAL funcionó en el dominio de actualidad, en paralelo a otras “políticas de democratización del acceso” fomentadas por el primer peronismo, como un instrumento de “democratización del acceso a la norma lingüística instituida” que no subvertía ni dislocaba, en líneas generales, aquellos enunciados normativos legitimados en/por los dispositivos escolares y académicos.

En lo relativo específicamente a la forma de la secuencia discursiva, la estructura de las emisiones –organizadas en capítulos breves– presenta dos voces: una alumna, que introduce interrogantes, dudas y comentarios en torno de la norma lingüística, y un profesor, encarnado en Herrero Mayor, que responde a los requerimientos de la alumna. La transcripción escrita reproduce esta dinámica dialogal:

**Alumna.** – Maestro: creo estar en condiciones de compartir con usted esta digresión filológica. Dentro del módulo idioma –habíamos asentado– caben las particularidades de cada uno de los pueblos del habla. El *castellano* se llama así

---

<sup>42</sup> No pretendemos en este trabajo dar cuenta de manera sistemática ni exhaustiva de las condiciones de producción de las materialidades enumeradas sino abrir interrogantes acerca de los aspectos que intervienen/podrían intervenir en la producción de determinadas formas discursivas.

<sup>43</sup> Entre ellos, *Artesanía y prevaricación del castellano* (1931), *Lengua, diccionario y estilo* (1938), *El idioma de los argentinos y la unidad del castellano* (1942), *Presente y futuro de la lengua española en América* (1943/1944) y *Condenación y defensa de la gramática* (1945).

históricamente, y *español*, atendiendo a su moderna unidad, expansión y diversidad ecuménica.

**Profesor.** – Resulta impertinente el distingo que aun suele hacerse acerca de un presunto “idioma argentino”. Cabe, sí, la idea de un reconocimiento de expresión propia dentro del español, cultivado por más de veinte naciones hermanas por la sangre y por la verba (DAL, p. 10)

Hay además otro mecanismo recurrente en el DAL, articulado a partir de la dinámica dialogal: la puesta en acto del error. La figura del profesor, entonces, no solo explica sino también reprende y corrige a la alumna:

**Alumna.** – Maestro, vengo aireada a la clase.

**Profesor.** – ¿Llega usted de Palermo?

**A.** – No, señor. No vengo con aire sino con ira.

**P.** – Entonces... airada. Viene usted irritada.

**A.** – Vengo irascible.

**P.** – Irascible. No haga sonar tanto la ere.

**A.** – ¡Ay de mí! (DAL, p. 26)

B. Los *Folletos lenguaraces* (FL), publicados entre 1927 y 1945, comienzan a circular pocos años después de la creación del Instituto de Filología de la Universidad de Buenos Aires. En alguna medida constituyen una respuesta polémica y una toma de posición ante el proceso de institucionalización de los estudios filológicos de matriz hispánica, presentado en los FL como un proceso análogo a la organización del Virreinato durante la etapa colonial. Los FL constituyen una instancia en la que se articulan, pues, historia crítica de la conquista y colonización, formulaciones que actualizan enunciados del discurso emancipatorio y reivindicación de la existencia de un “idioma nacional”, denominado por Rossi “idioma nacional rioplatense”, común entre “Argentinos y Uruguayos”:

Nacional Rioplatense llamamos nosotros a la nuestra [lengua], y así se llamará un día. No por exclusivismo, sinó para librarla del falso exclusivismo castellano que tal denominación le da. Ningun derecho merecedor de considerarse puede alegar “la Lengua” para darse la exclusiva de española. Nosotros los tenemos irrefutables para que nuestra habla no se llame castellana; derechos creados por nuestros pueblos, inteligentes e ingeniosos como no hay ejemplo; por nuestra cultura social e intelectual; derechos que claman en cada pajina, en cada línea de estos folletos. (FL, *Folleto* nº 9, 1929, p. 15)

Hay además otros trazos materiales que se inscriben en este entramado: por un lado, la práctica de marcar, en la ortografía, un desafío a la normativa instituida<sup>44</sup>; por el otro, el gesto de señalar en su tapa, provocativamente, “Río de la Plata” como lugar de edición. Asimismo, los FL actualizan, en sus modos de explicitar la organización de las series y en el gesto de anticipar “lo que

---

<sup>44</sup> Tales prácticas de escritura que dislocan la normativa ortográfica reinscriben en los FL los debates en torno de la ortografía americana producidos entre Sarmiento y Bello a mediados del siglo XIX (Arnoux 2008).

vendrá”, elementos de los folletines criollistas de lectura popular circulantes desde fines del siglo XIX (Prieto 1988):

“En el próximo folleto Vicente Rossi iniciará la demostración de la existencia del IDIOMA NACIONAL RIOPLATENSE, y de la discutible autoridad en el Plata del diccionario de los castellanos. Haremos una edición popular para distribuir gratuitamente” (FL, *Folleto* nº 5, 1929: s/p)

La caracterización del DAL y de los FL muestra su imbricación en una red de saberes sobre la lengua en su dominio de actualidad. De esta manera, en el nivel de la formulación, entablan relaciones con otras posiciones circulantes en la misma coyuntura, relaciones de polémica, de filiación, de alianzas y/o de afinidad en torno de la existencia de un “idioma nacional” o de la defensa de la “unidad del español” (Glozman y Lauria 2012), en torno de la puesta en cuestión de la normativa institucionalizada o de la necesidad de su difusión.

Ahora bien, es posible plantear que el DAL y los FL entablan relaciones –de alianza, de afinidad, de polémica– con otros componentes de la red considerando específicamente la dimensión de las formas discursivas. En este sentido, el DAL puede ponerse en serie con los libros de divulgación gramatical de Monner Sans –*Disparates usuales en la conversación diaria* (1923) y *Barbaridades que se nos escapan al hablar* (1924)– y con fragmentos de *Despeñaderos del habla* (1952), de Arturo Capdevila, cuya forma dialogal también organiza una puesta en acto del error. Los FL, por su parte, confluyen en la dimensión de la forma discursiva con los ensayos breves de Luis C. Pinto, publicados en la revista *La Carreta*.<sup>45</sup> En esta misma línea, las formas discursivas permiten identificar relaciones de polémica: la forma *folleto* entabla una relación de antagonismo con las formas discursivas que organizan publicaciones periódicas institucionales, como los *Cuadernos del Instituto de Filología* (Ciapuscio 2006) y los *Boletines de la Academia Argentina de Letras* (Glozman 2012 y 2013). La forma *folleto* resulta afín con la posición “militante” y “antiinstitucional” que los FL expresan.

Por último, es posible plantear que el DAL y los FL entablan relaciones con formas discursivas no vinculadas específicamente con saberes sobre la lengua. Así, en el DAL se pueden identificar huellas de la forma *radioteatro*, cuya circulación a comienzos de la década de 1950 era masiva. En los FL, además de elementos que remiten a la forma *folletín*, podrían identificarse trazos de otras formas discursivas circulantes hacia fines de la década de 1920 y comienzos de la de 1930: aguafuertes (las aguafuertes de Roberto Arlt habían cobrado un grado importante de masividad) y manifiestos (los manifiestos de las vanguardias, las formas breves de la polémica publicadas en revistas literarias y culturales).

---

<sup>45</sup> Entre otros, “Por nuestro idioma nacional” (febrero de 1941), “‘Lo castellano’ en el castellano” (marzo de 1941), “Sueño de ‘Imperio Idiomático’” (julio de 1941) y “Américo Castro ‘Corregidor’ de Lengua’...” (octubre de 1941).

## Trazos en el presente: formas discursivas y dominios de memoria

Este segundo apartado analítico propone un ejercicio de *historia del presente* (Dean 1994): intenta poner a funcionar una práctica de lectura que tome como punto de referencia discursos circulantes en la actualidad para “remontarse” en el archivo, procurando identificar elementos de memoria cuyos trazos se inscriben en los discursos actuales/recientes. Este interés en una *historia del presente* –que Dean formula a partir de una reflexión en torno del trabajo foucaultiano sobre el archivo– confluye con las consideraciones sobre los modos de lectura que plantea Pêcheux en algunos de sus últimos escritos (en especial, 1994 y 2012). Tomando tales consideraciones, encaramos las secuencias discursivas como entramados heterogéneos de elementos que se inscriben en distintas temporalidades; es el analista, con su gesto de lectura, quien identifica en los indicios materiales los trazos que reenvían a los diversos dominios de memoria.<sup>46</sup>

En particular, del conjunto de discursos sobre la lengua circulantes en la última década, tomamos como referencia dos secuencias:

- A. El “Diálogo semanal con los lectores” (diario *La Nación*, 2004-2009).
- B. El manifiesto “Por una soberanía idiomática” (diario *Página 12*, 17 de septiembre de 2013).

A. El “Diálogo semanal con los lectores” comenzó a publicarse en 1998 bajo la firma de Octavio Hornos Paz, co-autor del *Manual de estilo y ética periodística* del diario *La Nación*, editado un año antes. La columna se proponía, según se explicitaba en sus objetivos, generar un espacio para que los lectores vertieran “opiniones”, “quejas” y “comentarios” en torno del diario, tanto de sus contenidos como de su estilo y de la “corrección” de sus escritos. El papel del columnista era el de recolectar y responder las inquietudes de los lectores. A partir de 2004, cuando se hace cargo de la columna Lucila Castro –exprofesora de lenguas clásicas de la Universidad de Buenos Aires– el “Diálogo” otorga cada vez más lugar a cuestiones relativas a la norma lingüística, a quejas generales vinculadas con el “uso incorrecto” de la lengua y a preguntas de índole metalingüística (Miotto y Glozman 2013).

B. El manifiesto “Por una soberanía idiomática” es un documento firmado por numerosos intelectuales, escritores e investigadores, entre ellos Horacio González, actual Director de la Biblioteca Nacional, y María Pia López, actual Directora del Museo del Libro y de la Lengua. Fue publicado en el diario *Página 12* en la sección “Opinión”. Si bien no se trata de un texto que expresa la posición del diario, es posible observar líneas de afinidad entre el documento y el medio que lo publica, no solo por algunas figuras que firman el manifiesto y colaboran asiduamente –en la sección “Opinión”– con

---

<sup>46</sup> Retomamos así el planteo de Arnoux (2006) en torno del carácter indicial del trabajo analítico sobre un corpus/archivo.

*Página 12* sino también por la proximidad política que tal confluencia expresa, en particular respecto de los lineamientos políticos generales del gobierno kirchnerista.<sup>47</sup>

En tanto acontecimientos, la emergencia del “Diálogo con los lectores” y del manifiesto “Por una soberanía idiomática” pueden comprenderse en la intersección entre una actualidad, que involucra elementos de coyuntura, y procesos de memoria, que participan de sus Condiciones de Formación.

El “Diálogo semanal con los lectores”, además de inscribirse en lo que podríamos denominar “una historia de los debates/discursos sobre la lengua en la Argentina”, actualiza elementos específicos de la historia del diario *La Nación* –autodenominado “tribuna de doctrina”–, que dio lugar a la publicación de artículos en torno de “la cuestión de la lengua” desde fines del siglo XIX (Alfón 2008). La columna expresa, a su vez, transformaciones operadas en el funcionamiento de la prensa escrita durante las últimas décadas. Con ello nos referimos a un doble proceso: por un lado, a la creciente legitimidad para la elaboración y formulación de criterios normativos orientados a la producción de escritos periodísticos (Arnoux, Blanco y di Stefano 1999); por el otro, a transformaciones en la figura del “lector”, cuya “participación” es fomentada mediante la creación de nuevas instancias.

Así pues, en términos de caracterización de coyuntura, de circunstancias, dinámicas institucionales y otras variables de las condiciones de producción, la columna de *La Nación* y el DAL no presentan más elementos en común que la posición institucional que comparten Lucila Castro y Avelino Herrero Mayor (su inscripción como *profesores*).

Las relaciones parecieran presentarse, en principio y tomando como punto de partida el trabajo sobre la materialidad histórica de los sentidos, en construcciones, expresiones y modos de denominación vinculados con posiciones en torno de la lengua:

Somos argentinos que nos expresamos naturalmente en buen español (DAL: p. 9)

A mí también me parece bien que enseñen inglés en las escuelas. Ahora estoy esperando el anuncio de que próximamente, aunque sea como segunda lengua, se incorporará en los planes de estudio la enseñanza del español (“Diálogo con los lectores”, 2-03-2009)

El manifiesto “Por una soberanía idiomática” también puede comprenderse como una instancia de intersección entre actualidad y memoria. Por un lado, la expresión “soberanía idiomática” se inscribe en un dominio de actualidad en el que la cuestión de la “soberanía nacional” aparece reactualizada –en la Argentina y en otros países de América Latina– en relación con distintos ámbitos, campos y núcleos de debate, entre ellos intervenciones de política pública en torno de los recursos energéticos y dimensiones de la política internacional. Por el otro, en diversas formulaciones contenidas en el documento resuenan enunciados que reaparecen de manera recurrente desde el

---

<sup>47</sup> No afirmamos, con esto, que todos los firmantes participan del gobierno o coinciden con sus posicionamientos.

segundo tercio del siglo XIX (Glozman y Lauria 2012, Alfón 2013). La articulación entre lengua y soberanía nacional, en efecto, no solo se encuentra en los FL sino también en secuencias producidas en otras coyunturas: 1837-1845 (ensayos de la llamada “Generación de 1837”), 1940 (los escritos de Luis C. Pinto), 1952-1955 (formulaciones producidas en el seno de las instituciones gubernamentales durante el segundo gobierno peronista), 1973 (ensayos de Ernesto Sábato). Inscriptos en esta serie, los FL se hacen presentes en el manifiesto de 2013 en la articulación entre crítica de las relaciones (neo)coloniales y planteos acerca de una “soberanía de/en la lengua”:

La castellanización es una piratería contra nuestra cultura (FL, *Folleto* nº 12, 1931, s/p.)

Sostenemos el virreinato del río de la plata, antes negrero, ahora lengual (FL, *Folleto* nº 13, 1931, p. 68)

En materia idiomática, España siempre sintió que se trataba de “sus” yacimientos, pues no se cansa de decir que se trata de un “bien común” e “invaluable”, y que por eso es ella la que se encarga de comercializarlo en el resto del mundo. El patrimonio es compartido, pero la destilación es extranjera (“Por una soberanía idiomática”)

Ahora bien, tanto en la relación entre el “Diálogo con los lectores” y el DAL como en las continuidades –comprendidas como relaciones de repetición/transformación– entre el manifiesto “Por una soberanía idiomática” y los FL es posible identificar otro tipo de indicios a partir de los cuales leer efectos de memoria: elementos de forma discursiva en los cuales resuenan aspectos de las secuencias producidas en otras coyunturas.

En el caso del “Diálogo semanal con los lectores”, en particular desde 2004, tales elementos pueden reconocerse en los modos de estructuración polifónica que organizan la forma de la columna:

Escribe el lector: “Poco satisfactoria la explicación «académica» del uso combinado del verbo en segunda persona plural deformado (*querés, podés, tenés*, que usted llama verbo del voseo) con la conjugación normal del subjuntivo. Es creciente el uso argentino de la «conjugación ensalada», mezcla de correctos con deformados. Y es que a todo el mundo le gusta a veces parecer más fino. Sin duda la conjugación correcta da un tinte de fineza. «Gente fina é outra coisa». Sosa habla de “la «conjugación ensalada», mezcla de correctos con deformados”. Es decir que para él lo “normal” es conjugar el verbo en singular con el pronombre plural (*vos*), y considera que las formas *querés, podés y tenés* son formas “deformadas”. Como ya hemos explicado varias veces, *querés, podés y tenés* no son formas “deformadas” (si puede existir tal cosa): son variantes de *queréis, podéis y tenéis* que también se usaron en España, pero allí no se conservaron. (“Diálogo con los lectores”, 30-03-2008)

No afirmamos, pues, que se trate de “la misma” forma discursiva: la forma discursiva de la columna no “reproduce” la secuencia dialogal que presentaba el DAL sino que incorpora citas textuales con los comentarios, dudas y/o quejas enviadas por los lectores. No obstante, pensando la forma

discursiva en términos de heterogeneidades, podemos afirmar que hay en el “Diálogo” elementos de forma discursiva que remiten al DAL y aparecen en una disposición diferente, articulados con elementos “nuevos”. Por ejemplo, la forma en que se entrama la relación entre “figura experta” y “ciudadano común” es y no es la misma, los mecanismos de exposición/puesta en acto del error tienen resonancias del modo en que aparecen en el DAL pero efectivamente no son “los mismos”. Tales elementos de forma discursiva se encuentran, entonces, en una relación de reiteración/transformación.

De la relación entre el manifiesto y los FL podríamos proponer un análisis análogo: la forma discursiva *manifiesto* contiene trazos que traen los ecos de los FL y de su relación polémica con las publicaciones institucionales. Se abre, así, un interrogante sobre la afinidad –recurrente– entre la reivindicación de “soberanía idiomática”/“soberanía lingüística” y las formas *manifiesto/folleto/ensayo polémico*.

En la dimensión de la forma discursiva ya no habría, entonces, solo variaciones; y las “invariantes” –consideradas en un proceso de repetición/transformación– ya no responderían solamente a regularidades en los sentidos, es decir, en la dimensión semántica que caracteriza una FD.

La pregunta que surge a partir de estas consideraciones es, pues, si esos elementos de forma que “remontan” de la columna de *La Nación* al DAL o aquellos indicios que ponen en relación el manifiesto de 2013 y los FL en la dimensión de la forma no pueden ser pensados también como trazos del dominio de memoria. Esto implicaría dejar de abordar la cuestión de la forma discursiva exclusivamente desde las condiciones de producción (cp) para comenzar a pensar también sus Condiciones de Formación (CF), incorporando al análisis procesos/efectos de memoria de las formas discursivas, así como procesos/efectos de memoria de la relación entre sentidos y formas discursivas.

## **Bibliografía**

- ALFÓN, F. 2008. “La Nación y los combates por la lengua”, en *La Biblioteca*, n° 7, pp. 402-430.
- \_\_\_\_\_. 2013. *La querrela de la lengua en la Argentina. Antología*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional-Museo del libro y de la lengua.
- ARNOUX, E. 2006. *Análisis del discurso. Modos de abordar materiales de archivo*. Buenos Aires: Santiago Arcos.
- \_\_\_\_\_. 2008. *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862). Estudio glotopolítico*. Buenos Aires: Santiago Arcos.
- ARNOUX, E. y BEIN, R. (comps.) 2010. *La regulación política de las prácticas lingüísticas*. Buenos Aires: EUDEBA.
- ARNOUX, E. y LUIS, R. (comps.) 2003. *El pensamiento ilustrado y el lenguaje*. Buenos Aires: EUDEBA.

- ARNOUX, E., BLANCO, M. I. y DI STEFANO, M. 1999. "Las representaciones de la lengua y de la prensa en los manuales de estilo periodísticos argentinos", en E. Arnoux y R. Bein (comps.) *Prácticas y representaciones del lenguaje*, pp. 175-190. Buenos Aires: EUDEBA.
- AUTHIER, J. 1984. "Hétérogénéité(s) énonciative(s)", en *Langages*, nº 73, 98-111.
- BENTIVEGNA, D. 2013. "Escuchar, recolectar, configurar: inscripciones de la poesía popular en Juan Alfonso Carrizo y Bernardo Canal Feijóo", en *Outra travessia. Revista de posgraduação em Literatura*, nº 15, pp. 91-112.
- CASTELLANOS PFEIFFER, C. 2011. "Ville, sujet et langue scolarisés", en *Astérior. Philosophie, histoire des idées, pensée politique*, nº 8. Disponible en: [www. http://asterion.revues.org/2053](http://asterion.revues.org/2053).
- CIAPUSCIO, G. E. 2006. "El inicio de una tradición discursiva en la Argentina: los primeros autores argentinos en los Cuadernos del Instituto de Filología Dr. Amado Alonso", en G. E. Ciapuscio et al. (eds.) *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*, pp. 13-26. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert.
- COURTINE, J.-J. 1981. "Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens", en *Langages*, nº 62, 9-128.
- DEAN, M. 1994. *Critical and Effective Histories. Foucault's Methods and Historical Sociology*. Nueva York: Routledge.
- DI STEFANO, M. 2013. *El lector libertario. Prácticas e ideologías lectoras del anarquismo argentino (1898-1915)*. Buenos Aires: EUDEBA.
- FERNANDES FERREIRA, A. C. 2013. *Uma História da Linguística: entre os nomes dos estudos da linguagem*. Campinas, SP: Editora RG.
- GLOZMAN, M. 2013. "Corporativismo, política cultural y regulación lingüística: la creación de la Academia Argentina de Letras", en *Lenguaje*, vol. 41, nº 2, pp. 455-478.
- \_\_\_\_\_. 2012. "Combatir y conservar: posiciones y saberes sobre el lenguaje popular en los Boletines de la Academia Argentina de Letras (1933-1943)", en *Gragoatá*, nº 32, 227-246.
- \_\_\_\_\_. 2011. *Políticas estatales de regulación lingüística en Argentina: continuidades y rupturas entre las posiciones de la Academia Argentina de Letras y las orientaciones glotopolíticas del primer peronismo (1930-1955)*. Tesis de doctorado, Universidad de Buenos Aires.
- GLOZMAN, M. y LAURIA, D. 2012. *Voces y ecos. Una antología de los debates sobre la lengua nacional (Argentina, 1900-2000)*. Buenos Aires: Editorial Cabiria/ Biblioteca Nacional-Museo del libro y de la lengua.
- LAURIA, D. 2011. "Apuntes para una historia de la producción lexicográfica monolingüe en la Argentina: etapas del proceso de diccionarización y modalidades diccionarísticas entre 1870 y 1910", en *Boletín de Filología*, vol. 46, nº 1, pp. 105-151.

- MARIANI, B. y V. Medeiros (Orgs.) 2010. *Ideias linguísticas. Formulação e circulação no período JK*. Rio de Janeiro: Faperj; Campinas: Editora RG.
- MIOTTO, C. y GLOZMAN, M. 2013. "Conocimiento lingüístico y discurso normativo en la prensa argentina actual. La variedad culta, según los lectores del diario La Nación", en G. Ciapusco (Org.) *Variedades del español de la Argentina: estudios textuales y de semántica léxica*, pp. 13-3. Buenos Aires: EUDEBA.
- MONTALDO, G. 2006. "El origen de la historia", en G. Montaldo (comp.) *Yrigoyen entre Borges y Arlt (1916-1930)*, pp. 24-29. Buenos Aires: Paradiso.
- ORLANDI, E. (Org.) 2001a. *História das Ideias Linguísticas. Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. Cáceres, MT: UNEMAT.
- \_\_\_\_\_. 2001b. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes.
- \_\_\_\_\_. 2002. *Língua e Conhecimento linguístico. Para uma História das Ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora.
- \_\_\_\_\_. 2009. *Língua Brasileira e Outras Histórias. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas, SP: Editora RG.
- PÊCHEUX, M. 1988. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. 1994. "Ler o arquivo hoje", en E. Orlandi (Org.) *Gestos de leitura*, pp. 49-59. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. 2012. "Leitura e memória: Projeto de Pesquisa", en M. Pêcheux *Análise de Discurso. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*, pp. 141-150. Campinas, SP: Pontes.
- PRIETO, A. 1988. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sudamericana.
- RODRIGUES ALVES DINIZ, L. 2010. *Mercado de línguas. A instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira*. Campinas, SP: Editora RG.

### **Materiales de archivo**

- CAPDEVILA, A. 1952. *Despeñaderos del habla*. Buenos Aires: Losada.
- HERRERO MAYOR, A. 1954. *Diálogo argentino de la lengua. 50 lecciones para hablar y escribir correctamente*. Buenos Aires: Hachette.
- MONNER SANS, R. 1923. *Disparates usuales en la conversación diaria*. Buenos Aires: Librería de A. García Santos.
- \_\_\_\_\_. 1924. *Barbaridades que se nos escapan al hablar*. Buenos Aires: Librería de A. García Santos.
- PINTO, L. C. 1941. "'Lo castellano' en el castellano", en *La Carreta*, n° 104, pp. 3-4.
- \_\_\_\_\_. 1941. "Américo Castro 'Corregidor' de Lengua'...", en *La Carreta*, n° 111, pp. 3-5.
- \_\_\_\_\_. 1941. "Por nuestro idioma nacional", en *La Carreta*, n° 103, pp. 3-5.

\_\_\_\_\_. 1941. "Sueño de 'Imperio Idiomático'", en *La Carreta*, n° 108, p. 3.

ROSSI, V. 1927-1945. *Folletos lenguaraces*. Córdoba: Imprenta Argentina; Río de la Plata: s/ed.

"Diálogo semanal con los lectores", en diario *La Nación*, 2004-2009.

"Por una soberanía idiomática", en diario *Página 12*, 17 de septiembre de 2013.



## O Museu da Língua Portuguesa como Política de Língua<sup>48</sup>

*Claudia Castellanos Pfeiffer*

Labeurb/Nudecri – Unicamp

### Introdução

Tomar o Museu da Língua Portuguesa como uma política de língua, pressupõe uma tomada de posição que entende o museu como um espaço material (simbólico, político, histórico e físico). Isso nos indica a posição de um analista de discurso que pratica uma história das ideias linguísticas. Essa tomada de posição nos faz colocar em relação o funcionamento:

- da língua;
- das políticas públicas;
- dos discursos especializados (pensando aí o entremeio entre discurso científico – um discurso de um saber sobre a língua –, um discurso midiático/tecnológico e um discurso estético/artístico).

É preciso ainda especificar que tomamos o Museu da Língua Portuguesa como um *instrumento linguístico* (Auroux, 1992) em sua dimensão discursiva que o compreende como um objeto de conhecimento determinado sócio-historicamente, fazendo parte dos processos através dos quais os sujeitos se constituem. Ou seja, os instrumentos linguísticos fazem parte da construção histórica das formações sociais, suas instituições, sua ordem cotidiana. (Orlandi, 1998). Isso porque dizemos de uma posição teórico-epistemológica que compreende que “tratar as ideias linguísticas é tratar a questão da língua, dos instrumentos tecnológicos a ela ligados e da sua relação com a história do povo que a fala”. (Guimarães, E., Orlandi, E., 1996, p. 9).

Dito de outro modo, trata-se de colocar em relação o Estado, o Conhecimento e a Sociedade, tal como afirma Orlandi em diversos trabalhos.

Importa insistir aqui que esta relação é, de nosso ponto de vista teórico, tensa e contraditória. E a pensamos como parte estruturante da produção do ordinário de sentido, como nos ensina Pêcheux (Pêcheux, 1981). E, mais especificamente, quando estamos pousando nosso olhar para uma escuta social (política) (Pêcheux/Thomas Herbert, 1966) de um espaço que tem a língua como objeto de exposição, observamos esta relação enquanto uma direção determinada de sentidos que afeta o imaginário do brasileiro na/da língua portuguesa, com toda sua espessura semântica (Pêcheux, 1975), que é também afetada por uma construção histórica e política (ideológica) de um saber sobre a língua.

---

<sup>48</sup> Apresentado na mesa-redonda “Discurso e História: políticas de língua” no interior do Enelin 2013, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Univás. Uma versão ampliada deste texto foi publicada na Revista Letras, número 46/2013, da Universidade Federal de Santa Maria, com o título *Língua em museu – institucionalização de um nós no recobrimento de um resto histórico*.

Dito isso, é preciso fazer referir aqui que há um conjunto valioso de trabalhos discursivos que, do lugar da história das ideias linguísticas ou não, vêm compreendendo o funcionamento do Museu da Língua Portuguesa. Dentre eles destaco as teses de José Simão Silva Sobrinho de 2011 e de Larissa Cervo de 2012. Destaco ainda o livro de Lucília Romão de 2012.

O que estes trabalhos nos permitem compreender discursivamente é que o Museu da Língua Portuguesa estabiliza um processo de significação, na tensão entre a unidade imaginária e a diversidade concreta, tal como é formulado por Orlandi (2001), por meio de um princípio ético que sustenta uma política linguística que tem como valor estruturante a *unidade* (Orlandi, 1998a) que é trabalhada no contraponto da variação. A língua é compartimentada em suas variantes a partir de uma unidade. Como significa esta unidade e como significa sua variação é uma questão de análise. Seus efeitos apontam para um apagamento que acompanha o processo de gramatização brasileiro.

Feitas estas considerações preliminares que nos situam teórico-epistemologicamente em nossa relação analítica com o Museu da Língua Portuguesa, passemos ao nosso arquivo.

## **O discurso institucional do Museu**

Nosso recorte analítico sobre o museu se dará por meio de parte do discurso institucional que o apresenta em sua página eletrônica. É importante lembrarmos que ao tomar a página institucional do Museu, a estamos compreendendo como um discurso, uma textualização do político que trabalha/é trabalhada o/pelo simbólico e o/pelo político, tal como nos ensina Orlandi (1998b), em sua reflexão produtiva a partir de Pêcheux (1982) e Courtine (1986),

A Análise de Discurso trabalha a textualização do político (J.J. Courtine, 1986) sendo que a apreensão dessa textualização vem de uma análise dos gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto. Na medida em que o político é constitutivo, a compreensão, a própria leitura, em Análise de Discurso, é política. Em outras palavras, "a análise de discurso se confronta com a necessidade de abrir conjuntamente a problemática do simbólico e do político" (M. Pêcheux, 1982). (Orlandi, 1998b, p. 74)

Ainda é preciso dizer que estamos tomando o discurso institucional do Museu circunscrito em sua página eletrônica e o próprio Museu enquanto *discursos sobre* (Mariani, 1998) constitutivos do processo de institucionalização da língua portuguesa no Brasil.

Quando falamos em processo de institucionalização, estamos pensando nas formas de instituir um discurso como a referência transparente, visível e estável que permite dar *sentido a*. Pensamos esta construção de instituir, tal como a pensa Mariani (1998:71), enquanto "fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas e condutas sociais".

E a pergunta que nos fica é: que memória é esta que se projeta discursivamente em um sentido? Que memória é esta que não pode ser esquecida? Estas nossas perguntas incidirão em nossa tentativa de analisar o discurso institucional do Museu que o apresenta e o institui em um lugar público, especializado, fora da escola, mas a ela relacionado, conforme veremos, para se dizer sobre a língua.

## O Museu na página

Começamos nosso movimento entre descrever e interpretar – balizar para a análise de discurso – chamando a atenção para a forma material do endereço eletrônico da página que promoveria uma desvinculação do Museu a qualquer relação institucional pública: <http://www.museulinguaportuguesa.org.br>

Há aí uma indicação de autonomia que a princípio retiraria o Museu de sua relação com políticas de estado, com políticas de governo, com políticas públicas. O Museu poderia, facilmente, ser confundido com uma organização não governamental, por exemplo, uma vez que a página não é .gov, mas .org.

Isso não se mantém ao abrirmos a página, repleta de formas materiais que fazem lembrar ao visitante que se trata de uma instituição do Governo do Estado de São Paulo, e, particularmente, sediada na Secretaria de Cultura. É importante notar que para se chegar à página do Museu, não é preciso entrar na página do governo do estado de São Paulo, mas se chega na página do governo por links na página do Museu.



QUADRO 1

Não faz parte de uma análise discursiva buscar responder por que haveria esta indistinção inicial marcada no Museu. Mas, cabe-nos perguntar sobre seus efeitos que desvinculam, imaginariamente, a língua de uma sua política. O que essa indistinção promove e quais são suas bases de sustentação? De nosso ponto de vista, esta indistinção materializa o apagamento de que a língua é objeto de políticas de Estado e de Governo que a administram, que lhe dão uma direção, que afetam o imaginário de seus falantes. Este apagamento sustenta e é sustentado por uma rede discursiva que naturaliza a língua como algo originalmente intrínseco ao indivíduo, hoje fortemente acolhida no argumento do cultural<sup>49</sup>. Como se a língua trouxesse nela marcas próprias que caracterizassem um indivíduo e um povo.

Nisso lembramos de posições muito típicas que circulam nos arquivos sobre as línguas como: a língua é um reflexo da índole de um povo<sup>50</sup> (muito própria do século XIX e início do XX), a língua é a cara de um povo (muito próprio de movimentos nacionalistas/fascistas<sup>51</sup>), a língua e suas variações são a expressão de uma cultura multiforme (muito própria de um multiculturalismo que se desdobra nas variações de uma pretensa mesma língua). Estes lugares argumentativos sobre a língua vão apagando o processo de administração/sistematização de uma língua imaginária que se dá na tripla injunção de um trabalho legislador do estado, regulador da instrução, e da tradição gramatical (Guimarães e Orlandi, 2001).

Há, portanto, e sempre houve, um trabalho do estado sobre a língua que quase invariavelmente se dá na relação de sustentação de um conhecimento linguístico alçado ao lugar de assessorar, como conhecimento especializado, o poder público em suas políticas. E isso é apagado na naturalização mesmo da língua, dita como elo ou índice cultural. Evidenciada em sua espontaneidade (é a língua que nos une – palavra de ordem do Museu), como se não houvesse um trabalho sobre ela – tanto aquele trabalho que a administra, que a torna evidente, quanto o trabalho contínuo do sujeito com a língua (a sua, as suas, as dos outros).

Podemos ainda nos perguntar, olhando internamente para a página eletrônica, sobre o efeito discursivo de sediar o Museu na Secretaria de Cultura. Precisaríamos dar opacidade a este gesto que poderia ser tomado na evidência de se tratar de um museu, um equipamento historicamente vinculado à cultura e, muitas vezes, utilizado para fins pedagógicos. Sobra para nós esta brecha: o Museu poderia estar vinculado à Secretaria de Educação? O que vimos compreendendo é que não, não poderia, apesar de se apresentar com um cunho iminentemente pedagógico – sobretudo por seu viés de divulgação científica, como mostra a seção específica que disponibiliza textos de especialistas sobre a

---

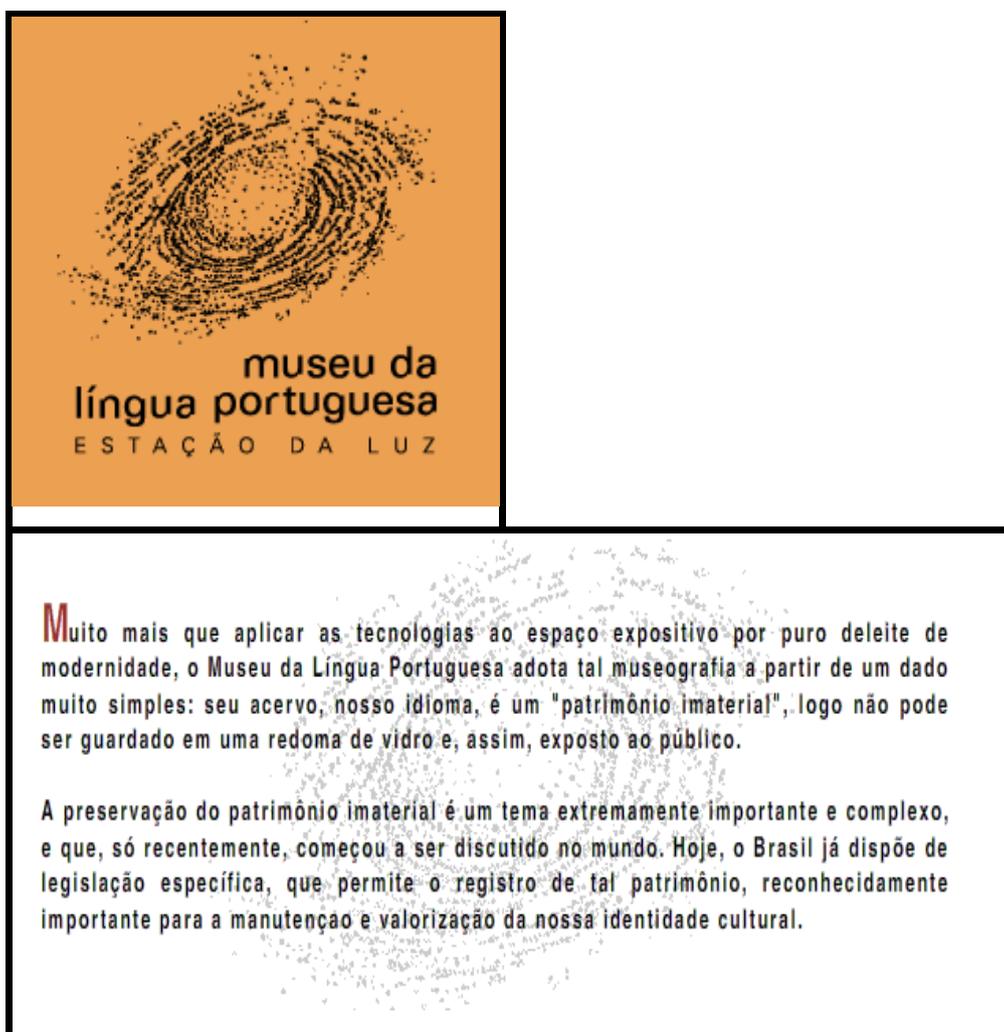
<sup>49</sup> Cf. trabalhos de Rodríguez-Alcalá.

<sup>50</sup> Cf. Pfeiffer, 2005.

<sup>51</sup> Cf. trabalhos de Rodríguez-Alcalá.

língua portuguesa<sup>52</sup>. Não pode estar na Secretaria de Educação, apesar também de apresentar uma língua pronta e acabada para ser reconhecida como aquela que deva ser ensinada e consumida (cf. Zoppi-Fontana, 2008 e 2009), justo porque seu argumento de existência é um louvar a língua enquanto um patrimônio – não histórico, mas imaterial – que se filia à cultura de **um** povo. A identidade de um povo.

Voltemos nosso olhar para a logomarca do Museu<sup>53</sup> em sua relação com o texto que introduz o Museu em sua página inicial:



QUADRO 2

É importante ressaltar que parte da logomarca acompanha, como mancha d'água, o texto de apresentação, produzindo um fundo com a marca de um polegar. Compreendemos esta marca da impressão digital em uma relação dupla: ela transcende o espaço digital que acolhe o Museu e que –

<sup>52</sup> Cf. <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/colunas.php>

<sup>53</sup> Também comentado por Silva Sobrinho (2011: 72) e por Cervo (2012, p. 120).

pela tecnologia – dá base material para o que é considerado imaterial; e também como uma marca de identificação – lembrando que a impressão digital é única, não se repete de indivíduo para indivíduo. Temos aí a materialização daquilo que é espontâneo e individual, mas também (por somatória/por metáfora) relativo a **um** povo: uma identidade cultural construída pelo “nosso idioma” tal como a língua é designada neste texto de abertura. É patente o apagamento da história (do político) nessa relação direta entre língua, patrimônio e cultura, pois o que é imaterial já vem significado na diferença com o histórico (o patrimônio histórico) e aí a língua une todos em torno de uma cultura. O histórico, tomado de uma forma absolutamente cronológica, fica reservado para o prédio que acolhe o Museu – a estação da luz – no pé da página eletrônica:



### QUADRO 3

Poderíamos nos perguntar ainda sobre os efeitos de sentido da junção entre o “histórico” do prédio material – de arquitetura inglesa – e o “nosso idioma” imaterial que se desguarda, mas é registrado neste espaço. O que compreendemos é que, nesta trama discursiva que vai sendo construída que justifica e organiza o Museu, as relações entre nações/dominações/colonizações vão se passando sempre de forma muito cordial, dentro de uma linearidade de somatórias de grandiosidades externas ou internas ao país que só vem a celebrar ainda mais a cultura brasileira com uma rica história de *contatos*. Apaga-se a historicidade que dá espessura a estes contatos em que as relações de força e de sentido não cessam de se dar.

Retornando ao texto de apresentação, observamos que idioma e língua também são tomados parafrasticamente. Vejamos:

**M**uito mais que aplicar as tecnologias ao espaço expositivo por puro deleite de modernidade, o Museu da Língua Portuguesa adota tal museografia a partir de um dado muito simples: seu acervo, nosso idioma, é um "patrimônio imaterial", logo não pode ser guardado em uma redoma de vidro e, assim, exposto ao público.

A preservação do patrimônio imaterial é um tema extremamente importante e complexo, e que, só recentemente, começou a ser discutido no mundo. Hoje, o Brasil já dispõe de legislação específica, que permite o registro de tal patrimônio, reconhecidamente importante para a manutenção e valorização da nossa identidade cultural.

O Museu é da Língua Portuguesa e seu acervo é o *nosso idioma*. O acervo do museu não é relativo a algo que é de todos, mas apenas o que cabe em *nosso*. Quem é o 'nós' tão naturalmente trazido à cena de interlocução construída neste texto de apresentação? O texto se dirige, portanto, àqueles que cabem nesse 'nós' constituído neste idioma que é de um grupo dado como de todos.

É preciso ainda observar que a tecnologia é justificada pela impossibilidade de apreensão (não se pode guardá-lo em uma redoma de vidro) do acervo deste arquivo, deste museu: o "nosso idioma". Nosso idioma é patrimônio e este patrimônio é imaterial. Se não se guarda, o que se faz com o "nosso idioma", o acervo deste museu? Registra-se. E há uma legislação que permite fazer isso. E é o registro que garante a *manutenção* e a *valorização* da *nosso* identidade cultural. Identidade que se materializa na unidade permitida pela visibilidade de um acervo in-guardável que o museu traz: a língua portuguesa, apagando a opacidade desta designação que apresenta-se em sua unidade inquebrável pela representação cultural que carrega consigo.

Sobre esse aspecto, é interessante a leitura do documento que cria o Museu, o Decreto nº 50.322, de 8 de dezembro de 2005:

[...]

Artigo 2º - O Museu da Língua Portuguesa tem os seguintes objetivos básicos:

- I – oferecer ao público em geral informações audiovisuais de caráter histórico, social e cultural sobre a Língua Portuguesa, em várias dimensões e possibilidades, organizadas em exposição permanente e em exposições temporárias;
- II – propiciar, a estudantes e estudiosos, conferências, mesas redondas, cursos e eventos interdisciplinares relativos à Língua Portuguesa em vários aspectos;
- III – gerar produtos educacionais, como monitoria para escolas e atividades para formação de professores;
- IV – disponibilizar conteúdos virtuais por meio da Internet.

[...]

fonte: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/5fb5269ed17b47ab83256cfb00501469/48717e40f0a28bba032570d20065e3df?OpenDocument>

#### QUADRO 4

Trazendo agora os objetivos presentes na página eletrônica do Museu, no link *institucional*, perceberemos deslizes de sentido muito interessantes que nos permitem melhor compreender o lugar da cultura no Museu (fazendo-nos compreender melhor a naturalização de seu vínculo à secretaria de cultura, por exemplo):

**Os principais objetivos do Museu da Língua Portuguesa são:**

- mostrar a língua como elemento **fundamental e fundador** da **nossa cultura**;
- celebrar e valorizar a **Língua Portuguesa**, apresentada suas origens, história e influências sofridas;
- aproximar **o cidadão usuário de seu idioma**, mostrando que ele é o verdadeiro “proprietário” e agente modificador da Língua Portuguesa;
- valorizar a **diversidade da Cultura Brasileira**;
- favorecer o intercâmbio entre os **diversos países de Língua Portuguesa**;
- promover cursos, palestras e seminários sobre a Língua Portuguesa e temas pertinentes;
- realizar exposições temporárias sobre temas relacionadas à Língua Portuguesa e suas diversas áreas de influência.

Fonte: <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/institucional.php> (grifos nossos)

**QUADRO 5**

O que desliza entre o Decreto e os principais objetivos explanados na página institucional do museu? A nosso ver, o principal deslize se dá na mudança de foco entre o Decreto e a página: no Decreto fala-se da língua<sup>54</sup>; na página fala-se de uma cultura e a língua está ali para demonstrar esta cultura e valorizar a diversidade cultural brasileira. A língua é fundamental e fundadora da **nossa** cultura. É por isso que poderíamos compreender que em *nosso idioma*, acervo do Museu, encontramos já inscrita a deriva, que nos indica o equívoco que sustenta a instauração do Museu: *nossa cultura*.

No Decreto fala-se a um público em geral; na página fala-se a um cidadão usuário da língua. No decreto fala-se sobre o caráter histórico, social e cultural da língua; na página, fala-se de valorizar a língua apresentando suas origens, história e influências sofridas. No Decreto nada se fala em termos

---

<sup>54</sup> Isso não significa que o Decreto já não traga em sua textualidade condições de produção para que este deslize entre língua e cultura se dê.

de uma política de internacionalização da língua; na página, dirigindo-se a um cidadão usuário (relação com o Estado), fala também a países falantes de língua portuguesa, por meio do argumento de uma facilitação de intercâmbio (de quê?).

Em meio a esta instabilidade discursiva – a quem se dirige a página; a quem se dirige o Museu; a que se destina o Museu; a que se prestam as exposições? – vamos compreendendo melhor que o apagamento político do funcionamento da língua no Museu se dá por sua evidência enquanto elemento fundamental e fundador de **uma** cultura que permanece una no argumento da diversidade cultural tanto quanto a língua permanece una no argumento de sua variação. Nesta instabilidade, há sempre um resto em 'nós' que fica apagado, na despolitização das relações entre línguas e sujeitos. E, de nosso ponto de vista, voltando à nossa pergunta “ o que não pode ser esquecido neste Museu”, compreendemos que é este 'nós' que não pode ser esquecido pelo acervo, que não pode ser esquecido na língua inscrita em *nosso* idioma. Ao não esquecer este nós, o resto se mantém em seu devido lugar. O Museu cumpre assim sua finalidade de celebrar um patrimônio que não pode ser esquecido... na contínua atualização de um resto, para nós, o trabalho do político.

### Referências bibliográficas

- AUROUX, S. A. *Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- CERVO, L. M. *Língua, Patrimônio Nosso*. Santa Maria, RS: Tese de Doutorado/CAL/PPGL/UFSM, 2012.
- GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. “Identidade Linguística” In: Guimarães, E., Orlandi, E. (Orgs.) *Língua e Cidadania – o português no Brasil*. Pontes Editores, Campinas, 1996.
- INDURSKY, F. “A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem”. In: *Cadernos do Instituto de Letras da UFRGS*, n. 20, dez. De 1998.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Colonização linguística; Brasil (séculos XVI a XVIII) e Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes Editores, 2004.
- ORLANDI, E. P. (Org.) *Política Linguística na América Latina*. Pontes Editores, 1992.
- \_\_\_\_\_. (1998a) “Ética e Política Linguística”, In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 1. Pontes, Campinas, 1998.
- \_\_\_\_\_. (1998b) “Discurso e argumentação: um observatório do político”. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *História das Ideias Linguísticas. Construção do Saber Metalinguística e Constituição da Língua Nacional*. Campinas: Pontes; Cárceres: Unemat Editora. 2001.
- \_\_\_\_\_. “Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências”. In: *RUA [online]*. 2012, no. 18. Volume 2 - ISSN 1413-2109.

- PECHEUX, M. (Thomas Herbert), «Reflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale », *Cahiers pour l'analyse*, 2, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Lecture et Mémoire: Project de Recherche*. In: *L'inquiétude du discours*. Paris, Ed. Cendres, 1981; 1990.
- \_\_\_\_\_. *Les vérités de la Palice*. Paris, Maspero, 1975.
- \_\_\_\_\_. "A Análise de Discurso: três épocas" (1983). In: GADET, F.; HACK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PETRI, V. "Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista". In: *Língua e Instrumentos Linguísticos*, 2012.
- PFEIFFER, C. "O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua". In: *Sentido e Memória*. E. Guimarães e M. R. Brum-de-Paula (Orgs.). Campinas: Pontes Editores, 2005.
- ROMÃO, L. M. S. *Exposições do Museu da Língua Portuguesa: arquivo e acontecimento e(m) discurso*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.
- SILVA SOBRINHO, J. S. "Os nomes da língua do Brasil no Museu da Língua Portuguesa: uma questão política". In: *Sínteses* (UNICAMP. Online), v. 14, 2009.
- \_\_\_\_\_. "*A língua é o que nos une*": *língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa*. Campinas, SP : Tese de Doutorado/IEL-UNICAMP, 2011
- ZOPPI-FONTANA, M.G.; Diniz, L. R. A. "Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (ple)". In: *Estudos Linguísticos* (São Paulo), v. 37, p. 89-119, 2008.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *O Português do Brasil como Língua Transnacional*. 1. ed. Campinas- SP: RG- Editora, 2009.

Página consultada:

<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao> (último acesso em 07/03/2013)

Página analisada:

<http://www.museulinguaportuguesa.org.br> (último acesso em 07/03/2013)

**PARTE III – SUJEITO E LINGUAGEM NA SOCIEDADE:  
ONDE SE DESATAM OS LAÇOS**



# Onde se desatam os laços dos gestos corporais

*Eliana Lucia Ferreira*

UFJF

## **Introdução**

Quase sempre os paradigmas sobre os gestos corporais de cada indivíduo, que retrata a individualidade de cada um de nós, estabelece o que deve ser a vida social. Estes gestos, ora são dogmatizados por uma moral social, ora justificados por um exacerbado poder cultural. Mas, vale lembrar que cada indivíduo carrega consigo os códigos, padrões e valores que muitas vezes entram em choque com os saberes culturais. É o caso, por exemplo, de muitos gestos corporais realizados pelas pessoas com deficiência física. É evidente que, atualmente, os paradigmas sociais têm procurado exiguificar suas intolerâncias, avançando ao encontro de saberes e práticas legitimados socialmente, valorizando a diversidade social. Mas, a legitimação das mudanças sociais sobre o conceito de corpo e gestos corporais necessita, ainda, de maiores avanços.

Vale ressaltar que compreender que a visão sobre o corpo, o uso técnico do corpo, o lugar e a construção dele na sociedade são tão diversos que jamais uma explicação universalizante daria um válido suporte ao entendimento do corpo através de nossa visão de mundo. Portanto, é necessário ainda discussões que abarcam sobre as diversas visões a respeito da construção do corpo.

E é nesta perspectiva que pretendo, aqui, apontar questões sobre a corporalidade das pessoas com deficiência física que utilizam cadeira de rodas para se movimentarem e estabelecerem seus gestos corporais, performances e técnicas gestuais. Enfim, conhecer onde desatam os laços do corpo que apresenta diferenças corporais/sociais. Isto significa construir narrativas instauradas nas condições de produções visuais, pois pensar em corpo com suas especificidades corporalmente visíveis é olhar para formas consubstancializadas, arquitetadas e sedimentadas historicamente.

Vale ressaltar que a valorização de corpos e movimentos perfeitos atende a uma pequena parcela da população. Por outro lado, o corpo perfeito é soberano sobre a população. Diante desta dualidade corpo/movimento, este trabalho tem como objetivo discutir qual é a condição real para um corpo ser socialmente possível? E mais especificamente, queremos discutir como as pessoas com deficiência podem constituir suas identidades corporais a partir do gesto corporal não padronizado. Queremos aqui pensar como o corpo com deficiência física, em sua diversidade social, tem sido ambíguo socialmente.

## **Gestos Corporais**

Segundo Muller (2001), a expressão do gesto, a intencionalidade do movimento, circunscreve uma linguagem autônoma, que só se limita e se completa na percepção dos envolvidos.

Estes movimentos corporais se formam entre o ser e o existir de cada um de nós e se configuram em pelo menos três aspectos: no substrato estético que cada um estabelece para si; na materialização da interioridade de cada um de nós; e na reciprocidade da relação entre o outro. Sendo assim, a amplitude dos movimentos corporais se consolida e deflagra o gesto corporal de cada um de nós.

Neste contexto, o movimento corporal possui valoração simbólica, coberto de expressão, tornando-se linguagem. Assim, o corpo assume a responsabilidade de expressar o movimento formalizado de signos codificados e estabelecidos nas diferentes abordagens dos mais diversos estilos de ser.

Portanto, o movimento corporal a partir do momento no qual se expressa, cristaliza papéis identificáveis e definidos da experiência perceptiva, individualizando o corpo em um determinado tempo e espaço. Evidencia-se aqui possíveis sentidos que são convertidos pela/na plasticidade e que se completam na dinâmica compreendida entre os corpos dispostos socialmente.

Na realidade, a significação do gesto corporal compreende a dimensão do ser, pois comporta os fenômenos perceptivos historicamente construídos e ideologicamente conspirados na construção do movimento/momento. A significação do gesto corporal instala-se na dinâmica das percepções do movimento entre o vivido e visualizado. E é neste percurso espacial, temporal e perceptivo que se delinea o trânsito circunstancial do movimento, pois o conhecimento adquirido pelo movimento corporal determinado pelos valores estéticos estão intimamente relacionados no decorrer da história do corpo social e individual.

Segundo Ferreira (2003) o conhecimento estético nos dá a possibilidade de apreciar, julgar, e conseqüentemente de estabelecer critérios. Já o movimento corporal enquanto conhecimento prático, conhecimento performático nos permite experimentar situações e projetar nestas situações nossas perspectivas. E é aqui que reside a possibilidade de realizar movimentos com gestos corporais diferenciados e de apreciar os movimentos gestuais dos outros. Então o gesto corporal não é realizado ora com o objetivo estético, ora com o objetivo vivencial, mas a relação que existe entre estes dois.

Para Douglas (1966) o corpo físico determina o corpo social e o corpo social determina a maneira de perceber o corpo físico. Sendo assim, as categorias sociais reconhecem e modificam a experiência física do corpo sustentando uma visão cultural particular da sociedade e determinando certos padrões de comportamento. Como resultado desta interação, o corpo acaba por se tornar uma condição de expressão altamente restrita e controlada pela sociedade.

Já na abordagem de Rodrigues, a sociedade exerce algumas pressões sobre os corpos determinando as formas de utilizá-los. Por meio desta pressão, a marca da estrutura social imprime-se sobre a própria estrutura individual. Segundo este autor, “no corpo está simbolicamente impressa

a estrutura social e a atividade corporal não faz mais que torná-las expressas”. Assim, “a experiência do corpo [do sujeito] é sempre modificada pela experiência da cultura” (RODRIGUES,1979). Portanto as construções sobre o corpo são usadas, desta forma, para sustentar algumas visões particularizadas da sociedade e das relações sociais.

Para Ferreira (2014), o corpo apresenta-se como um símbolo na sociedade, pois as atitudes de controle do corpo se relacionam com as atitudes de controle social. Desta maneira, o corpo físico não é a totalidade da pessoa, mas é o *locus* privilegiado como ponto de convergência da dualidade entre indivíduo e sociedade. Existe, pois uma continuidade entre o que é físico e o que é social.

Dos corpos que se transformam dentro das sociedades o corpo com diferenças físicas é o que tem passado por uma metamorfose mais complexa. Mas, esta metamorfose dos corpos não está acontecendo naturalmente, tem sido necessário novas propostas de gestos corporais que não são padronizados, arraigados e estabelecidos como possível para os corpos historicamente definidos. Das mais diversas possibilidades temos como exemplo, o corpo associado a uma cadeira de rodas, que permite que as pessoas com uma certa deficiência possam promover uma nova proposta de locomoção, de novas propostas de gestos corporais, como por exemplo através do paradesporto ou através da dança em cadeira de rodas. As pessoas que tem praticado esta modalidade estão ancorados em arranjos de práticas corporais que tem lhes garantido uma especificidade corporal.

### **Novas Possibilidades de Gestos Corporais/Sociais**

Segundo Orlandi (2002), os corpos que perfilam diferentes lugares percebem-se numa unidade substancialmente intercambiada pela memória dos contextos vivenciados. Este intercâmbio de memórias e contextos momentâneos, "diagramam" a estrutura desses corpos.

Já Ferreira (2003) diz que os corpos com deficiência proclamam pela modificação dos gestos corporais na perspectiva da funcionalidade do movimento. Desta forma pensar o movimento à conversão única da plasticidade é converter a imagem do mundo interior dos indivíduos em gestos corporais socialmente modificados. Sendo assim, a dança em cadeira de rodas permite corpos despadronizados da ordem perfilada de determinados estilos de dança e sugere a dissolução das configurações do belo e do estético pré-concebidas na formalização das expressões. Assim, segundo Orlandi (1988) a travessia dos corpos que dançam sugere, necessariamente, a exploração na participação do constructo corpo, sobreposta pela visibilidade cultural do espaço dança.

Com isso, os gestos corporais dos corpos com deficiência que dançam são concebidos pelas imagens que os delineiam e da nova relação cultural estabelecida com os outros. Podemos então dizer que a singularidade da dança nos remete reconhecê-la como agente transformador da cultura e da sociedade. Tornando o corpo diferenciado presente nos atos da vida social e cultural, manifestando-se a intencionalidade do gesto corporal modificado, atravessando reestabelecidos, instrumentalizando

a essência de novos gestos corporais essenciais para indivíduos até então categorizados pela ótica legítima dos movimentos padronizados historicamente.

Assim, o movimento da dança, padronizado ou não, instiga o entendimento da veiculação da complexidade do homem. As percepções inter-relacionais, no âmbito da cultura, têm na dança um espaço no qual as ações transcendem as representações, pois permite que a caracterização de estruturas estanques aflorem a permeabilidade do espectro de uma expressão.

Considerando que a dança ocorre num suporte físico específico que é o corpo possível de movimentos, então o ato do movimento na dança tem uma relação direta com a estrutura locomotora. Músculos, ossos e pele interligam-se nessa estrutura estabelecendo os gestos corporais, desenhados no espaço e tempo. Podemos dizer então que o corpo possui identidade própria, onde ele é produto e produtor, ou seja, o corpo faz determinados movimentos e, ao mesmo tempo, resulta dele.

Vale apontar que os discursos dos gestos corporais:

- Não são transparentes,
- Tem diferentes significados,
- Não significam por si só, mas pelas relações que se constituem,
- O sentido nunca está posto, ele é construído de acordo com as experiências de cada um.

Os gestos corporais em sua totalidade e em sua diversidade se definem então pela familiaridade e pelas diferenças dos movimentos. A identificação dos sentidos postos depende, fundamentalmente, de um deslocamento de novos olhares culturais. É necessário que a sociedade perceba que temos diversas possibilidades de gestos corporais.

O que se faz presente então nos gestos corporais das pessoas com deficiência física são gestos que traduzem novos elementos culturais apreendidos pelo indivíduo dentro de sua comunidade.

Portanto, queremos aqui apontar que a configuração corporal das pessoas com deficiência física, uma estrutura corporal diferenciada e conseqüentemente seus gestos, trazem novas propostas estéticas de movimentos e acarretam também uma ruptura do modelo de corpo estabelecido para a dança. Sua performance tem um caráter próprio aos vários e possíveis posicionamentos corporais que são modos de ocupar plasticamente o espaço, até então não vistos, processando-se sobre uma silhueta giratória que se transcreve no espaço e tempo de forma particular e individualizada.

Cada movimento executado nas coreografias é revelador de possibilidades. Estes movimentos registram momentos que mostram uma linha corporal, reivindicatória de um novo posicionamento social.

## Conclusão

Os gestos corporais das pessoas com deficiência física através da dança se colocam num novo propósito de comunicação. É nesta nova proposta de se relacionar com o outro que muitos laços sociais e culturais são desatados. Esta modalidade tem se afirmado com uma complexidade alargada, por que a mesma vem propondo a substituição da imagem estética dominante na dança de um modo geral. Conseqüentemente, ao enraizarmos na nossa sociedade estas possibilidades de mudanças culturais, nos deparamos com a aceitação dos gestos corporais diferenciados e de corpos para além do estabelecido como corpo padrão social.

Acreditamos que estas mudanças, que se fazem presentes, são possíveis porque os gestos corporais, acima de tudo são o resultado transitório do movimento corporal possível dentro de uma sociedade, dado em um certo momento cultural.

Como reflexão final, faz-se necessário considerar que os aspectos que diferem o corpo com características físicas diferenciadas poderiam ser melhor entendidos em termos da diversidade social se os valores culturais fossem alargados. Mas sabemos que segundo Geertz (1989) as fronteiras da diversidade, ou seja, até onde uma cultura pode chegar sem riscos, são os limites da expressão do desejo dela se distinguir das demais.

É necessário, desta forma, compreender que a visão sobre o corpo, o uso técnico do corpo, o lugar e a construção dele na sociedade são tão diversos, que jamais podemos ter um vocabulário de gestos corporais padronizados que não seja modificado através do tempo.

## Referências Bibliográficas

DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1976 (1966).

FERREIRA, E, L. "Reflexões sobre a dança em cadeira de rodas". In: FERREIRA, E.L et al (org). *Interfaces da dança para pessoas com deficiência*. Campinas: CBDCR, 2002. p.79-88.

\_\_\_\_\_. *As formas dos discursos da/na dança em cadeira de rodas e seus processos de significação*. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1989.

RODRIGUES, J.C. *Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.

ORLANDI, E. P. "A incompletude do sujeito e quando o outro somos nós?" In: ORLANDI, E. et al. *Sujeito e texto*. São Paulo: Campinas, 1988.

\_\_\_\_\_. "Do sujeito na história e no simbólico". In: *Escritos: Contextos epistemológicos da análise de discurso*. Campinas: v.01, n.04, p. 17-26, 1999.

\_\_\_\_\_. "Coreografar: Inscrever significativamente o corpo no espaço". In: FERREIRA, E.L et al (org). *Interfaces da dança para pessoas com deficiência*. Campinas: CBDCCR. 2002. p.89 - 95.

## Des-atando laços das identificações entre sujeito(s) e língua(s)

*Maria Onice Payer*

Univás/CNPq

*Esta é uma confissão de amor: amo a língua portuguesa [...]  
Mas não falei do encantamento de lidar  
com uma língua que não foi aprofundada.  
O que recebi de herança não me chega.*

(C. Lispector, Declaração de amor à língua portuguesa)

### Introdução

Do campo de questões em que venho trabalhando sobre língua, memória discursiva, imigração e processos de identificação trago para o contexto de discussões deste Encontro<sup>55</sup> algumas considerações sobre o que se vai configurando como um *processo* de constituição dos sujeitos em relação à(s) língua(s) e à(s) forma(s) linguísticas, sobre certos modos pelos quais essas relações, que são engendradas na história, fundam processos que aos sujeitos se apresentam como subjetivos. Situando-se em um nível fundamental na constituição do sujeito, tais relações entre os sujeitos e a(s) língua(s) apresentam indícios no tecido linguístico-discursivo que remetem aos diversos *modos* de sua configuração, que entrelaça materialidades da história, da língua e do sujeito, assim como apresentam diversas marcas visíveis em *mecanismos* linguístico-enunciativos, em cuja análise demarcam-se elementos que injetam força na compreensão do funcionamento das relações do sujeito com a(s) língua(s).

O tema pode trazer elementos para se pensar algumas questões de ensino, incluindo o ensino de língua(s), por tratar-se, no ensino, segundo entendemos, de uma prática em que a relação do sujeito com as formas linguísticas é posta diretamente em questão, de tal modo que, além de ser constitutiva do sujeito de linguagem, no ensino a língua é também focalizada como um *objeto discursivo*. Pêcheux (1990) propôs um modo de compreender como parte fundamental do funcionamento do discurso o jogo de imagens que os interlocutores fazem de si e do objeto do discurso. Há situações em que participam desse jogo, ainda, as imagens que os sujeitos historicamente situados fazem do “*código linguístico*” que é base do discurso, e que vão incidir sobre o objeto do discurso. É dos jogos entre as formas materiais e os efeitos de sentido tal como atravessam uma subjetividade historicamente configurada no que diz respeito às línguas, e de como isso comparece no dizer, que trata este artigo.

---

<sup>55</sup> Este texto consiste da reformulação da apresentação na mesa redonda “Sujeito e Linguagem na Sociedade: onde se Desatam os Laços” durante o ENELIN 2013 - Encontro Nacional de Estudos da Linguagem, em Pouso Alegre, MG, 26 de Setembro de 2013.

Jogos “invisíveis” que passam por minuciosos processos de identificação na constituição do sujeito em relação às línguas.

As considerações aqui expostas resultam de trabalhos em torno do projeto de pesquisa “Discurso, Memória e Ensino de Língua” em desenvolvimento na Univás e vinculado ao Grupo de Pesquisa do Diretório CNPq *Práticas de Linguagem, Memória e Processos de Subjetivação*. O projeto tem como objeto de pesquisa práticas de linguagem em que *a exposição do sujeito à(s) língua(s) é posta diretamente em questão*, tais como a pedagogia, alfabetização, ensino de língua materna contraposta à estrangeira - e por vezes contraposta à nacional, em contextos multilíngues - a literatura, a escrita e a leitura. Propõe-se no projeto analisar materiais de linguagem produzidos nesses contextos: escritos<sup>56</sup>, atividades de leitura, situações de alfabetização de crianças e de adultos, conversas entre profissionais da área, entrevistas com sujeitos, incluindo imigrantes no Sul de Minas.

Observa-se nesses materiais a relação sujeito/língua(s) no que isso envolve negociações, diálogos, debates, bem como pontos de aparecimentos circunstanciados de certos modos específicos de identificação entre os sujeitos e a(s) língua(s) – a sua materialidade – que se manifestam em eventos discursivos observáveis como o *riso* (rir sobre a língua, da língua, de si e do outro ao enunciar em dada língua ou uma forma linguística), o *canto* (cantar canções de um modo ou de outro, em línguas específicas, de imigração, estrangeiras ou chamadas regionalismos), a *supervalorização e/ou a denegação* de elementos/matérias de línguas bem como *equivocos e manifestações de estranhamento* em relação à língua e suas formas<sup>57</sup>.

O referencial teórico do trabalho é o da Análise de Discurso em sua relação com as teorias da enunciação, a psicanálise, a teoria das ideologias e a história, sobretudo história das ideias. Pela área da história das ideias linguísticas no Brasil, as pesquisas coordenadas desde há algum tempo por Eni Orlandi (2001, 2002) e Eduardo Guimarães (2002), na relação com pesquisadores franceses e um grupo de pesquisadores brasileiros indicaram como os acontecimentos envolvendo as línguas constituíram a língua nacional do Brasil e ao mesmo tempo a relação da sociedade brasileira com ela.

Para apenas evocar alguns acontecimentos significativos dessa ordem, lembramos a relação de apagamento (não legitimação) das línguas gerais do Brasil com a instalação da obrigatoriedade do ensino de português nas Escolas da Colônia, isso há longo tempo, conforme a obra *História das ideias linguísticas: saber metalinguístico e a constituição da língua nacional no Brasil*. E, a menos tempo, mencionamos o apagamento das línguas dos imigrantes do período republicano, através da campanha de nacionalização do ensino nas Escolas em áreas de densa imigração seguida da sua interdição oficial,

---

<sup>56</sup> Por *escritos* refiro-me a registros, anotações e fragmentos grafados sem preocupação com a chamada produção textual ou com a autoria.

<sup>57</sup> Estes modos de identificação entre sujeito e língua receberam uma abordagem inicial em um trabalho nosso na revista *Organon* em 2003, onde são circunscritos como modos de aparecimento de uma língua apagada no trabalho do “esquecimento”.

conforme a nossa própria pesquisa naquele projeto. Mas também referimos mais amplamente todo um longo processo de gramatização e outros acontecimentos na história da colonização e da constituição do monolinguismo do Estado brasileiro.

### **Língua, interpretação, memória discursiva**

Eventos como os evocados acima inscrevem-se, por força do funcionamento discursivo, na materialidade simbólica que forma os sujeitos. Neles e através deles se estabelecem sempre interpretações das línguas, que pela memória permanecem como estratificações discursivas que funcionam nas práticas discursivas da atualidade.

Celada (2002), estudando o ensino-aprendizagem do espanhol como uma língua singularmente estrangeira para alunos brasileiros, compreende como o acontecer desta língua nestes sujeitos encontra-se com um real através do qual eles “suportam uma disjunção entre a oralidade e a escrita”<sup>58</sup>, e indica o modo como a relação com a historicidade da própria língua, portuguesa, vai participar do processo de inscrição na língua espanhola. A autora estuda o encontro do sujeito com certas estratificações linguístico-discursivas historicizadas, no ensino, e propõe ultrapassar o imaginário de senso comum que as habitam por meio da compreensão teórica desta relação imaginária.

Neste texto, ao falar em *língua(s)*, remeto principalmente ao português e o italiano, embora também a relação entre o português nacional (standard) e a diversidade de formas desta e de outras línguas esteja no foco de nossa atenção. Ao falar em *formas* da língua, mobilizo a noção de *forma material da língua*, elaborada por E. Orlandi (1996), quando observa a diferença entre a ordem e a organização da língua. Segundo a autora “a noção de estrutura nos permite transpor o limiar do conteudismo, mas ela não basta, pois faz estacionar na ideia de organização, de arranjo, de combinatória. É preciso uma outra noção” (Orlandi, 1996 p. 46). Esta noção, a de materialidade, diz a autora,

“nos leva às fronteiras da língua e nos faz chegar à consideração da ordem simbólica, incluindo nela a história e a ideologia. [...] A crítica à perspectiva teórica (filosófica) do conteudismo, que mantinha [...] a separação estanque entre forma/conteúdo – abriu a possibilidade de [...] pensar não a oposição entre forma e conteúdo, mas trabalhar com a noção de forma material, que se distingue da forma abstrata e considera, ao mesmo tempo, forma e conteúdo enquanto materialidade. [...] na língua, tem-se a forma empírica (“pata”), a forma abstrata (da oposição p/b) e a forma material (linguístico-histórica)”. (Orlandi, 1996 pp. 46-49).

Quanto à história das ideias, compreendemos, pelas vias da memória discursiva, que a memória tanto dos acontecimentos linguísticos quanto da língua ela mesma produz efeitos nas relações do presente. Não como lembranças deles, mas como efeitos materiais da memória que se

---

<sup>58</sup> Citando Orlandi, 2003.

inscrevem na atualidade da linguagem, e portanto também em nossas relações, individuais ou coletivas, com as formas da língua (Payer, 1996).

Para este momento vamos desenvolver uma reflexão sobre alguns fatos que nos indicam como os efeitos de sentido produzidos no seio dos acontecimentos discursivos com/sobre a língua atuam no processo de identificação do sujeito na(s) língua(s), processo que passa necessariamente por suas formas materiais. Procuramos demonstrar que certos modos específicos de identificação entre o sujeito e a língua, engendrados no bojo dos efeitos de sentido vinculados à historicidade, funcionam no processo mais amplo de relação do sujeito à língua.

Em primeiro lugar, há que se observar que os processos da identificação entre o sujeito e a(s) língua(s) envolvem a interpretação das línguas. Considere-se que em face do Estado brasileiro, em certo momento, as línguas dos imigrantes foram interpretadas e tratadas como *línguas estrangeiras* no território brasileiro. E *estrangeiras* aqui remete não somente ao sentido de uma língua estranha, falada em outro país e/ou ensinada em escolas de língua. *Estrangeira*, no contexto nacionalista dos anos de 1930, teve o sentido de língua de um estrangeiro que foi tido como inimigo, portanto, o sentido de *língua inimiga*, e que desse modo deve ser não só eliminada mas até mesmo espancada<sup>59</sup>, com toda a carga semântica que este termo pode ter em um contexto de guerra. Daí podermos dizer que as línguas não são por si mesmas *maternas*, *estrangeiras* ou *nacionais*, ou línguas *de imigrantes*, ou *inimigas*, mas elas o são relativamente a um modo de interpretação, que se dá no seio de uma conjuntura. E esses modos de interpretação, sempre ligados a processos ideológicos, vão sedimentando certas imagens (e também certos imaginários) sobre as línguas, sobre as formas materiais. Língua erudita, culta, literária ou língua das elites, da escola. Língua popular ou corruptela. Línguas indígenas, mas também língua de índio; língua urbana, culta, falar regional, dialeto caipira; língua de imigrantes que remetem aos efeitos do europeu no Brasil, ou do chamado perigo alemão, língua de “carcamanos”, e assim por diante.

Os procedimentos da regulação das línguas nas políticas de línguas, sobretudo nos Estados nacionais, tais como a propagação e injunção a falar umas línguas e a interdição e apagamento de outras, dadas as situações de conflito e tensões da formação dos Estados, da colonização, das guerras, participam, como dissemos, da formação de imagens sobre as línguas e as formas, e ao nosso ver estas imagens presidem e incidem nos processos de identificação dos sujeitos em relação a elas.

Assim se formam na exterioridade efeitos que atuam nas relações minuciosas de identificação e contra-identificação coletivas ou individuais quanto às línguas: relações de apegos e de afastamentos;

---

<sup>59</sup> Marilene Stroka (2014) apresenta situações contundentes do contexto de guerra, extrapolando a ordem do bom senso, em sua tese sobre memória de imigrantes alemães em Santa Catarina, onde são feitas menções pelos sujeitos da pesquisa, descendentes de imigrantes alemães em São Bento do Sul, ao fato de que indivíduos apreendidos falando em alemão *apanhavam na língua*, o órgão físico, dos agentes nacionalistas que a designavam como “a língua porca”.

de reconhecimentos e recusas; de orgulho e menosprezo, denegação. Enfim, para falar nos termos do Encontro de hoje, assim se engendram forças que formam laços e/ou que desatam os sujeitos e as línguas; os sujeitos e os efeitos de sentido ligados às formas materiais das línguas.

### **As relações sujeito/língua(s)**

Deslocamentos de uma língua a outra ao longo da história, percursos geográficos, sociais e discursivos; história de eventos específicos pelos quais a sociedade, e nela os sujeitos passam, tudo isto produz modos diferenciados dessa relação sujeito/língua de que estamos falando. Modos que vão se constituindo através da história e que deixam suas marcas na subjetividade, na seleção das línguas e das formas a empregar, nos modos de dizer e no (des)envolvimento do (poder) dizer.

Esses diferentes modos de relação sujeito/língua podem ser observados em suas especificidades nas mais diversas situações. Nos contextos de migrações externas e internas, ontem mas também no cenário contemporâneo de intensos deslocamentos espaciais; na mobilidade entre regiões, nas situações de guerras e de paz, de refúgios, de fugas, desterros, e exílios, dentre tantos outros.

Para nos direcionarmos ao quê de específico é possível observar nestas relações entre os sujeitos e as línguas, passamos a mencionar elementos de estudos que vêm se desenvolvendo no projeto acima mencionado.

A pesquisa de Silva (2012) indicou que sujeitos procedentes de movimentos de imigração diferentes, como a imigração esporádica ou em movimento de massa, a do período republicano ou a do pós-guerra, apresentam em suas práticas de linguagem relações com a língua materna (italiano) e a nacional brasileira (português) afetadas também diferentemente. “Para os imigrantes em massa, que conheceram [...] a interdição de sua língua, não é indiferente falar em português ou em italiano, enquanto para os do período do pós-guerra, que não conheceram essa interdição pontual, a passagem de uma língua a outra se faz sob o efeito de uma ‘naturalidade’”. Não há aí, diz o pesquisador, “marcas de língua interdita, tampouco a imagem da língua portuguesa como ligada ao universo jurídico-político” (Silva 2012, p. 56).

Por esta análise notam-se como sujeitos têm sua relação com a(s) língua(s) constituída no seio de acontecimentos que experimentam na (sua) história, sendo que sua enunciação aparece materialmente modulada por marcas e efeitos de natureza diversa, que envolvem o aparecimento ou não de uma ou de outra (forma de) língua. São modulações com efeito de naturalidade e evidência da linguagem, por um lado, e com efeitos de rupturas, cortes e truncamentos, por outro, com quebras sintáticas, intervalos intermitentes de silêncio e/ou a retomada de palavras indiciárias (“a guerra / silêncio/ foi a guerra...”). Por efeito de memória as rupturas remetem às intervenções históricas dos acontecimentos na/sobre a língua que incidem no sujeito da linguagem, aparecendo em sua enunciação.

Com a atenção despertada por essas modulações a indicar que algo de mais profundo se passa na relação do sujeito com as línguas, e tendo já refletido sobre fenômenos da linguagem como o *riso*, o *canto*, a *ultracorreção* e a *denegação* na prática de linguagem de sujeitos provindos de falantes de línguas de imigração (Payer, 2003), passamos a voltar nossa atenção mais detidamente para o fato de que certas relações historicamente constituídas dos sujeitos para com as línguas aparecem, desse modo, indicadas na materialidade discursiva. Nesta medida passou a nos interessar compreender, como objeto que se configura teoricamente, como essas relações incidem sobre a prática da linguagem - na tomada da palavra, no fluxo do dizer, no silenciar, na escrita, nas interlocuções, na relação com a poesia e com a polissemia. Para isto passamos a observar, na materialidade linguístico-discursiva, mecanismos que indicam como tal relação está constituída para os sujeitos nas situações que se analisam e, também como esses mecanismos funcionam na produção de efeitos de sentido, muitas vezes incidindo sobre e contornando as formas da produção da linguagem.

### **Identificações com a(s) língua(s)**

Cabe explicitar que o modo como estamos entendendo a noção de identificação, como se pode depreender do que foi dito, não a toma como cultura, como naturalizada, nem como identidade enquanto produto, tampouco como instância que se possa supor como fonte dos sentidos, e muito menos como essência da subjetividade, mas, na perspectiva da análise de discurso, como resultantes dinâmicos e processuais de trajetórias dos sujeitos, da história e das línguas que vão produzindo alguns efeitos e não outros, nas *identificações* sempre em movimento entre o sujeito, que é social, e as línguas ou formas materiais, também estas historicamente situadas, interpretadas e administradas.

Identificar (se) é tornar (se) idêntico. Conforme Chnaiderman (1998 p. 48) “o termo identificação vem sendo utilizado na literatura psicanalítica para definir processos estruturantes que ocorrem no Eu (ou Ego, dependendo do autor consultado) através dos quais este internaliza relações com o mundo circundante, dando lugar a matrizes identificatórias”. Em Freud, continua a autora, “é forma primitiva de vínculo afetivo com um objeto, que posteriormente dará lugar a escolhas do objeto” (idem).

A identificação sujeito/língua como a estamos pensando, assim como qualquer outra identificação, não tem início lá onde elas *aparecem*, *sim*, *como* escolhas próprias, individuais ou pessoais, uma vez que elas ocorrem no sujeito – pois mesmo lá onde elas se apresentam, de fato, deste modo para o sujeito, elas já se ligam aos efeitos de uma certa história individual/coletiva de relação com as línguas/formas.

Ao observar os processos em questão, compreende-se que eles se estruturam na relação sujeito/língua segundo identificações que se dão em diversas instâncias.

Fundamentalmente, o sujeito identifica-se com *a língua* para poder dizer, e esse é princípio fundamental da noção de discurso: a linguagem funciona porque há uma identificação entre o sujeito e a língua sob o modo da inscrição na linguagem e, por ela, no discurso. Inscrição que se dá quando o indivíduo identifica-se em regiões do dizer que lhe oferecem as evidências dos sentidos, pelas quais torna-se sujeito. A identificação nesse sentido é correlata da interpelação do indivíduo em sujeito, conforme o cerne da semântica discursiva proposta por M. Pêcheux ([1975] 1990, 1988) em que as noções de sujeito, historicidade e ideologia se impõem à consideração da língua, sobretudo seus aspectos sintático e lexical, inicialmente na teoria, entendidos como a base linguística comum dos diferentes processos discursivos.

Estamos especificando o sentido de identificação com *a língua* na direção da identificação a *línguas* particulares, a umas formas e não a outras. E nesse sentido nota-se que nem sempre as identificações com a língua aparecem sob a forma da evidência do sentido, pois a densidade das línguas, suas formas, constituem o sujeito não somente como *dispositivo*, mas também como *matéria* dessa estruturação<sup>60</sup>. Em nossa pesquisa estamos trabalhando a hipótese de que a língua, funcionando como a base material dos processos discursivos - ou em outros termos, como dispositivo e matéria de estruturação do sujeito - no ensino e em situações em que é posta diretamente em questão, passa a funcionar também como *objeto* de identificações.

Vale dizer que a noção de heterogeneidade enunciativa desenvolvida por J. Authier-Revuz constitui um dispositivo analítico importante<sup>61</sup> a considerar em nosso trabalho, no que diz respeito aos mecanismos enunciativos através dos quais se manifesta a relação do sujeito com *as línguas*. Contudo, o objeto teórico que se vem configurando quanto a essas relações de identificação do sujeito em relação à língua guarda suas especificidades em relação àquela noção. Trata-se, em nosso caso, de compreender o funcionamento das relações sujeito/língua(s) que são atravessadas por acontecimentos históricos localizados e movimentos subjetivos de outra ordem, em situações linguístico-discursivas ideologicamente produzidas que procuramos fundamentar para além da instância da enunciação. Sobre essas especificidades, E. Orlandi (2002) propõe a noção de heterogeneidade linguística, expondo um deslocamento teórico em relação à heterogeneidade enunciativa que é significativo para esta pesquisa. Diz Orlandi (2002, p. 31): “o deslocamento que proponho repousa no fato de que Authier fala da enunciação e eu, da própria língua. Em outras palavras, de sua constituição histórica. Daí resulta a noção de heterogeneidade linguística (e não

---

<sup>60</sup> Estamos mobilizando a noção que aparece em Christine Revuz (1998) da língua materna como o *instrumento* - que retomamos enquanto dispositivo - e como *matéria* da estruturação psíquica.

<sup>61</sup> Greice de Nóbrega Sousa (2007) trabalha sistematicamente com a observação de glosas enunciativas sobre a língua, organizando sua pesquisa sobre as imagens de alunos de Letras sobre a língua espanhola e a inglesa, a partir dessas glosas, interpretando-as à luz das elaborações de Celada (2002) acerca da subjetividade convocada no encontro com uma língua estrangeira.

enunciativa, como em Authier). Há, nesse caso, trabalho da língua sobre a língua (que não é metalinguagem, mas disjunção histórica)”.

Os movimentos de que falamos nas relações de identificação sujeito/língua lidam com (des)semelhanças entre formas/línguas, como nos movimentos já mencionados de estranhamento e de reconhecimento, de aceitação e recusa, entre outros, através dos quais vai-se instalando, de um modo e não de outro, a familiaridade entre sujeitos particulares, sempre tomados em uma rede de eventos e relações históricas, e as formas materiais da língua, identificação que se manifesta sob os modos diversos que estamos a detalhar.

Apresentamos, adiante, algumas situações em que essa relação do sujeito com a língua vem sendo observada.

### **O estranhamento das crianças em alfabetização**

Crianças em situações de alfabetização, tal como analisadas na pesquisa de Souza (2010), expressam com frequência seus estranhamentos diante das diferentes formas da língua, as que já sabem e as que estão conhecendo na aprendizagem escrita na escola. Uma situação marcante dentre estas manifestações ocorre quando uma das crianças, diante da intervenção corretiva da professora contra-argumenta: “*mas o meu pai fala assim*”. A criança explicita, sobre a língua, a observação de que a forma linguística por ela utilizada (assim como pelo pai) constitui *língua* em sua experiência como falante, no entanto não é acolhida pela professora. Trata-se de uma situação em que a criança se depara com uma cisão da língua (Payer, 2006) ao mesmo tempo em que uma cisão da figura da autoridade que institui o como é “a língua”. Conforme a teorização lacaniana, a figura paterna representa a lei. Pela análise de discurso, o pai representa uma posição discursiva que funciona na base da imagem de autoridade. Nesta situação está-se diante de um ponto de irrupção do modo como está constituída a relação da criança com a forma da língua, e se abre a resistência a contra-identificar-se com a forma da língua paterna, e é interessante que a criança argumente expondo o modo como ela e seu pai falam, no entanto nem sempre essa contra-argumentação se explicita, e o efeito é de que tanto a forma da língua quanto a figura paterna ficam desautorizados, o que não deixa de produzir efeitos na relação simbólica com a forma da língua, com a escola, com o pai e consigo mesmo enquanto falante.

### **Estilização e simulação das formas da língua**

Um profissional das instâncias de direção e coordenação de uma universidade, de quem se tem a imagem de experiente e ativo nos campos acadêmico, médico e político, conversa engajadamente ao telefone, explicando ao seu interlocutor uma situação um pouco complicada, e em dado momento desculpa-se de um modo peculiar, que tomaremos aqui como exemplo de ocorrência

de algo comum entre bons falantes de português, e que apresenta um funcionamento que nos chama a atenção: o pedido de desculpa se dá com uma diferença da forma standard *desculpa*, com ênfase na pronúncia da variação consonantal do *l*: *descurpa*. Pelo tom amistoso e engajado da conversa, esta diferença produz o efeito de sentido de que, embora se tratasse de uma conversa institucional, o pedido de desculpas possivelmente fosse considerado desnecessário por ambos interlocutores; entretanto, dadas as posições-sujeito em funcionamento, mesmo se desnecessário esse gesto se realiza, mas realiza-se sob um efeito de alteridade - materializado na substituição fonética -, parcialmente, como em um jogo em que se dissesse: *você e eu sabemos que isso não seria necessário, mas pela posição de que estamos falando, é o caso de dizer*. Em outras palavras, uma duplicidade de sentidos materializa-se na substituição da forma *desculpa* por outra forma que pode ser compreendida como um ponto de heterogeneidade, uma voz meio alheia, indicando uma “não coincidência”, nos termos de Authier-Revuz (1987) do enunciador consigo mesmo, e em face do outro. A situação se assemelha ao que Bakhtin (2010) denomina *estilização*, em que se produz um efeito de uma voz dupla, que remete, por sua vez, ao sentido de “duplo da língua” funcionando nas situações de heterogeneidade linguística (Orlandi, 2002). Nos termos de R. Robin (1995) ocorre ali uma *teatralização*, em um jogo ambíguo entre a identificação a certos sentidos e a obsolescência deles. Também é possível falarmos que esse jogo se dá em uma zona de entremeio entre a consciência e a falta de representação, em uma *simulação* da forma linguística assinalando algo que seria diferente da *língua* própria normal, logo diferente de uma *voz* própria e “normal”, ao mesmo tempo em que ela ali se apresenta como material que está sendo subjetivamente trabalhado no/pelo sujeito.

Como se pode notar, a interlocução atual joga um papel importante na manifestação desses pontos que indicam modos de identificação historicamente constituídos com as formas materiais da língua, conforme efeitos de sentido a serem produzidos, evitados, negociados, contornados, e que se produzem na *base* de uma imagem da língua (do “código”).

### **Elaborações expostas da relação com a língua**

Clarice Lispector emprega, em uma de suas crônicas, a palavra *outrem*. Ao fazê-lo, a escritora a faz acompanhada de todo um entorno que diz respeito à relação do sujeito escritor com a língua e com o outro através da palavra escrita.

*entregar-se a pensar é uma grande emoção, e só se tem coragem de pensar na frente de **outrem** quando a confiança é grande a ponto de não haver constrangimento em usar, se necessário, a palavra “**outrem**”. Além do mais exige-se muito de quem nos assiste pensar: que tenha um coração grande, amor, carinho, e a experiência de também se ter dado ao pensar (C. Lispector, Brincar de pensar, in A descoberta do mundo. Grifos nossos).*

Sobre a forma material do português arcaico, onde ele se mescla ao registro latino (qual o limite entre essas memórias das línguas?) a escritora acaba por *elaborar explicitamente*, expondo-as, dando linguagem para as sensações de *confiança* e de *constrangimento* que advêm do fato de enunciar/escrever ou não uma forma como “outrem”.

O efeito de constrangimento mencionado remete ao estranhamento em face das formas da escrita, tal como manifesto pelas crianças em alfabetização. Nesta situação encontra-se um gesto de *elaboração*, neste caso, poética, sobre a forma linguística e seus efeitos no sujeito. É interessante notar que tal gesto se dá em um contexto em que o objeto do discurso, a escrita, e a relação com o escrever, justamente, entram em questão, com todos os efeitos de sentido que tal forma deflagra em tal situação, onde a relação com a língua é diretamente posta em questão, e no caso de Clarice, verbalizada, explicitada, dita.

### **O riso**

Consideremos ainda as inúmeras situações de *riso* que seguem enunciados em formas linguísticas de dialetos de imigrantes – em massa, lembremos, que experimentaram a interdição oficial da língua materna. O riso segue também *imitações* da língua, pelos jovens, falantes de português, dos mais velhos, falantes de dialetos ou com suas marcas acentuadas, produzindo uma ambiguidade entre a identificação carinhosa e a exposição irônica da alteridade de uma língua com a qual o jovem não se identifica como falante embora a ela tenha sido exposto.

Rir diante de formas linguísticas constitui uma manifestação de (des)identificação de outra ordem, uma manifestação corpórea que indica haver pontos de tensão, os quais não passaram pelo trabalho da simbolização.

### **Processo, modos e mecanismos da identificação sujeito/língua.**

Apresentamos algumas dentre muitas e diversificadas situações de linguagem a fim de indicar como se expõem os **modos** diversos (*constitutivos, representados* ou de outra ordem, *corporal*) dos **mecanismos** através dos quais manifesta-se, na materialidade do discurso, o funcionamento de um **processo** de identificação dos sujeitos em relação à(s) língua(s) e às formas linguísticas presentes em sua história e nas práticas discursivas atuais. Em outras palavras, os *processos* de (des)identificações que se formam pela historicidade entre os sujeitos e as línguas/formas materiais vêm manifestar-se no tecido discursivo, dando sinais de diversos *modos* pelos quais ocorre essa relação, através de certos *mecanismos* específicos pelos quais se expõem essas identificações/relações constituídas com a língua.

Para concluirmos provisoriamente este trabalho, que está processo de desenvolvimento, vamos sintetizar e sistematizar o que foi dito sobre esses (e outros) modos e mecanismos, estudados

em outros momentos, através de um esquema<sup>62</sup> que nos permite melhor visualizar o funcionamento discursivo dos processos de subjetivação em relação à língua.

Em suma, entendemos que as identificações que sujeitos constitutivamente entretêm com a língua e as formas chegam a manifestar-se sob diversos modos na materialidade discursiva, que nos permitem detectar pontos significativos de tal relação. Alguns desses modos aparecem através de mecanismos que podem ser percebidos/localizados no fio do discurso.

1. Em primeiro lugar, através de mecanismos semelhantes ao que J. Authier-Revuz (1989; 2011) denomina “pontos de heterogeneidade mostrada”, através dos quais um discurso põe explicitamente uma alteridade em relação a si mesmo, ao designar como seu exterior, neste caso, *uma língua, uma variedade de língua* ou ainda um outro *registro discursivo*<sup>63</sup>.
2. Em segundo lugar, essas relações com as formas da língua são notadas em elaborações que explicitam e trabalham os efeitos de sentido que se produzem em seu jogo.
3. Há também outros modos que se apresentam através não de mecanismos e formulações marcados e elaborados, mas sob a forma de *equívocos* e *tropeços* com a língua, de forma menos elaborada no nível da linguagem, onde o sujeito não simboliza a relação com essas formas.
4. E há ainda outras as maneiras, em gestos de outra ordem, constitutivos, como na denegação que envolve algo do sujeito para além do fio da enunciação propriamente dita, como no riso, no canto em canções da outra língua (de imigrantes) e em outras manifestações corporais.

Pela análise desses diversos modos pudemos observar que alguns aspectos da relação com as formas linguísticas são mais conhecidos pelos sujeitos, aparecendo verbalizados, elaborados, enfim, e outros o são menos, aparecendo sob a forma de outras materialidades, como os equívocos e o riso.

Uma breve organização, que não se pretende fixa, do que foi apresentado sobre o *processo* de identificação sujeito/língua permite visualizar a relação entre o que estamos entendendo como *modos* e como *mecanismos* dessa identificação.

---

<sup>62</sup> Uma apresentação e sistematização desse processo foram desenvolvidos no artigo Processos, modos e mecanismos da identificação entre o sujeito e a(s) língua(s), Revista Gragoatá, no. 34. UFF. 2014 (on line).

<sup>63</sup>Tais *variedades de língua* são especificadas pela autora como “técnica, regional, familiar, standard”, e um enunciado apresentado como exemplo é “pastas, *al dente*, como dizem os italianos” (Authier-Revuz, 2011, p. 9). Os *registros discursivos* são especificados como “familiar, pedante, adolescente, grosseiro, etc.”, e são apresentados os enunciados “para usar uma expressão dos jovens, alguns modelos ‘detonam’ ” e “a ‘dialética’, para ser pedante (Authier-Revuz, 1989, p. 30; 38). Vale enfatizar que a passagem pela relação subjetiva com as *variedades de língua* constituem um elemento de um processo mais vasto da estruturação do sujeito no que diz respeito às formas da(s) língua(s).

1. **Procedimentos meta-discursivos** sobre a língua: *comentários, mecanismos meta-enunciativos*.
2. **Modos não-formulados**: *equivocos, ironia, lapso, auto-censura*.
3. **Relação não representada**: *denegação, ultracorreção, imitação, simulação*.
4. **Irrupção de ordem corporal**: *riso, expressão facial, gesto, modulação de voz, sensação de estranhamento*.
5. **Formulação (representada)**: elaboração explicitada das identificações e não identificações com a língua.

### **Concluindo provisoriamente**

Dentre estes diversos modos e mecanismos gostaríamos de ressaltar um, que ao nosso ver tem um valor crucial no ensino de língua. Trata-se, no domínio da representação, do que referimos como a *elaboração*, ou tecnicamente falando, a *formulação discursiva* dessa identificação. É sem dúvida importante que os sujeitos de linguagem possam alcançar uma representação que torne possível essa *elaboração*, e tanto melhor essa *formulação*, de modo a poder colocar em palavras, elaborar sentidos que se encontram funcionando para além da consciência, onde atuam esse pontos de identificação que estão presentes na relação muitas vezes não reconhecida, outras não legitimada, com as línguas e formas materiais, enquanto “gestos reconhecidos e não denegados”, como diria Michel Pêcheux (1982).

A direção de trabalho em que se está investindo é de que esses pontos tensos da história dos sujeitos com a(s) língua(s) possam ser trabalhados de modo a se tornarem saberes para o/do sujeito, sobre si mesmo e sobre as línguas, e que através de um acompanhamento qualificado dos professores pode tornar-se objeto de trabalho que favorece a relação dos sujeitos com a língua, sobretudo na escrita, de modo que eles possam *estar* na língua e *estar* na escrita sem apenas reproduzir a língua de *outrem*.

Para finalizar, para a discussão neste Encontro, eu diria que esses fatos da prática da língua indicam que os laços entre sujeito e línguas ou formas materiais não são tão fixos como se *imagina*, e que classificações podem ser enganosas. Não dá para falar em identidade linguística sem levar em consideração esses processos de identificação que funcionam efetivamente nas práticas, que são discursivos e estão em estreita conexão com a história, a ideologia, as interpretações socialmente produzidas sobre as línguas, suas formas e também sobre seus falantes. “Transpor esses imaginários” pode levar a fixar-se a compreensão dos fenômenos linguístico-discursivos em questão.

## Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. *Detenerse ante Las palabras*. Trad. Carina Blixen, Alma Bolón et. alii. Fundación de Cultura Universitaria. Montevideo, 2011.
- \_\_\_\_\_. “Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)”. Trad. J. W. Gerald. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 19. IEL, Unicamp, 1989.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévsky*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro, Forense universitária, 2010.
- CELADA, M. T. *O Espanhol para o Brasileiro: uma Língua Singularmente Estrangeira*. Tese. IEL/Unicamp, 2002.
- CHNAIDERMAN, M. “Língua(s) – linguagem(ns) – movimentos: uma abordagem psicanalítica”. In Signorini, Inês (Org.). *Língua(gem) e Identidade*. São Paulo, Mercado de Letras, 1998.
- GUIMARÃES, E. R. J. e ORLANDI, E. P. (Orgs.) *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas*. Campinas: Pontes, 2002.
- ORLANDI, E. *Interpretação*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *História das ideias linguísticas. Saber metalinguístico e a constituição da língua nacional no Brasil*. Campinas, Ed. Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento linguístico*. Para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 2002
- PAYER, M. O. “Processos, modos e mecanismos da identificação entre o sujeito e a(s) língua(s)”. Revista Gragoatá UFF (on line), no. 34. Niterói, 2014.
- \_\_\_\_\_. “Processos de Identificação sujeito/língua. Ensino, língua nacional e língua materna”. In: Eni E. Orlandi (Org.). *Política linguística no Brasil*. 1ª. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Memória da língua*. Imigração e nacionalidade. São Paulo, Ed. Escuta, 2006
- \_\_\_\_\_. “Memória e esquecimento da língua materna e a relação com a escrita”. In *Questões de escrita*. Carme Regina Shons e Tania M. K. Rösing (Orgs.) Passo Fundo, EDUPF, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Memória da língua e ensino. Modos de aparecimento de uma língua apagada no trabalho do esquecimento”. *Revista Organon*, Instituto de Letras da UFRGS. Vol. 17, no. 35. 2003.
- PÊCHEUX, M. *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, Ed. Pontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. [1975] “Atualização e Perspectivas, a respeito da análise automática do discurso”. In. *Por uma análise automática do discurso*. F. Gadet e T. Hak (Orgs.). Trad. Bethania Mariani et alii. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. Orlandi et alii. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.
- REVUZ, C. “A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio”. Trad. Silvana Serrani. In *Língua(gem) e Identidade*. Inês Signorini (Org.). São Paulo: Mercado de Letras, 1998.
- SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e Identidade* (Org.). São Paulo, Mercado de Letras, 1998.

- SILVA, C. M. *A Relação de sujeitos com as línguas em diferentes processos de imigração no Sul de Minas Gerais*. Dissertação MCL/Univas, 2012.
- SOUSA, G. N. *Entre línguas de negócios e de cultura*. Sentidos que permeiam a relação do brasileiro com a língua inglesa e a espanhola. 2007. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e LI) - Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.
- SOUZA, C. M. V. N. *Língua materna, língua nacional e processos de identificação na alfabetização*. Dissertação. MCL/Univás, 2010.
- STROKA, M. *A memória em movimento*. Do esquecimento à lembrança. Tese, PPGCL Unisul. 2014.

## Metaforizações metonímicas do social

*Suzy Lagazzi*

Unicamp

Analisar a discursivização da sociedade em seus modos de entrelaçamento da diferença no social, perguntando-se onde se desatam os laços, significa para mim compreender como a diferença se configura em desigualdade nas relações sociais.

Tendo a inserção do sujeito no social como foco, tenho buscado trabalhar na remissão do intradiscurso ao interdiscurso o desdobramento dessa inserção do sujeito em diferentes projeções do social. Neste trabalho, filmes e documentários têm me apresentado um repertório de formulações significativo para as análises (LAGAZZI, 2011).

No desafio e investimento de enfrentar a imbricação entre a materialidade verbal e a materialidade visual, sem deixar de considerar a importância da materialidade sonora na composição fílmica, alguns gestos analíticos têm me permitido compreensões importantes e me mostram a solidez do dispositivo discursivo a partir dos princípios e procedimentos tão consequentemente propostos por Michel Pêcheux e Eni Orlandi ao longo de suas obras. Retomo nesta apresentação alguns desses meus gestos específicos na relação com a imagem, retornando sobre o processo que em minha primeira análise de *Linha de Passe* (2011) nomeei "metonimização das imagens".

Em *Linha de Passe*, meu ponto de entrada foi tentar compreender a textualização dos sonhos que marcam a vidas das personagens a partir da contradição que constitui a relação dessas personagens com seus sonhos no desejo e na falta. A captura do meu olhar se deu no modo de textualização dos sonhos pela câmera, que regularmente leva o olhar em *zoom* aos objetos de desejo. Sonhos que se formulam no *zoom* das imagens. Justamente esses recortes em *zoom* me levaram a falar na "metonimização das imagens", numa tomada ainda retórica da metonímia.

Voltando agora ao filme no exercício de compreender o acontecimento simbólico do corpo<sup>64</sup>, me empenhei em especificar, no modo de textualização da câmera, derivas de sentido para o social no desdobramento das imagens do corpo na relação entre o intra e o interdiscurso. Para isto retomei a metáfora e a metonímia, tentando dar consequência à relação entre esses dois conceitos a partir do texto Freud e Lacan, de Althusser (1984), texto que me permitiu dimensionar a alteridade em toda sua força.

---

<sup>64</sup> Uma primeira versão desta análise do corpo está publicada em REDISCO V. 2, n.1, jan./jun. 2013, UESB.

## Metáfora e metonímia

Quando em minha primeira abordagem de *Linha de Passe* falei no processo de metonimização das imagens, eu disse que temos nesse filme "metonímias que condensam a falta". Equívoco importante, que me fez voltar aos conceitos de metáfora e metonímia (LAGAZZI, 2013a).

Althusser retoma em Freud o deslocamento e a condensação, propostos para explicar as "leis" do sonho, e em Lacan a correlação desses conceitos com as figuras linguísticas da metonímia (combinação) e da metáfora (seleção), formuladas por Jakobson como sendo os dois eixos da linguagem.

Daí resulta que o lapso, o ato falho, a piada e o sintoma se tornavam, como os elementos do próprio sonho: *Significantes*, inscritos na cadeia de um discurso inconsciente, dublando em silêncio, ou seja, em voz ensurdecadora, no desconhecimento do "recalcamento", a cadeia do discurso verbal do sujeito humano. Com isso, éramos introduzidos ao paradoxo [...] de um discurso duplo e uno, inconsciente e verbal, só tendo como campo duplo um campo único sem nenhum além a não ser em si mesmo: o campo da "cadeia significante". (idem, p.63)

Localizando o deslocamento e a condensação nas dimensões da cadeia significante, Lacan vai então dizer que "a condensação é uma metáfora" e que o "deslocamento é uma metonímia". Portanto, ao imbricar condensação e falta, eu fiz o gesto de entrecruzar metáfora e metonímia, dando visibilidade à contradição que as constitui.

Ainda com Lacan, nas palavras de Ducrot e Todorov (1982), lemos que a metáfora "diz para o sujeito o sentido recalcado do seu objeto", e que na metonímia "se marca que é o desejo, desejo de outra coisa que falta sempre".

Porque o que implica estas duas fórmulas é que não chega, para fazer um tropo, pôr uma palavra no lugar de outra em virtude dos seus significados respectivos. A metáfora, muito mais precisamente, é o *aparecimento numa cadeia significante dada de um significante vindo de uma outra cadeia*, tendo este significante ultrapassado a barra ("resistente") do algoritmo para perturbar, com a sua "disrupção", o significado da primeira cadeia, onde produz um efeito de não-sentido: testemunhando que é "antes do sujeito" que surge o sentido. Quanto à metonímia, remete menos de um termo para outro, do que marca a *função essencial da falta no interior da cadeia significante*: a conexão dos significantes que permitem operar "a transferência" daquilo que não deixa de faltar num discurso, ou seja, um prazer definitivo." (idem, p.417)

Sendo metáfora e metonímia definidas em função da cadeia significante, os dois conceitos nos fazem pensar a alteridade: a alteridade pela deriva na metáfora e a alteridade no encadeamento, pela metonímia. Na força desse entrelaçamento, vemos que a metáfora - irrupção, numa cadeia significante dada, de um significante vindo de uma outra cadeia - tem sua possibilidade sustentada pela metonímia, que nos diz que a falta constitui a cadeia significante. Da mesma forma, a metonímia se sustenta na metáfora: sendo o recalque constitutivo do sentido, a falta é função essencial no interior da cadeia significante.

Tomando a cadeia significante como a estrutura de base para a realização da linguagem, metáfora e metonímia, seleção e combinação, condensação e deslocamento, recalque e falta se constituem em processos sempre em concomitância na realização da linguagem. Fundamental compreender que a linguagem se produz no cruzamento desses processos. Metáfora e metonímia definem o jogo da linguagem como um jogo significante, que estrutura o discurso do inconsciente. Não mais uma tomada retórica da metonímia, mas a metáfora e a metonímia na relação com o inconsciente.

Althusser (1984), trazendo o que julga ser a grande descoberta e contribuição de Lacan, e que diz respeito à compreensão de que é sob a lei da linguagem que se fixa e se dá toda a ordem humana (p. 64), afirma que "o discurso do inconsciente é condição absoluta de qualquer discurso".

Essa submissão da ordem humana ao inconsciente me leva a pensar o significante no movimento do irrealizado para um sujeito descentrado, "constituído por uma estrutura que também tem um 'centro' apenas no desconhecimento imaginário do 'eu', ou seja, nas formações ideológicas em que ele se 'reconhece'" (idem, p.71). Desconhecimento de que o familiar e o estranho se entrelaçam nos efeitos metafórico e metonímico.

E dando consequência a esta retomada da metáfora e da metonímia, propus a formulação "metaforizações metonímicas da imagem", num entrecruzamento produtivo entre condensação e deslocamento, entre recalque e falta na análise da textualização da imagem do corpo em *Linha de Passe*.

### **A deslinearização da imagem**

Trazer a metáfora e a metonímia para o dispositivo analítico discursivo me permitiu poder compreender o desdobramento da formulação visual em diferentes imagens na discursivização do social, na relação entre o inter e o intradiscorso, o que significa propor a deslinearização da imagem, pensando o acontecimento da estrutura na sua composição visual (LAGAZZI, 2013b).

Considero o investimento no processo de deslinearização da imagem um caminho analítico discursivo produtivo, que pode contribuir na compreensão da contradição, conceito que sempre se impõe nas análises discursivo-materialistas e nos desafia, no materialismo, a sempre tentar compreender que toda unidade se compõe por diferenças que não se dissipam e que se interdeterminam.

No trabalho específico com a imagem do corpo em *Linha de Passe*, importa observar que o corpo é forte no contraponto de negar e afirmar aos sujeitos os seus sonhos, produzindo o efeito de um boicote do social. Em meio aos vários sonhos que vão sendo negados e afirmados, os corpos marcam sua presença e o corpo de Reginaldo, entre a busca do pai motorista e o aninhamento no "seu" sofá, nega a realização do encontro com seu pai, sem abandonar a busca pelo seu pertencimento. No enredo desse sonho, a formulação visual do corpo se desdobra em diferentes imagens no social.

No modo de a câmera textualizar nas imagens do corpo a contradição entre desejo e falta está o foco deste investimento analítico discursivo, pela retomada da relação entre a metáfora e a metonímia.

Na busca de melhor compreender o trabalho simbólico da contradição, o filme demanda nosso olhar sobre as possibilidades de deriva da imagem e convoca o deslize dos sentidos em recortes equívocos.



Remeter estas imagens em sua materialidade significativa (LAGAZZI, 2009) ao enredo do filme me permite falar de um sujeito que busca acolhida. O sofá é um dos lugares dessa acolhida, ao lado do volante da perua Kombi que permite a Reginaldo atualizar a imagem do pai motorista. Na busca incessante pelo pai, Reginaldo só sabe que ele é motorista de ônibus. Na especificidade de formulação deste enredo pela imagem, o corpo de Reginaldo ocupa a cena. No intradiscurso das imagens acima temos um corpo já deitado e aninhado no "seu" sofá, imobilizado também no olhar que se fixa no vazio. Uma relação intradiscursiva que não traz o fora do sofá e nem mesmo o todo desse sofá e desse corpo. Só vemos em close parte desse corpo em contato com esse espaço de imobilização. O close

desta imagem produz, discursivamente, o apartamento com o que está fora, marcando fortemente o limite entre o dentro e o fora. Um corpo que metaforicamente se imobiliza e se recolhe no recalque da sua busca e que metonimicamente marca o desejo do encontro que está fora desse sofá, encontro que sempre falta. Temos a formulação visual de um corpo imobilizado e isolado nos limites da cena, que produz a imagem de um sujeito recolhido e tolhido em seu desejo de encontrar o pai.

No entanto, esse corpo se formula em um contraponto intradiscursivo importante: o corpo no sofá fica intercalado com o corpo ao volante, um corpo que atualiza a memória do pai motorista.



Na textualização das imagens, o close novamente chama a atenção, fechando a cena e produzindo discursivamente um limite entre o dentro e o fora, entre sonho e realidade. Um corpo que metaforicamente se agarra ao volante no recalque da sua busca e que metonimicamente marca o desejo do encontro que fica circunscrito ao gesto de estar ao volante. Temos a formulação visual de

um corpo isolado nos limites da cena, mas não mais imobilizado. A imagem de um sujeito não mais tolhido, mas acolhido em seu desejo de encontrar o pai. Reafirma-se, portanto, pelo close na textualização das imagens, o limite entre o dentro e o fora, a relação entre o dentro e o sonho.

E para a surpresa de muitos espectadores o corpo ao volante espacializa a memória do pai motorista:



Não mais o corpo aninhado em "seu" sofá ou ao volante da Kombi, mas o corpo de Reginaldo ao volante de um ônibus, dirigindo. Novamente o volante em metáfora no desejo metonímico de ter o pai. Um sujeito especializado em seu desejo.

Formulações visuais intradiscursivas de um corpo que se desdobra interdiscursivamente em diferentes imagens: na imagem de um sujeito tolhido no desejo de encontrar seu pai, na imagem de

um sujeito acolhido no desejo de encontrar seu pai, na imagem de um sujeito espacializado no desejo de encontrar seu pai. Contradição constitutiva do sujeito entre desejo e falta. Um corpo que se imobiliza e se move na impossibilidade de chegar a qualquer síntese. Na relação com o social, este corpo fica significado, em *Linha de Passe*, no funcionamento discursivo do jogo contraditório entre o fora e o dentro, entre o boicote do social e a possibilidade do sonho, jogo nem de inclusão nem de exclusão, mas de tensão. Um social que, tal qual este corpo, se imobiliza e se move na impossibilidade da síntese.

Esta análise do corpo em *Linha de Passe* dá visibilidade a uma regularidade importante na textualização das imagens em todo o filme: o fechamento das cenas em closes, produzindo a impossibilidade de uma síntese social pelo jogo das imagens que interdiscursivamente se desdobram a partir da formulação visual do corpo de cada personagem. Um funcionamento discursivo relevante não apenas na relação com o corpo de Reginaldo. Temos o corpo grávido de Cleuza, que na delimitação entre o dentro e o fora pelo close da câmera, metaforiza no filho que vai chegar o desejo metonímico dos companheiros que não estão. No corpo de Dario, pela delimitação entre o dentro e o fora no close da câmera, fica metaforizado pela chuteira em frangalhos o desejo metonímico da realização profissional. O corpo de Denis metaforiza, pelo close da câmera que constantemente fecha a cena em sua cabeça coberta pelo capacete, o desejo metonímico de um ponto de parada. O corpo de Dinho metaforiza, pelo close da câmera no seu gesto de suportar o corpo da Irmã paraplégica, o desejo metonímico de se encontrar. Um companheiro, a realização profissional, a acolhida pela cidade, pela família, o encontro consigo próprio. Sonhos enredados em um social tenso.

Formulações visuais do corpo que se desdobram em diferentes imagens do sujeito e nos mostram a importância da remissão do intradiscorso ao interdiscorso para compreender a textualização das imagens.

Na regularidade do fechamento das cenas em closes em *Linha de Passe*, a textualização das imagens me permitiu compreender, no cruzamento entre metáfora e metonímia, o acontecimento simbólico do corpo discursivizando o social. Uma discursivização que fala da equivocidade das formulações visuais do corpo se desdobrando em diferentes imagens do sujeito, fala da tensão contraditória das condições de produção que, mesmo no boicote do social, não impede os sonhos.

## **Fechando**

Abri este artigo afirmando que analisar a discursivização da sociedade em seus modos de entrelaçamento da diferença no social, perguntando-se onde se desatam os laços, significa para mim compreender como a diferença se configura em desigualdade nas relações sociais.

Nos diferentes modos de boicote do sujeito pelo e no social, observamos diferentes projeções do social em entrelaçamentos distintos. Buscar na inserção do sujeito no social laços que comportem

a diferença na contradição que a constitui, parece-me um modo de tornar consequente o trabalho analítico discursivo, tomando essa inserção do sujeito em deslinearizações que se imbricam no jogo de diferentes materialidades significantes. A metáfora e a metonímia em metaforizações metonímicas. A alteridade na deriva e no encadeamento, em composições que delimitam o irrealizado em nossa sociedade. Penso o significante em metáfora, no desejo metonímico da falta.

## Referências

ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan. Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

LAGAZZI, S. "O recorte significante na memória". Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. In: *O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras*. F. Indursky, M. C. L. Ferreira & S. Mittmann (Orgs.). São Carlos: Claraluz, 2009. p.67-78.

\_\_\_\_\_. "A materialidade significante em análise". In: *A Análise do Discurso e suas Interfaces*. L. V. Tfouni, D. M. Monte-Serrat, P. Chiaretti (Orgs.). São Carlos: Pedro & João, 2011. p.311-324.

\_\_\_\_\_. "Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3". In: *Estudos do Texto e do Discurso. O discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau, Pêcheux*. S. Lagazzi, E. C. Romualdo, I. Tasso (Orgs.). São Carlos: Pedro & João, 2013a. p.311-331.

\_\_\_\_\_. "A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia". In: *REDISCO V.2.*, n.1, jan./jun. 2013b. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. p.104-110.

*Linha de Passe*. Direção de Walter Salles e Daniela Thomas, Produção Walter Salles, Roteiro Daniela Thomas e Braulio Mantovani. Rio de Janeiro: Universal Pictures, 2008. (108 min.)

**PARTE IV – LINGUAGEM, POLÍTICAS NA HISTÓRIA E SEUS EFEITOS  
NA SOCIEDADE**



## O agronegócio do "café com leite" no Sul de Minas Gerais

*Marcelo Bregagnoli*

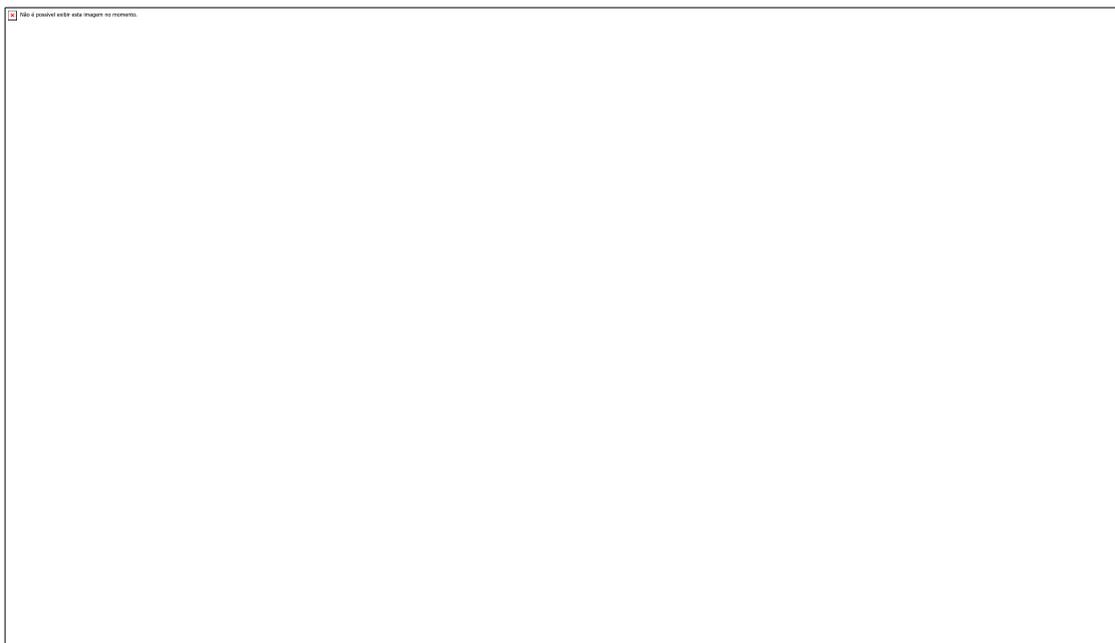
Pró-reitor de pesquisa, pós-graduação e inovação - IFSULDEMINAS

Vários estudos e diagnósticos são propostos a fim de se identificar o perfil dos produtores rurais da região do sul de Minas Gerais, especialmente aqueles envolvidos nos arranjos produtivos do café e do leite. Conhecer sobre a forma de atuação, o bem estar dos envolvidos e sua influência nas cidades (especialmente de pequeno porte) do sul do estado de Minas Gerais faz-se de extrema importância na busca de soluções e alternativas para uma melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas nessas cadeias produtivas.

Certamente o sul de Minas Gerais teria outra configuração, não fosse por sua bacia leiteira que por décadas produziu leite e derivados, inclusive para o império, quando os produtos eram transportados no lombo de mulas até o Rio de Janeiro (a formação de núcleos - feitorias e arraiais - que serviam como abrigo para os tropeiros desde o século XVII dependia da expansão da demanda para os produtos agrícolas), assim como pela sua extensa área de pés de café, devido às condições de clima e solo propícias para esta cultura. Essa conjuntura econômica derivada da economia "café com leite", que teve seu ápice no final do século XIX, resultou no surgimento de extensa malha ferroviária no sul de Minas Gerais, com a principal função de escoar a produção agrícola para os grandes centros urbanos, como a Estrada de Ferro do Oeste de Minas, Minas-Rio, Sapucaí, Mogiana, entre outras.

Assim, há anos o "café com leite" alimenta economicamente a região, garantindo em parte, a manutenção do tecido social desta região. Na Figura 1 é apresentado um estrato amostral de propriedades no sul/sudeste mineiro, demonstrando a predominância de lavouras de café e pastagens para o gado e a dependência da região em relação a estas duas cadeias produtivas.

Aspectos do sistema de produção adotado nessa região possibilitaram a formação de riqueza de algumas famílias que controlariam a política por anos (CASTILHO, 2009).



**Figura 1 – Ocupação do solo em propriedades do sul/sudoeste de Minas Gerais.**

Fonte: Bregagnoli; Monteiro, 2013.

A região geográfica do sul de Minas, com aproximadamente 170 municípios, possui o 2º maior PIB do Estado, com índices próximos de 15%, sendo que  $\frac{1}{4}$  da riqueza estadual gerada no ramo da agropecuária é oriunda desta região. Tanto o setor cafeeiro quanto de produção leiteira do Sul de Minas respondem por mais de 30% da riqueza total gerada no país em cada uma destas atividades, o que impacta diretamente na elevação do PIB (Produto Interno Bruto) mineiro e nacional. O agronegócio mineiro cresceu 73,9% nos últimos dez anos (Figura 1), influenciando decisivamente sobre a receita do Estado de Minas Gerais (Figura 2).

Resta-nos saber se qual a sustentabilidade deste modelo em sua ampla conceituação (social, econômica, ambiental), principalmente num momento de mudança que a própria região vem sofrendo, com a industrialização e grande dinâmica no setor de serviços.

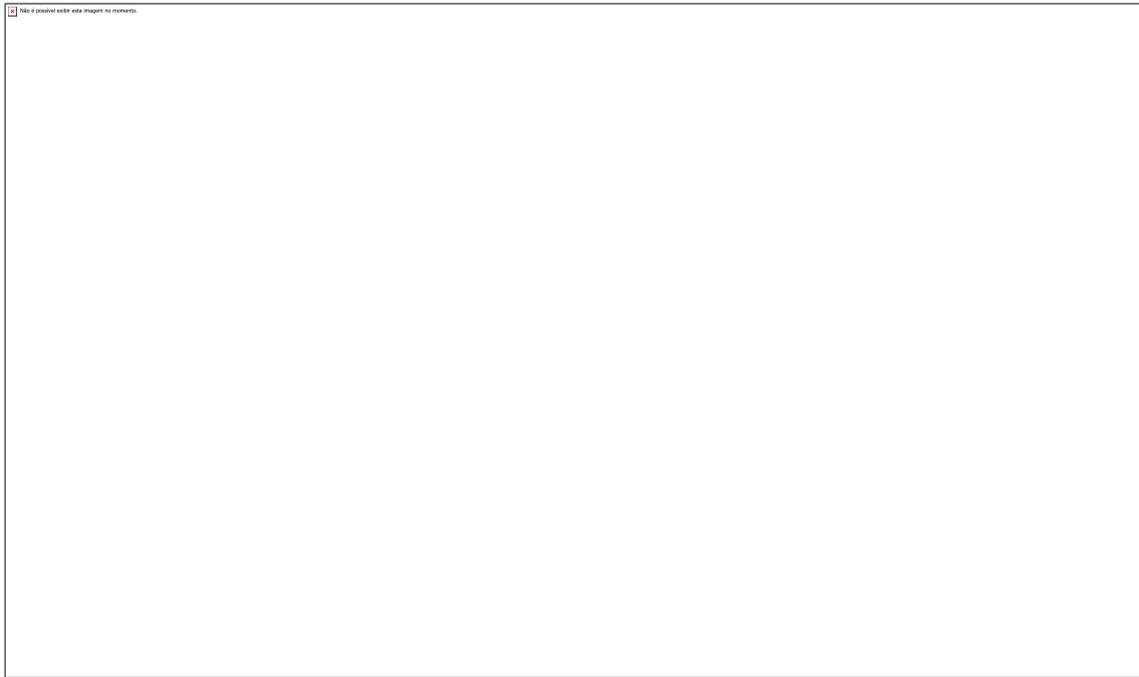


Figura 1 – Evolução do PIB do Agronegócio em Minas Gerais – 2002/2011.  
Fonte: Portal Brasil Agronegócio (2013)



Figura 2 – Evolução da receita das exportações mineiras – 2004/2011.  
Fonte: Portal Brasil Agronegócio (2013)

Porém, ambas atividades (cafeicultura e leiteira), distinguem-se em termos de dinâmica na produção, comercialização e suas relações, dentro e fora da propriedade.

O café é uma *commodity* (produtos que possuem cotação e “negociabilidade”) comercializada no mercado interno e para exportação, sujeito a diversas variações e especulações. Em cafeicultura utiliza-se

um ditado: “mais vale um boato que um fato!”, que refere-se às variações cambiais (sobre o valor do dólar), suposições e interpretações sobre a produção (CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento e Bolsas de valores) que exercem influência decisiva sobre o valor a ser pago pela saca de café, crises mundiais (econômicas, climáticas, políticas, de ocupação de mão de obra, etc.) que influenciam decisivamente no valor do produto (saca de café), repercutindo no rendimento econômico dos produtores e na mudança do padrão de vida de suas famílias, assim como na expectativa dos descendentes, a maioria dos filhos dos produtores decide, depois de emancipados, atuar em atividades de comércio e prestação de serviços nos centros urbanos. Para Oliveira e Grimberg (2007), a atividade cafeeira foi fundamental para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais, especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando foi responsável por quase a totalidade da receita fiscal estadual, com forte concentração de terras, só dissolvidas no século seguinte.

A comercialização do café representa uma atividade segura ao produtor quando realizada em cooperativas, associações e empresas consolidadas, representando “dinheiro na mão”, o que explica parte do tradicionalismo da cultura e a resistência de muitos produtores em mudar de ramo agrícola, até mesmo nas grandes crises do setor em se aventurar por outro ramo de produção agropecuária se o “café” tem essa segurança na comercialização? Essa é pergunta a que muitos produtores se fazem, especialmente frente ao contexto e realidade de outras atividades do setor, a exemplo da comercialização de gado, em que a porcentagem de perda na comercialização (por calote de compradores de gado de corte) é altíssima, ainda nos dias atuais.

Porém, um impacto negativo para o setor cafeeiro do momento econômico do Brasil é a elevação do custo de produção. Com o mercado aquecido, há uma elevação do valor dos produtos industrializados a exemplo de fertilizantes, defensivos agrícolas, mas especialmente, sobre o custo da mão de obra. Há menos de cinco anos (2009) uma diária de trabalhador rural (braçal) era algo em torno de R\$ 25,00 na nossa região, mas na atualidade é impossível a contratação do mesmo serviço, em diária, por menos de R\$ 50,00. Ao passo que o aumento do valor da saca de café nesse período ocorreu devido às influências de mercado, clima, produção, não necessariamente devido a uma valorização do produto no mercado.

Sob outra perspectiva, em termos de produção, comercialização e consumo, o leite apresenta-se como uma substância organoléptica, com pouco tempo útil *in natura* de prateleira, estando altamente sujeito às variações que acontecem no processo produtivo, ou seja, quanto maior a oferta do produto, menor o preço, tanto para consumidor quanto para o produtor. Isso passa a ser um motivo de desestímulo ao produtor de leite, que se vê refém das influências de mercado e das indústrias/processadoras, que normalmente ditam o valor a ser pago ao produtor. Outro fator que influi na renda do produtor de leite é seu grau de tecnificação, com reflexos econômicos e sociais, devido ao aumento do poder aquisitivo e inclusão em determinados círculos sociais.

A imagem do retireiro, aquele que acorda de madrugada, recolhe o gado e realiza a ordenha (a retirada do leite) ainda está presente nas pequenas propriedades agrícolas do Sul de Minas, mesmo com a existência de vários empreendimentos de médio e grande porte na produção de leite, a exemplo do leite Bela Vista (Guaxupé), com a produção diária de mais de 70 mil litros de leite tipo 'A'. Mas a realidade da sociedade brasileira coloca em xeque o continuísmo da pequena propriedade leiteira, o retireiro torna-se cada vez mais raro, por se tratar de uma atividade diária, intensa e com muitas obrigações, algo que da juventude na atualidade não almeja, sobretudo frente a um mundo moderno cheio de outras oportunidade nas cidades, com acesso a um emprego fixo, de maior rentabilidade, com horários definidos e sem limitações, aliam-se ainda a esse fato os atrativos da vida urbana como acesso a serviços de saúde, lazer, comércio, dentre vários outros.

Uma das vantagens do produtor na cadeia leiteira é o fato de o mesmo possuir uma renda semanal, quinzenal ou mensal (de acordo com o contrato previamente estabelecido) com a venda do produto, o que lhe permite fazer alguns compromissos, estabelecendo uma forma diferente de administrar os recursos quando comparado ao produtor de café, que vende suas sacas em lotes em épocas específicas do ano. Isso cria um padrão distinto entre ambas atividades, com reflexos na dinâmica do padrão de vida, consumo e compromissos desses produtores.

Porém, não raras vezes, muitos produtores adotam tanto a cafeicultura quanto a produção leiteira como atividades econômicas em uma mesma propriedade. Isso permite toda uma mudança na forma de gerir o empreendimento, com muito mais trabalho e interação entre as duas atividades, assim como maior amplitude em relação à fonte de renda, com impactos na vida da família do produtor e suas relações com a sociedade.

Existe uma predominância de pequenas propriedades (70% das propriedades possuem até 10 ha), caracterizadas por mão de obra familiar e empreendimentos agropecuários de maior porte. A presença do chamado produtor de médio porte é cada vez mais rara no cenário agropecuário do Sul de Minas, devido às dificuldades de atendimento às exigências trabalhistas, descapitalização e falta de competitividade nas atividades (Figura 3).



**Figura 3 – Mão de obra em propriedades rurais do sul/sudoeste de Minas Gerais.**

Fonte: Bregagnoli; Monteiro, 2013.

O conhecimento desse perfil é fundamental para elaboração de estratégias vinculadas aos setores do agronegócio e planejamento de ações que interfiram positivamente na sociedade. A formação de opiniões, alteração dos modelos tradicionais e do estilo de vida dos empregados e empregadores, ampliação de técnicas ambientalmente desejáveis e compatíveis com a dinâmica do mundo atual são sempre necessárias nos diversos sistemas produtivos, nos quais se incluem o café e o leite.

A cultura cafeeira e a produção de leite exercem, historicamente, forte influência no contexto social, econômico e ambiental do Sul de Minas Gerais, readequando-se constantemente aos fatos em relação à formação de classes sociais, às regras de mercado e às exigências ambientais, além das exigências mercadológicas de uma sociedade cada vez mais consciente e crítica social/ambientalmente, que prevê a busca de quebra de paradigmas e o compromisso com o “bem-estar” da região.

### **Bibliografia Consultada**

- BEIGUELMAN, P. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: EDUSP, 2005. 280p.
- BREGAGNOLI, M.; MONTEIRO, A. V. C. (Org.) *Café nas montanhas: cafeicultura sustentável no sul de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem Editora, 2013. 100p.
- CASTILHO, F. F. A. “Economia Sul-Mineira: o abastecimento interno e a expansão cafeeira (1870-1920)”. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, v.4, n.6, 2009.
- MARTINS, A. L. *História do Café*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 320p.
- OLIVEIRA, J. G. R.; GROMBERG, L. *A saga dos cafeicultores no Sul de Minas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2007. 152p.
- PELEGRINI, D. F. *Diagnóstico rural da microrregião de São João Del Rei, MG*. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010. 48p. (EPAMIG. Série Documentos, 48)
- REIS, P. R.; CUNHA, R. L.; CARVALHO, G. R. *Café árabe: da pós-colheita ao consumo*. Lavras: EPAMIG, 2011. 734p.

# Uma Especialidade Culinária do Sul de Minas e a Demanda pela Patrimonialização

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Univás

## Introdução

De uma perspectiva discursiva dos estudos sobre o saber urbano, este trabalho busca estudar as relações de sentido entre as cidades, seus sujeitos e sua cultura culinária na atualidade<sup>65</sup>. Mais especificamente, pretendo refletir aqui a respeito das discursividades que vêm sendo construídas a respeito de uma especialidade culinária sul mineira, o pastel de farinha de milho, em seu processo de registro enquanto bem imaterial de Pouso Alegre e de Itajubá. Interessa, neste trabalho, olhar para o modo como este *acontecimento* vem movimentando as redes de memória sobre os sentidos do pastel de milho relativamente aos sujeitos, a estas cidades e a outras cidades da região. O *acontecimento*, tomado aqui de uma perspectiva discursiva, pensado a partir dos trabalhos de Pêcheux (1983) e Orlandi (2012), entre outros, não se resume a uma data específica, a um fato específico. Ele não se resume à data dos registros do pastel como bem via decreto ou ao decreto especificamente, e nem apenas à própria demanda da patrimonialização, mas foi sendo construído a partir de uma relação com diversas outras demandas, dentre elas a da institucionalização do turismo e a da mundialização.

Para a realização dessas investigações, dei início à construção de um *arquivo de leitura* (Pêcheux, 1982) a partir dos textos que divulgaram o processo de registro do pastel de milho nos sites da Prefeitura de Pouso Alegre e da Prefeitura de Itajubá na internet. A leitura desses textos me levou a ampliar meu arquivo de leitura com uma pesquisa sobre os modos de circulação das *coisas-a-saber* (Pêcheux, 1983) sobre o pastel de milho, em relação a essas cidades e aos sujeitos, em outros espaços da internet.

Sem deixar de considerar os efeitos da *memória metálica* (Orlandi, 2001), dentre eles, o de que “tudo o que aparece na internet é tudo o que se pode saber a respeito do que se procura”, procurei observar que coisas-a-saber sobre o pastel circulam nesse espaço virtual. O interesse desse modo de investigação reside no fato de que essas coisas-a-saber que circulam na internet – vindas de vários lugares, uns mais legitimados e outros menos – podem produzir efeito em outros espaços, para além do espaço virtual.

Desse modo, considero, conforme propôs Pêcheux (1982), que a realização desse trabalho de leitura de arquivo implica em também lançar mão das tecnologias da informática, mas não como simples

---

<sup>65</sup> Este trabalho está vinculado ao projeto coletivo “Discurso, Individuação do Sujeito e Processos Identitários – DISUPI”, sob a coordenação de Eni Orlandi e com financiamento da Fapemig.

aplicação. A construção de meu arquivo de leitura busca se *apropriar* de diversas tecnologias, incluindo as tecnologias disponíveis na internet, considerando sempre o confronto com a “materialidade da língua na discursividade do arquivo” (Pechêux, 1982, p. 63).

A partir desse lugar de apropriação das tecnologias, meus procedimentos de pesquisa foram realizados com base em algumas perguntas: quando e como começaram a aparecer, no espaço da internet, textos que falavam sobre o pastel de milho em relação a essas cidades? Que relação esses textos estabelecem entre o pastel, as cidades e os sujeitos? Em que medida a passagem do pastel a patrimônio pode ter afetado as discursividades sobre essa especialidade culinária sul mineira?

Para trazer algumas respostas para essas perguntas, começarei apresentando um breve percurso do procedimento de pedido de registro do pastel como bem imaterial em cada uma das cidades. Em seguida, partirei para uma análise de vários textos sobre o pastel publicados na internet em diferentes momentos.

### **Processo de Patrimonialização do Pastel em Pouso Alegre e em Itajubá**

O processo de patrimonialização do pastel de milho em Pouso Alegre tem início em 2005, com a iniciativa da Associação dos Empreendedores Autônomos do Segmento de Alimentação de Pouso Alegre – ASSEASSAPA. Com o pedido da ASSEASSAPA, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico e Cultural de Pouso Alegre deliberou pelo inventário do bem e início do processo de registro do pastel. Nesse processo, estão envolvidos a ASSEASSAPA, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico e Cultural de Pouso Alegre, a Prefeitura da cidade e a Secretaria de Cultura e Turismo. Em julho de 2010, foi assinado pelo prefeito um decreto municipal oficializando o pastel de milho como patrimônio imaterial, e foi lançado o Programa de Valorização do Pastel de Farinha de Milho.

O processo de patrimonialização do pastel de milho em Itajubá teve início por volta de 2008 a 2010 e parte de uma iniciativa da prefeitura da cidade que, através de sua Secretaria de Cultura e Turismo, contratou uma empresa especializada na elaboração de projetos de aprovação de patrimônios, a MGTM<sup>66</sup>, para solicitar o registro ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Em dezembro de 2010, pastel foi registrado, via decreto municipal, como patrimônio cultural do município.

Como podemos notar, o processo de patrimonialização do pastel de milho nas duas cidades surgiu em decorrência de iniciativas distintas, e os decretos municipais que oficializaram o pastel de milho como patrimônio imaterial das cidades foram assinados mais ou menos no mesmo momento.

---

<sup>66</sup> O site da empresa está disponível na página: <http://mgtm.tempsite.ws/patrimonio-cultural/index.php>. Acesso: 21 set 2013.

Buscarei agora observar, em textos publicados nos sites da prefeitura de Pouso Alegre e da prefeitura de Itajubá, e em outros espaços da internet, como, ao falar do pastel, cada texto constrói sua descrição, seus argumentos, sua história.

### **O Pastel de Milho no Site da Prefeitura de Pouso Alegre**

O site da prefeitura de Pouso Alegre possui uma página, nomeada de “Patrimônio Cultural”, que relaciona os bens tombados da cidade, fala a respeito do Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC, e sobre o pastel de milho como bem registrado. O item dedicado ao pastel é intitulado de “Bens registrados (pastel de milho)”, e contém a seguinte imagem:



Disponível em: <http://www.pousoalegre.mg.gov.br/287/patrimonio-cultural.aspx> . Acesso: 21 set 2013

Logo abaixo da imagem, há um texto em que podemos observar como se constitui a relação entre o pastel, a cidade e seus sujeitos:

“Pouso Alegre é a cidade de **maior tradição** no preparo do pastel de milho. O **ofício** do pastel, além de perpetuar o modo de fazer, movimentava a economia da cidade. Os **pastéis** são feitos nas casas dos **pasteleiros** e **vendidos nas ruas e avenidas**, principalmente no centro da cidade. Os próprios **pasteleiros** são responsáveis pela **produção e venda** dos seus pastéis. Eles são **organizados pela ASSEASSAPA** (Associação dos empreendedores autônomos do Segmento de Alimentação de Pouso Alegre) que padronizou os **carrinhos de venda** e os uniformes dos pasteleiros. Os pastéis são **preparados e vendidos** diariamente. A receita é simples, não sofreu alteração significativa ao longo do tempo. O recheio ganhou diversificação passando a ter diferentes sabores. Os ingredientes utilizados são: farinha de milho, polvilho doce, batata cozida e amassada, sal e ovos.” (Grifos meus).

Ao dizer que Pouso Alegre é a cidade de maior tradição no preparo do pastel, o texto produz uma relação entre Pouso Alegre e outras cidades, que também teriam tradição, só que menor. Os sujeitos da cidade que fazem o pastel na cidade não são os pouso-alegrenses em geral, mas os pasteleiros. Desse modo, o texto fala do pastel através dos pasteleiros. O pastel é significado não apenas como uma especialidade culinária, mas como um produto, que é preparado, como um ofício, pelos pasteleiros, e vendido nas ruas em carrinhos de venda.

Ao mesmo tempo, é interessante observar que a imagem dos pastéis na foto não é, por exemplo, a de um pastel sendo vendido em um carrinho na rua por um pasteleiro, mas a de pastéis em uma bandeja sobre uma mesa, coberta com uma toalha de renda, junto a uma cafeteira e xícaras de café. Nada impede que interpretemos que os pastéis foram comprados para serem consumidos em casa ou em alguma recepção. No entanto, essa imagem produz outros efeitos de sentido, abrindo para a possibilidade de outras relações entre os sujeitos das cidades e o pastel, em que se pode pensar que esses pastéis foram feitos em uma casa, em um ambiente familiar. Nesse sentido, a feitura dos pastéis não seria apenas pelos pasteleiros, mas também por outros pouso-alegrenses, seu preparo não significaria apenas como um ofício e os pastéis não seriam apenas um produto.

Assim, temos uma relação de contradição interessante entre o texto que fala sobre o pastel a partir do lugar do pasteleiro e a imagem, que abre para outros sentidos.

### **O Pastel de Milho no Site da Prefeitura de Itajubá**

Na página de notícias que o site da prefeitura de Itajubá disponibiliza, foi publicada a notícia do registro do pastel, que tem o seguinte título: “Prefeitura registra pastel de milho como patrimônio imaterial junto ao IEPHA”. A notícia inclui a seguinte imagem:



Disponível em: <http://www.itajuba.mg.gov.br/noticia.php?id=2117>. Acesso: 21 set 2013.

Do texto da notícia que fala sobre o pastel, trazemos os recortes a seguir:

“Como registrado nos levantamentos, não há como descobrir a **origem** exata para **costumes populares**. Não é diferente no caso do **pastel de milho**, mas segundo historiadores a iguaria surgiu a partir da **expedição** de 1819, quando 80 **famílias** deixaram Soledade (hoje Delfim Moreira) acompanhadas do padre Lourenço da Costa Moreira **para fundar a vila que daria origem a Itajubá**. Eles estavam em busca de novas áreas para plantio e pecuária, um lugar onde o relevo fosse menos acidentado e houvesse facilidade de ocupação e exploração.

Durante a **expedição**, os alimentos foram se tornando escassos e, com as longas caminhadas, restou **farinha de milho e polvilho** para alimentar toda a **expedição**. **Os migrantes** fizeram uso desses **dois elementos** para criar **uma massa, algo semelhante à massa de pão**, recheando-a **com carne de caça e fritando-a em óleo de capivara**. **O alimento criado** foi considerado saboroso e quando já estabelecidos em Itajubá **a receita foi novamente preparada** pelos **exploradores** para lembrarem da viagem e divulgada entre os **novos habitantes da vila que se erguia**.

“A partir desta história, percebemos que a **tradição** do pastel de milho em nossa cidade vem **desde sua fundação**”, declarou a secretária de Cultura e Turismo, Fábila Izidoro.” (Grifos meus).

Diferente do texto disponível no site da Prefeitura de Pouso Alegre, o texto do site da Prefeitura de Itajubá estabelece outras relações entre o pastel, a cidade e seus sujeitos. A palavra “tradição” também está presente, mas aparece relacionada à origem, à fundação de Itajubá. Os sujeitos de deram origem ao pastel são “a expedição”, “a família”, “os migrantes”, “os exploradores” que fundaram a vila que daria origem à cidade, e também “os novos habitantes” dessa vila. Desse modo, os sujeitos não são apenas os sujeitos da cidade quando de sua existência enquanto cidade já constituída, mas os sujeitos que fundaram a vila que daria origem à Itajubá, antes da própria existência da cidade.

Ao lado disso, nessa história, o pastel ainda não era o pastel que conhecemos hoje, uma vez que sua massa era “algo semelhante à massa de pão”, seu recheio era de “carne de caça” e sua fritura era em “óleo de capivara”. O estabelecimento de uma relação de origem do pastel de milho de Itajubá com “o alimento criado” não se dá, desse modo, através de uma relação que identificaria o alimento como sendo o pastel de milho. Essa relação de identificação se dá através de “dois elementos”, a farinha de milho e o polvilho, que são ingredientes do pastel, contidos nesse alimento que ainda não era o pastel. Assim, a história do pastel apresentada se conta através de um ponto de vista historiográfico e é sustentada pela autoridade da Secretaria de Turismo da cidade.

Ao lado disso, nesse texto, o pastel é significado como um “costume popular”. É interessante notar que o texto, associado à imagem dos pastéis em uma cesta sobre uma mesa com toalha quadriculada, pode lembrar a mesa de uma casa, produzindo um efeito de identificação forte entre os itajubenses e o pastel, sustentado pelo sentido de “costume popular”. Mas a foto também pode significar uma imagem de uma mesa de bar em que se serve a culinária regional tradicional. Esse sentido não deixa de ser possível, uma vez que a institucionalização do turismo nas cidades não se organiza por uma relação direta com a população (com as casas dos itajubenses), mas com o comércio (barracas, bares, restaurantes, etc.).

### **O Pastel de Milho de Pouso Alegre e de Itajubá em Outros Espaços da Internet**

Para refletir sobre os modos de circulação das coisas-a-saber a respeito do pastel de milho e de sua história em relação aos sujeitos e às cidades de Pouso Alegre e de Itajubá em outros espaços da internet, dei início a um procedimento de pesquisa na página de buscas do Google. Primeiramente, fiz uma busca com as palavras-chave “pastel de milho” e “Pouso Alegre” e, depois, outra busca com as palavras-chave “pastel de milho” e “Itajubá”.

Ao lado disso, para saber a partir de quando começam a surgir publicações com textos sobre o pastel de milho na internet, lancei mão de outra ferramenta do Google que localiza as publicações em intervalos personalizados. Com essa ferramenta, foi possível saber quando começaram a surgir publicações a respeito do pastel de milho e quais publicações são mais copiadas e mais frequentes.

Entretanto, essa ferramenta não permite saber quando foram feitas atualizações de texto e de layout nas páginas visitadas a fim de recuperá-las tais como eram quando de sua primeira publicação. Esse tipo de recuperação é disponibilizado em alguns sites e páginas (a Wikipédia, por exemplo, registra e disponibiliza todas as atualizações por que passaram suas publicações), no entanto, a maioria das páginas não possui tais registros. Desse modo, embora seja possível saber quando uma página foi criada, geralmente não é possível saber se a página foi modificada e quando a modificação aconteceu. Ou seja, não é possível saber se e quando foram incluídos ou excluídos textos e layouts das páginas que visitamos.

Isso poderia ser um problema para uma pesquisa sustentada por uma perspectiva empirista, em que as datas exatas fossem consideradas como fatos fundamentais. De uma perspectiva discursiva, encontrar uma data exata não deixa de ser interessante, entretanto, ela não é necessária. Pois, dessa perspectiva – e lembro aqui novamente Pêcheux (1983) – uma data é apenas efeito de um acontecimento que começa antes da data (ou de um marco, um fato...) e termina depois. Ou seja, o real do acontecimento não se resume a uma data, mas pode ser compreendido pelas discursividades que ele faz surgir. Nesse sentido, o fundamental é apreender o modo de funcionamento do acontecimento pela observação das discursividades que são postas em jogo, e não apenas o seu efeito em uma data.

Assim, procurei com essa pesquisa observar como determinadas discursividades foram se construindo nesse espaço da internet sobre o pastel de milho e que movimentos de memória elas vêm produzindo. Procurei observar como se dá a possibilidade do aparecimento dessas discursividades, como elas constroem o acontecimento e se constroem nele.

Ao lado disso, o arquivo de leitura construído para essa pesquisa também poderia ser um problema para uma perspectiva que exigisse uma investigação em outros espaços, fora do espaço da internet, como forma de “complementar” ou “completar” o arquivo, as análises e seus resultados. O mesmo se pode dizer para uma perspectiva que exigisse uma investigação nesses outros espaços como forma de colocar em confronto outras discursividades sobre o pastel de milho (através, por exemplo, dos materiais de uma pesquisa de campo com entrevistas aos sujeitos das cidades) a fim de “resgatar sua verdadeira história”.

Aqui, novamente, de uma perspectiva discursiva, não se chega nunca a uma complementaridade ou a uma completude. Ao lado disso, uma pesquisa de campo com realização de entrevistas pode, de fato, contribuir para uma maior compreensão do funcionamento de outras discursividades em circulação sobre o pastel de milho. No entanto, mesmo sendo possível encontrar funcionamentos discursivos diferentes, esses discursos não estão isolados, sendo já afetados pelos discursos que vêm circulando na internet e em outras mídias.

Nesse sentido é que podemos dizer que não se chega nunca a essa “verdadeira história resgatada” porque não se chega nunca à origem do sentido e muito menos à sua verdade. Os sentidos estão sempre se reinventado e a história é sempre contada e recontada. E isso é possível pelo próprio funcionamento da língua, que permite, como nos mostra E. Orlandi (1993), a “transfiguração do sem-sentido”, num movimento em que certos sentidos são apagados e outros surgem.

Feitas essas considerações, passamos então às reflexões a respeito dos textos encontrados em outros espaços da internet a respeito do pastel de milho em relação à Pouso Alegre e Itajubá.

## “Pastel de milho” e “Pouso Alegre”

Um dos primeiros textos em que aparecem as expressões “Pouso Alegre e “pastel de milho” na internet está em uma página publicada em dezembro de 2005, do site “*Aluguel de Temporada Brasil*”<sup>67</sup>. Esta página fala sobre as atrações de Pouso Alegre e o pastel é mencionado na parte do texto que fala do Mercado Municipal:

Mercado Municipal: Ponto de encontro de antigos e novos moradores de Pouso Alegre, o “Mercadão”, como é conhecido, **deixou de ser apenas** um lugar para as compras de hortifrutigranjeiros **para se tornar** um relaxante e descontraído **ambiente para** bate papos e **degustação do delicioso pastel de farinha de milho, que é o atrativo principal da culinária local.**” (Grifos meus).

É interessante observar que a expressão “para se tornar” dá a indicação de um momento em que houve uma mudança no funcionamento do mercado, no qual ele passou a funcionar também como um lugar para a degustação do pastel de milho. Ao lado disso, os sentidos de “culinária local” têm uma abrangência mais ampla, que não se restringe à degustação no mercado, oferecida pelos comerciantes do mercado, mas inclui outros locais da cidade, que inclui outros pouso-alegrenses. Apesar disso, a “culinária local” é apresentada pelo mercado, o que mostra que já havia aí uma construção de sentidos que vincula o pastel ao comércio.

Também encontramos, entre as primeiras postagens com essas expressões, um vídeo do Youtube publicado em outubro de 2008 com o seguinte título: “Distribuição de 20 mil pastéis de milho”<sup>68</sup>. Na descrição do vídeo, o pastel de milho é apresentado como “**tradicional na região**”. A tradição, nesse texto, não é no preparo, como na publicação da página da Prefeitura de Pouso Alegre, a tradição é na região. E “região” abrange um espaço maior do que o da própria cidade de Pouso Alegre. A distribuição é dos “pasteleiros” aos “moradores”, o que mostra uma divisão entre “pasteleiros” e “moradores”.

A filmagem do vídeo parece ter sido feita de maneira informal, sem a preocupação de edições e apenas com a finalidade de registrar o evento. No início da filmagem vemos o pastel sendo distribuído, com som ambiente ao fundo. Em seguida, há um corte para outra cena da distribuição do pastel, em que, no som ambiente, ouvimos uma música de Axé. Nessas duas cenas, podemos notar que há pessoas circulando pelo evento, que não parece muito cheio, pelo menos nesses momentos da filmagem. Depois, vemos outro corte que passa a mostrar um grupo de música cantando uma canção sertaneja, *Barquinho*, do Grupo Tradição, em um caminhão de som próximo ao local de distribuição dos pastéis.

---

<sup>67</sup> Disponível em: <http://www.alugueldetemporadabrasil.com/destinos/Minas-Gerais/Pouso-Alegre> Acesso: 21 set 2013.

<sup>68</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=PDb4XblGvPk&feature=c4-overview-vl&list=PLOB05EDA06F3EAA52> Acesso: 21 set 2013.

Em agosto de 2010, assim que o pastel se tornou patrimônio da cidade via decreto municipal, o Jornal Serras Verdes publicou a notícia do evento de oficialização do pastel como patrimônio<sup>69</sup>. O jornal fala das autoridades que estavam presentes no evento, incluindo o Prefeito da cidade, o Secretário de Cultura e Turismo e o Presidente da ASSEASAPA, além do músico Mazinho Quevedo. O jornal também disponibiliza fotos do evento com imagens de vários convidados, de autoridades segurando o pastel e dos pastéis sendo fritos. E informa ainda que Mazinho Quevedo tocou o Hino Nacional na viola, e que o primeiro a tomar a palavra foi o presidente da ASSEASAPA, que falou sobre o surgimento do pastel.

O texto do jornal traz algumas partes da fala do Secretário de Cultura e Turismo. Nas palavras atribuídas ao secretário, encontramos expressões como “**famílias** que **trabalham** com a iguaria”, “**comércio** do mesmo”. O texto traz também algumas partes da fala do presidente do Circuito Serras Verdes, em que pastel de milho é considerado como algo que “**a cidade tem de original**” e de seu “potencial” para ser “um grande atrativo turístico”. O jornal ainda traz a fala do Prefeito da cidade, dizendo “que fazer o pastel não é fácil e comparou o processo de fabricação com um milagre” e a do músico Mazinho Quevedo que “disse que é um grande apreciador do pastel de Pouso Alegre e que “esse ato de transformar o pastel em patrimônio é um ato de amor pela cidade”. Ao final do texto, o jornal relata que os presentes foram convidados para saborear “o mais novo bem de Pouso Alegre, em dois sabores, **os tradicionais**, pastéis de queijo e de carne”.

Aqui, o pastel também está relacionado ao comércio. Os sujeitos da cidade relacionados ao comércio do pastel são os pasteleiros, também significados como “famílias que trabalham com a iguaria”. Assim, o sentido de “famílias” está associado ao trabalho, ao comércio, e não à feitura do pastel nas casas. Outro aspecto interessante é que a questão da tradição também aparece no jornal, articulada aos sabores do pastel.

Após o decreto municipal e o evento comemorativo, o Portal Cultural de Pouso Alegre publicou um grande texto a respeito do pastel<sup>70</sup>. Com data de agosto de 2010, o texto indica como fonte a Secretaria de Cultura e Turismo da cidade e tem o seguinte título: “Pastel de milho: patrimônio cultural”. O texto está dividido nas seguintes partes:

*Saboreie essa tradição*

*Sabor que movimenta a economia*

*Receita que faz sucesso há mais de 100 anos*

*Histórico do registro do pastel de farinha de milho como bem imaterial do município de Pouso Alegre*

---

<sup>69</sup> Disponível em: [http://www.jornalserrasverdes.com.br/csv09\\_08\\_10.htm](http://www.jornalserrasverdes.com.br/csv09_08_10.htm) Acesso: 21 set 2013.

<sup>70</sup> Disponível em: <http://www.culturapa.com/2010/08/pastel-de-milho-patrimonio-cultural.html> Acesso: 21 set 2013.

A parte nomeada de “Saboreie essa **tradição**” apresenta uma história do pastel, na qual conta que ele “é uma receita que passou de **geração em geração** e que já faz parte da história de Pouso Alegre”. Segundo o texto,

“**Um dos primeiros fabricantes** dessa especialidade foi o senhor Aurélio Coutinho Rezende, que **vendia o pastel no Mercado Municipal** em 1928. Outro **precursor** foi o senhor Oliveira José Floriano.” (Grifos meus).

O texto diz ainda que hoje

“**os pastéis são vendidos** nas ruas e avenidas, principalmente no centro da cidade, nos **tradicionalis carrinhos de pastéis.**” (Grifos meus).

O pastel é, nesse texto, significado como “essa tradição”. Os sujeitos relacionados à tradição do pastel são aqueles que passaram sua receita, “de geração em geração”. A tradição está vinculada no texto aos “primeiros fabricantes”. Assim, desde o início dessa tradição, vai se construindo uma história para o pastel que é a de sua fabricação (comercial) no mercado e não a feitura (caseira). A palavra tradição também está relacionada, no hoje, aos “tradicionalis carrinhos de pastéis” das ruas.

No mesmo mês, agosto de 2010, a EP Notícia, da VIA.EPTV.COM, publicou a receita do pastel, incluindo um vídeo da receita<sup>71</sup>. A notícia tem a seguinte manchete “Aprenda a fazer o pastelzinho de milho de Pouso Alegre” e, em seguida, “Delícia já virou patrimônio do município e agora vai ganhar Lei”. No texto, o pastel é significado como “patrimônio imaterial”, “produto”, “delícia”. A palavra “tradição” também aparece: “tudo para melhorar a qualidade e manter a tradição que o pastelzinho já tem”. A tradição é algo que o pastel “já tem”. O texto também fala das barraquinhas de pastel, dos pasteleiros.

Em novembro de 2010, foi publicado um vídeo do Youtube mostrando a preparação e distribuição de pastel de milho na 6ª. Festa do Pastel de Milho de Pouso Alegre<sup>72</sup>. O título da postagem é “6ª Festa do Pastel de Milho de Pouso Alegre-MG” e a descrição do vídeo é “6ª Festa do Pastel de Milho de Pouso Alegre. Distribuição de mais de 30 mil pastéis aos moradores.”. Ao assistir ao vídeo, vemos uma fila com muita gente para a distribuição dos pastéis, diferente do vídeo de 2008, em que não aparecia muita gente. Também diferente do vídeo da festa de 2008, o vídeo desta festa foi editado e apagou o som ambiente. No seu lugar, foi colocada, a canção *Vide Vida Marvada* como música de fundo, produzindo um efeito de associação entre o pastel, a cidade e a canção, em que o pastel é

---

<sup>71</sup> Disponível em:

<http://www.viaeptv.com/epnoticia/noticias/NOT,0,0,311005,Aprenda+a+fazer+o+pastelzinho+de+milho+de+Pouso+Alegre.aspx> Acesso: 21 set 2013.

<sup>72</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Wqh8aS2OKm0> Acesso: 21 set 2013.

significado como o produto de uma cidade identificada por essa canção. Podemos perceber também que passa a ser necessário que o registro da festa não seja apenas um registro, mas que tenha um sentido mais institucionalizado, mais oficial.

Em setembro de 2011, na página “Receitas.com” do Globo Rural, é publicada a receita do pastel de milho, que é definido como “a tradicional e deliciosa receita de Pouso Alegre”<sup>73</sup>. A palavra “tradição” também aparece, mas aqui a tradição é da receita.

Em setembro de 2012, o site G1 Sul de Minas, publica a notícia da 7ª. festa do pastel de milho, com o título “Festa distribui 30 mil pastéis gratuitamente em Pouso Alegre, MG”, e com um vídeo que entrevista os pasteleiros<sup>74</sup>. A palavra “tradição” também está presente nesse texto e aparece vinculada à palavra “quitute”. O texto também apresenta uma transcrição de parte da entrevista feita com o presidente da ASSEASSAPA sobre o surgimento do pastel:

“É algo que vem de muitos anos, uma das versões da história do pastel de milho diz que ele foi criado no tempo dos escravos”.

É interessante acrescentar que, no vídeo, o presidente da ASSEASSAPA também fala de outra versão. Vejamos a transcrição da entrevista completa:

“Talvez, começou com os... ah... **os bandeirantes**. Procurando novas terras para a pecuária que, na escassez do alimento, desceram o rio Sapucaí, eles tentaram, com o que tinha de sobra, fazer um... **uma massa**, *um alimento*, que recheou com **carne de caça**. E... é um dos relatos. O outro, possivelmente, que começou com os... **as escravas**, que elas pegavam **sobras de carne da cozinha**, e de noite elas faziam **uma massa com aquelas sobras de farinha, e assavam**.” (Grifos meus).

Interessante observar que, aqui, a história não é mais a da versão que relaciona o pastel ao seu comércio, através do mercado. As histórias se apresentam em outras versões, que remontam o tempo dos bandeirantes e o tempo dos escravos, abrindo os sentidos para uma relação do pastel com outros sujeitos que não apenas os comerciantes, mas também os bandeirantes e os escravos. Ao lado disso, também é interessante observar que, como na versão do site da Prefeitura de Itajubá, o pastel aparece aqui, nas duas versões apresentadas pelo presidente da ASSEASSAPA, como originário de um alimento que não era o pastel que conhecemos hoje em um espaço que não era ainda o da cidade.

---

<sup>73</sup> Disponível em:

<http://tv.globo.com/receitas/globorural/pastel-de-milho-4e6f7516538a416c8e005896> Acesso: 21 set 2013.

<sup>74</sup> Disponível em:

<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2012/09/festa-distribui-30-mil-pasteis-gratuitamente-em-pouso-alegre-mg.html> Acesso: 21 set 2013.

## “Pastel de milho” e “Itajubá”

Uma das primeiras páginas em que aparecem as expressões “pastel de milho” e “Itajubá” na internet é da página Conexão Itajubá, em uma publicação do segmento “Cultura”, de maio de 2007<sup>75</sup>. Nessa publicação há um item, nomeado de “Gastronomia Típica”, que apresenta a seguinte introdução:

“São considerados **autênticos representantes da gastronomia itajubense** o pastel de milho cuja **história se mistura com a história do município cidade** e a Musa, aguardente de banana produzido exclusivamente em Itajubá.” (Grifos meus).

Aqui, a autenticidade, sustentada pelo argumento da mistura da história do pastel com a história da cidade, produz o efeito de legitimidade do pastel de milho como representante da gastronomia itajubense.

Após esse texto introdutório, o item “Gastronomia Típica” inclui um subitem, com o título de “Pastel de Milho”. Neste subitem, podemos ler uma história sobre a origem do pastel, que remonta ao século XVII:

“Pastel de Milho

A **expedição** partiu em março de 1819 da **antiga Itagyba**, onde hoje é Delfim Moreira. Buscava novos horizontes, novos lugares onde seria possível o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Durante o caminho, que alternava navegação pelo rio Sapucaí e desbravamento da mata, a escassez de alimento foi inevitável. **Improvisaram**, então, na ausência de farinha para o pão.

**Utilizaram farinha de milho e polvilho. Rechearam com carne de caça e fritaram em gordura de capivara.** Com isso se alimentaram. **A mistura** ficou muito saborosa. A partir de então, todos os anos na festa da Padroeira, N.Sra. da Soledade, **este alimento era preparado para comemorar e lembrar a epopéia da fundação da cidade. Com o tempo e o aperfeiçoamento transformou-se no pastel de milho que conhecemos hoje**, destaque **típico de nossa gastronomia**.

Essa história chegou até nós através do Eng. Menotti Chiaradia Filho, ouvindo de Emiliana Estela, babá de seu pai, falecida aos 84 anos em 1959, cuja avó estava entre **as famílias que participaram daquela expedição de pioneiros** que aqui chegaram junto com o Padre Lourenço da Costa Moreira.” (Grifos meus).

Podemos observar que esse texto conta uma história semelhante a que está publicada no site da Prefeitura de Itajubá. Há uma semelhança no modo de descrição do pastel, dos sujeitos, do lugar e da história. O pastel de milho é significado como “alimento”, como “destaque típico de nossa gastronomia”, sendo que o “nossa” abrange todos os itajubenses – incluindo a “expedição” e “as famílias daquela expedição de pioneiros” como origem – e o próprio autor do texto como itajubenses.

Essa versão da história do pastel é uma história contada e recontada:

---

<sup>75</sup> Disponível em: <http://www.conexaoitajuba.com.br/itajuba/cultura> Acesso: 21 set 2013.

Autor do texto (jornalista? Historiador?)

↑

Eng. Menotti Chiaradia Filho

↑

Emiliana Estela, babá do pai do Eng. Menotti Chiaradia Filho

↑

Avó da Emiliana – que estava entre as famílias da expedição junto com o Padre Lourenço da Costa Moreira

Ainda entre as primeiras publicações sobre o pastel de milho em Itajubá, está um vídeo do Youtube, de janeiro de 2009, intitulado “O **Legítimo** pastelzinho de milho de Itajubá-MG”<sup>76</sup>. O vídeo mostra uma família ou amigos à mesa numa cozinha (num ambiente familiar) comendo o pastel de milho e conversando. No início da conversa, o participante que também está no papel de câmera pergunta para uma das moças à mesa se o pastel está bom e ela responde que sim. Ainda no começo da gravação, ele diz: “É o **legítimo** pastel de milho”. O título do vídeo e a fala do participante colocam a questão da legitimidade em discussão. O jogo de paráfrases que podemos fazer com (e entre) esses enunciados nos leva a pensar essa questão da legitimidade de, pelo menos, duas maneiras:

“O legítimo pastelzinho de milho de Itajubá – MG”

“É o legítimo pastel de milho”

***Este é o legítimo pastelzinho de milho de Itajubá*** – O legítimo pastelzinho de milho de Itajubá é o que está sendo apresentado. Haveria outros pastéis de milho em Itajubá que não são legítimos.

***O legítimo pastel de milho é o de Itajubá*** – O legítimo pastelzinho de milho é o de Itajubá e haveria outros pastéis de milho de outras cidades que não são legítimos.

É interessante acrescentar que na conversa também é discutida a questão dos cálculos para a venda do pastel. Embora os sujeitos que falam do pastel no vídeo se signifiquem apenas como itajubenses em um ambiente familiar, podemos inferir, pelas conversas entre eles, que um deles pode ser pasteleiro da cidade, ou então que coloca questões sobre os cálculos para a venda do pastel a partir do lugar do pasteleiro.

Em janeiro de 2009, foi publicado um texto sobre o pastel de Itajubá no blog “O corvo veloz”<sup>77</sup>, com o seguinte título: “Pastel de milho pode se tornar patrimônio cultural de Itajubá”. No texto, encontramos formulações do autor do blog que retoma dizeres da Secretária Municipal de Cultura e Turismo e do livro *História de Itajubá* do historiador José Armelino Guimarães (1915-2004):

---

<sup>76</sup> Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=gD8z7iu\\_KZO](http://www.youtube.com/watch?v=gD8z7iu_KZO) Acesso: 21 set 2013.

<sup>77</sup> Disponível em: <http://ocorvo-veloz.blogspot.com.br/2009/01/pastel-de-milho-pode-se-tornar.html> Acesso: 21 set 2013.

“O **tradicional** pastel de milho, **autêntico** representante da gastronomia itajubense pode se tornar patrimônio cultural. Segundo Fábia Izidoro, secretária municipal de Cultura e Turismo, Itajubá ostenta o título de capital brasileira do pastel de milho, devido ao **processo diferenciado e artesanal de produção da iguaria**. “Consideramos de grande importância a declaração do pastel de milho como patrimônio municipal e estadual, devido a **simbologia, história e tradição do pastel feito por várias famílias itajubenses**”, ressaltou Fábia.

De acordo com registros de José Armelin Guimarães, no livro ‘História de Itajubá’, volume I e II, o pastel de milho começou a ser produzido desde os primeiros movimentos de formação do povoado no segmento cultural, econômico e gastronômico. “Na arte culinária, há um **petisco do folclore itajubense**, o pastel de farinha de milho”, capítulo – Folclore, festas tradicionais e tipos populares; “As lavouras iniciais foram as de milho, do arroz e do feijão”, Agricultura e “Uma das celebrações interessantes dos lavoristas itajubenses foi a Festa do Milho, realizada em 24 de junho de 1955 no bairro da Capetinga”. (Grifos meus).

Nesse texto, o pastel também está relacionado com a cidade de Itajubá antes mesmo de a cidade se constituir e com as famílias itajubenses. O pastel é significado como autêntico e como tradicional. A autenticidade do pastel é sustentada pelo “processo diferenciado e artesanal de produção da iguaria” e também pela “história e tradição do pastel feito por várias famílias itajubenses”. Ao lado disso, essa legitimidade se constrói através da autoridade da Secretária Municipal de Cultura e Turismo e do livro do Historiador José Armelin Guimarães.

O modo de constituição da legitimidade do pastel de milho de Itajubá como autêntico e como tradicional, através de referências ao livro, se faz de duas formas, começando pelo discurso indireto e depois pelo discurso direto.

Na articulação da formulação do discurso indireto (*o pastel de milho começou a ser produzido desde os primeiros movimentos de formação do povoado no segmento cultural, econômico e gastronômico*) com os recortes das citações trazidas como discurso direto (da menção do pastel de milho como “petisco do folclore itajubense”, das lavouras em que se cultivava milho e de uma das celebrações, a Festa do Milho) vemos esses recortes em discurso direto funcionarem como forma de exemplificar – e autorizar – a formulação do discurso indireto, muito embora essa articulação não permita concluir que o pastel de milho tenha sido produzido no tempo das lavouras iniciais e nem que tenha sido um petisco da Festa do Milho de 1955.

Também é interessante notar que a postagem do blog inclui uma foto de uma mulher fritando pastel em um fogão industrial, com uniforme, touca e luvas:



Disponível em: <http://ocorvo-veloz.blogspot.com.br/2009/01/pastel-de-milho-pode-se-tornar.html> Acesso: 21 set 2013

A imagem da foto não é a do pastel sendo frito em uma casa, num ambiente familiar, mas num espaço para produção do pastel como produto. Nesse sentido, a imagem coloca em jogo outros sentidos em relação à cidade de Itajubá e aos sujeitos, pois relaciona o pastel ao comércio e não às famílias itajubenses.

Além das publicações analisadas, encontramos também propagandas da 1ª. Festa do Pastel de Milho de Itajubá, com realização nos dias 20, 21 e 22 de setembro de 2013. Uma das propagandas pode ser visualizada no cartaz abaixo, divulgado pela Página da Secretaria Municipal de Assistência Social - Itajubá/MG no Facebook:



Disponível em:

[https://www.facebook.com/photo.php?fbid=204527969716204&set=a.189115457924122.1073741828.187707431398258&type=1&relevant\\_count=1](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=204527969716204&set=a.189115457924122.1073741828.187707431398258&type=1&relevant_count=1) Acesso: 21 set 2013.

Vemos então, que o pastel de milho passa a ter uma festa exclusiva, diferente da Festa do Milho de 1955 (lembrada pelo livro *História de Itajubá*, conforme a citação do blog Corvo Veloz analisado acima) em que outras receitas feitas de milho também eram motivo para a realização de uma festa na cidade.

A criação da Festa do Pastel de Milho de Itajubá coincide com um a maior divulgação do pastel, que começa a ser feita mais fortemente, diferente da divulgação do pastel de Pouso Alegre, que começou a ser feita alguns anos antes através de festas e de notícias em jornais da cidade e de fora da cidade.

### **Algumas considerações**

As análises realizadas permitiram observar que os modos de significação do pastel em uma e outra cidade funcionam de modos diferentes, produzindo diferentes relações entre o pastel, as cidades e os sujeitos.

Nas postagens sobre Pouso Alegre, a palavra tradição está presente em vários textos que falam do pastel de milho da cidade, definindo-o como tradicional, como em “Saboreie essa tradição” e “tudo para melhorar a qualidade e manter a tradição que o pastelzinho já tem”. Essa tradição, vinculada ao pastel, também aparece significada em relação à Pouso Alegre e a outras cidades em “Pouso Alegre é a cidade de **maior tradição** no preparo do pastel de milho”. O pastel é tradição desde a fundação da cidade em “a **tradição** do pastel de milho em nossa cidade vem **desde sua fundação**”. Ao lado disso, a tradição ultrapassa o espaço da cidade quando ele é apresentado como “**tradicional na região**”. Além dessa relação entre o pastel e as cidades, vimos também que a tradição aparece na relação com os sabores do pastel em “o mais novo bem de Pouso Alegre, em dois sabores, **os tradicionais**, pastéis de queijo e de carne” e em relação aos carrinhos de pastel em “**os pastéis são vendidos** nas ruas e avenidas, principalmente no centro da cidade, nos **tradicionais carrinhos de pastéis**.” O tradição do pastel nesses textos está relacionada à tradição de sua venda, ao comércio.

A palavra tradição também está presente em textos que falam do pastel de milho de Itajubá, mas com relações de sentido diferentes. O pastel de milho é definido como tradicional, mas essa tradição está relacionada à autenticidade, à simbologia e à história da cidade, de sua gastronomia: “O **tradicional** pastel de milho, **autêntico** representante da gastronomia itajubense”, “**a simbologia, história e tradição do pastel** feito por várias famílias itajubenses”. Além de tradicional, o pastel é significado como autêntico e também como legítimo: “O **Legítimo** pastelzinho de milho de Itajubá-MG”, “É o **legítimo** pastel de milho”. A tradição do pastel nesses textos está relacionada à tradição de sua feitura pelas famílias itajubenses.

No entanto, se podemos observar que a relação entre o pastel, as cidades e os sujeitos nas duas cidades se constroem de maneiras diferentes, essa construção não consegue apagar outras relações de sentido. Pois, embora os textos que falam do pastel de Pouso Alegre o façam na relação

com o comércio, não deixam de funcionar outros sentidos em que o pastel significa em relação às famílias. Ao mesmo tempo, embora os textos que falam do pastel de Itajubá o façam na relação com o ambiente familiar, não deixam de aparecer outros sentidos em que o pastel significa em relação ao comércio. Além disso, quando os textos apresentam a história do pastel, as diferentes versões se entrecruzam.

Ao lado de postagens que falam do pastel de uma cidade ou de outra, encontrei uma postagem, do blog “Viver é perigoso”, publicada em maio de 2011, que fala das duas. Essa postagem foi publicada quando o pastel já havia sido registrado como bem imaterial, via decreto, tanto em Pouso Alegre como em Itajubá. O título da postagem é “Guerra do Pastel de Milho”<sup>78</sup>. O texto fala do processo de elaboração do dossiê do registro do pastel de milho de Itajubá como bem junto ao IEPHA e em seguida comenta:

“Blog: O pessoal de Brasópolis diz que antes do Padre Lourenço fritar pastéis de milho em Itajubá, o salgadinho era comum por aquelas bandas.”

Pouso Alegre não abre mão, (agora querem tudo). Li em algum lugar que um colecionador tem fotos em sépia, do bandeirante Fernão Dias comendo pasteis de milho, justamente no local que seria o trevo.

**Com certeza irão aparecer mais cidades que se dirão mães e pais do pastelinho de milho.**

Vamos ver no que vai dar.” (Grifos meus).

O texto estabelece uma relação entre o pastel, significado como bem, e a necessidade de apenas uma paternidade/maternidade para ele. Nesse sentido, podemos dizer que a demanda pela patrimonialização funciona aí atravessada pela delimitação administrativa das cidades-municípios. Temos então os efeitos da municipalização do espaço que recorta as cidades na reivindicação da autoria do pastel como devendo ser de uma cidade apenas.

Como vimos, esse efeito também pode ser observado em textos sobre o pastel de Pouso Alegre e em outros textos sobre o pastel de Itajubá. No caso de Pouso Alegre, a “maior tradição no preparo do pastel” funciona como um argumento para essa autoria do pastel de Pouso Alegre *em relação a outras tradições de outras cidades*, sendo que essa tradição está fortemente vinculada ao comércio. No caso de Itajubá, “o processo diferenciado e artesanal” funciona como um argumento para essa autoria do pastel de Itajubá *em relação ao processo de feitura do pastel em outras cidades*, sendo que esse processo está fortemente associado ao ambiente familiar.

Desse modo, vemos funcionar uma tensão entre essas versões que ultrapassam os limites do espaço administrativo da cidade: essas versões incluem uma história do pastel, que teria começado antes da própria constituição da cidade, como modo de justificar essa história em relação ao espaço

---

<sup>78</sup> Disponível em: <http://www.vivereperigoso.com/2011/05/guerra-do-pastel-de-milho.html> Acesso: 21 set 2013.

administrativo da cidade. Assim, os limites do espaço administrativo de ambas as cidades reconhecem uma história que ultrapassa esses limites, mas acabam por circunscrever/limitar a história do pastel a esse espaço.

### **Referências bibliográficas**

- ORLANDI, E. (1993) “Vão Surgindo Sentidos”. In: ORLANDI, Eni (Org.) *Discurso Fundador. A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes, 2001d. 2ed.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e Texto. Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Documentário: Acontecimento Discursivo, Memória e Interpretação”. In: ORLANDI, Eni. *Discurso em Análise. Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. (1982) “Ler o Arquivo Hoje”. Em: ORLANDI, Eni (Org.) *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2 ed., 1997.
- \_\_\_\_\_. (1998) [1983] *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 3ed., 2002.

## Estado, Povoamento e Ajuntamento: Os Sentidos de Mocambo no Século XVII

*José Horta Nunes*

Labeurb/Nudecri – Unicamp

Este trabalho tem o objetivo de analisar um discurso sobre sujeitos e espaços no processo de *povoamento* do Brasil na conjuntura da União Ibérica, sob o reinado de Filipe III. Em uma espécie de relatório com notícias sobre as capitanias hereditárias, encomendado por Filipe III, o capitão e sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno elabora, o *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*, em que são descritas e avaliadas as capitanias desse Estado. Trata-se de um levantamento político, econômico e militar com sugestões administrativas. Esse discurso se situa em meio àqueles que a partir do século XVI relatam a conquista, o povoamento e a manutenção de territórios do Novo Mundo. Na ocasião da União Ibérica, o relato direcionado ao rei da Espanha tem em vista o “crescimento” e a “manutenção” do Estado do Brasil, a fim de trazer “rendas” para o reino.

A partir do dispositivo teórico da Análise de Discurso, “pensamos a territorialidade enquanto espaço que significa, logo, espaço de interpretação em que sujeitos se inscrevem” (ORLANDI, 2011, p. 25). O território brasileiro, portanto, é considerado aqui como significado nos discursos que o tomam como objeto e que colocam em cena os sujeitos que nele se inserem. Em uma conjuntura de instabilidade e de tentativa de controle do território, ele se torna um real desejado, buscado, disputado, combatido ou inatingível. As noções de “Estado” e “povoamento” são cruciais para se compreender como o território produz sentido nas práticas de colonização que no Brasil se reformulam nos inícios do século XIX.

A análise foi baseada em dois recortes. No primeiro, busco compreender os sentidos de “Razão do Estado do Brasil”. Quais são os sentidos de “razão” e de “Estado do Brasil”, que discursos são mobilizados para dar sentido a esses objetos discursivos? No segundo, analiso os sentidos atribuídos a certos sujeitos e espaços das capitanias, particularmente os *mocambos* e *santidades*<sup>79</sup>, que são ajuntamentos respectivamente de negros e de índios e negros, mas também a relação desses espaços-sujeitos com outros mencionados no discurso de ajuntamento/povoamento que aí se constitui.

Este trabalho se situa entre os que procuram compreender a cidade pelo viés da linguagem, dos discursos (ORLANDI, 2001, 2003, 2004). Abordando um texto de inícios do século XVII, explicito alguns dos processos de constituição das cidades brasileiras, quando se estabeleciam ou esboçavam

---

<sup>79</sup> H. Viana afirma que as santidades são “reuniões de início exclusivamente indígenas, depois com a participação de brancos e negros, em curioso sincretismo” (C. de C. Moreno. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil – 1612*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955, p. 110.).

no Brasil os primeiros grupos povoadores. Importa-nos investigar, antes de tudo, as diversas representações imaginárias de sujeitos e espaços e como elas apontam ou não para a formação de cidades, para os limites entre o que pode vir a ser ou não uma vila, uma cidade.

Considerando-se que o relato de D. Moreno trata do “Estado do Brasil”, envolvendo um conjunto de capitanias, os sentidos de cidade não são aí indissociáveis da noção de Estado e também de Monarquia, na medida em que o Estado está inserido em um discurso de colonização do Novo Mundo pelos reinos europeus. Assim, procuramos analisar as relações de sentido que ligam cidade, Estado e reino e como isso afeta a significação dos sujeitos e dos espaços nos processos de formação sócio-histórica.

Gostaria de mencionar ainda, antes de passar às análises, uma das linhas de pesquisa do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, denominada Estudos do Léxico Urbano. Um dos objetivos dessa linha é estudar o léxico de uma perspectiva discursiva, considerando as marcas linguísticas presentes nos discursos citadinos. Ao nos voltarmos para os discursos sobre os ajuntamentos/povoamentos nos inícios da colonização brasileira, mostramos os sentidos de algumas palavras que se apresentam nessa conjuntura, como o neologismo *mocambo*, que terá em seguida muitas ressonâncias. Ressalte-se que não objetivamos descrever os sentidos das palavras tomadas isoladamente, mas sim em sua relação com os discursos, com os sujeitos, com a história. Alguns dos resultados dessas análises têm sido apresentados também em forma de verbetes na *Enciclopédia Discursiva da Cidade*, uma enciclopédia digital *online* sediada no Labeurb, elaborada a partir de uma concepção discursiva.<sup>80</sup>

### ***O Livro que dá Razão ao Estado do Brasil***

Há diferentes manuscritos e publicações do *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. A edição que utilizamos para análise foi publicada em 1955, pelo Arquivo Público Estadual, em Recife. Ela foi organizada pelo historiador Helio Viana (1908-1972), com base em um manuscrito oferecido por D. Pedro II ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Trata-se da primeira publicação desse manuscrito no Brasil, uma edição crítica com linguagem atualizada, introdução e notas de Hélio Viana.

Na introdução, referindo-se ao rei Felipe III de Espanha, Viana afirma que, dentre suas cartas escritas aos Srs. Alvaro de Sousa e Gaspar de Sousa, estava uma que foi passada ao governador-geral do Estado, Gaspar de Sousa, e que trazia a seguinte “reiteração de ordem régia de Filipe III de Espanha (II de Portugal)” para a elaboração de um *Livro do Estado do Brasil*:

---

<sup>80</sup> Este trabalho está relacionado ao projeto *Enciclopédia Discursiva da Cidade: análises e verbetes* (Auxílio FAPESP, nº 2012/22917-0). A *Enciclopédia Discursiva da Cidade* é coordenada por Eni P. Orlandi e J. H. Nunes. Os primeiros resultados da elaboração da ENDICI encontram-se em E. ORLANDI (Org.). *Para uma Enciclopédia da Cidade*. Campinas: Pontes/Labeurb-Unicamp, 2003.

- (1) Eu mandei ao governador D. Diogo de Menezes que para o bom governo do dito Estado e para das cousas dêle ter mais inteira notícia, mandasse ordenar um Livro no qual se assentassem tôdas as capitánias dêle, declarando-se as que são da Corôa e as que são de donatários, com as fortalezas e fortes que cada uma tem e assim a artilharia que nelas há, com a declaração necessária do número das peças, pêso e nomes de cada uma, as armas, munições, que nelas ou nos meus armazéns houvesse, gente que tem de ordenança, oficiais e ministros, com declaração dos ordenados, soldos e despesas ordinárias que se fazem em cada uma das ditas capitánias, e assim do que cada uma delas rende para minha Fazenda (MORENO, 1955, p. 8)

O livro demandado pelo rei Felipe III foi finalmente redigido pelo sargento-mór do Estado, Diogo de Campos Moreno, “em 1612 ou, no máximo, em 1613”. Quando o manuscrito foi redigido, conforme diz Viana, era governador do Estado D. Diogo de Menezes, que alguns estudiosos apontaram como o autor da obra. Porém, após algumas controvérsias, e com base em documentos, a autoria mais provável é atribuída hoje a Diogo de Campos Moreno, que tinha contatos com o governador. Note-se que, durante o governo de D. Diogo de Menezes, as três capitánias do Sul, as do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente encontravam-se separadas e, por isso, elas não foram consideradas no livro. As capitánias descritas como fazendo parte do “Estado do Brasil” foram: Pôrto Seguro, Ilhéus, Bahia de Todos os Santos, Sergipe, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Há também um capítulo dedicado ao Rio de São Francisco, que aborda o povoamento e a exploração do salitre nessa região. Considere-se também que esse “Governo do Norte”, com a separação das capitánias do Sul, ocorreu de 1610 a 1612.

Ainda de acordo com Viana, com a restauração da monarquia portuguesa, em 1640, e a conseqüente guerra entre Portugal e Espanha, houve um certo desinteresse pelo texto, embora por muito tempo os cartógrafos aproveitassem seus mapas. Para nosso propósito aqui, a análise do *Livro* importa para compreendermos como se constitui uma memória para as cidades brasileiras. Desse modo, é possível compreender a historicidade dos sentidos e perceber como alguns processos de significação foram colocados em funcionamento desde esses primeiros discursos estatais da Época Colonial.

O primeiro capítulo do livro é intitulado “Razão do Estado do Brasil”. Esse capítulo nos interessa mais de perto porque nele observamos o modo como se considera a noção de “razão do Estado do Brasil”. O título chama a atenção por indicar um ponto de vista em que a cidade está significada no interior do “Estado”. Cabe perguntar que sentidos se apresentam aí para “razão do Estado” e “Estado do Brasil”. Os outros capítulos são dedicados a descrever e relatar o território, as cidades, vilas, aldeias, ajuntamentos e as atividades empreendidas em cada capitania, bem como sugerir ações para o “bom governo” delas. Passemos, então, à análise do primeiro capítulo para em seguida tratar especificamente dos sentidos de *mocambo* e outras representações dos sujeitos e espaços.

## Estado do Brasil: riqueza, território, povoamento

Vamos analisar aqui o primeiro capítulo da obra, a fim de mostrar como o discurso político-administrativo de Moreno significa o Estado do Brasil, o povoamento e algumas representações imaginárias de sujeitos e espaços.

O termo *razão do Estado* é um dos que são amplamente utilizados durante os séculos XVI-XVII, no vocabulário político de diversos discursos que tomam o Estado como objeto<sup>81</sup>. É a época de constituição dos Estados nacionais e de reflexões sobre o Estado que levam em conta as relações internacionais e a questão de como os governantes podem manter os Estados, como vemos na obra de Maquiavel e em seguida de diversos outros autores da época. De acordo com Romain Descendre (2008, p. 172-172), esse termo, assim como o próprio termo *Estado*, pode tomar diferentes sentidos de acordo com a conjuntura em que aparece, e são muitas as especificidades que ele aponta em um conjunto de autores que estuda. Porém, alguns sentidos são mais frequentes e ele salienta em três deles em Maquiavel: 1) *Stato* como poder pessoal (do príncipe ou dos governantes), a partir da noção clássica do *status* como hierarquia, posição de poder individual. 2) *Stato* como território, ou como o conjunto composto pelo território e pela população. 3) *Stato* como aparelho institucional, designando também, separadamente, ou ao mesmo tempo, um tipo de regime, as instituições em si, às vezes mesmo esta entidade jurídico-política abstrata titular do poder instituído, existindo independentemente daqueles que dela se encarregam. Diante desses três sentidos, Descendre comenta que o segundo, ou seja, o sentido territorial de Estado, é frequentemente desvalorizado na medida em que ainda não integra a impessoalidade jurídica do poder. Porém ele observa que há uma tendência na obra de Maquiavel e seus contemporâneos em tomar consciência da importância do Estado territorial e da relação entre os territórios, que vai bem além da única cidade.

Não vamos nos estender aqui nos vários usos que o termo *Estado* apresenta na obra desses autores dos séculos XVI e XVII, o que o leitor poderá encontrar na publicação *Estudos sobre a Língua Política* (DESCENDRE, FOURNEL e ZANCARINI, 2008). O que queremos reter disso, para a análise de nosso caso, é que a questão do Estado passa a ser pensada mais fortemente nas relações internacionais e isso tem a ver, dentre outras coisas, com a descoberta do Novo Mundo, com a conquista territorial que daí decorre, com a colonização, com a exploração e povoamento das terras.

O primeiro capítulo, “Razão do Estado do Brasil”, é iniciado com uma descrição territorial e administrativa. Vejamos:

---

<sup>81</sup> Para um estudo da formulação “razão de Estado” em autores florentinos, ver J.-C. Zancarini (A propósito da razão e desrazão do Estado. In: R. Descendre; J.-L. Fournel; J.-C. Zancarini. *Estudos sobre a Língua Política – filologia e política na Florença do século XVI*. Cáceres, Editora UNEMAT; Lyon, ANR – TRIangle; Campinas, Editora RG, 2008.p. 133-142). Vamos nos deter em nossa análise em explicitar alguns dos sentidos que esse termo adquire no discurso de Diogo Campos Moreno e que se situam entre uma “razão” religiosa ligada ao reino e uma “razão” política presente na conquista e manutenção de territórios do Novo Mundo.

- (2) O Estado do Brasil, Províncias de Santa Cruz, é a parte oriental do Peru povoada do mar Etiópico, e repartida em partes a que chamam capitánias, que em tal forma foram servidos os passados reis de Portugal de as encarregar, com largas doações, a certos donatários. (Ibid., p. 107)

A nomeação “Estado do Brasil”, seguida do aposto “Províncias de Santa Cruz” e em seguida da descrição “parte oriental do Peru” produz uma série parafrástica com deslizamentos de sentido que evocam diferentes espaços de memória. “Estado do Brasil” é uma nomeação adotada pelo locutor: é título do capítulo, está também no título da obra e é objeto do discurso que atravessa todo o livro. “Províncias de Santa Cruz” significa o território visto como fragmentado em “províncias”, no plural, e essa nomeação filia-se ao discurso dos portugueses sobre o Brasil. Já “parte oriental do Peru” evoca o sentido da colonização espanhola, o que sustenta a posição discursiva da monarquia espanhola durante o período da União Ibérica. Assim, observamos nesse discurso heterogêneo as marcas da posição da Monarquia de Filipe III no jogo entre memória de colonização portuguesa (“os passados reis de Portugal”) e atualização do sentido com a inserção da “razão do Estado” na relação com o reino espanhol.

O “Estado do Brasil” é descrito em “partes a que chamam capitánias”. É retomado aí outro fragmento de memória portuguesa, à qual está ligada a nomeação das “capitánias”, com seus donatários. Ou seja, o sistema das capitánias hereditárias, que foi introduzido em inícios do século XVI, é um lugar discursivo que se torna objeto de uma atualização no momento de dominância espanhola, quando se percebe uma crítica ao funcionamento desse modelo, sobretudo às capitánias deixadas nas mãos dos donatários, em que o “braço real” é mais distante:

- (3) Todas essas capitánias, para bem do que produzem tratam de separação e sustentam-se de violências, e nesta conformidade gozaram de mais aumento aquelas que o braço real tomou mais à sua conta quando no povoar e conquistar faltaram seus donatários. Neste caso fazem exemplo a Bahia de Todos os Santos, o Rio de Janeiro, Paraíba, o Rio Grande, todas hoje de Sua Majestade, nas quais, porque o são, aumentam-se cada dia as povoações e crescem as fazendas. Pernambuco e Itamaracá podem entrar nessa conta, porquanto às suas maiores necessidades acudiu Sua Majestade com capitais, presídios e fortificações, que até hoje sustenta de sua real Fazenda. (Ibid., p. 108)

Nota-se nessa formulação a constituição de um imaginário da “conquista”, para se obter um “aumento” das capitánias, das “povoações” e o “crescimento” das “fazendas”. Essa é uma marca da regularidade discursiva que se apresenta no livro: o ideal de conquista e crescimento das povoações, o que significa também o crescimento do reino, de sua “Fazenda”. É em vista desse ideal político e econômico que os discursos sobre os lugares e os sujeitos do Brasil vão se constituir. De modo geral, todas as capitánias são vistas em situação de “separação” e “violência”, porém algumas delas crescem ou aumentam mais do que as outras. Enquanto os donatários “faltam” em povoar e conquistar, o rei “acode” parte das capitánias com “presídios e fortificações”, e assim forma-se a imagem das capitánias

bem-sucedidas, tomadas pelo braço real, e as que têm “acidentes”. Percebe-se nessas primeiras descrições do “Estado do Brasil” o modo como lugares e sujeitos são dispostos no interior das capitanias: há fazendas e povoações, e também presídios e fortificações. E caberia ao reino e aos governos das capitanias promover o aumento dos lugares e das povoações. Mas que povoações são essas? Como elas são significadas e localizadas no interior das capitanias?

Nessa conjuntura apresentada pelo discurso dos reinos sobre o Estado e as capitanias, surge um argumento fundamental para a constituição dos sentidos dos lugares e das povoações, a saber, são espaços e sujeitos “variáveis”:

- (4) Também se deve considerar que as terras deste Estado e os filhos delas naturalmente são variáveis, elas em produzir e eles em as habitarem; porque, como das maiores ou menores chuvas sucedam mais ou menos novidades, ou mais abundâncias em umas que em outras partes, ao modo dos aduares da África, tratam estas gentes de se mudar de uns a outros lugares, e também se pratica que os naturais da terra o tenham por cerimônia, e assim, por este caminho não se lhes acudindo, acham-se desamparados os sítios que mais ao comum importam. (Ibid., p. 108)

De um lado, a natureza (as “chuvas”) muda de uma capitania a outra e com isso as condições de produzir os bens são variáveis; de outro, “tratam estas gentes de se mudar de uns a outros lugares”, impedindo desse modo a “habitação”. O movimento das gentes, o nomadismo, é algo que atrapalha o governo das capitanias, pois os “sítios” ficam “desamparados”. Nota-se aí um discurso que procura controlar o movimento dos sujeitos no espaço da capitania, fixando-os em certos lugares, e com isso torná-los mais produtivos, trazendo crescimento para as fazendas e para os reinos. É assim que o discurso sobre o Estado aponta os “acidentes” e as formas do “bom governo”:

- (5) Este acidente nas capitanias dos donatários acontece mais vezes, porque nelas nunca se encontra pessoa respeitável no governo, o que não sucede onde servem capitães do dito Senhor, que sem dúvida fazem muito no aumento dos lugares pela esperança de serem reputados dignos de maiores cargos, e por outras razões, que por si se publicam, e das quais asseguradamente entendemos que tudo o que neste Estado não for de Sua Majestade crescerá devagar e durará muito pouco. (Ibid., p. 109)

A causa dos “acidentes” é apresentada como decorrente da falta de governo, pela ausência de “pessoa respeitável no governo”. Nesse discurso político e militarista, os donatários são criticados como governantes e são indicados para essa posição os “capitães”, que com um governo mais próximo do reino promoveriam o crescimento das capitanias. Vemos aí a formação de uma política do Estado no sentido de substituir os donatários por capitães que, inseridos em uma carreira, visariam melhores “cargos”.

Se os donatários não são “respeitáveis”, os índios (o “gentio”) é “variável” e incapaz de governo:

- (6) o gentio é variável, incapaz e fora de todo o governo e razão por si só, mas ainda debaixo de tutores incompetentes fica de menos préstimo, porque, como no espiritual, temporal e pessoal vive entregue a religiosos, tão religiosamente defendem esta posse que, aos que mais contra ela sabem, faz que amurrem menos temerosos de intentarem novidades os que da razão deviam intentá-las (...)" (Ibid., p. 109-110)

É interessante observar como as relações entre os sujeitos, entre os espaços, as gentes, as povoações, ao serem significadas no discurso governamental das capitanias, são tratadas como fatos administrativos, de governo, e assim os sujeitos índios são vistos como “incapazes” de governo e os tutores como “incompetentes”. O termo “tutor” marca esse deslizamento do social e político para o administrativo, na medida em que os “religiosos”, e aí pode-se remeter à presença dos jesuítas nas capitanias, são vistos como causa do mau governo do gentio e dos lugares. Assim, os religiosos são vistos como uma das principais motivações dos “males” das capitanias e também do movimento das gentes e das povoações (“variáveis”). É nesse cenário das capitanias que vemos surgir a menção a certos “ajuntamentos” de sujeitos que são tomados como indesejáveis e causa de prejuízo aos reinos: os “mocambos” e as “santidades”:

- (7) Por êste caminho fica cheio o Estado de veios de piedade, debaixo dos quais desaparecem muitas rendas à Fazenda de Sua Majestade, que sem dúvida lhes podem dar os índios, e muitas fazendas que, com suas ajudas, sendo gerais, podem aumentar-se aos brancos, evitando-se, com o cumprimento da dita lei, que se dilatam mocambos entre os negros, ou juntas de fugidos a que chamam Santidades, e outros males que em toda esta costa vimos derivados da doutrina que eles (como incapazes), mal aprendem, ou mal lhes ensinam seus tutores, sem a presença dos capitães leigos; porque os índios que vivem de mistura com os brancos não somente são os melhores cristãos, criando-se com os seus filhos, mas também aprendendo ofícios dão proveito à Fazenda Real, e melhores ajudas nas armas a todos os acidentes que se oferecem na costa e no sertão de suas terras, nas quais nunca a falta da gente de roupa larga faz, nem pode fazer, tanto dano em todas as matérias quanto pode fazer a falta de armas e de quem as exercite, pela razão da violência atrás referida, em que tudo se funda sobre tanto escravo e tanta cousa forçada, e pelos corsários que de contínuo buscam nesta costa, não somente a saúde das enfermidades que lhes causa a Guiné, mas o açúcar, pau-brasil, âmbar, malagueta, fumo e outras cousas que estimam; também por amor dos facinorosos da terra, que se valem do mato, contra as quais cousas mais parece que devem consistir e acharem-se nos seculares que nos eclesiásticos. (Ibid., p. 110-111)<sup>82</sup>

Observemos aí o modo como esses ajuntamentos são significados a partir de uma posição de governo das capitanias, ou seja, os sentidos de “mocambo” e de “Santidade” são aí inseparáveis das

---

<sup>82</sup> De acordo com H. Viana, em uma de suas notas, o autor estaria se referindo a uma lei que abolia a escravidão dos indígenas no Brasil em 1609 e que foi atenuada no ano seguinte por outra lei que permitia a escravidão em “guerra justa” ou dos índios “regatados de morte”. (C. de C. Moreno. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil – 1612*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955, p. 110.)

relações mais amplas que se estabelecem entre os lugares ocupados pelos sujeitos na conjuntura das capitânicas. Diante do real do povoamento desses espaços, isto é, com a formação de ajuntamentos não previstos pela administração dos reinos, o discurso de organização das capitânicas projeta lugares imaginários como uma futuridade ideal: “muitas fazendas que, com suas ajudas [dos índios], sendo gerais, podem aumentar-se aos brancos”<sup>83</sup>. Nota-se aí o direcionamento de sentidos para uma presença dos índios nas fazendas, numa “mistura” de índios e brancos, tendo em vista o aumento delas. Os índios, assim, “aprendendo ofícios dão proveito à Fazenda Real”, seriam melhores cristãos e trariam “melhores ajudas” nas armas. A constituição do sujeito pelo Estado está relacionada diretamente aos lugares onde os indivíduos se situam, onde teriam condições de subjetivação coincidentes com as demandas do reino. Quando não estão situados nessa posição próxima aos fazendeiros, os índios, assim como os negros, formam agrupamentos que consistiriam em “males” para a capitania. Desse modo, o “mocambo” enquanto ajuntamento de negros, e as “santidades”, enquanto “juntas de fugidos”, que reúnem índios e negros, são lugares de aglomeração que causariam “dano”, desviando-os de atividades que trariam produtividade, riqueza e proteção militar às capitânicas, conforme o discurso colonialista.

Para finalizar a análise do primeiro capítulo do livro de Moreno, notemos nas sequências abaixo de que modo tais ajuntamentos são significados em vista da circulação dos sujeitos pelos espaços da capitania:

- (8) Daí resultam grandes queixumes contra os religiosos, os quais, se querem mostrar que castigam estas cousas com seus cárceres privados ou açoites, por levemente que seja, estão os índios tão mimosos e tão pouco práticos no uso de nossa justiça e obediência, que logo se vão ao mato, onde fazem, como dito é, abomináveis vivendas e ritos, juntando-se com os negros de Guiné também fugidos, do que resultam mortes, furtos, escândalos e violências por cujo respeito se não pode atravessar o sertão comodamente de umas partes a outras, nem dilatam-se as povoações pela terra a dentro. (Ibid., p. 113)

Ao analisar as nomeações desta sequência, vemos a distinção entre os ajuntamentos, chamados de “juntas” ou “vivendas”, que são constituídos de índios e negros, e as “povoações” que seriam constituídas de brancos, de portugueses. Se na “costa” temos as fazendas com povoações dos colonizadores europeus, o “sertão” aparece como terra a “conquistar” e “povoar”. E na medida em que ali se formam “juntas” de índios e negros, vistos como lugares de “violências” (“mortes, furtos, escândalos”), eles são considerados obstáculos para se “atravessar o sertão” e para o aumento das povoações (“nem dilatam-se as povoações pela terra a dentro”). Em nenhum momento essas juntas são tratadas como “povoação”, enquanto a expansão das fazendas, dos brancos, dos portugueses em direção ao sertão, aos

---

<sup>83</sup> Operamos aqui com a distinção que E. Orlandi faz entre a “organização” da cidade, na qual podemos situar os discursos administrativos, e a “ordem” da cidade, ou seja, o real da cidade que escapa à sua organização (*Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004).

espaços não conquistados das capitânicas, aparece como o que se visa para o aumento das povoações. Trata-se, portanto, da circulação dos conquistadores pelo território, da identificação dos ajuntamentos “desordeiros” e da proposição de práticas de governo que façam diminuir ou mesmo extinguir essas aglomerações e facilitar a circulação pelos espaços a conquistar e povoar.

### **Os *mocambos* e a circulação dos sujeitos**

Até o momento analisamos a descrição mais geral do “Estado do Brasil” e do que seria necessário para seu crescimento, governo e proteção do ponto de vista do colonizador. Nos outros capítulos do *Livro* são descritas as capitânicas, abordando-se, dentre outras coisas, os portos, os engenhos, as fazendas, as povoações, as igrejas, os colégios, os fortes, os oficiais de fazenda, de presídio, de guerra. Estão contempladas aí nomeações de “vilas”, como a *vila de Olinda* (Ibid., p. 175), ou “cidades”, como a *cidade do Salvador* (Ibid. p. 140), onde se inserem as “povoações”. Após a descrição desses lugares tidos como legitimados, aparecem as nomeações *mocambos* e *santidades*, enquanto aglomerações questionadas quanto a seu estatuto em vista do povoamento das capitânicas e às quais se busca atribuir sentidos. Observemos as seqüências abaixo a fim de compreender melhor como esses lugares/sujeitos são significados:

- (9) Tem esta capitania algumas aldeias de índios da terra a cargo dos padres da Companhia, na forma que costumam; também um morador, que vive na Cachoeira, tem algum gentio, que de tempos passados juntaram seus antecessores e se conserva na posse da administração deles, e quando importa acode com duzentos frecheiros, e faz rosto a uma ladroeira, que está da banda daquele sítio quarenta léguas ao sertão, que chamam *santidade*, em que se recolhem índios e escravos fugidos; e hão crescido tanto que é negócio de consideração e de que se tem dado parte a Sua Majestade. (Ibid., p. 154-155)
- (10) Se os portugueses tomam as armas contra estas desordens, e com trabalhos e custo de suas fazendas e vidas vão contra estes mocambos ou ladroeiras, e desfazendo-as trazem presos os ditos fugidos, logo a piedade dos padres e a necessidade em que deles vivem os leigos buscam leis para os não castigarem, antes repartindo entre si os largam das prisões, das quais, tanto que se vêm livres, tornam-se às aldeias dos ditos padres, que, como a gente livre que eles têm em sua proteção, de boa vontade os recolhem e ocultam, e, se parece que ali todavia os buscam os seus donos, tornam-se ao mato, de modo que fica sendo esse domínio absoluto dos religiosos uma miséria circular dos leigos, que mostra não o poder ter fim, e, não o tendo, bem se vê quão trabalhoso e quase impossível será o dito aumento. (Ibid., p. 113-114)
- (11) Nesta capitania, a trinta léguas ao sertão, está um sítio entre umas serras a que chamam os Palmares, ao qual ordinariamente se acolhem, fugindo do trabalho, os escravos desta capitania, e depois, com assaltos e correrias que fazem, obrigam os brancos a que os busquem com mão armada, do que sucede trazerem muitos, algumas vezes, porém, tanto que os soltam, e os trabalham, logo se tornam para a mesma parte, não sendo possível extinguir-lhes o fundamento, pelo que não faltam desordens e queixumes, porque

sucede que os insultos que os vadios acometem, lançam a fama aos dos Palmares, e assim ficam sem castigo; povoando-se as partes do sertão, que forem de sustância, terá remédio este queixume. (Ibid., p. 190-191)

Na sequência (9), presente no capítulo que descreve a capitania da Bahia de Todos os Santos, vemos inicialmente a nomeação “aldeias de índios”, que está relacionada aos “padres da Companhia”. Essas aldeias também não entram nos limites das “povoações”, e elas são situadas na relação com um ou outro grupo. Quando estão localizados junto aos jesuítas, aparecem, como vimos anteriormente, os sentidos de “piedade” ou de uma falta de governo ou mesmo de doutrina cristã. Quando ligados a um morador (“um morador, que vive na Cachoeira, tem algum gentio, que de tempos passados juntaram seus antecessores e se conserva na posse da administração deles”), eles são vistos como aliados na defesa da capitania no discurso militar (“quando importa acode com duzentos frecheiros, e faz rosto a uma ladroeira”). Observe-se que “ladroeira” é uma nomeação que substitui “santidades” (“ladroeira (...), que chamam *santidade*, em que se recolhem índios e escravos fugidos”), e que o crescimento dessas juntas é motivo de preocupação para o reino (“hão crescido tanto que é negócio de consideração e de que se tem dado parte a Sua Majestade”).

Na sequência (10), voltando à descrição geral do primeiro capítulo, vemos que os “portugueses” são representados como um grupo que vai de encontro aos ajuntamentos (“mocambos ou ladroeiras”) para tentar combatê-los com armas. Vale notar os percursos que são relatados entre os espaços e os grupos: os índios são capturados nos ajuntamentos (“ladroeiras”) e levados para as “prisões”. Saindo de lá, os jesuítas os levam às aldeias, onde são protegidos e “ocultados”. Os “donos” os procuram ali, mas geralmente eles voltam ao “mato”. Essa circulação entre lugares e grupos, considerada sob domínio dos jesuítas, é vista como uma “miséria circular” dos leigos. E é em meio à significação desses diferentes percursos relatados que encontramos marcas verbais que caracterizam os sujeitos por seu modo de circular nesses espaços: os portugueses “vão contra”, “trazem presos os ditos fugidos”; os padres “os largam das prisões”, “os recolhem e ocultam”; os índios “se vêm livres”, “tornam-se às aldeias”, “tornam-se ao mato”; os seus donos os “buscam”. Essa circulação sem fim é vista como uma das causas do não aumento da capitania.

Na sequência (11), presente no capítulo dedicado à capitania de Pernambuco, nos deparamos com uma descrição dos “Palmares”<sup>84</sup>. Trata-se “um sítio entre umas serras a que chamam os Palmares, ao qual ordinariamente se acolhem, fugindo do trabalho, os escravos desta capitania”. Essa descrição dos Palmares, ao trazer os verbos “acolher” e “fugindo”, significa duplamente esse “sítio”, fazendo emergir as contradições que envolvem esse lugar, que para os negros é acolhedor e para os brancos são “desordens”, “violências”. Aí também, os percursos dos sujeitos estão bem sinalizados como

---

<sup>84</sup> Segundo uma nota de Hélio Viana, trata-se de “uma das mais antigas referências aos famosos quilombos dos Palmares”.

lugares de circulação marcados pelo trabalho escravo (“fugir”, “buscar”, “trazer”, “soltar”, “tornar”). Entre a “extinção” e a “fama”, Palmares é um nome próprio polissêmico, símbolo de resistência e objeto de busca, de combate. E nesse discurso é visto como algo a se evitar tendo em vista a continuidade das práticas de conquista e povoamento.

### **Concluindo: as razões de Estado e seus efeitos sobre o povoamento**

Considerando os resultados das análises, podemos retornar à questão dos sentidos de “razão do Estado do Brasil”, de “mocambo” e outras formas de ajuntamento. O texto do *Livro que dá razão ao Estado do Brasil*, ao relatar as práticas de conquista e governo, apresenta algumas noções como pré-construídas. Assim, não se reflete amplamente sobre o que seria o Estado, como acontece em alguns textos europeus da época. Enquanto relatório elaborado para o governador das capitanias do norte (Estado do Brasil) e para o rei, a questão do Estado aparece como já dada, tratando-se sobretudo da descrição e de orientações para o “crescimento” e “manutenção”. Porém, observando-se os sentidos que se apresentam em alguns excertos, percebemos algumas marcas de reflexão sobre os diferentes Estados e a forma de governá-los.

O Estado do Brasil, no sentido de conjunto composto pelo território e pela população, se apresenta no discurso como algo em situação de “separação” e com uma população “variável”. Especifica-se o sentido de território a partir do modelo português das capitanias hereditárias, sendo que há uma crítica ao modo como o povoamento vinha se realizando e às “violências” em alguns lugares como os “mocambos” e “santidades”. Esses lugares, assim, são objeto de uma contradição entre as práticas efetivas de povoamento, com as resistências no contexto da escravidão e da colonização, e a tentativa de controle do Estado sobre essa situação.

A “razão do Estado” nessas circunstâncias surge aí como algo “que se dá” a partir do rei e suas demandas, tirando-se daí sua legitimidade. Mas ao mesmo tempo há indícios das reflexões políticas da época, como nesta passagem do *Livro* que aponta para as especificidades do contexto brasileiro em relação a outros territórios conquistados:

- (12) Ninguém ignora que a saúde das almas e a liberdade natural e real nos vassallos são os fundamentos com que Sua Majestade (como Católico Monarca) manda que se proceda em suas conquistas, de tal modo, porém, entendida esta máxima, que a superstição não confunda a forma do bom governo, pois lemos que as repúblicas em si contrárias e diferentes hão de ser governadas por máximas contrárias e diferentes,(...) (Ibid. p. 109)

Nota-se aí, primeiramente, que a posição daquele que elabora a “razão do Estado” é informada pelas leituras políticas da época (“lemos que as repúblicas [...]”), sobre os modos de governar em diferentes circunstâncias, o que leva a contrariar algumas orientações adotadas pelo reino em outras ocasiões. No discurso sobre as possessões do rei, e diante da conjuntura brasileira, indica-se que, conforme o caso, um

ou outro tipo de governo é adotado. Assim, no Perú, os índios são livres e uma parte deles pode estar a serviço dos conquistadores. Esse procedimento estaria de acordo com uma “razão” que une “religião”, “governo” e “povo”, com povoações “bem fundadas” e “justas”. Porém, no Brasil isso é considerado “impossível”, e seriam necessários outros procedimentos:

- (13) ficando livres [os índios do Perú], ficaram juntamente sujeitos a uma razão que serve a Deus, ao Rei e ao povo, e todos tiram de bem fundadas povoações um fácil e justo proveito, cousa que no Estado do Brasil, parece impossível, sendo assim conveniente, porque não somente, como fica dito, o gentil é variável, incapaz e fora de todo o governo e razão por si só, mas ainda debaixo de tutores incompetentes fica de menos préstimo” (Ibid. p. 109).
- (14) “havendo nas aldeias tôdas, de qualquer distrito, capitães leigos e capelães sujeitos ao ordinário, na forma que está mandando no ano de seiscentos e dez, e na costa e mares da carreira do dito Estado havendo galeões de armada que assegurem as frotas e guardem a costa, em mui breves dias subirão as rendas reais a mais de um milhão de outro” (Ibid., p. 119)

Frente às diferenças em lidar com a liberdade/escavidão, o modo “conveniente” para o Brasil está ligado a ações de controle e militarização, com a sugestão de aumentar o contingente de capitães e aproximar os religiosos aos interesses do Estado. A razão de Estado seria um modo de trabalhar a contradição entre o religioso e o político na reflexão sobre o Estado, o que no Brasil levaria a incrementar as ações militares diante das situações que envolvem índios e escravos no contato com os colonizadores. Assim, a questão do povoamento está fortemente relacionada com ações de controle das aglomerações e da circulação dos sujeitos por entre os lugares das capitânicas. Uma aglomeração ligada às fazendas é “povoação”, mas uma aglomeração “no mato” é um “ajuntamento” e uma “ladroeira”. Tal efeito de naturalização e criminalização é um dos sentidos que se constituem nessa conjuntura escravocrata em que o povoamento se efetua.

Conforme P. Santos (2008), em seu estudo sobre a formação das cidades no Brasil Colonial, as primeiras cidades surgidas no Brasil são “cidades de afirmação de posse e defesa da costa e cidades do litoral em geral”. Segundo o autor, elas foram “fundadas na maior parte nos dois primeiros séculos, do extremo norte ao extremo sul, a maioria das quais tendo tido como base econômica principal o açúcar, outras não passando de praças-fortes, cuja localização dependeu quase exclusivamente de conveniências estratégicas.” (SANTOS, 2008, p. 83). Nas análises que efetuamos, o sentido de cidade como fortificação aparece bem visível, e o que parece pertinente ressaltar, no momento do governo da União Ibérica, são os efeitos dessa orientação para o povoamento e o controle do território, bem como situações que escapam aos limites da costa e vão em direção aos “matos”, ao “sertão”, lugares simbólicos constituídos a partir de práticas reais.

Os sentidos de “mocambo” terão muitos desdobramentos na história e não foi nosso objetivo tratar desses percursos posteriores nos limites deste trabalho. Ao trazermos para análise um dos

primeiros textos em que essa palavra aparece, percebemos alguns processos de significação em que ela se apresenta, evitando as evidências de sentidos que estariam nas palavras mesmas, e remetendo-as às condições históricas de sua produção, às posições a partir das quais ela toma sentido, e aos modos de significar em que elas estão envolvidas. Assim, ao abordarmos o “povoamento” do Brasil, não o consideramos como um fato empírico, mas como uma prática discursiva que envolve discrepâncias entre o real e o imaginário, bem como “falhas” da língua, na medida em que uma palavra tem sentidos diferentes conforme a posição daqueles que as empregam.

### Referências bibliográficas

- DESCENDRE, R. “*Le cose di Stato* : Semântica do Estado e Relações Internacionais em Maquiavel”. In: R. Descendre; J.-L. Fournel; J.-C. Zancarini. *Estudos sobre a Língua Política – filologia e política na Florença do século XVI*. Cáceres, Editora UNEMAT; Lyon, ANR – TRIangle; Campinas, Editora RG, 2008.
- MORENO, D. de C. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil – 1612*. Edição crítica com introdução e notas de Helio Vianna. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.
- ORLANDI, E. (Org.) *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Para uma Enciclopédia da Cidade*. Campinas: Pontes/Labeurb-Unicamp, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias: individualização e identidade pousoalegrense*. In: *Discurso, Espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas*. Campinas: Editora RG, 2011, p. 13-34.
- SANTOS, P. *Formação das cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 2008.
- ZANCARINI, J.-C. “A propósito da razão e desrazão do Estado”. In: R. Descendre; J.-L. Fournel; J.-C. Zancarini. *Estudos sobre a Língua Política – filologia e política na Florença do século XVI*. Cáceres, Editora UNEMAT; Lyon, ANR – TRIangle; Campinas, Editora RG, 2008.p. 133-142.



## Camadas de Memória na Cidade Sociolinguística

*Emilio Gozze Pagotto*

Unicamp

A cidade sociolinguística é a cidade que fala. Fala pela voz de seus moradores. Mas não só, a cidade sociolinguística também fala por seus monumentos, pela geografia das suas ruas e avenidas, pelo sistema de placas. A voz do morador por quem a cidade fala, fala como discurso, acionando a memória do interdiscurso, e fala também pelas formas variantes, na ordem da língua que não é apenas forma, ou sentido achatado, como sangue pisado após o atropelamento, mas uma ordem da língua que é uma estrutura aberta ao simbólico e ao imaginário, sulcada por significados sociais que não estão mais lá fora, mas aqui dentro, no interior da estrutura, incrustados e significando o lá-fora, aqui dentro agora. E porque são assim, desta forma fora-dentro, as formas variantes não são apenas língua, nesta ordem da língua, nem forma estanque, mas também uma forma de discurso.

Isto pressuponho e não é o ponto aqui: os processos de variação linguística comportam uma dimensão discursiva – entendida aqui no sentido de Pêcheux e Orlandi – sem cujo entendimento não alcançamos a complexidade de seu funcionamento; o significado social das formas variantes é disputado por formações discursivas diferentes que operam identidades na assim chamada comunidade linguística.

Também trago embutido em tudo isto que vou alinhavando assim, meio do nada, que a paisagem urbana é linguagem e é discurso. É linguagem porque está reduzida à condição de sistema de relações que significa (rua x casa x avenida, etc.); é discurso porque, por meio deste sistema de relações – assim como na língua – o que diz transcende a mera relação e - como ato significativo de quem interpreta – é um dizer que remete a outros.

Por fim, na mesma chave dos subentendidos, ou mais precisamente de preocupações programáticas, temos o fato de que a cidade – e a não-cidade – não têm sido tematizadas adequadamente no âmbito dos estudos sociolinguísticos, embora praticamente toda a sociolinguística recente seja eminentemente urbana e toda a dialetologia tradicional seja a negação da cidade, a partir do pressuposto, já presente em Shuchardt, de que a cidade é o lugar da inovação linguística e o campo o lugar de sua hibernação. Não se pode, assim, estudar processos históricos de mudança linguística, sem colocar claramente este objeto em pauta (mais do que tomá-lo como um dado pressuposto apenas). Tematizá-lo implica estudar o modo pelo qual a cidade interfere no fenômeno de variação e mudança, e para tanto é preciso uma teoria do urbanismo que articule os processos de variação com a fisicalidade da distribuição espacial, do traçado das ruas, da arquitetura dos prédios e das praças e outros espaços

públicos. Considero que essa relação deva ser pensada discursivamente, já que é preciso tomar esses dados do mundo físico no modo como significam para os sujeitos. Esse modo como significam também é o modo como significam as formas linguísticas em variação.

Ainda não é o ponto posto, mas pressuposto (mas todo pressuposto não é, inexoravelmente, um ponto posto à mostra, sem se mostrar?). Demonstro o ponto já entrando no assunto posto: pesquiso Sorocaba, cidade que já foi conhecida como a *Manchester paulista* e que tem vivido, já desde o final dos anos 60 (senão antes) com a identidade patética dos tropeiros que traziam mulas para a famosa feira – essa sim sorocabaníssima – que entre os séculos XVIII e XIX abasteceu o mercado brasileiro com animais de carga. E vejam vocês – posso tratar vocês assim? – o que são as vicissitudes das cidades – isto que era um mundo em torno de uma feira – portanto um mundo que hibernava acumulando forças e capital para a explosão de pessoas e vendas no período da feira – vira do avesso (ou nem tanto), e se transforma em pólo industrial têxtil porque uma ferrovia fora criada para escoar a produção de algodão fruto da iniciativa de capitalistas empreendedores que desejavam aproveitar a “janela de oportunidade” (me perdoem o anacronismo, aqui está com aspas, acho a expressão muito peculiar, porque “janela de oportunidade” é coisa pra ladrão) – a janela de oportunidade que a guerra de secessão americana representou. Como vocês sabem, a revolução industrial se implementou primeiro com a mecanização a vapor da indústria têxtil; o sul dos Estados Unidos se tornou grande produtor de algodão, e a guerra civil deles lá gerou uma crise de abastecimento no mercado mundial que capitalistas sorocabanos resolveram aproveitar, capitaneados por um imigrante húngaro, empreendedor (para usar outra palavra da moda) de grande senso de oportunidade, usando para isso justamente o excedente de capital gerado pelo comércio de mulas. Vejam como essa cidade implementa no Brasil a revolução industrial (ainda sem sê-lo, porque no princípio era apenas agrobisnes). Para escoar a produção, uma ferrovia. Foi a origem da sorocabana. Mas como um projeto agrícola vira um projeto industrial? Ah, a janela de oportunidade fechou – infelizmente a guerra terminou, a carnificina teve fim, e o preço do algodão despencou. Havia o algodão em abundância, havia uma ferrovia para escoar um algodão que não se venderia. O que fazer? Transformar o algodão em tecido e usar a ferrovia para exportação.

Assim Sorocaba se transforma na Manchester paulista, depois brasileira, recebendo levas de imigrantes, especialmente espanhóis (mais precisamente galegos) e italianos, abandona e demoniza a feira como sinal de atraso e entra com pé direito no mundo industrial moderno. Isso no começo do século XX. Até os anos 70 sua vida girará em torno dessas fábricas.

Mas ainda não é esse o ponto. Olho a cidade hoje. Não a conhecia pessoalmente (escolhi meu objeto como um casamento arranjado por procuração). Já na minha primeira visita, andando pelo comércio abafado de sábado, percebo as formas fonéticas flutuantes: aqui há mudanças em andamento, aqui há variação. Para quem gosta: realização de oclusivas alveolares diante de /i/ - [ti]

ou [tʃ], realização das vogais átonas finais: [»baze] [»bazi] [»leʃte] [»leʃtʃi]; realização de /r/ em ataque de sílaba – [»rato] [»hato] Entrevisto pessoas, pesquiso famílias nas suas gerações falando a cidade e sua rede de contatos, procurando observar por que caminhos essas formas estão caminhando. A cidade está em rebuliço linguístico, várias dessas mudanças em andamento. O que fala a cidade nesse momento? Basicamente a saída de um período de transformações relativamente profundas no modo de produção econômica. Grosso modo: no século XX, até os anos 70, as indústrias têxteis iam a todo vapor, governando a vida na cidade, juntamente com a estrada sorocabana. A separação do distrito de Votorantim colocou o município numa crise econômica que só se resolve completamente nos anos recentes. Um *boom* no desenvolvimento econômico coloca a cidade diante de outras encruzilhadas identitárias. É esse momento que se vive.

Mas ainda não é isso. Não é esse o ponto aqui. Ou é. Ou é. É claro que os processos em variação são correlacionáveis à idade e à classe social que vão dizer algo da vida na cidade. Nos falantes que tenho entrevistado vão aparecendo determinados padrões e tendências que denunciam as reviravoltas no modo de produção econômica da cidade e suas transformações urbanas. Mas comecei a perceber que nos seus relatos pessoais, um retrato vivo da cidade em suas várias formas aparecia. Mais que isso, se desenhavam cidades que eu não conseguia ver com meus olhos murchos de visitante pesquisador, provocando um choque entre a paisagem física e a paisagem imaginária, uma outra dimensão real da cidade real. E eram essas cidades que falavam junto das formas variantes. Igualmente, nos discursos oficiais de órgãos públicos, nos textos jornalísticos e na produção acadêmica, outras cidades vão sendo projetadas na sala escura das identidades – e outras, apagadas.

É com isso que quero lidar aqui. Me uso de quatro episódios que se entrelaçam no meu olhar sobre a cidade de Sorocaba. São episódios meus, no sentido de que significaram a partir do meu próprio assombro ou desconcerto.

### **Primeiro episódio**

Em algumas de suas crônicas sobre a cidade, publicadas em jornal e posteriormente em um portal na internet, o pesquisador Paulo Celso da Silva instava os leitores sorocabanos a fazer turismo em sua cidade, indicando roteiros comentados de pontos turísticos. Na minha primeira visita à cidade, munido de um de seus roteiros, procurei fazer alguns caminhos e chegar aos lugares por ele recomendados. Devo confessar que fiquei chocado. Eu simplesmente não conseguia ver a cidade que ele descrevia. Encontrei as edificações e instituições que procurava, mas entre seu texto, as imagens que projetei em minha cabeça e as imagens que se apresentavam havia um total estranhamento. Não que os textos não fossem bem escritos, muito ao contrário. É que simplesmente a cidade que eles descreviam simplesmente não existia para mim.

## Segundo episódio

Uma notícia, pendurada no site da prefeitura, dava conta de que alguns cavaleiros refariam o chamado caminho das tropas, ou seja, entrariam na cidade pelo mesmo trajeto que nos séculos XVIII e XIX os tropeiros faziam quando vinham comercializar seus animais na cidade. Mesmo? A notícia indicava:

Do Largo do Divino, a tropa seguirá pelas avenidas Luiz Mendes de Almeida e General Carneiro, passando pela praça Nove de Julho e avenida Moreira César. Ao chegar à rua da Penha, descerão a via na contra-mão até a rua Professor Toledo, onde acessarão as ruas 13 de Maio, São Bento e XV de Novembro, até chegar à avenida São Paulo, concluindo o trajeto na praça dos Tropeiros.

(<http://www.sorocaba.sp.gov.br/noticia/7989/>)

Como pode ser o mesmo caminho? O que representa esse gesto de ressuscitar fantasmas de gente e gado, terra e poeira, sobre o asfalto da tarde quente e poluída por dióxido de carbono e buzinas? Pelo discurso oficial, erguido em placas sinalizadoras que permanecem desde então, a paisagem urbana é uma e é outra ao mesmo tempo. Percorri uns pedaços desse trecho, não identificando em nada as mulas ou os tropeiros. Mas essa cidade espectral – acionada pelo discurso oficial sustentado pelo discurso científico – não é menos operativa que o mundo de lojinhas do centro atual. O discurso do tropeirismo, construído a partir dos anos 60 opera sobre os processos sociolinguísticos, uma vez que atua como um vetor de força identitária. Trazer essa cidade de novo, reificá-la no traçado das ruas, constrói, como coisa que se constrói, uma parede, um muro, uma escada que se entranham nas formas variantes.

## Terceiro episódio

Seu Renato me guia num passeio de carro pela cidade, a meu pedido. Na conversa que havíamos tido antes, juntamente com sua esposa, exploramos a cidade do passado e a cidade do presente. Ele está na faixa dos 70 anos, trabalhou muito tempo na manutenção de redes elétricas, o que fez com que tivesse bastante conhecimento da planta física da cidade. O casal se conheceu no final dos anos 50, no *footing* da praça central, detalhadamente descrito pela mulher. Os passeios nas praças, com regras de exposição e contato extremamente rígidas, constituíram um dos hábitos mais interessantes de sociabilidade, no Brasil, desde o século XIX. O hábito foi-se perdendo paulatinamente. No caso de Sorocaba, pelo depoimento de D. Diana até o começo dos anos 60 era corriqueiro, integrando o cotidiano social da cidade. As mocinhas caminhavam em duas filas, em um sentido, os homens em uma fila, entre elas, no sentido oposto. Um rapaz que se interessasse por alguém dirigia o olhar para a moça e fazia um gesto com a cabeça, apontando numa direção para fora das filas. A senhora Diana faz o gesto, peço que repita. Ela repete com graça.

A memória do desfile circular de moças e rapazes no passeio remete diretamente a um tempo que não há mais. Em Sorocaba, o hábito parece ter ido até os anos 60. Na memória do casal, dois outros acontecimentos, entrelaçados, remetem às transformações no espaço urbano e suas consequências para o modo de vida. Ao longo de seus quase 50 anos de casamento, moraram em três casas. A primeira, na região central, já pertencia a eles quando se casaram. De lá saíram por força de desapropriação pública, para o alargamento da avenida onde está localizada a rodoviária. Moraram em uma outra, no bairro...por quatro anos e finalmente se mudaram para a atual residência, onde estão há 27 anos. A sequência de residências refaz, de certa maneira, o processo de crescimento e redesenho urbanístico das cidades: o abandono das regiões mais centrais, em sucessivos deslocamentos, que correspondem ao processo de desvalorização imobiliária das regiões mais centrais e a instalação de pólos comerciais, administrativos e de moradia em outros pontos. No caso de Sorocaba, a transferência do centro administrativo, já apontada mais acima, e a instalação de condomínios residenciais fechados são índices desse processo. A percepção deste processo é relativamente clara para o casal. Do mesmo modo, é clara a percepção de como o desenvolvimento urbano afetou os modos de interação. O *footing* pertence a um mundo remoto, d. Diana assinala isso no seu relato *Falo para os meus netos, que nem acreditam* e no mundo urbano de hoje, a lembrança do roubo à residência atual, ocorrido há quase um ano como que indica uma baliza muito clara, o ponto culminante do processo de mudança urbanística que a cidade sofreu e que impôs a seus moradores profundas alterações nos modos de vida e interação.

No passeio pela cidade, tenho curiosidade de saber onde se davam os encontros entre moças e rapazes, que dona Diana descrevera. Já havia estado no centro da cidade antes e nenhuma praça me parecera adequada para o *footing*. Pergunto a seu Renato. Ele me aponta o espaço, em frente à Igreja matriz. Hoje é um quadrilátero em que três de seus lados são ocupados por uma sequência de prédios colados uns aos outros. O quarto lado é uma rua. Em um dos lados, mais ao canto, a igreja matriz e, neste mesmo lado, já perto da avenida, o pequeno prédio onde está o Gabinete de Leitura Sorocabano. Não há jardins, mas num dos lados se vêem algumas palmeiras, como que nascidas do cimento, como num poema de Carlos Drummond de Andrade. A praça inteira é um grande quadrado de cimento. Para mim, apenas um espaço vazio no amontoado de prédios, com poucos bancos para sentar – uma espécie de área de circulação de cimento. O que é uma praça afinal? Como aquele espaço funciona no mapa que se constrói na mente dos moradores? Inimaginável pensar o *footing* naquele espaço de cimento, as moças com seus melhores vestidos, sapatos de salto; os rapazes de terno, no final dos anos 50, circulando e flertando, como descrevera d. Diana com graça.

Me sinto numa espécie de arqueologia do invisível. As camadas de terra da imagem, se pudessem ser de fato escavadas, revelariam os outros mundos por trás da ausência de hoje. Uma cidade é, assim, essa sucessão de camadas de sedimentos imaginários, repousando na topografia do que restou. Evidentemente

a geografia urbana vai adquirir volumes e formas diferentes, impressos pela experiência de épocas vividas e, nesse sentido, o espaço urbano já não é mais um só, não significa como um só.

#### Quarto episódio

Outro entrevistado, Zé Roberto, um pouco mais novo – perto dos 60 anos – me levou para ver o que hoje é o bairro de Jardim Santa Rosália. Na entrevista em sua casa, ficou muito patente o modo como os relatos pessoais se estruturavam fortemente sobre uma memória urbanística, a ponto de se confundir com ela. Transcrevo um trecho longo que dá bem a medida disso:

**Zé Roberto** ...meu primeiro emprego foi na fábrica Santa Rosália onde hoje funciona o supermercado Extra (...) o primeiro pagamento meu eu recebi com três meses de atraso. (...) Teve uma época que foi um absurdo aqui. Você entrava pra trabalhar na fábrica – era chique trabalhar na fábrica –

Um amigo - A chamada experiência?

**Zé Roberto** – Não, não é experiência não. era, era.....pra você ter um dinheiro no final de semana, não só eu mas como o pessoal já antigo que trabalhava lá, pra você ter um dinheiro final de semana você era obrigado a trabalhar no domingo e no...na saída do serviço, eles faziam uma mesa na portaria assim, então você passava, cada seção passava pro pagador ali eles te pagavam 5 reais 7 reais. Pagavam em dinheiro. Agora o pagamento mensal era feito num vale. Você tirava compra no mercado, numa loja que ele tinha ali na praça Pio XII, que era a praça do bairro, né? Então ali tinha a praça do bairro e do lado tinha um armazém. Então ali você....era a igreja dum lado, o armazém do outro,(*vai desenhando um esquema de distribuição na mesa*) a escola aqui do outro, um outro ginásio aqui, um cinema...então aqui era a praça principal do bairro ali. E tinha o armazém e nesse armazém você tirava o você fazia compras...de alimentos e...tecidos. Então eles davam vale. O que que você fazia pra ter dinheiro na época? Você tirava vale de tecido. O meu pai trabalhava na sorocabana, então pra mim não ficar sem dinheiro, eu tirava vale de tecido, ai eu vendia o tecido.

Entrevistador – Quer dizer que eles pagavam com vale?

**Zé Roberto** – Na época, no começo eles pagavam com vale.

Entrevistador - E esse comércio todo ficava em volta então da fábrica, né?

**Zé Roberto** – É o bairro era ali.

Então na pracinha tinha lá: igreja de um lado, um cinema, tinha um bar aqui na esquina, aí tinha um cinema, um ginásio, uma escola de primeiro grau (*volta a desenhar na mesa o esquema urbanístico*). Depois nessa outra parte da praça aqui um armazém, ...aqui na ruazinha aqui uma espécia de uma administração da do bairro, uma subprefeitura da ....administração porque a prefeitura não mandava ali, quem mandava ali era...era a própria empresa

Entrevistador – Ah é?

**Zé Roberto** – É. A empresa que tinha

Entrevistador – Tinha poder

**Zé Roberto** – Tinha poder sobre ali. O lugar ali...meu pai...Por incrível que pareça o meu pai quando veio morar pra cá...ele morava na estamperia...na Santa Rosália. Ele...chegou um parente dele de Osasco que tinha vindo do Paraná, um caminhão carregado de madeira. Pô o caminhão encostou na frente da casa dele, já veio dois capataz da..da administração saber o que que tava fazendo aquele caminhão parado ali, carregado daquele jeito.

Me chamou a atenção esse aspecto do funcionamento da cidade que não achei nos livros: os bairros originários das vilas das fábricas tinham uma certa autonomia administrativa na cidade. Zé Roberto me leva ao local da praça, de onde podemos ver ao longe, a chaminé ainda preservada no pátio do supermercado. Atônito, vou acompanhando sua descrição do lugar, obviamente sem enxergar nada do que ele vê: *aqui ficava a guarita, a porteira. Aqui? Sim, aqui.* Me aponta um chão de rua contínuo, livre para o tráfego, onde jamais se suspeitaria que nos anos 60 ainda era o limite onde o poder municipal era, de certa forma suspenso: segundo ele, a circulação não era livre na vila operária. Era preciso autorização. Descreve com riqueza de detalhes a própria cobertura da rua: *aqui era de paralelepípedos. Para lá – no interior da vila – era asfaltado, mas só o centro da rua, as margens eram de paralelepípedo, como se fosse o acostamento de uma estrada.* Continuamos o passeio. Me aponta uma praça. Não é uma praça, é o campo de futebol dos operários da fábrica. Nessa altura, um senhor, guardador de carros, se aproxima, perguntando se estamos indo na sorveteria. Zé Roberto esclarece: não, estamos fazendo uma pesquisa. Uma pesquisa? Sim. E me aponta uma escola. O senhor guardador de carros também estudou lá. E imediatamente entra na viagem, como um rio discursivo represado. A cidade também lhe pertence – ao menos a cidade que os dois – ele e Zé Roberto vêem. Tudo ganha outra forma e outra cor: onde há casas, terreno baldio; onde há asfalto, terra. Até que diante de uma pequena construção me esclarecem: a cadeia. Cadeia? Sim. A vila tinha uma cadeia, controlada pela fábrica. Lembram o nome dos dois “soldados”. Nunca dispararam um tiro. O dia que tiveram que disparar, a arma travou.

Nada vejo. A filha de Zé Roberto, que nos acompanha, nada vê (talvez veja mais do que eu). Mas a cidade está lá, porque está neles. E está neles não apenas como subjetividade de uma memória muito específica – amigos próximos, que não são ou episódios tocantes, que não houve nesse caso – mas como uma espécie de urbanismo imaginário – e não menos real por isso. Onde passo eu para quem aquela cidade não se deu, passa uma cidade que é uma: há uma praça, uma sorveteria, para além um supermercado, e residências, circulação de automóveis. Se eventualmente vejo uma chaminé de tijolos – para além dali – não é mais uma chaminé de fábrica.

Uma cidade pode ser várias em vários sentidos. Aqui cresce um diante de mim: a cidade em camadas que se sobrepõem. São desenhos diferentes na mesma planta baixa, às vezes com mudanças na planta baixa – onde um conjunto de casas, um campo de futebol, onde uma avenida, uma casa. A casa de seu Renato, pasmem vocês, está ali vivinha, atravessada pelos carros e pelos ônibus. Os rolos de tecido, a multidão de trabalhadores e seus vales estão ali, sobre os carrinhos de compras do supermercado. Essas camadas podem simplesmente se perder no tempo, inacessíveis ao arqueólogo. Mas podem ser acionadas. Quando o jornalista me diz o caminho por onde entravam as mulas, essas construções imaginárias começavam de novo a se tornar paupáveis, quando conseguem, pela materialidade do discurso – aqui entendido em sua forma ampla – reentrar nas entranhas de uma

cidade cujo discurso mobiliza essas camadas de memória, como um florete que se aponta a um outro com quem se esgrime. Porque uma cidade é conflito.

Da mesma maneira, na forma daquele que fala – e aqui me refiro às variantes linguísticas – vêm essas camadas de memória – não necessariamente na correlação imediata e retilínea com rótulos sociais pré-estabelecidos nos estudos de variação linguística. Sujeito a sujeito, essas camadas são construídas e acionadas segundo um conjunto grande de determinantes não sendo possível prever para onde vão em cada um deles.

Assim, quando se admira a profusão de formas em variação que pode uma cidade comportar, deve-se ter em mente que há também uma profusão de cidades que a cidade comporta. E uma ou outra dessas cidades pode ser tornar dominante num certo momento, do mesmo modo que uma ou outra forma linguística. A cidade pode não estar e, mesmo assim, estar lá. A cidade pode estar lá e, mesmo assim, estar apagada. Não é nem a presença física das construções arquitetônicas, nem a geometria ou o serpentear das ruas que o garantem. O que faz existir é o fato inexorável de que o discurso, como teia de relações que fazem significar o real a partir da memória, é que dá ao real a sua real dimensão – mesmo o peso; mesmo a forma; mesmo a cor; mesmo as ruas que vêm e vão, mesmo porque as ruas não vêm e vão por si sós; mesmo o limite e a fronteira que parecem existir como coisa para além dos sentidos. E não são.

**PARTE V – LÍNGUA, LITERATURA E QUESTÕES SOCIAIS NA AMÉRICA  
LATINA**



# La antropología literaria como textualidad de frontera

## Apuntes sobre su poblada soledad

*Miguel Alvarado Borgoño*<sup>85</sup>

Universidad de Valparaíso – Chile

*“El niño lanza el trompo y el trompo/ Cae siempre en el  
centro del mundo.”*  
Octavio Paz.

### Introducción

La inexistencia de un espacio social para la ciencia antropológica en Chile durante la segunda mitad del siglo XX, se asemeja a la ausencia de un espacio para la literatura chilena en la primera mitad del mismo siglo XX, literatura que irrumpió sorpresivamente dando lugar a la coexistencia de inmensos paquidermos, que, no obstante, no pudieron convivir en la inmensa llanura del Chile de entonces. Hoy tendemos a creer que el texto no surge de una necesidad del contexto, sino más bien de un deseo colectivo que se cristaliza en ciencia y en literatura, como podría canalizarse a través de puentes políticos o religiosos, y que cada forma textual es expresión de cambios en formaciones discursivas amplias y en algunos casos transculturales. Pero el texto no es gratuito ni se despliega como variable aislada. El sueño de identificar un “grado cero”: la lengua, el estilo y la escritura (Barthes, 1989) de una forma verbosimbólica, se corresponde con la ilusión de reconocer el sentido de un proceso cultural, pero ello es en realidad tan ilusorio como identificar la coherencia de un proceso histórico, sobre la base de la suposición metafísica de la identidad entre realidad y razón, una ilusión interpretativa al mejor estilo del historicismo positivista más ingenuo y de la sociología funcionalista que afianzó la ilusión desarrollista.

Más bien, si el estilo es la reverberación de la mitología personal que según Roland Barthes (1989), hace y desase contextos, y dialoga con signo y estructura social, los modifica y los sufre; Así, mantiene un vínculo manipulatorio y paradójicamente dependiente, que genera una escritura, que desde lo intrincado del vínculo entre obra y escritor, da lugar a un documento intrincado y por tanto más allá de las mitologías personales y los narcisismos diletantes, el camino para asumir y entender las formas experimentales de la antropología chilena consiste en sacarla del sayo estrecho de la ciencia, pero tampoco en este proceso comprometerla exclusivamente con la literatura, sino que

---

<sup>85</sup> Chileno, Antropólogo y sociólogo, Doctor en Ciencias Humanas con mención en Literatura y Lingüística, postdoctorado en Filología Románica Universidad de Goettingen, Alemania. Investigador de Convenio de desempeño de la Universidad de Valparaíso, Chile.

hablar más bien de una dinámica e intrincada escritura de frontera. El pensar desde el sentido no puede suponer que nuestra Antropología Literaria surja desde un pensamiento de la totalidad, ni que pueda ser caracterizada en sus orígenes y desarrollo de una manera absoluta; cada lector y hermeneuta deberá ir interpretando estos textos, tanto los actuales como los futuros, para que de esa forma cada interpretación se transforme en una co-creación creativa, porque desde este punto de partida la exégesis del proyecto antropológico literario es una forma de ontología, la que transforma al sistema interpretante, no en un aparato de observación externo, sino en parte de la pregunta amplia por el propio sistema observador.

Decir algo sobre la obra de autores como: Sonia Montecino, Andrés Recasens, Clemente Riedemann, Carlos Piña e Ivonne Valenzuela, por nombrar a algunos ya canonizados, nos obliga a preguntarnos por los límites de la ciencia y la literatura, pero también nos hace constatar el modo sinuoso como en la periferia lejos de las grandes tendencias socioculturales del capitalismo, es posible ver aparecer experimentos "de frontera"; una frontera fijada por los cánones científico y literario occidental y eurocentrico. Esta interrogante amplia respecto de una escritura de frontera puede abrirnos a una afirmación mucho más amplia; existe una mutación en las formas escriturales que sobrepasan los cánones eurocentricos. Esperamos aportar aquí algunos elementos iniciales, más allá incluso de los experimentos de algunos antropólogos chilenos.

A la manera de Gastón Bachelard (1987), asumimos que todo proceso social ocurre "en el bosque y no en el laboratorio", por lo tanto, la aparición de los experimentos textuales de la Antropología Chilena, no son producto de una planificación cultural o de una voluntad propia de un "epísteme" definida, sino que más bien guarda en relación, con la correlación siempre capciosa entre las interpretaciones de la cultura en Latinoamérica y los desarrollos de la literatura, el arte y la ciencia. Justamente, esta interpretación capciosa, es capciosa porque es un espacio social reducido, el de la Antropología en Chile y en alguna medida en Latinoamérica son espacios pragmáticos que se interrogan sobre sí mismo, respecto de discursos y en el discurso, en un vertiginoso proceso gnoseológico del cual no conocemos certidumbres sino solamente interrogantes atropelladamente sobrepuestas.

El conjunto de obras compuesto por la Antropología Literaria Chilena (en adelante ALCH) consiste en un tipo de producción textual iniciadora de un nuevo género discursivo, en tanto no responde pragmáticamente: ni al canon científico ni al literario con exclusividad. La Antropología Literaria es a nuestro entender, y en base al trabajo persistente realizado desde los estudios sobre Antropología Poética (Alvarado 2001, 2002, 2006, Cárcamo 2007, Carrasco 2003) en adelante, una derivación específica que se desglosa de la gran mutación disciplinaria (Carrasco, 2002) que ha significado el diálogo entre literatura y antropología en Chile y Latinoamérica en los últimos 40 años. El concepto mismo de diálogo resulta un eufemismo, ya que en este proceso de mutación vemos cuestionados los cánones textuales, y ello sin consideración de la matriz epistemológica de cada

disciplina y de cada género; así diálogo significa aquí, en algún sentido, la derrota de las ciencias sociales frente a la literatura, claudicación que fue planteada explícitamente por José Joaquín Brunner (1997)<sup>86</sup> en el 40 aniversario de FLACSO. A pesar de ello, en su mayoría las ciencias sociales latinoamericanas han hecho oídos sordos de este llamamiento a la humildad, la mutación disciplinaria se encuentra en pleno proceso de consolidación, subrepticamente, a la manera de un gesto barroco que, no obstante, ocupa espacios marginales dentro de los espacios de la ciencia social tradicional, principalmente universitaria.

En publicaciones anteriores hemos demostrado la existencia de la Antropología Poética (2002a, 2002b) como una dimensión de esta mutación, la metalengua (Mignolo, 1986) de esta Antropología Poética se identifica con la antropología posmoderna, pero paradójicamente, la misma aparición del concepto de posmodernismo es posterior a la aparición de esta antropología poética, y a la publicación de los trabajos fundamentales de esta corriente (mediados de los setenta del pasado siglo). Más bien, el postmodernismo es, a nuestro entender, una moda cultural que resultó funcional para dar un sustento metateórico a una corriente cultural original, desde una justificación innecesaria y tan extraña a nosotros latinoamericano como los desvelos de polémicas como las del empirismo o el cartesianismo. Este sustento descontextualizado va generando sentido a la Antropología Poética; ocupando el lugar que en la ciencia tradicional ocupa la teoría. Por su parte la Antropología Literaria consiste en un conjunto de obras con características diferentes; en un estudio anterior hemos demostrado como la ALCH es dueña de una tradición que se remonta a mediados del siglo XX desde los trabajos de Carlos Munizaga; ello bajo la influencia del poeta y antropólogo Alfred Metraux, quedando mucho trabajo por realizars respecto de la relación entre surrealismo y antropología latinoamericana. Por otra parte, la ALCH está plenamente viva en los trabajos de Andrés Recasens, Clemente Riedemann, Ivonne Valenzuela, Carlos Piña y Sonia Montecino, y posee una coherencia que le proporciona un "aire de familia", con lo cual podemos ya sustentar nuestra afirmación, respecto de la existencia de un canon experimental antropológico literario, lo que involucra el desenvolvimiento dinámico de una mutación disciplinaria.

Pero en el contrapunto entre Antropología Literaria y Antropología Poética, vemos en los trabajos concretos de la ALCH analizados desde la década del 90 y en la primera década del siglo XXI,

---

<sup>86</sup> Conversando la otra noche con Ángel Flisfisch, fue él quien me sugirió hablar en esta ocasión de la sociología como un lenguaje que, después de sus clásicos y epígonos, al parecer ya no tiene mucho que decir al mundo. A mí esa intuición me pareció interesante, pues tenía que ver con lo que -de manera abstracta y general; más 'sociológica', por lo tanto- yo quería decir hoy, en el 40s aniversario de la FLACSO. Es sabido que en sus orígenes la sociología apenas lograba distinguirse de otros géneros, entendidos éstos como un universo ideológico-verbal diferenciados entre sí. Así, por ejemplo, hasta muy tarde -entrado ya el siglo XIX- su discurso se mantuvo entremezclado dentro del campo semántico de la filosofía, la historia, la literatura y el ensayo. Sólo con el tiempo llegó a constituir un lenguaje separado, relativo, objetual y limitado a una profesión intelectual. Una hipótesis posible de explorar es que, en ese proceso, la sociología mantuvo sin embargo, y prolongó, algunos elementos del género de la epopeya, intentando por el contrario separarse-de la evolución de la novela, su eterna competidora. <http://www.redalyc.org/revista.oa?id=815>

una instancia de narración, pero también de reflexión: he aquí el elemento fundamental que las diferencian, más allá de las eventualidades pragmáticas de la Antropología Poética Chilena (en adelante APCH), la cual se ha ido desarrollando de forma paralela bajo el alero del Fondo Matta (producto de la donación de dinero realizada por el pintor Roberto Matta para estos fines).

Hoy podemos diferenciar las obras propias de la Antropología Literaria de las correspondientes a la Antropología Poética (Alvarado, 2011); así, lo fundamental es decir que en la (ALCH) priman dos rasgos: una audacia al narrar que se encuentra más allá de los márgenes de la antropología postmoderna, y convierte a los textos de esta corriente en obras con un valor literario y científico, pero ello no la distingue de la Antropología Poética; el factor macroestructural fundamental (entendido como dimensión básicamente temática) es la existencia de una “voluntad por la teoría”, un esfuerzo intertextual y metalingüístico anudado a la narración y empeñado en hacer una reflexión teórica, ello dentro de un original acoplamiento creativo.

Lo anterior nos permite pensar que a futuro, más allá de la encomiable estetización de la antropología chilena, el intento de hacer teoría desde la periferia, no solamente guardará relación con metas académicas, sino que vemos a la ALCH vivenciando un vínculo complejo con la academia, produciéndose marcados distanciamientos y acercamientos. No obstante aquello; en su identidad es un rasgo matriz: consiste en la existencia y persistencia de una reflexión teórica (en un sentido cartesiano en algunos casos y postmetafísico en otros); lo cual permite pensar que algo puede decirse claramente de la Antropología Literaria: que, sin abandonar una búsqueda estética, supera heurísticamente el lirismo de la Antropología Poética. Se trata de una potencia heurística en el sentido más textual y hermenéutico del concepto.

En toda esta antropología experimental (APCH y ALCH) se vislumbra un valor académico y estético indudable, aspecto asociado a la audacia de la experimentación, la cual aún no es percibida y valorada plenamente, ni siquiera por todos los circuitos antropológicos, y menos aún por los literarios; no obstante, pensamos que hay un valor innegable en lo realizado a nivel metalingüístico por la Antropología Literaria, ya que nos permite especular no solamente que académicamente se completa aquí el ciclo del trabajo antropológico, que involucra la labor científica, labor que relaciona reflexión y evidencia; sino, que en el plano más propio de la sociología del conocimiento: creemos que ello permite vislumbrar la posibilidad de que esta ALCH tenga un rol en la sociedad chilena, ello más allá del circuito estrecho de los antropólogos mismos: Andrés Recasens ha influido en la visión que el Estado de Chile tiene de la pesca artesanal, Valenzuela ha abierto una sensibilidad distinta respecto de la cultura atacameña del siglo XX y de la religiosidad popular expresada en las “animitas”, Montecino es la principal teórica del género femenino en Chile gracias en mucha medida al impacto pragmático de sus obras marcadas por un cariz literario; su libro “Madres y huachos” es un decálogo para todo(a) aquel (lla) que

se preocupe del género y en particular del género femenino en Chile. (Obteniendo el Premio Nacional de Ciencias Sociales y Humanidades el año 2013).

Lo dicho nos permite pensar que la Antropología Literaria no significa, ni significará, una ruptura radical con la antropología en un sentido clásico y tampoco obstaculizará el reconocimiento social de la profesión de antropólogo, sino que será un camino, no asumido ni legitimado, por toda la comunidad científica social obviamente, de reconversión creativa y autónoma de la antropología chilena respecto de los países centrales (Europa y Norteamérica), ello en relación a lo que la antropología chilena es y especialmente en relación a lo que podría “llegar a ser” en su diálogo con el arte y la literatura.

### **Una soledad poblada de letras**

En la dialéctica texto-contexto los desarrollos de la literatura chilena son parte en numerosas ocasiones de los efectos mismos de la casualidad y del absurdo; en 1842 se funda la Sociedad Literaria Chilena por parte de José Victorino Lastarria y otros discípulos de Andrés Bello, dando forma a una literatura de impronta nacional. Luego de ello, se desarrollan una serie de galimatías, a excepción de la literatura realista de Baldomero Lillo, y a algunos de los miembros de la comunidad literaria que se reúne en la colonia (tolstoyana)<sup>87</sup> de la comuna de San Bernardo, en la periferia de la capital de Chile. Posteriormente más que en un silencio los poetas y narradores al principio del siglo XX, quedan anonadados por el influjo de la sonoridad como también de la metalengua de Rubén Darío; no obstante, son también una forma de silencio estético que no solo se negó a la experimentación simbolista, sino que también, representó una semántica con poca capacidad perlocutiva más allá del remilgo amoroso o del ditirambo patriotero.

Pero intempestivamente ocurre el milagro, aparece el libro “Los Gemidos” de Pablo de Rokha: cuya primera edición se vendió al por mayor como papel para envolver carne en el Mercado Central de Santiago, se publica también el libro “Crepusculario” de Neruda, para cuya publicación, Neruda debe vender el reloj regalado por su padre, y simultáneamente se vive la aparición de la genialidad metalingüística de Vicente Huidobro, genialidad inclasificable en el medio chileno, originalidad que se parecía más a las visitas de un poeta francés a Chile, que de un poeta experimental propiamente chileno.

---

<sup>87</sup> <sup>87</sup> LA COLONIA Tolstoyana consistió en una breve experiencia artístico-comunitaria realizada entre los años 1904 y 1905, liderada por Augusto D’Halmar y seguida más de cerca por Fernando Santiván y Julio Ortiz de Zárate. Durante décadas, constituyó una leyenda de la vida cultural chilena, hasta que el mismo Fernando Santiván, en 1955, publicara su obra Memorias de un tolstoyano, revelando muchos datos que contribuyeron a desmitificar tanto al proyecto de la Colonia misma como a su pretendido fundador. Es así que han existido hasta ahora dos interpretaciones respecto de la tentativa tolstoyana: una lectura tradicional y confiada, por un lado, y una sospechosa, por otro. (Galgani, 2006).

En el recurso al cartesianismo ingenuo en los desarrollos de nuestra antropología, el primer esbozo es la obra delirante de Nicolás Palacios: "Raza Chilena", que paradójicamente sirvió a las necesidades ideológicas de la derecha tradicional oligárquica; la antropología de campo es hasta, mediados del siglo XX, una labor propia de extranjeros exóticos preocupados ellos mismos del exotismo como Martín Gusinde y Max Uhle. Tuvo más significación, el abandono de sí mismo que realiza Martín Gusinde en tierra del fuego, que el trabajo de campo de chilenos como Aureliano Oyarzun, Thomas Guevara, Ricardo Latcham.

Solamente podemos hablar de una auténtica antropología con pretensión en científicidad en Chile con la aparición de la obra "Vida de un Araucano" de Carlos Munizaga Aguirre el año 1959. Más que hacer la historiografía de una trayectoria es necesario identificar los puntos de articulación de la antropología poética como rima posmodernista y de la antropología literaria simplemente como un esfuerzo, un tanto aislado, por constituir, una antropología fiel a la tradición del pensamiento social y literario nacional como también, como una apelación enfática a la memoria histórica: justamente es en este último punto donde estas textualidades de frontera se invocan o evaden su identidad y su sentido.

### **Olvido culpable y la apelación a la memoria**

Resulta significativamente paradójico que la Antropología Poética surja en el contexto de la dictadura militar chilena, es decir, en el momento cuando más injusticia social y crímenes políticos se producen en nuestro país, entonces aparece allí un esfuerzo de alineación que más que realizar una apelación a la urgencia de las circunstancias, aquello que se realiza es sobrevolar la memoria impresionando a través de la capacidad expresiva de la literatura; cuando a finales de la época de los 80, algunos antropólogos chilenos se definen como postmodernistas no hacen más que encontrar y usar una posmetafísica como coartada para su falta de compromiso histórico.

Pero si la memoria está invitada incómodamente, es de todas formas vigente es el hacernos una pregunta sistemática respecto de un sistema textual producido por unas decenas de autores y que resulta desconocido a nivel internacional; es la antropología poética y literaria, que aparecen de manera simultánea pero definidas desde distinciones morales totalmente distintas. Son parte de un esfuerzo expresivo, que lejos de ser una manifestación posmodernista, es ante todo una continuidad conservadora de la analogía estética presente en la escritura respecto de la alteridad en Latinoamérica, resulta arriesgado usar la palabra conservador, pero lejos de fundar u originar los experimentos literarios antropológicos chilenos, son la continuidad de un tipo de analogía estética, aquí se nos está presentando algo mucho más contundente: todo examen de la realidad latinoamericana producido desde a mediados del siglo XIX, ha recurrido a una estética y por lo tanto a una poética, más que a un sistema de pensamiento coherente (en el sentido del logos occidental); José Martí, y Domingo Faustino Sarmiento, son actas fundacionales, uno anticipadamente en cada hemisferio del planeta, de las

necesidades expresivas que surgieron desde el Estado Nación del siglo XIX y que hoy, parecen refundadas en los desvelos multiculturalistas de principios del siglo XXI. Existe un “grado cero” para la escritura de la diversidad latinoamericana, este es el conjunto de desvelos de las elites intelectuales del siglo XIX, que como continuidad reaparecen a finales del siglo XX; y se trata más de una búsqueda expresiva más que un intento racional.

### **El verbo de las imprecisiones**

En un reciente congreso de estudios interculturales<sup>88</sup>, nos sorprendió la plena coincidencia entre nuestro libro *Aculturaciones* (2014) y las preguntas del Gremio de los Profesores en Chile respecto del concepto de interculturalidad; ello guarda relación a nuestro entender con la ambigüedad polisémica con la que hoy se usa el concepto de cultura y con el hecho que esta ambigüedad se proyecte a nivel de la multiplicidad de conceptos de que este concepto derivan, como lo son: multiculturalidad, aculturación, enculturación, etc. Sin embargo, ello no solo se proyecta en una discusión o alguna incertidumbre de tipo teórica, sino que guarda relación con otro fenómeno que podríamos denominar como la sociología de la antropología; y más concretamente en una particular dimensión de esta sociología, la cual se corresponde con un hecho casi obvio, pero no por eso menos significativo: la ciencia antropológica, como la mayoría de las ciencias sociales, son un invento de la sociedad europea y surge para develar las complejidades de la modernidad y de la industrialización, por lo tanto son ciencias producidas por mentes eurocentradas, incluso en el caso norteamericano. Si conectamos la imprecisión conceptual con la experimentación estética, no puede el texto antropológico literario ser sino gnoseológicamente aquello que se pierde y se recupera convertido ya en otra cosa: un canon experimental, impreciso y emergente como es el propio de la ALCH.

Así como Marvin Harris (2004), da cuenta de los efectos en Estados Unidos de los efectos del surgimiento de antropólogos provenientes del mundo obrero norteamericano, en América Latina y Chile podemos presenciar la aparición de elites locales, primero occidentales y luego incluso indígenas, que han remecido el espectro del mundo occidental con una antropología que intenta ser descolonizada, y por lo tanto, representar otra mirada de la mismidad desde un acentuado relativismo cultural; es indudable que para narrar desde este punto de mira los estilos retóricos de la ciencia tradicional resultan limitados; es allí donde aparecen las formas de antropología estatizada y por ello mismo, responden a necesidades expresivas y no a modas intelectuales como el postmodernismo (cómo ya hemos planteado aquí); es casi irrisorio que se trate de aducir un contenido postmoderno cuando en realidad pareciera más bien tratarse de una añoranza de las formas expresivas de la

---

<sup>88</sup> Encuentro más reciente sobre Interculturalidad y Educación, desarrollado en la Universidad de Concepción, organizado por la Central Unitaria de Trabajadores (CUT).

literatura. La ambigüedad del concepto de cultura parece ser una variable concomitante para comprender la explosión de metáforas propias de las antropologías poética y literaria, desde la imprecisión teórica surgen retóricas de la imprecisión, que se transformaron en poéticas experimentales y del mismo modo coherentes, coincidentes mucho más con la historia de la escritura en América latina, que con las formas de experimentación eurocéntricas contemporáneas. Pero la imprecisión puede tener efectos y vínculos insospechados: la originalidad expresiva se cruza y por moneto contrapone con vigencias éticas.

El rasgo que caracteriza a la experimentación textual de la ALCH es que: más allá de su metalengua, vemos un tipo de apelación al sentido que se infiltra en medio de un experimentalismo pretendidamente nihilista, a la manera de la interpretación que Heidegger (1996) hace de la frase “Dios ha muerto”, planteada por Nietzsche en la Gaia ciencia; la crisis de la metafísica suele ser una crisis de planteamiento y no una acta de defunción. La coherencia entre la crisis de la metafísica occidental europea y los intentos de superación de la metafísica en el discurso antropológico latinoamericano, demuestran la imposibilidad misma de la liberación del “sentido” por parte de cualquier forma de narración de la alteridad. La huida de la opción ética que intentan la antropología poética o la narrativa de la generación de los ochenta representada en Chile por Alberto Fuguet, son expresión tanto del deseo del sinsentido, como de la imposibilidad misma de salirse del sentido; porque en esta huida de la opción ética la narración queda capturada en una retórica de la descripción, que lejos de ser neutral, solo es un pendón en el abanico de los efectos sociales y culturales del capitalismo; cualquier narración que intente pasar por alto temas como la inequidad social se transforman en un sonido hueco, en un desierto inerte, pero en el cual pena las expectativas, a la manera de los fantasmas de Juan Rulfo.

La pretensión de huir del sentido y de abandonar la metafísica, es ante todo una suerte de ideal eurocéntrico, que nadie ha demostrado que sea posible, como tampoco que sea algo positivo en el plano social; si se trata de huir del sentido en términos metafísicos occidentales eso ya fue intentado hace 2600 años por el budismo, la mayoría de las religiones naturales (arcaicas) no se sustentan en una metafísica del bien y del mal ni en valores que podemos identificar como universales, confirmándose la noción estructuralista que más allá del Tabú del Incesto, no existe otro principio que sea universalmente aplicable. Ello aumenta la ansiedad en los sectores conservadores, mientras el mundo progresista es tentado con un relativismo axiológico, que lo hace contradecirse respecto de los ideales emancipatorios del discurso filosófico de la modernidad; no es posible narrar ya desde un juego ditirámico entre la utopía arcaica y la redención modernizadora, en ambos casos, la narración de la diversidad se transforma en una filípica, ya sea en una “suma contra los gentiles” o en una “suma para los gentiles”, configurándose una suerte de “tomismo antropológico” que de apelar desesperadamente al sentido, termina renunciando al sentido mismo. Así, de querer narrar el escándalo nos transformamos en “narradores escandalosos”, y pasamos desde el cartesianismo hasta

una evasión del sentido que intenta ser narración descomprometida; pero somos escritores occidentales sobre quienes pesa la maldición o la bendición, según se le mire, de la apelación al sentido infiltrada en nuestra narración, probablemente la única conclusión respecto a este punto, es que ni el compromiso totalmente relativizado ni el descompromiso absoluto son algo que pueda realizarse al menos en nuestro lenguaje.

Desde la libreta de campo hasta el más sofisticado film etnográfico, siempre el punto de mira estará definido por la cultura occidental y en este aspecto es el lenguaje el portador de un sentido que desmiente cualquier forma de pulcritud aséptica en la narración. Por lo tanto, toda construcción de la alteridad o la mismidad, es siempre una etnoficción, y toda ficción es en términos lacanianos (Lacan, 1984) el punto de encuentro entre lo imaginario y lo simbólico, lo imaginario es el modo como el narrador etnógrafo construye una visión de aquello que quiere narrar, y lo simbólico es el lenguaje llevado al plano de recurso elemental de la narración, ninguna narración etnográfica ni teorización antropológica es posible fuera del lenguaje. El acto fallido o la hipnosis profunda, es algo que supera la visión de un observador para develar las expectativas, contradicciones, limitaciones y también el altruismo de un tipo de narración y de reflexión, que no puede poner en un lado la antropología y del otro la ficción, pues ambas cosas son lo mismo. La etnoficción (Auge, 1997) se construye en las palabras y desde el imaginario de quien narra, como también la etnografía. Ambos tipos textuales no podrían surgir desde otro umbral.

### **El absoluto de la memoria**

Hoy en Chile a 4 de septiembre de 2013, se preparan dos textos, más específicamente dos discursos, uno del Presidente de la República Sebastián Piñera, el otro de la más probable ganadora de las elecciones de noviembre, la ex presidenta Michelle Bachelet, estos discursos versarán ambos respecto de un día puntual, un espacio en que pareciera en que el tiempo quedó suspendido, el 11 de septiembre de 1973; ambos textos girarán en torno a los dos ejes que cruzan este momento axial de la memoria chilena: el del pasado, aduciendo que allí están las causas y el del futuro asumiendo también, que allí se encontraran los efectos, en ambos discursos la nitidez se perderá en la medida en que nos acerquemos más al presente y en que nos alejemos más en el pasado; pero de sobra sabemos que ningún pasado rememorando podría hablar de la violencia bestial de ese momento, y que el futuro se retrotrae al pasado este mes de Septiembre en Chile como un rito de desconcierto. El pasado nos embiste, hace acto de presencia, recordando dolores, rencores, culpas.

La palabra perdón es una suerte de coartada sacral, y ritualmente sacramental; el verbo “responsabilidad” es un mecanismo de vaciamiento para asumir culpas que se esfuman en el atolladero de las angustias colectivas. Pero debemos partir del supuesto planteado por Gaston Bachelard de que en las ciencias humanas estamos en el bosque y así el vuelo de una mariposa en Chile, incide en el mercado de

valores de Tokio, y por tanto todos los que respiraban ese día axial del año 73 del siglo pasado tienen responsabilidad, pero eso no significa nada, da cuenta de la vida social como un hecho variable y la operación de la dicotomía entre lo objetivo y lo subjetivo, de esa dicotomía falsa que hacen repartir responsabilidades y prestidigitar culpas. En resumen, no hay culpables ni inocentes al momento de hacer una escritura que sea hermenéutica de la Historia solo cuando la memoria destila valores, la culpa y el daño toman su lugar en la narración y en la teoría. El acto del perdón es más bien el acto de introyectar el trauma a la espera de circunstancias más propicias, quizás esperando espantados el momento en que para quienes lo vivimos el golpe y posteriormente la dictadura tendría, el peso de una violenta glaciación o una infernal erupción, que suponemos horrenda pero de la cual quedan huellas en una piedra dura e inmutable; el trauma será paisaje y mientras tanto, y ambos discursos presidenciales dilapidarán palabras, no para explicar, sino para ser políticamente correctos con el propio bloque histórico, como si la idea de punto medio fuese una llave para los consensos comunicacionales, (nunca comunicativos), así, se asume neuroticamente que el concepto de verdad no es un orden discursivo de la microfísica del poder, sino un asunto de resentidos y neuróticos que la idea de futuro elimina. En el discurso político oficial suele no haber futuro para la memoria; y la memoria, se transforma en una suerte de leprosa habitando las inmediaciones de la comunidad, donde se le arroja alimentos como expresión de una culpa muy bien canalizada, una culpa, que es una cuerda más dentro de una armonía que mantiene el ritmo histórico, por injusto que este ritmo sea. No es la ética de la memoria lo que prima hoy y sino la funcionalidad del olvido, y el remedio de la memoria es un espacio hueco de sentido, una alegoría sin peso perlocutivo, es un visitante incómodo pero recurrente, como el demente que es enviado a su casa el día de fiesta. ¿Puede la antropología de fuentes ser un aporte para este estancamiento en el procesamiento de la memoria?

### **No hay Antropología honesta sin memoria histórica**

La superación por parte del psicoanálisis lacaniano de la “clínica de la mirada”, tiene un equivalente en el cuestionamiento de la etnografía clásica. Cuando la antropología descubre que el informante es deliberante y que en muchas ocasiones dice lo que él o ella cree que el etnógrafo desea escuchar; así se integran dos personajes en escena: primero el propio etnógrafo que asume su producción como escritura y luego al receptor como componente del texto, admitiendo que las lecturas del lector del texto antropológico no son las del lector modelo arquetípico, sino todas las formas posibles de miradas de los paisajes socioculturales, que se derivan de las infinitas cadenas significantes posibles. Acaso todo intento antropológico literario sigue la huella de Jean Genet, Jorge Luis Borges o Juan Goytisolo, deambulando entre lenguas y tradiciones culturales; con una escritura vivencial, etnográfica y compleja. El esfuerzo antropológico literario no es nuevo, como intento de narrar la alteridad, para un especialista en literatura en cualquier parte del mundo; lo novedoso es que desde Chile, con su carácter culturalmente insular y del mismo modo, como sociedad ávida de la última

novedad europea o norteamericana, se desarrolle un género textual que es básicamente, y sin quererlo en algunos casos, se elabore un tipo de texto contracolonial y disonante respecto del Chile de principios del siglo XX.

Debemos aclarar, que el intento de esta ponencia no consiste en identificar fuentes u orígenes a la manera evolucionista, o a la manera de una cadena monogenista, en la cual sin duda abundarían los eslabones perdidos; ello en tanto, el objetivo de estas notas no es realizar una historiografía de la Antropología Literaria Chilena; ni siquiera es establecer una arqueología de ella a la manera foucaultiana; se trata de algo diferente: dar cuenta de la existencia de una mutación transdisciplinarias en la antropología chilena que, desde sus orígenes a mediados del siglo XX, intentó generar una voz propia desde la imitación fundamentalmente de la antropología social clásica británica, hasta el nexo permanente con la literatura bajo la existencia de formas: intertextuales, retóricas y semánticas de origen literario. Sin embargo, el sentido de este trabajo está centrado en la identificación de la metalengua de esta corriente, ello básicamente para realizar una demostración, que puede parecer elemental, pero no lo es: la existencia de la Antropología Literaria como afirmación se basa en nuestro supuesto, de que existe un género discursivo que involucra una mutación en el canon textual de la antropología; esta mutación sin duda se corresponde con los esfuerzos desarrollados desde Claude Lévi- Strauss en adelante, en paralelo con la apropiación del aporte de autores como Michel Leiris o George Bataille (Alvarado, 2011), pero posee un rango de originalidad notorio, siendo ella un fenómeno con una notable historicidad ya que viene desarrollándose a lo menos hace 40 años en Latinoamérica. No deja de ser una coincidencia significativa que el Golpe de Estado ocurrió en Chile hace 40 años.

### **La frontera es un lugar para optar**

Yaposemos claridad respecto de que en la ALCH se encuentra presente permanentemente la denuncia ética respecto del costo social de los valores, lejos del postmodernismo, no hay aquí nihilismo sino un condolerse respecto del sufrimiento del otro y desde allí denunciar este sufrimiento, ello generado invariablemente por el costo social de los valores que el capitalismo, en este caso periférico, involucra para Chile. Además, es fundamental destacar la existencia de un deseo de belleza en la escritura, que se expresa: en el amor heterosexual, el amor al paisaje, la búsqueda de la pureza en contextos de extrema opacidad; este mismo compromiso ético se transforma en lo que Pound llamaría en sus Cantos “amor”, ello es un rescate esperanzado de aquello que va más allá de la belleza y que permitía la superación del costo social de los valores (Alvarado, 2011), tanto desde un lirismo por momentos delirante, como también impulsado el escritor por objetivos prácticos que son parte de la tradición de intervención social propia de la antropología profesional a nivel universal.

Asociado a este desarrollo semántico macroestructural (Van Dijk, 1989) vemos en perspectiva la generación de un nuevo vocabulario bajo la forma de neologismos entra ALCH, que den lugar a tipos ideales en el sentido webereano, los que tendrán su raíz en la literatura pero ampliarán la capacidad narrativa e interpretativa de la antropología; estos neologismos tenderán, tanto a una variedad léxica amplia como a una profundidad semántica, que irá de la poética a la teoría. Ello involucrará a mediano plazo la canonización de nuevas metáforas, las que no solamente serán instrumentos narrativos, sino que, desde una reflexión teórica bien fundada, tendrán tarde o temprano influencia social; esta influencia les permitirá proveer de textualidad a lo aún no narrado por su novedad, y también a lo que de ser tan evidente no requería ser nombrado, y al ser nombrado resulta este nombrar en una nueva mirada por parte de la sociedad como conjunto, este es el proceso que hace esencial el estudio de la Antropología Literaria. En este proceso en marcha el lenguaje de la ALCH se encuentra enraizado en un barroquismo esencial el cual articula a la metáfora asumiendo la metaforización como un punto central de la “supremacía del significante” (Lacan, 1984); ello no por un asunto solamente de estilo escritural, sino también por la necesidad de exacerbación de la forma que da lugar de manera ostensible a la generación de categorías narrativas e interpretativas que, a la manera de Lezama Lima (y su escuela de neobarroco literario) (Saduy, 1999), emanado del barroco popular americano y del proyecto ecuménico del barroco, se transitará desde el clasismo de la antropología hasta la exacerbación barroca del lenguaje. Se generarán nuevas palabras para dar cuenta de nuevas diversidades y en este contexto los neologismos no serán un obstáculo, sino un instrumento para el logro de esta utopía ética y técnica fundamental de toda antropología, esto es la comunicación intercultural.

En lo referido al plano de la incidencia de lo histórico contextual de la ALCH, la contraposición entre barroco y clasicismo repercute en la contraposición entre barroco y modernidad; basa su visión de la cultura latinoamericana en la identificación persistente de un sincretismo que hace del barroco no solamente un hito histórico, sino una realidad que más que híbrida es sincrética, ello en la acepción antropológicamente más clásica de sincretismo: esto es el producto del encuentro entre dos o más formas culturales que dan lugar a una tercera, la cual no es una réplica de sus formas originarias sino una sensibilidad y un modo específico de organizar las relaciones sociales y productivas. Vemos en la Antropología Literaria una sensibilidad barroca como macroestructura semántica y epicentro metalingüístico, ello puede surgir desde aquello que genialmente Sarduy llamó la perla irregular (Sarduy 1999). El barroco es una construcción cultural generada por un grupo humano, a nivel tanto como ideal, pero en nuestra interpretación preferimos hablar de una espiritualidad barroca, que da cuenta de aquello que hemos llamado amor, en términos de Ezra Pound, y que se hace vida en la opción poética de nuestra Antropología Literaria: el barroco no es solamente la manifestación de los grupos populares latinoamericanos, como tampoco es expresión exclusivamente de aquello que nos

diferencia cultural, social y económicamente de las sociedades de los países centrales; es un tipo de espiritualidad que emana de raíz católica, pero que la secularización ha convertido en una estética de la exacerbación, y ello no solamente se extrae a nivel de los productos estéticos, sino propiamente de una espiritualidad, entendiendo por espiritualidad la conjunción entre una estructura psíquica y sus patrones culturales que dan lugar a formas estéticas desde la cual se pretende aportar sentido a las incertidumbres del vínculo con los otros. Esta espiritualidad es expresión, no de las expectativas del goce simplemente, sino del deseo como utopía y como Norte; es un amor, que añora y que idealiza, que desborda y que contiene.

Así mismo, nuestro planteamiento para la Antropología Literaria consiste, en el plano de la autoría, que se trata de alteregos que reciben nombres diversos: el etnógrafo, el científico, el autor textual, el sujeto, el nativo, etc. o un nosotros abstracto, no obstante, todos ellos representan lo que por ej. Fernando Pessoa (Alvarado, 2011) utilizó bajo la forma de sus numerosos heterónimos, se trata por lo tanto de asumir que el antropólogo al escribir expone una imaginación colectiva, una sorpresa y un arraigo frente a los estilos de vida, que también reflexiona respecto de ellos, no obstante, ni siquiera el escribir en primera persona libera de que instantes después de haber sido escrito el texto pasa a ser una entidad libre, donde el antropólogo es una estrategia narrativa, una identidad semiótica, decir yo ya es decir otro, el antropólogo literato es un sistema de heteronimias, por ello más que robo del habla o proyección del psiquismo del antropólogo, la Antropología Literaria utiliza y utilizará este recurso de manera insistente, no como demostración de una debilidad sino como una forma de expresión de la intertextualidad, de los múltiples hipotextos que operan en la escritura del antropólogo, ello dará libertad. La incertidumbre sobre el origen de la escritura antropológica ya existe, aunque muchos antropólogos no tengan siquiera conciencia del fenómeno. La esencia de estas reflexiones se fundamenta en considerar que la ALCH es más que un “surrealismo sin inconciente” (Clifford, 1986), por ello supera la experimentación textual postmoderna, en tanto si bien contiene una metalengua en proceso, vemos a la ALCH como la clara expresión cultural y discursiva de procesos psíquicos y sociales conjugados, donde el inconciente y el devenir sociocultural se ven amalgamados, y por ello contexto y substrato inconciente del texto son aquello que para nosotros lo define.

Así visto nuestro fenómeno, reconocemos como autónoma la Antropología Literaria, pero ella sustentada en dos lugares: por una parte un sistema simbólico nutrido desde una metalengua barroca, coherente con el desarrollo de la literatura y de la cultura latinoamericana, el universo simbólico es por tanto exacerbado y multiforme, pero esta exacerbación de la forma, no como es gótico degradado, sino un barroco que da cuenta de una racionalidad específicamente latinoamericana. Y este simbolismo barroco se amalgama visto psicoanalíticamente con un universo de lo imaginario, que es la forma específica que en esta antropología toma el ámbito de aquello que Cortázar y García Canclini (Alvarado, 2011) denominaron como lo fantástico; lo fantástico así no es aquello que carece de realidad sino aquello

que permite, desde la superación de la evidencia empírica, asumir el absurdo y de esta manera no exigir a la realidad que se identifique con lo racional, ya que la racionalidad que subyace no es una racionalidad ilustrada sino una racionalidad barroca, es una perla irregular, a decir de Sarduy.

Lo imaginario definido desde lo fantástico y lo simbólico definido desde lo barroco da lugar a una realidad que lejos de ser un “surrealismo sin inconciente” es una escritura barroca latinoamericana, la cual narra la realidad, pero aquella realidad barroca identificada por la relectura que de Freud hace Lacan (1984), en la cual lo real surge de la fusión entre lo simbólico y lo imaginario. Nuestra Antropología Literaria es congruente con su contexto cultural y su devenir histórico, así apela a un realismo radical, pero a un realismo que no se desvirtúa en la evidencia sensible sino que se nutre del inconciente colectivo para que lo fantástico defina una realidad que va más allá de la evidencia.

Si definimos hipotéticamente a la ALCH como un tipo de discurso “de cruce”, que se nutre tanto de la discursividad científico social como de la literatura, deberemos afirmar que el establecimiento de un perfil más preciso de esta solamente puede establecerse desde la respuesta a dos preguntas muy similares en su estructuración pero disímiles en el tipo de respuesta que requieren, estas son: ¿Por qué la ALCH no es en sí misma un tipo más de discurso antropológico, dentro de la inmensa variedad que de estos existen?, y muy relacionado con lo anterior ¿por qué esta Antropología Literaria no es en sí misma literatura, con algunas variantes, pero literatura al fin y al cabo? : por una parte podemos afirmar que esta Antropología Literaria no es literatura porque su lector y su autor modelo (Eco, 1981) están definidos respecto de la ciencia antropológica y sus grandes macroestructuras semánticas, ello se configura en términos de Clifford y Marcus (Clifford y Marcus, 1986) en una intención de sus autores, agregaríamos nosotros desde Eco que se trata de autores modelo tanto como autores empíricos, lo cual le confiere un carácter fuertemente autorreferente, en tanto este autor modelo es un antropólogo que define su posición en el mundo y por lo tanto en su obra desde su condición disciplinar, así se asume y se predica de manera tanto implícita como explícita que la antropología sería una forma de vida. Reconocemos que el concepto de intención definido desde Clifford y Marcus se refiere a una intención teórica, mientras que Eco habla de evidencia textual, no obstante, esta intención traspasa el nivel teórico mismo para inundar la composición del texto de la ALCH. Si no supiésemos nada de la antropología contemporánea, aún reconoceríamos una intención no literaria en estos textos.

Desde la consideración de lo anterior vemos como la intención del autor modelo saca al texto antropológico literario de los marcos exclusivos de la literatura, no obstante, esta intención no basta para constituir a la ALCH en un texto exclusivamente antropológico según la normatividad que este discurso posee en la ciencia normal, como caracteriza Thomas Khun (1992). En lo que respecta al lector modelo presente en este discurso, podemos afirmar que se trata de un sujeto arquetípico (y por ello inencontrable) alguien con conocimientos más que elementales de antropología, conocedor de algunos

avatares de esta disciplina en nuestro país, que en el ámbito axiológico se define desde una postura crítica frente a la realidad chilena, y que fundamenta su acceso al texto desde la aceptación a priori de la utilización de recursos estético literarios en la elaboración del discurso antropológico. Un curioso lector, culto hasta el extremo, que es capaz de ir desde la poesía experimental hasta conceptos técnicos en el ámbito de la intervención social, pasando por la intra historia del gremio antropológico en Chile.

Para diferenciar aún más las aguas respecto del postmodernismo antropológico, resulta pertinente el recordar que el contexto de surgimiento de la antropología postmoderna norteamericana está definido por la corriente denominada genéricamente como “Estudios Culturales”, la cual se define desde la interdisciplina y la transdisciplina, ello supone un contexto de recepción conocedor de los rudimentos de variadas disciplinas académicas. No es este el contexto en que surge históricamente la ALCH, siendo esta una explicación posible para que estos textos sean leído simultáneamente en algunos contextos como antropología y en otros como literatura, no lográndose aún en nuestro país asumirlos como textos híbridos de un género emergente, ello en tanto se requeriría que los lectores empíricos dominaran áreas como la teoría antropológica, la etnografía, junto a la teoría e historia de la literatura, ese lector modelo subyace en los textos de nuestra Antropología Literaria, pero como lector empírico, a nuestro parecer, en nuestro país no existe más allá de reducidos espacios académicos, y ello no puede ser asumido como postmodernismo: ni hay un contexto postmodernos de emisión y recepción de la ALCH ni hay un manejo generalizado tan interdisciplinario. La figura específica del lector modelo nos pone frente a un tipo de textos expresión de una modernidad barroca, el cual surge de manera muy anterior al postmodernismo de los países centrales y resulta más bien un tipo peculiar de mutación cultural y disciplinaria y no una mera copia de corrientes norteamericanas y europeas; sólo posteriormente al surgimiento de las varias de las obras que componen el corpus de análisis de nuestro estudio es que algunos de sus autores de la APCH se abanderizan con la corriente postmoderna, ello nos permite diferenciar a nuestra Antropología Literaria desde su metalengua y recogiendo un elemento distintivo de su identidad escritural.

El autor modelo por su parte, asumiéndolo como un recurso estético literario, define su posición desde lo que Marc Auge (1986) denominó como un “otro interiorizado”, que se constituye desde una suerte de idealización estética, cuya base surge de antecedentes etnográficos, de la propia experiencia de campo, de la literatura y de la propia realidad experiencial y psíquica del antropólogo literato. Este sujeto autor modelo se encuentra incomodo con muchos de los moldes de su propia cultura, su clase y su disciplina científica (obviamente la antropología, como en Chile se practica), y descubre en la literatura un conjunto de procedimientos textuales, capaces de hacerlo salir de sus causas un nuevo otro dentro de su construcción discursiva. Así, este otro interiorizado se constituye en un sujeto autoconciente del modo en que su propio acondicionamiento sociocultural lo lleva a mirar la cultura, y por ello a desarrollar la escritura antropológica, la cual se sale evidentemente de los límites

disciplinarios, para constituirse en un tipo de texto híbrido, por ello hemos denominado como hermenéutica cultural el conjunto de procedimientos desarrollado por estos autores modelos, los cuales representan toda la contingencia de sus autores empíricos, con lo cual el acceso al otro interiorizado se constituye básicamente en un forma de reafirmación del yo, en la concepción psicoanalítica del yo que Lacan (1984) plantea. Hay un ejercicio de tremenda autorreferencia en esta hermenéutica, que entiende al ser de cada cultura como expresión del yo proyectado en el otro, ese otro interiorizado es por tanto, más que la búsqueda de la alteridad, la ALCH es un encuentro con el modo en que el autor empírico construye un otro desde los procedimientos del autor modelo, el que apela a un lector modelo no muy distinto de sí mismo.

## **Conclusiones**

En nuestro planteamiento inicial comenzábamos señalábamos que el conjunto de obras compuesto por la ALCH consiste en un tipo de producción textual iniciadora de un nuevo género discursivo de frontera, en tanto no responde pragmáticamente ni al canon científico ni al literario con exclusividad. Respecto de esta aseveración inicial pensamos que en términos generales la lectura intensiva de los textos seleccionados en distintos procesos de investigación en los últimos 20 años, y su contextualización respecto del canon literario y científico, nos permite afirmar que efectivamente nos encontramos frente a un género textual híbrido y fronterizo, en tanto pragmáticamente no responde a los circuitos de circulación de la literatura pero tampoco son estas obras legitimadas por los circuitos antropológicos tradicionales, generando estos textos sus propios circuitos de circulación y por lo tanto de recepción y lectura. Espacios institucionales y culturales como lo son el Departamento de Antropología de la Universidad de Chile, y diversos proyectos Fondart y Conicyt (Fondos de apoyo a la ciencia del Estado de Chile), constituyen espacios de producción desde donde los textos convocan a su público receptor, el cual en concordancia con el lector y el autor modelo identificado en cada uno de los textos analizados es ante todo un antropólogo o alguien tanto con una sensibilidad y una prestancia para el experimento textual frente a la diversidad sociocultural, como también con un cierto nivel de conocimiento respecto de los desarrollos de la literatura y la ciencia antropológica.

La metalengua explícita e implícita de estos textos excluye la literatura, en tanto no hay la intención de moverse pragmáticamente en el ámbito literario de parte de sus autores y menos aún se intenta que los textos sean recepcionados como literarios, no obstante, tampoco esta metalengua coincide del todo coincide con el canon antropológico, en tanto resiente el concepto mismo de ciencia y la posibilidad de acumular verdad desde la reflexión y la escritura presentada: ha nacido un género textual híbrido, pero este es un género muy particular y rupturista, y se diferencia de la Antropología Poética; se trata de una nueva forma textualidad antropológica y no de alguna forma nueva de

literatura, por lo que su hibridez estructural posee su perfil en la antropología y sus contornos y base de articulación son de carácter literario.

Por otra parte, afirmamos que este nuevo género se interconectan el uso de elementos macroestructurales e intertextuales (desde la literatura hacia el texto antropológico literario) y metalingüísticos, propios de los géneros literario y científico, lo cual configura una identidad genérica que supera el plano de lo pragmáticamente funcional, para configurar un tipo de producción textual particular, la cual es posible de identificar por medio del análisis del conjunto de textos que conforman el corpus de esta corriente y que no agotamos en este estudio. En lo que respecta a este punto deberemos ser cautos y afirmar que si bien la literatura confiere una base expresiva a esta Antropología Literaria, en lo que respecta al nivel intertextual, a la generación de superestructuras textuales, a la metalengua presente en la corriente, como también sus macroestructuras y semánticas, y por sobre todo, hemos identificado que responden al modo antropológico de producir un texto, centrado por ello en la temática de la diversidad. Además de que específicamente responde a la lógica de la producción de artefactos culturales cuya meta es producir una ruptura en el campo científico antropológico, pero no el crear una nueva manera de hacer literatura.

En el plano metalingüístico ni una sola de estas obras se reconoce a sí misma como un texto literario, más bien ocurre lo que Sonia Montecino define como “cruce” ( Alvarado, 2011), donde el uso de la metáfora, la intertextualidad de origen literario, o el imitar el discurso narrativo literario, el utilizar temáticas ya trabajadas desde la literatura, son más bien instrumentos donde se utiliza estos recursos fundamentalmente desde la constatación de los límites y las precariedades del discurso antropológico tradicional. En el nivel de las macroestructuras textuales, estas provienen básicamente del ámbito antropológico tradicional, así lo hemos demostrado desde la reiterada constatación de la mantención del rito como tema eje en cada uno de los textos analizados, más que tomarse temas de la literatura, se tomaron problemáticas de carácter antropológico, para luego descubrir que en mucha medida que estos problemas científicos ya han sido tratados desde una óptica literaria y con ello se suscita un proceso fundamental de recurrir a la literatura como fuente expresiva, no obstante, las macroestructuras textuales son básicamente antropológicas. Es por ello que cuando autores como Carlos Piña (Crónicas en un sentido literatoso y amplio) utilizan estrategias narrativas del cuento, o Andrés Recasens utiliza el tipo textual lírico, o Sonia Montecino recurre a los géneros testimonial y ensayística literario, su aproximación a estos tipos textuales se define desde un plano instrumental, por ello la macroestructura de corte antropológico permite el uso de superestructuras textuales de corte literario, que van en auxilio, justificadas por la metalengua, del antropólogo extraviado en un mundo inconexo, que requiere de la literatura para expresar lo que intenta expresar aquello que hemos entendido como lo fantástico.

Esta base antropológica del nuevo género textual se ve reafirmada en el modo que desde la pragmática se han definido en cada uno de los textos, autores y lectores modelo, que circulan en los circuitos antropológicos, ninguna de estas obras son dirigidas a un público masivo, y creemos que el extraño intento de Luna con *Menguante* de Sonia Montecino, de convertirse al texto en un objeto de consumo masivo, lo tiende a caricaturizar, convierte un texto de autorreferencia de la autora respecto de su encuentro con la alteridad de una Machi (chaman), en un texto de un exotismo fabricado, no por la autora sino por el paratexto que acompañan al libro como producto en un mercado. La configuración pragmática de este nuevo género discursivo le hacen adquirir esta habitus (Bourdieu, 1995) de creación que se evidencia en las obras que lo componen, así en esta dialéctica entre texto y contexto, estos artefactos culturales expresan las desilusiones y marginalidad de un grupo de profesionales que en tanto autores empíricos operan sobre sus textos, tiñéndolos de ese matiz entre comprometido y doloroso frente a fenómenos tan concretos como: la pobreza o la violencia política, lejos están no obstante, de conformar un tipo de texto antropológico o literario comprometido políticamente, sino que más bien expresan esas desilusiones frente a una lógica historia que supone que la realidad social puede ser racionalmente descrita por que se encuentra racionalmente organizada. Es por ello que desde el autor modelo navegando en su incertidumbre, vemos como fabrica a un lector modelo, a quien efectivamente se le intenta provocar el placer con mayúscula a decir de Barthes (1989) que involucra la identificación con las incertidumbres del autor textual, que son sociológicamente las del autor empírico, así el antropólogo literato crea su público, en tanto el texto crea su contexto de recepción, este es el de un circuito intelectual, donde también reinan las incertidumbres y las dudas, y un modo de esquivar las preguntas por el sentido, o también una posibilidad de encontrar las respuestas tan esquivas, es este fuerte recurso a la diversidad.

El "otro" es un espejo donde el lector modelo deberá retratar sus dudas, y el goce se logra cuando existe más certidumbre respecto de constantes antropológicas, cada uno de estos textos retrata algún tipo de encuentro con un otro, pero un encuentro que se genera, no desde la fabricación del exotismo, sino desde un encuentro desde la incertidumbre en las que el otro, el pescador, la machi, el sujeto popular urbano, la animita, etc. es una fuente de certezas, un modelo arquetípico que entrega al autor modelo las certezas que sus personajes o narradores buscan tan desesperadamente, por ello el ámbito de recepción se fabrica en cada uno de estos textos, desde la premisa básica de que en el encuentro con el otro se hallarán respuestas frente las incertidumbres, que ni su clase ni su cultura, sin su disciplina científica le proporcionan al antropólogo literato, y que tampoco le entregaron a quien recibe el texto, sea este antropólogo o no, solamente basta compartir la incertidumbre para ser un receptor adecuado.

## Bibliografía

- ALVARADO, M. *La antropología poética chilena como textualidad híbrida*. Tesis Doctoral. Valdivia: UACH, Doctorado en Ciencias Humanas, 2001.
- \_\_\_\_\_. "Introducción a la antropología poética chilena", *Estudios Filológicos* 42: 169-183, 2002 a.
- \_\_\_\_\_. *Ensayos de Análisis Cultural*. Valparaíso: Facultad de Humanidades, UPLA, 2002 b.
- \_\_\_\_\_. *El espejo rápido. Interculturalidad y Prevaricaciones discursivas*. Valparaíso: Editorial Puntángeles, 2006.
- \_\_\_\_\_. *La antropología literaria*. Santiago. Editorial Cuarto Próprio, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Aculturaciones. El vacío de la cultura o el delirio de la realidad*. Santiago. Editorial Cuarto Próprio, 2013.
- AUGÉ, M. (1986) *El sentido de los otros: actualidad de la antropología*. Editorial Paidós, Barcelona. 1996.
- \_\_\_\_\_. *La guerra de los sueños: ejercicios de etnoficción*. Gedisa: España, 1997.
- BARTHES, R. *El grado cero de la escritura*. Siglo XXI. México, 1989.
- \_\_\_\_\_. *El placer del texto*. Siglo XXI. España, 1993.
- BACHELARD, G. *La formación del espíritu científico*. México: Editorial Siglo XXI, 1987.
- BOURDIEU, P. *Las reglas de arte. Génesis y estructura del campo literario*. Barcelona: Anagrama, 1995.
- BRUNNER, J. J. "Sobre el crepúsculo de la Sociología y el comienzo de otras narrativas", *discurso 40º aniversario FLACSO* (Documento de trabajo), 1997.
- CÁRCAMO, S. "La antropología literaria: lenguaje intercultural de las ciencias humanas", *Estudios Filológicos*, 42: 7-23, 2007.
- CARRASCO, I. "Interdisciplinariedad, interculturalidad y canon en la poesía chilena e hispanoamericana actual", *Estudios Filológicos*, 37:199-210, 2002.
- \_\_\_\_\_. "La antropología poética como mutación disciplinaria". *Estudios Filológicos*, 38, 7-17, 2003.
- CLIFFORD, J. y Marcus, G. E. (eds). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- CLIFFORD, J. *Ethnographic Surrealism. Comparative Studies in Society and History*, 23:539-64, 1980.
- ECO, H. *Lector in fábula*. Editorial Lumen: Barcelona, 1981.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Cortázar. Una Antropología Poética*. Editorial Nova: Buenos Aires, 1968.
- GALGANI, J. A. "La Colonia Tolstoyana: Síntesis de las tendencias artísticas de inicios del siglo XX". *Acta literaria*, (32), 55-69, 2006.
- HARRIS, M. *Teorías sobre la cultura en la era posmoderna*. Editorial Crítica, 2004.
- HEIDEGGER, M. *Caminos del Bosque*. Editorial Alianza. Madrid, 1996.
- KUHN, T. *La Estructura de las Revoluciones Científicas*. Edit. F.C.E: México, 1992.
- LACAN, J. *Escritos I y II. Editorial*. Siglo XXI: México, 1984.

MIGNOLO, W. *Teoría del texto e interpretación de textos*. Editorial UNAM. México, 1986.

POUND, E. *Cantares Completos*. Editorial Cátedra: España, 1999.

SARDUY, S. "Escrito sobre un cuerpo". En: *Obra Completa Allca XX*. Madrid, 1999.

VAN DIJK, T. *La ciencia del texto. Un enfoque Interdisciplinario*, 1989.

## Estética y sociedad: la diversidad sociocultural y sus expresiones en la producción literatura infantil en Cuba hoy

Ana Iris Díaz Martínez

Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas – Cuba

La legitimidad de la literatura infantil, sus valores estéticos y efectos artísticos han sido escamoteados tradicionalmente a creadores y estudiosos de dichas prácticas creativas. Su definición y corpus, sus vínculos con una producción supuestamente más “vigorosa” (la literatura para adultos) han estado sujetos a avatares diversos, en menoscabo de la autenticidad e importancia de los libros escritos para la infancia. No pretendemos ahondar en disquisiciones teóricas sobre el tema, pero sí reflexionar brevemente sobre algunos argumentos sostenidos por los detractores de la serie literaria que hoy nos ocupa entre los que se encuentran la “simplicidad del lenguaje, de los argumentos, de los temas” en aras de la claridad expresiva que implica la comunicación con el lector niño, además de la supuesta “intención didáctico – moralizante y pedagógica de la producción literaria infantil”, por su estrecha vinculación con los textos escolares.

En efecto, pareciera que la “alta complejidad” de las obras literarias para adultos ha acaparado el ejercicio promocional y crítico, al punto de soslayar y/o descuidar otras escrituras entre las que se encuentra la concebida para niños y jóvenes, ignorando que estas también evolucionan artísticamente, a tono con los cambios sociales que acontecen y las demandas de su público.

La importancia actual y alcance de la literatura infantil en el contexto cubano ha sido expresada de diversas formas, pero de manera especial, el escritor cubano Joel Franz Rosell, apuntó:

*Historias de todas clases pueden vehicularse hoy, de manera impactante y eficaz, por medio de imágenes que animan las pantallas de televisión, cine, computadoras y hasta los video – juegos. Pero para que una historia adquiera su mayor trascendencia, para que deje un saldo de generalización, de reflexión, capaz de ser aplicada en las circunstancias otras que nos presenta la vida, desarrollando la capacidad de expresión, la sensibilidad, la inteligencia y la ética, habrá de recurrir a la palabra, a la palabra hechizada de la literatura.<sup>89</sup>*

Por otra parte, con su antología:

“¡Mucho Cuento!, que recoge relatos y cuentos infantiles producidos en Cuba durante la década del 90, Enrique Pérez Díaz<sup>90</sup> ha pretendido: “(...) desmentir el fomentado eufemismo que encierra el concepto de lo infantil (tomado como tonto,

---

<sup>89</sup> Joel Franz Rosell. La literatura infantil: un oficio de centauros y sirenas. Ed. Lugar Editorial. Colección Relecturas. Buenos Aires, 2001, p. 94.

<sup>90</sup> Uno de los más destacados escritores cubanos para niños. Ha producido decenas de textos de esta serie y se ha adentrado, además, en la investigación y crítica de este fenómeno.

*ñoño, trivial, empobrecedor y convencional. Tal especie ofende ya en esta época y queda en ridículo si se mira bien la cantidad de adultos que hoy día trasiegan con la literatura y los libros para niños.”<sup>91</sup>*

A pesar de la profusión y calidad con que se escribe para la infancia en Cuba ha sido esta producción minimizada por la crítica, quien centrara su atención durante varios decenios en otras construcciones artísticas. Ello ha sido reparado durante los últimos diez años aproximadamente, con el desarrollo de proyectos científicos en universidades y otras instituciones culturales. Actualmente en la Universidad Central “Marta Abreu” de las Villas, en la cual me desempeño como profesora, se han desarrollado en los últimos cuatro cursos académicos, ocho ejercicios de culminación de estudios que versan sobre la literatura infantil. Con ello se ha zanjado, aunque no totalmente, una vieja deuda con reconocidas producciones, injustamente silenciadas por la los estudiosos de nuestra literatura.

Como ha sido demostrado por varios investigadores, en Cuba la literatura infantil tiene una aparición relativamente reciente con respecto al surgimiento de esta en el continente europeo. Durante gran parte del siglo XIX, la serie literaria infantil cubana se compuso exclusivamente de libros escolares, selecciones de lecturas didácticas, fábulas creadas sobre la base de los modelos importados desde la península, composiciones provenientes del folklore español y africano, catecismos y silabarios. En consecuencia, la imagen del niño transmitida en esta literatura fue idealizada y estereotipada en extremo, acorde a la finalidad didáctico-moralizante y a los postulados religiosos cristianos de esta literatura.

No es hasta finales del siglo XIX que surge la obra fundadora de la serie literaria infantil en Cuba: *La Edad de Oro* (1889) de José Martí, que a pesar de no haber sido escrita en Cuba, sino en New York, lugar de residencia de Martí entonces, fue pensada para todos los niños americanos y trascendió por los temas, personajes y ambientes seleccionados, así como por la belleza expresiva de sus textos, a través de los cuales su autor habló a los niños en un lenguaje universal que desafió tiempos y distancias, conservando plena vigencia más de un siglo después de producido.

Al triunfo de la Revolución Cubana en el año 1959, la literatura infantil cubana se encontraba relegada por el desprecio oficial, el menosprecio intelectual y el alto precio comercial del libro infantil. Es así que los años que siguen al triunfo revolucionario fueron de fundación y cultivo de la literatura para niños, que en sus inicios estuvo más atenta – en su dimensión temática – a lo épico, lo histórico y , sobre todo, a lo educativo, a tono con el camino emprendido por la literatura cubana toda y en correspondencia con las condiciones sócio-históricas de una sociedad naciente, donde urgía la necesidad de unificar esfuerzos por afianzar el proyecto social recién fundado y de este modo

---

<sup>91</sup> Enrique Pérez Díaz: “¡Mucho Cuento! Narrativa infantil cubana de los noventa” Ed. Unión, La Habana, 2001, p.5.

promover su ideal social y sistema de valores, proyecto de gran envergadura donde las expresiones estéticas no quedaron al margen, sino que asumieron el esperado protagonismo.

Así, la literatura infantil asiste a un momento de fundación y cultivo del exteriorismo, tematizó la vida familiar, especialmente en los predios rurales a partir de una postura estética que se adapta a lo canónico donde prevalece, en los textos para niños, el predominio de las funciones axiológica y educativa.<sup>92</sup>

A partir de la década del 80, desde sus primeros años, aproximadamente hacia 1983, la literatura infantil comenzó a incursionar en un período de nuevas transformaciones, lo que obedeció a las mutaciones sustanciales de la política cultural de la Revolución Cubana. Así se inicia un giro que subvierte moderadamente el valor de la familia tradicional y es donde asumen un importante rol las abuelas y los abuelos, quienes constituyen un símbolo de ternura y comprensión que los convierte en mediadores entre el niño y el mundo.<sup>93</sup> La década del 80 constituyó un momento singular para la mujer en Cuba, cuyos roles de ama de casa fueron desplazados por los de mujer trabajadora. Ello determinó que las abuelas y abuelos tuvieran que desempeñar roles tradicionalmente desarrollados por las madres, y estas figuras familiares se convirtieron en las más próximas a los pequeños. Ello aportó una renovación ideo-expresiva en la literatura infantil ya que los mismos fueron portadores de la memoria histórico-cultural, reafirmando así la función didáctica de la literatura y preparando el camino que transitaría en los próximos años.

A finales de los 80 sobrevienen cambios más notables aun en el panorama de la literatura infantil, lo cual se concretó en dos cuestiones fundamentales: el desplazamiento de la función formativa o pedagógica dominante hasta entonces por la noción lúdica y la actualización de las estrategias de comunicación en aras de lograr una recepción más activa y efectiva del texto por parte del lector niño. En el plano formal este cambio se manifestó en el uso y explotación de todas las posibilidades del lenguaje; la utilización de procedimientos privilegiados por la postmodernidad (la intertextualidad, la parodia, el humor, la ironía, el grotesco) y la creciente complejización en el uso de las técnicas narrativas.

En lo temático, la renovación se evidenció tanto en la apertura y la inclusión de tópicos considerados tradicionalmente tabúes (la muerte, la violencia, el amor); como en la representación del conjunto de problemáticas relacionadas directamente con el niño cubano: la orfandad, la muerte de familiares cercanos, la disolución y /o distanciamiento familiar, la emigración, el desarraigo y la pérdida

---

<sup>92</sup> Omar Felipe Mauri Sierra: "La familia en la literatura infantil cubana" en: Revista Cultural *Cauce*, año 5, No. 1, 2002 p 13 – 17.

<sup>93</sup> Entre los títulos más significativos de este período están: *Ciclones y cocuyos* y *Abuelita Milagros*, de Antonio Orlando Rodríguez (1984 y 1985, respectivamente), *La vieja que vuela*, de Froilán Escobar (1985), *Celia nuestra y de las flores*, de Julio M. Llanes (1985), *Tía Julita*, de Luis Cabrera Delgado (1987), *Con mi abuelo y sus amigos*, de Olga Fernández (1987) y *La noche*, de Exilia Saldaña (1989).

de la identidad; la crítica desacralizadora a la institución escolar y a los esquemas educativos dogmáticos y obsoletos, el empobrecimiento de la sensibilidad y la imaginación creadoras causado por el impetuoso avance de la sociedad contemporánea y el rechazo y la incompreensión de lo diferente.

Respecto a la construcción artística de los personajes infantiles, lo más relevante resultó la complejidad en la caracterización de estos y la eliminación del tradicional maniqueísmo y de los estereotipos para dar paso a la configuración de complejos retratos, dados a través de una dimensión interior o psicológica y otra exterior, que comprende la representación literaria del niño en sus relaciones con el entorno natural o social. En correspondencia con esto, en varias obras literarias de este período, como señala Julio Díaz, se produce el siguiente fenómeno: *Por primera vez se asoman tímidamente a la literatura infantil cubana los auténticos rostros de niños que carecen de muchas cosas, hijos de padres divorciados, pequeños balseiros, la soledad y el abandono de las familias divididas por el exilio o las ideas políticas antagónicas*<sup>94</sup>.

También aparecen abordados diferentes aspectos obviados en la narrativa anterior, relacionados directamente con los tópicos de la diferencia y la marginalidad: el homosexualismo, el machismo, el sexismo, la discriminación racial, las desvanecencias de los pequeños con su medio familiar, escolar y social y el carácter represivo que marca en numerosas ocasiones las relaciones adulto-niño. Ello trae consigo la configuración de personajes atípicos, desplazando así representaciones y actitudes canónicas, reconocidas y aceptadas por los modelos educativos, sociales y culturales propuestos por la ideología revolucionaria. Por contraste, se privilegia y se convierte en lugar común de la nueva narrativa infantil lo singular, lo único y lo individual.<sup>95</sup>

El estrepitoso decenio de los noventa, con el derrumbe del campo socialista y la consiguiente crisis socioeconómica en que se sume el país, trajo consigo la reducción de los medios editoriales y de difusión escrita, radial y televisiva, asestando un duro golpe al desarrollo material de la cultura cubana. Sin embargo, como ha sido reconocido por varios críticos y estudiosos:

*Ante el desestímulo, la carencia de opciones, los incumplimientos de la editoriales en publicar obras premiadas en los concursos, los autores solo tuvieron una respuesta: seguir escribiendo, tal vez más y mejor; beber precisamente de esa realidad convulsa y en ocasiones poco edificante, para erigir una nueva poética, una poética que no desdeña la imaginación ni la fantasía, pero que rescata y trasciende – necesaria, irremisiblemente- esta realidad.*<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> Enrique Pérez Díaz: "Tendencias de la narrativa cubana para niños y jóvenes en la década de los noventa" En: la literatura infantil cubana ante el espejo: 21- 35, Ed. Luminaria, Sancti Spíritus, 1998.

<sup>95</sup> Omar Felipe Mauri Sierra. Idem, p. 15.

<sup>96</sup> Cfr. Enrique Pérez Díaz: "¡Mucho cuento! Narrativa infantil cubana de los años 90." Prólogo. Ed. Unión, La Habana, 200, p. 10.

La creación literaria para niños y jóvenes no ha estado al margen de estas mutaciones esenciales impuestas a nuestra época creativa, lo cual se ha manifestado en la ampliación de sus recursos temáticos y también en un reajuste y renovación de la forma de apropiarse o expresar la realidad. El divorcio, la disolución o la reconstrucción de un hogar, las uniones consensuales, el impacto sicosocial de estos años de crisis económica en la familia cubana, la separación familiar y hasta la muerte de uno de los familiares o el éxodo y los problemas de la identidad y la nacionalidad.

La atipicidad de las formaciones familiares domina la literatura infantil, unas veces como pretexto para subvertir los órdenes de la realidad y provocar la reflexión deseada; otras, con el interés de renovar el universo expresivo de la obra en cuestión.

Compartiendo los juicios del escritor y crítico cubano Enrique Pérez Díaz, la investigadora Anabel Amil<sup>97</sup> ha desarrollado un estudio acerca de los personajes y motivos recurrentes en una selección de textos literarios infantiles de reciente aparición. De ello resultó una caracterización de los tipos humanos más trabajados: niños solitarios y evadidos, incomprendidos o víctimas de complejos por su físico, matrimonios en proceso de disolución y familias en quiebra o desechas, que se esfuerzan por reconstruir un modelo patriarcal en desuso, familias que luchan por mantener su esencia espiritual y su sentido de pertenencia, personajes en busca de una identidad propia, regidos por el absurdo y lo irracional y otros que, en su proceso de crecimiento, descubren sus impulsos sexuales y en algunos casos muestran una sexualidad distinta.

Por lo tanto, a partir de la década del 90 del siglo XX cubano se produce un proceso de desacralización y desmitificación de la infancia feliz situada en escenarios bucólicos y desproblematizados, con la configuración de personajes inconformes, rebeldes, en permanente conflicto con su entorno familiar y escolar, e ilustrativos de la diversidad sicosocial nuestra, por la posesión de determinados rasgos físicos, orgánicos o psicológicos que los estigmatizan.

Además de los temas referidos, se ha sistematizado en las últimas décadas la necesidad de recuperar la historia nacional a través de la literatura infantil. Sin el didactismo que proponen los textos escolares, se patentiza en nuestra producción literaria infantil un interés porque el receptor niño cubano sea un conocedor de su historia nacional y de su cultura, imprescindible para la vida y el desempeño de todo hombre, en la formación de la identidad nacional y el desarrollo de su sentido de pertenencia a su país de origen.

A continuación ofrecemos tres estudios de caso que ilustran los juicios anteriores.

---

<sup>97</sup> Anabel Amil Portal: "La otredad en los personajes infantiles de Enrique Pérez Díaz." (Trabajo de diploma) Universidad Central de Las Villas, curso 2011 – 2012.

### **¿Dónde está La Princesa? o la muerte como realización**

La noveleta: *¿Dónde está La Princesa?* del escritor villaclareño Luis Cabrera Delgado<sup>98</sup> es acaso una de las facturas más desgarradoras y penetrantes de las producidas en Cuba durante el presente siglo.

Nuevamente, a tono con algunos matices del escenario social cubano, la materia narrativa para la construcción ficcional seleccionada por el autor es el submundo. Ambientes pútridos y personajes enfermos, viciosos, desajustados socialmente conforman el universo recreado por Cabrera Delgado. Allí donde aparentemente no hay lugar para la bondad y la humanización, acontece la historia de Germancito y su círculo de amistades.

La historia del sujeto comienza cuando La Princesa, que es como llaman los amigos a su madre – quien otrora fuera cantante de un grupo de rock –, muere de Sida. El deseo de reencontrarse con esta en otro mundo será la motivación que mueva la fantasía del niño y le conmine a realizar múltiples viajes imaginarios en su busca. Finalmente, ante la imposibilidad de accederle en alguno de esos viajes, el niño descubre con alegría, que está enfermo de Sida, encontrando el camino – al parecer más cierto – para reunirse con La Princesa.

En esta noveleta el diseño de los personajes adquiere matices llamativos. Bamboleo, Vidatriste, Le Monde, Medellín, Melao y Gertrudis Susana (La Princesa) devienen personajes cuyas vidas han sido el resultado de sucesivas frustraciones, ello implica un vivir desordenado, desdeñante de preceptos morales y convenciones sociales. Todos ellos son enfermos de Sida, drogadictos y promiscuos, sin embargo, una parte de su ser permaneció incorruptible: la capacidad para ofrecerles al joven protagonista protección y ayuda, compañía y dinero. Cada uno de ellos adquiere una dimensión particular, cada historia está marcada por el dolor, la desatención, el desarraigo, la agonía o la muerte, mas, todos se esfuerzan por hacer menos dolorosa la existencia del pequeño.

Bamboleo, bailarín frustrado, se aventura a una existencia intensa de gula y sexo, hasta convertirse en un joven gordo y enfermo de Sida: “El Sida es mi boleto de avión para regresar como primera bailarina”, llegó a comentarle una vez la pequeño Germán; Medellín, vendedor de drogas, practica la filosofía de “vivir a cualquier precio”, pues “el fin justifica los medios”, sin embargo, se considera “repartidor de sueños a domicilio”, lo cual lo dota de gran ambigüedad. Le Monde es configurado como un ser promiscuo, seductor de mujeres en bares nocturnos, cuyo cuerpo está cubierto casi totalmente por decenas de tatuajes donde se lee con nitidez en uno de ellos: *Teresa de*

---

<sup>98</sup> La profesora e investigadora Aimé González Bolaños ha expresado que “la sostenida vocación de la escritura también pudiera ser una cualidad distintiva del narrador villaclareño, para quien la producción del texto es fluencia natural de la fantasía que crea universos regidos por leyes propias, de modo que en su propuesta artística no es posible reconocer diferencias ontológicas, ni de valor entre ficción y realidad, lo que en esencia condiciona la peculiar textura de su narrativa fantástica”. Tomado de: ¿La imaginación muere o despierta? En: Revista: *En julio como en enero*, No. 14, 2002. Ed. Gente Nueva.

*Calcuta y el Che Guevara se han unido para amarnos.*<sup>99</sup> Sin embargo, transmite al niño huérfano que la muerte no es el fin y que podrá, a través de ella, reencontrarse con su madre.

Vidatriste (cuyo nombre de pila es Margarita) describe una existencia terrenal marcada por conflictos familiares como la violación a manos del padrastro: *“Margarita era quien debía quedarse en la casa soportando las borracheras de su padrastro. Uno de aquellos días trató de abusar de ella, primero le comenzó a tocar los senitos que le salían, y quiso desnudarla para él verla así, pero Margarita se escapó llorando para casa de los vecinos.”* Entonces devino la prostituta, cuya vida estuvo marcada por la leyenda de que cada novio que tuvo moría al unirse a ella: *tuvo un trapecista. Cuando este se cayó de lo alto de la carpa, el domador del circo la enamoró, pero Margarita hizo bien en no aceptarlo, porque a las pocas semanas el león se lo comió.*

Sin embargo, la dolorosa inminencia de la muerte alrededor de un niño huérfano, que finalmente morirá también a causa de la misma enfermedad que los demás sería demasiado terrible para la infancia, sería, además de aterrador, verdaderamente cruel, sin embargo, la magia, la imaginación, el humor salvan este relato de los estereotipos del drama, pues Germancito emprende varios viajes imaginarios al interior de la muerte, cada uno en compañía de sus amigos, en la medida que ellos van muriendo, de esta forma, se rompe la frontera entre la vida y la muerte y en cada una de las experiencias relatadas asistimos a un desborde de humor, irreverencia, ironía, doble sentido, burla a la oficialidad, al absurdo, a la burocracia. De este modo se logra el equilibrio entre la vida y la muerte, el dolor y la alegría, el amor y el desamor, lo trágico y lo cómico.

Cuando Germancito reconoce en el borde de una de sus manos la mancha del sarcoma de Káposi que le confirma que también está enfermo y que pronto morirá, queda consternado por una felicidad indescriptible. La muerte vista como tránsito, lo esperado y deseado, realización espiritual, el camino de reencuentro con el ser querido, este otro costado del acontecimiento trágico es aquí narrativizado desde la perspectiva edificante, también posible.

### **La recuperación de la historia en: *La leyenda de Taita Osongo***

Como enunciamos antes, la recuperación de la historia y la cultura cubanas es otro de los núcleos temáticos de la actual literatura infantil en nuestro país. Convencido de la efectividad del signo estético en la aprehensión e interiorización de los sucesos históricos, Joel Franz Rosell<sup>100</sup> irrumpe con una propuesta donde la historia de la esclavitud en Cuba es ficcionalizada a partir del empleo de recursos tradicionales en el discurso literario infantil: la parodia, el humor, la magia, la leyenda, lo

---

<sup>99</sup> Todas las citas han sido seleccionadas de: Luis Cabrera Delgado: *“¿Dónde está La Princesa?”* Ed. Gente Nueva, La Habana, 2000.

<sup>100</sup> Escritor cubano de una amplia producción literaria en Cuba y el extranjero. Actualmente reside en Francia.

feérico, desbordando los fríos límites del relato historicista e instaurando un discurso donde se llega al conocimiento de la historia por los caminos de una peculiar historia de amor.

En el paratexto que corresponde a la dedicatoria cuenta el siguiente enunciado: *A los antepasados sin nombre que no pudieron legarme otra cosa que oscuridad en la piel.*<sup>101</sup> El mismo es un claro preámbulo que evoca la ancestralidad africana, vibrante todavía en nuestro etnos nacional; los procesos de transculturación, conformadores de nuestro ser insular; la angustia del negro africano, arrancado de su tierra y de los suyos y trasladado a América, dejando tras sí una saga de sangre y dolor.

El repiquetear de sus tambores fue acaso, la conexión mayor entre el negro africano y sus congéneres. Por ello, entre las líneas iniciales del relato cuenta el parlamento del capitán Blanco, al asegurar que: *Toda la madrugada ha estado tocando el negro. Horas y horas reventando el parche con su alegría – siguió gruñendo –. ¿Y de qué demonios puede alegrarse un negro que, si no es esclavo, por lo menos es hijo de esclavos?* (p.16)

No es posible penetrar en la lectura de sus páginas sin recordar una de las novelas más trascendentales de la literatura cubana, que fuera escrita por el destacado narrador cubano Lino Novás Calvo. Su tema, tópicos, personajes, ambiente y lenguaje han sido parodiados magistralmente, más de cincuenta años después, por este otro grande de las letras para niños, Joel Franz Rosell. Ahora, el personaje central de Taita Osongo es Severo Blanco, negrero que operara en la zona del Caribe, cual Pedro Blanco, sujeto protagónico en la novela de Novás Calvo.

La pieza en análisis es el relato del referido saqueador que se encontrara en una taberna próxima al puerto de la Habana con un envejecido y enfermo capitán negrero que poseía el secreto de Sóngoro Cosongo, país encantado de África, memorable por sus riquezas y por la grandeza y laboriosidad de sus habitantes. Luego de sacarle el secreto al viejo capitán negrero, el codicioso Severo Blanco llegó a la Tierra Prometida y a los pocos días quedó devastada por la codicia y ferocidad de sus hombres, atrapados sus habitantes y arrastrados por la fuerza a tierras cubanas. Entre los negros venía Cosongo, quien era uno de los tres reyes brujos del encantado paraje, pero cuyos poderes fueron neutralizados por la astucia del negrero. Pasados los años, la hija de Severo Blanco y el nieto de Cosongo que un día fueran “hermanos de leche” se enamoraron, burlando las férreas leyes de la burguesía cubana del siglo XIX. Entonces la magia de Cosongo, quien estuviera hasta entonces escondido en el bosque y protegido por sus animales, se desplegó a favor de los enamorados quienes, al no poder escapar de la furia del negrero, quedaron convertidos en un algarrobo y una mariposa, emblemas de la nación cubana.

---

<sup>101</sup>Todas las citas han sido tomadas de: Joel Franz Rosell. *La leyenda de Taita Osongo*. Ed. Capiro. Santa Clara, Cuba, 2010.

Como es apreciable, el relato es la recreación de la clásica historia de amor entre la señorita rica, representante de la burguesía criolla y el esclavo doméstico, lo cual no constituye una novedad en la literatura cubana, pero en la serie literaria infantil abre un nuevo rumbo temático. Relato antropológico, revela matices de la cultura cubana con alta creatividad y sencillez expresiva. La vida de la burguesía cubana del siglo XIX, sus costumbres, tradiciones y prácticas religiosas ocupan los primeros planos, la sabiduría del negro africano, su fuerza y laboriosidad, sus creencias y poderes supraterráneos son exaltados con respeto e inteligencia. La crudeza de la trata negrera es descrita en sus realidades más descarnadas.

La vida de Severo Blanco transcurre entre las costas de África y los puertos antillanos, matando, robando, saqueando y mintiendo. Los personajes en su denominación y comportamiento entrañan un simbolismo imperecedero que recuerda a grandes íconos de nuestra cultura nacional. Sóngoro Cosongo no es solo el nombre ficticio del país africano que fuera redescubierto por el negrero, es el título de uno de los poemarios de nuestro gran Nicolás Guillén, poeta nacional de Cuba, en cuyos textos refleja su devoción por la cultura africana, que, como antes explicamos, es cepa fundadora. En consecuencia, la denominación de los tres reyes brujos que regían la vida de la isla: Songo, Oroco y Songo constituye un juego de palabras alusivo a las peculiaridades de las lenguas africanas.

La envergadura estética lograda con la configuración de los reyes africanos no es comparable con la de ningún otro personaje del constructo narrativo. La savia ancestral de las culturas africanas ha sido depositada en estos tres hombres, logrando el efecto antropomórfico necesario y esperado por el lector niño. Cosongo, el único que resultara arrestado durante la cacería llevó consigo a América su sapiencia infinita, aunque sus dotes mágicas fueran una y otra vez vilipendiadas, constituyendo así constelación simbólica del hombre sabio que, apartado brutalmente de su tierra original, conserva el más grande de los tesoros: su cultura.

El vínculo afectivo establecido entre Taita Osongo y los animales del bosque constituye uno de los elementos de mayor fuerza expresiva en la novela. Taita vivía en medio del monte, en un rancho que *no era una armazón de palos sino de huesos colorados, y su cobija no la formaban hojas de palma sino veinte auras con sus negras alas extendidas. Ante el llamado del murciélago, los huesos colorados retomaron la forma de dos esqueletos humanos y las veinte auras salieron en desbandada. A la luz de los cocuyos, que de repente se había vuelto áurea, apareció un negro muy viejo.* (p. 80)

Además de las cuestiones señaladas, la pieza en estudio destaca por el tratamiento de temas y problemáticas de la sociedad cubana decimonónica con sencillez e ingenio, respetando los códigos infantiles y apartándose de la frialdad entre las que resaltan: la vida de la aristocracia criolla, sus fiestas y banquetes: *Finalmente llegó el día de asar vaca y carnero, de freír cerdo, de guisar gallinas, conejos y palomas, de aliñar legumbre y hortalizas, de aprontar dulces y frutas, y poner a refrescar la bebidas para el copioso banquete* (p.69). Es imposible eludir el estatuto del esclavo en su condición

social de total subalternidad, sus diálogos, el manejo de códigos sobrehumanos para la comunicación con los animales del bosque, su rebeldía sin límites, el amor por sus semejantes.

El trabajo con el lenguaje es una de las ganancias de esta novela, que respeta los códigos expresivos de la época recreada, conserva, sin remilgos, la expresión popular de la sociedad cubana representada, estableciendo diferenciaciones léxicas según el estatus social del sujeto hablante. No faltan las expresiones populares a la usanza de la época que alían la pieza y que el niño cubano de hoy no siempre reconoce como parte de su acervo lingüístico. Expresiones como “madre de leche” y términos como “carruaje”, “calesero”, “barracón” tan difundidas durante los tiempos de la esclavitud son manejadas con naturalidad y soltura.

### **La escisión familiar en la noveleta: *Un papá muy lejos***

La separación familiar es un fenómeno que ha venido cobrando fuerza en la sociedad cubana actual por diversas razones. Ante las dificultades económicas de un país subdesarrollado y bloqueado como el nuestro, muchas familias han optado por la emigración de uno de sus integrantes (regularmente el padre o la madre) como opción para atenuar vicisitudes económicas, lo que ha traído consigo la separación de, al menos, uno de los miembros del núcleo familiar. Del mismo modo, miles de niños y jóvenes cubanos han vivido la separación de uno o ambos padres causada por el cumplimiento de misiones de trabajo en el exterior, muchas veces por períodos prolongados.

La separación familiar hoy adquiere carácter de fenómeno social en el contexto cubano, con sus consabidas consecuencias psicológicas sobre todo en el universo infantil y juvenil. Ello haya su correlato en la literatura destinada a la infancia. *Un papá muy lejos*<sup>102</sup> describe, de un modo original y novedoso la historia de un niño (personaje innombrado) cuyo padre se ha ido a vivir a Costa Rica donde se desempeña como profesor universitario y este último establece con él una peculiar comunicación epistolar.

En las cartas el padre lejano, desbordantes de ternura, relata al pequeño destinatario las curiosidades que encuentra a su paso por la vida. Las rarezas de la naturaleza centroamericana, sus pequeños descubrimientos acerca de los misterios de la vida, las plantas, las gentes y su cultura, sus fiestas y añoranza, sus dolores y preocupaciones cotidianas. La necesidad de justipreciar lo bello en el arte, de tener amigos, el valor de la comunicación y la importancia de jugar son los preceptos éticos fundamentales que transmite el emigrante a su pequeño. Ello recuerda las cartas remitidas por José Martí a sus familiares más allegados, entre los que está su hijo. Más allá de constituir documentos íntimos, sus cartas se tornaron delirantes disquisiciones sobre diversos temas y fenómenos. Sin embargo, el gran valor de las misivas destinadas al niño Eric es la revelación de una dulzura infinita, y el manejo de códigos especiales a partir de los cuales el padre encuentra analogías entre el mundo real

---

<sup>102</sup> *Un papá muy lejos*. Eric Conde. Ed. Universidad Estatal a Distancia. San José, Costa Rica, 2008.

y el universo fantástico que su hijo lleva en sí, las que son reveladas en la medida en que fluye la escritura epistolar.

En sus misivas queda reflejado el mundo circundante del país centroamericano. Especialmente, la Universidad costarricense y su entorno son descritos con particular originalidad, involucrándolos con significantes del universo infantil:

*La Universidad está sentadita sobre una montaña, y no parece una escuela, sino un castillo con sus escalinatas, escalinatas de piedra y sus ventanitas de cristal. (p. 40)*

Del mismo modo, el padre cuenta a su hijo el modo en que viajó a un país extranjero, distanciando la narración de la realidad del viaje migratorio:

*El papá se montó en un águila de madera, le dio vueltas al tornillo y voló sobre el mar alejándose del niño y de la mamá. Se sentía muy contento, cuánto espacio, cuánto aire, el viento silbaba despeinándolo y dándole la apariencia de un aventurero, un inmigrante, un buscador de tesoros y de la Isla de la Juventud. Anochece cuando papá se acercó a un reino desconocido. (p.48)*

Las cartas del padre y los relatos de un personaje llamado: *La Historia*, conforman el cuerpo textual de esta noveleta, alternándose. *La Historia* es la encargada de relatar al pequeño los pormenores de la vida familiar, la vida de sus abuelos y las causas de la separación de sus padres, sucesos cronológicamente ordenados, develando una visión personalísima de las contradicciones de la sociedad cubana actual y su reflejo en las relaciones familiares.

*La Historia* se encargó de relatar al niño la historia de sus antepasados, los encuentros familiares, las fiestas y otros eventos curiosos transcurridos en su universo familiar y que él no alcanza a recordar por su corta edad. La relación con sus abuelos, las tradiciones y costumbres de la familia, son recreadas con gracia y maestría por el curioso personaje. También narró al receptor niño de las incomprensiones vividas por sus padres, pero el lirismo primó en sus evocaciones:

*la mamá siempre rompía el silencio con sus pleitos y sus celos y el papá salía por todo el mundo con el silencio roto en las manos, pero como nunca encontraba a un relojero, artesano, mecánico, mago o alquimista que lograra reparar su silencio roto en tantos pedacitos, finalmente regresaba a la casa sin respuestas (p.29)*

Cual ha sido explicado, sin sensiblería ni melindres pero con lirismo, delicadeza y belleza expresiva, se desarrollan todos los relatos. Cada cual tiene un objetivo informativo diferente, pero ambos están unidos por el común propósito de entregar al receptor niño una realidad desprovista de dolor y de angustias. De este modo, la separación familiar, lacerante y cruel, es eufemizada a partir de una postura creativa que respeta los códigos infantiles, jerarquizando la fantasía y el componente axiológico.

A modo de conclusiones podemos afirmar que la literatura infantil cubana producida a partir de la década del 90 del pasado siglo ha tomado rumbos expresivos transgresores con la incorporación de temas, sujetos, ambientes y lenguaje que rebasan lo canónico de la serie para ofrecer nuevos horizontes creativos, más relacionados con las problemáticas socioculturales del contexto cubano. Sin adoptar poses lastimeras ni alimentar la sensiblería, nuestros creadores trabajan artísticamente la realidad problematizándola, pero respetando la sensibilidad y el imaginario infantil. De este modo el receptor infantil puede asistir a la crudeza de la realidad pero a la vez, los relatos pueden llegar a constituir fuentes de goce y aprendizaje.

## **Bibliografía**

- AMIL PORTAL, A. *La otredad en los personajes infantiles de Enrique Pérez Díaz*. (Trabajo de diploma) Universidad Central de Las Villas, curso 2011 – 2012.
- CABRERA DELGADO, L. *¿Dónde está La Princesa?* Ed. Gente Nueva, La Habana, 2000
- CONDE, E. *Un papá muy lejos*. Ed. Universidad Estatal a distancia. San José, Costa Rica, 2008
- FOWLER, V. “Justa crueldad”. En: *Revista: En Julio como en Enero*. Ed. Gente Nueva No. 14, 2002.
- FRANZ ROSELL, J. *La leyenda de Taita Osongo*. Ed. Capiro, Santa Clara, Villa Clara, Cuba, 2010
- \_\_\_\_\_. *La literatura infantil: un oficio de centauros y sirenas*. Lugar Editorial, SA, Buenos Aires, 2001.
- GONZÁLEZ BOLAÑOS, A. “¿La imaginación muere o despierta?” En: *Revista: En Julio como en Enero*. Ed. Gente Nueva, La Habana, No. 14, 2002.
- MARTÍN BETANCOURT, G. *Los nuevos caminos de la literatura infantil en Cuba*. (Trabajo de diploma) Universidad Central de las Villas, 2007- 2008.
- MAURI SIERRA, O. F. “Literatura infantil cubana hoy: los raros nadan de moda”. En *Revista Cultural: Cauce*. Año 5 No. 3, 2002.
- \_\_\_\_\_. “La familia en la literatura infantil cubana” En: *Revista Cultural: Cauce*. Año 5 No. 3, 2002
- PÉREZ DÍAZ, E. *¡Mucho cuento! Narrativa infantil cubana de los años 90*.
- \_\_\_\_\_. “Tendencias de la narrativa cubana para niños y jóvenes en la década de los noventa” En: *La literatura infantil cubana ante el espejo*: 21- 35, Ed. Luminaria, Sancti Spíritus, 1998.

# Contatos na Costa da “Terra do Brasil”. A “inexistência” das línguas

*Eduardo Guimarães*

Unicamp/CNPq

O nosso objetivo é pensar como aparece a questão das línguas, no *Diario da Navegação da Armada que foi à Terra do Brasil em 1530 Sob a Capitania-mor de Martim Affonso de Souza* de Pero Lopes de Souza. O *Diario* narra um percurso que vai de 1530 em Portugal a 1532 em São Vicente no Brasil. Tomando a narrativa do percurso da viagem, vou centrar minha atenção em certos marcos da narrativa: contatos da Armada durante o percurso no Atlântico; a luta com os franceses na costa da terra do Brasil<sup>103</sup> na altura de Pernambuco; a permanência na Bahia de Todos Santos; a permanência no Rio de Janeiro; e a Chegada a São Vicente.

## 1. Contatos durante a Travessia

Logo no início do relato do *Diario*, dando conta do ocorrido em 22 de dezembro de 1530, encontramos:

“Hua hora de sol houvemos vista de duas velas e as fomos demandar: e era hua caravela e hum navio que vinham de pescaria, e por ele escrevemos a Portugal” (p. 5)

E um pouco à frente, já na aproximação às terras do Brasil:

“Quartafeira vinte e oito do mês de dezembro... este dia ao meo dia fomos surgir na praia. Aqui achamos hua nao de duzentos toneis, e hua chalupa de castelhanos; e em chegando nos disseram como iam ao Rio de Maranhão: e o capitão J. lhe mandou requerer que eles não fossem ao dito rio, por quanto era delRei nosso senhor e dentro de sua demarcação” (p. 6)

Entre um e outro encontro o relato nos apresenta uma diferença de relação: no primeiro caso, a Armada *solicita* que os ocupantes das duas embarcações levem notícia a Portugal; no segundo o capitão da Armada *proíbe* os espanhóis de irem ao Rio de Maranhão. O *pedido* é para portugueses e a *proibição* a espanhóis (neste caso o capitão invoca como fundamento da proibição um tratado de relações internacionais, como sabemos, o Tratado de Tordesilhas).

---

<sup>103</sup> É com esta expressão que o *Diario* se refere à colônia portuguesa, cujo nome oficial era, ainda, *terra de Santa Cruz*.

## 2. Depois da Travessia, os Franceses

Mais à frente chegamos ao relato do combate com embarcações francesas. Combate longamente narrado, principalmente levando em conta os registros extremamente sintéticos do *Diario*, até este ponto do texto. A narrativa conta a perseguição e luta entre a Armada e os franceses. Se, nos dois casos acima (o do contato com portugueses e espanhóis), o *Diario* nos relata duas enunciações, aqui ele nos conta uma ação de hostilidade entre portugueses e franceses, que extraíam pau brasil. Neste embate a Armada apreende as naus francesas e o pau Brasil que transportavam (p. 10-12).

Em outras palavras, este relato nos conta, diferentemente dos dois anteriores, uma hostilidade entre os portugueses e franceses que extraíam pau brasil.

Se estamos aqui diante de uma outra relação, que aparece agora como um relato de ações de guerra, e não de um encontro entre pessoas, há algo, do ponto de vista que nos interessa aqui, mais relevante, e que o *Diário* relata a seguir, como registro do que ocorreu em três de fevereiro de 1531:

“Este dia vieram de terra, a nado, às naos índios a perguntar-nos se queríamos brasil”  
(p. 13)

E na sequência deste relato encontramos:

“Sábado pela manhã quatro de fevereiro mandou o Campitam J. a Heitor de Sousa, Capitam da nao Sam Miguel que fosse a terra com o batel e com mercadorias, ver se poderia trazer alguma agua, de que tinhamos muita necessidade: e se tornou sem trazer agua, por lha nam querer dar a gente da terra” (p. 13)

Assim, na sequência do relato do “combate”, o *Diário* relata, mais uma vez, dois acontecimentos de enunciação: no primeiro os portugueses recebem um oferecimento (o narrador não nos diz a resposta dada, o que é implícita no texto um modo de negação, e o envolvimento dos índios na extração de pau brasil, portanto uma relação deles com os franceses); no segundo os portugueses solicitam alguma coisa, como parte de uma troca (mercadorias por água) e recebem uma negativa. O que significa uma hostilidade entre a gente da terra e os portugueses.

Destes aspectos (relativamente aos três encontros narrados) é interessante observar que, nos relatos, não se faz nenhuma referência às línguas envolvidas nas enunciações entre as partes, ficando atestado, mesmo que não haja nenhuma indicação de como cada uma destas línguas funcionou naquelas relações, o envolvimento das línguas portuguesa, espanhola, francesa e dos índios.

Depois deste conjunto de acontecimentos, na altura do cabo de Santo Agostinho, a Armada parte para Pernambuco e depois vai para a Bahia.

### 3. Uma Parada em Todos Santos

Passemos, então, a uma relação com a terra estabelecida, mais ao sul, na Bahia de Todos Santos, em março de 1531. Nesta passagem temos uma narrativa do *Diário* que nos traz:

Nesta bahia achamos hum homem português, que havia vinte e dous anos que estava nesta terra; e deu rezam larga do que nella havia (...) Aqui deixou o capitam J. dous homes, para fazerem experiência do que a terra dava, e lhes deixou muitas sementes.” (p. 17-18)

Nesta sequência podemos observar que ela nos conta o fato de que um homem que vivia há 22 anos no lugar, conta aos componentes da Armada o que nela havia. No mais são relatos sobre um combate entre gente da terra, que termina com a prisão dos vencidos, que eram comidos pelos vencedores. Depois dá conta de uma decisão do Capitão de deixar dois homens no local para ver se a terra poderia produzir algo, deixando para isso sementes. Mais uma vez, mesmo que não havendo nenhum relato sobre as línguas envolvidas no lugar, vê-se que na região da Bahia de Todos Santos havia já relações mais estabelecidas entre portugueses e índios, com a convivência destes, e de suas línguas, portanto.

### 4. A Permanência em São Sebastião do Rio de Janeiro

O Próximo ponto de parada importante é o Rio de Janeiro, onde a expedição chega em 30 de abril de 1531 e aí permanece por longo tempo e, para isso, segundo o *Diário*, o Capitão da Armada manda construir uma casa e protegê-la com uma cerca. Depois o capitão mandou quatro homens explorar a terra. Eles voltaram em dois meses. Deste tempo ressalte-se:

“e foram até darem com um grande rei, senhor de todos aquelles campos, e lhes fez muita honra, e veo com elles até os entregar ao capitam J.; e lhe trouxe muito crystal...” (p. 26)

Deste relato, além da atitude de entrar no continente, interessa ressaltar o contato com um “grande Rei”, de um povo indígena, que tem com os integrantes da Armada uma relação amistosa. Marca-se a relação de povos da terra do Brasil com os portugueses que começavam a colonização, o que, mais uma vez, coloca uma relação de línguas (sem que o *Diário* o diga).

Em 8 de agosto de 1531 o *Diário* conta que a Armada parte para São Vicente. Chegam a Cananea em 12 de agosto e aí permanecem por 44 dias, partindo daí em vinte e seis de setembro. Deste período o *Diário* traz um conjunto de descrições sobre a terra, as pessoas, os animais, a flora. Deste relato ressalte-se:

“Por este rio arriba mandou o capitam J. hum bargantim; e a Pedre Annes Piloto, que era língua da terra, que fosse haver fala dos Indios.” (p. 29)

(...)

Sabado vinte e hum de dezembro como foi menhã acalmou o vento; e saí do rio, a que puz o nome = de Sam João = (p. 49)

Nesta sequência podemos ver como a narrativa do *Diário* vai trazendo relatos mais específicos sobre a terra e mostrando as ações contínuas da Armada para saber sobre as condições da terra, a existência de gente, as relações possíveis, e com a intenção efetiva de se apropriar de modo específico da terra. Esta apropriação aparece diretamente pelo relato da colocação dos marcos de posse quando saem do rio Sam João. Aparece também pelo próprio relato, cheio de descrições, que funcionam efetivamente como um modo de tomar posse da terra, para a Coroa, pelo próprio texto do diário:

“E eu fui com des homes pela terra ver se achava rasto de gente: nam achei nada; senam rasto de muitas alimarias, e muitas perdizes e codornizes, e outra muita caça. A terra he mais fermosa e aprasivel que eu já mais cuidei de ver: nam havia homem que se fartasse d’olhar os campos e a fermosura deles.” (p. 40)

E a isso se acresce a ação de nomear o que parecia necessário para consolidar a possibilidade de falar sobre os lugares

“Sabado vinte e hum de dezembro como foi menhã acalmou o vento; e saí do rio, a que puz o nome = de Sam João = “(p. 49)

E estas nomeações, como a do rio Sam João, são feitas com nomes da língua portuguesa. É notável como o relato do percurso em um rio termina pela nomeação do próprio rio, o que estabelece um ponto de identificação e posse, em língua do colonizador.

## 5. Chegada a Sam Vicente

No termo deste percurso a Armada chega a São Vicente. E ao final das ações da chegada, encontramos:

“Terçafeira pela menhã [trata-se do dia 22 de janeiro de 1532] fui n’hum batel da banda d’aloeste da bahia e achei hum rio estreto, em que as naos se podiam correger, por ser mui abrigado de todolos ventos: e á tarde e metemos as naos dentro com o vento sul. Como fomos dentro mandou o capitam J. fazer hua casa em terra para meter as velas e emxarcia. Aqui neste porto de Sam Vicente varámos hua nao em terra. A todos nos pareceu tam bem esta terra, que o capitam J. determinou de a povoar, e deu a todolos homes terras para fazerem fazendas; e fez hua villa na ilha de Sam Vicente; e outra nove linguas dentro pelo sartam, á borda d’hum rio, que se chama Piratinimga: e repartiu a gente nestas duas villas e fez nelas officiaes, e poz tudo em boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muita consolaçam, com verem povoar villas e ter leis e sacreficios, e celebrar matrimonios e viverem em comunicaçam das artes; e ser cada hum senhor do seu; e vestir as enjurias particulares; e ter todolos outros bens da vida sigura e conversável.” (p. 58)

Aqui se observa que no relato da criação da villa de Sam Vicente não há o relato da nomeação da Vila. Assim no *Diário* o nome Sam Vicente aparece, no que diz respeito a este espaço geográfico, à ilha de Sam Vicente e ao porto de Sam Vicente. O nome no entanto está posto, pelo simples fato de se fundar a villa na ilha de Sam Vicente. Encontramos, já na época, o seguinte:

"Dada na vila de S. Vicente aos dez dias do mês de fevereiro de mil quinhentos e trinta e três. Martim Afonso de Souza". (in MARQUES, M. A, s/d, tomo II, p. 269 e ss.).

Este é o final da Carta de Martim Affonso de Souza de doação de sesmaria a Ruy Pinto. Em outra carta de doação encontramos:

"Martim Afonso de Souza do Conselho de El-Rei Nosso Senhor, governador destas terras do brasil, etc. (...) Eu hei por bem de lhe dar e doar as terras de Taquararira com a serra de Taperovira que está na banda donde nasce o sol com águas vertentes com o rio Jarabatyba o qual rio e *terras estão defronte da ilha de S. Vicente donde chamam Gohayó* a qual terra subirá..." (grifos meus). (in MARQUES, M. A., s/d, tomo II, p. 265 e ss.)

Ressalto simplesmente que, nesta carta de doação, o nome oficial da ilha de Sam Vicente substitui um outro nome, este anterior e dito em uma língua dos então habitantes das terras do brasil.

## 6. Atravessando o Percurso

Em nenhum momento destes relatos se conta a relação de línguas e de falantes de línguas distintas. Utilizo aqui falante no sentido que dou a este termo (Guimarães, 2002). Em todos estes relatos, aquilo mesmo que a narrativa conta, traz a referência a fatos que envolvem, não simplesmente pessoas (portugueses, índios, aliados ou inimigos), envolvem falantes de línguas distintas, numa relação diferente daquela estabelecida na Europa. Inclusive vê-se como a primeira vila do Brasil entra para a história da colonização por uma renomeação: São Vicente substitui Gohayó. Uma nomeação de falantes de uma língua indígena é substituída por uma nomeação de falantes da língua do colonizador.

Não relatar a existência das línguas faz com que o relato signifique a existência das línguas e sua distribuição para seus falantes como natural. É natural a distribuição das coisas, mesmo das coisas dadas em sociedade: cada coisa tem seu lugar, como na República de Platão.

E no caso específico do relato, fica significado que a língua das terras do brasil é o português, língua da Coroa, do colonizador, deste ponto de vista, não há outra língua. O relato, mesmo que passe sempre ao lado da questão do novo espaço de enunciação que se constitui nas terras do brasil, o conta como tendo uma só língua, a língua na qual se faz o relato. O relato do efetivo início da colonização das terras do brasil nos conta a insignificância, a "inexistência" de outras línguas e de enunciações em outras línguas, mesmo que o *Diario* nos conte que índios falaram com portugueses, com franceses, nomearam

um lugar que se renomeia. Já se vê aqui um movimento que se projetou por todo o período colonial, o esforço português em manter a unidade territorial e linguística na colônia.

### **Bibliografia**

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas, Pontes, 2002.

MARQUES, M. A. *Apontamentos históricos e geográficos etc. da Província de S. Paulo, até 1876, Tomo II*. São Paulo, Livraria Martins Ed., s/d.

## Nacionalismo e literatura: uma relação (im)pertinente

*Rita Terezinha Schmidt*

UFRGS

*O conhecimento do passado, em todos os tempos,  
só é desejável quando está a serviço do presente,  
quando esse conhecimento desenraiza  
os germes fecundos do futuro.  
(Nietzsche)*

O título escolhido para esta intervenção joga com uma certa indecidibilidade porque a relação literatura e nacionalismo não é dialética e, sendo assim, existe uma impossibilidade crítica de definir a relação que proponho, ou seja, escolher entre a pertinência, entendida como relevância clara e simples, e a impertinência, referente a algo inoportuno, irreverente, estranho ao propósito. No entre-lugar de uma tensão indecível proponho abordar um tema que envolve questões densas e complexas. O caminho nos leva a uma reflexão sobre nacionalismos, identidade nacional, nacionalismo romântico e a literatura brasileira, para chegar a uma leitura contrapuntual do romance de Alencar, *Iracema*, de 1865, e do romance de Ana Luíza Azevedo Castro, *Dona Narcisa de Villar*, de 1859 e, então, destacar a autoria feminina.

O estudo dos nacionalismos nunca deixou de ser um tópico de interesse nas áreas das Humanidades, desde a ascensão dos estados nacionais e da consciência de pertencimento nacional nos séculos XVIII e XIX até seus desdobramentos dramáticos ao longo do século XX. No campo dos estudos literários, o tema do nacionalismo surge, invariavelmente, nos debates acerca da identidade da literatura nacional e da formação histórica da nacionalidade, tópicos que não raro, suscitam debates, muitas vezes acirrados, seja nas reflexões sobre as novas narrativas da nacionalidade em contextos de realidades geopolíticas que nascem na esteira da descolonização, seja para colocar em perspectiva as tecnologias do nacionalismo e os limites de seus imaginários a partir de releituras do passado e da constituição das literaturas nacionais.

No Brasil, assim como nos países da América Latina de modo geral, o século XIX foi o século dos nacionalismos, um período conturbado, marcado pelas contingências históricas de regimes coloniais e escravocratas e pela constelação de poderes hegemônicos com vistas à domesticação do espaço social e à consolidação de elites econômicas e culturais, sustentáculo dos processos de formação das novas nações que emergiam dos jugos imperiais e das lutas pela independência. Também foi um período de migração do pensamento liberal europeu que, impulsionado pelas utopias românticas, gestadas na

esteira das revoluções burguesas, promoveram os ideais de nação, unidade e identidade, conjugados com noções de progresso, civilização e cidadania. Tais ideais constituíram um projeto de cunho teleológico com o objetivo de definir e legitimar os termos de uma nacionalidade autônoma por meio da figuração política e ontológica de pertencimento, horizontal e universalizante, capaz de transcender as diferenças e antagonismos internos para afirmar o telos do 'todos em um'.<sup>104</sup> Assim, o discurso nacionalista introduziu a ideia do povo e o tema da nacionalidade como filtros interpretativos de um aparato social/cultural a serviço de demandas históricas instauradas pelas novas realidades políticas. Nesse sentido, não se pode relevar o fato de que os nacionalismos, no século XIX, se constituíram a serviço do estado-nação, o que significa dizer que seus imaginários podem ser analisados a partir de seus vínculos estreitos com os aparelhos de estado.

Um aspecto importante a ser destacado na disseminação do signo povo, metáfora do sujeito unitário e universal da nacionalidade e, portanto, fonte simbólica e afetiva de pertencimento coletivo, é que essa imagem é resultado de estratégias de interpelações presentes em discursos políticos e literários, os quais ganham força psicológica na projeção de uma identidade coletiva pressuposta, uma identidade que os torna os indivíduos, sujeitos imanentes da entidade política da nação. Assim, a construção da nacionalidade se articula na forma de uma narrativa de identidade cuja função é a de produzir a percepção de uma tradição de pensamento e de valores, um patrimônio comum compartilhado por todos. Desse processo imaginário, emerge a concepção da identidade nacional. Lembrando aqui Foucault, pode-se pensar a nação como uma formação discursiva, e mais do que uma alegoria, é uma estrutura política significativa e geradora de sentidos, com alto poder regulatório na gestão social e simbólica das diferenças. Mas como se instaura esse poder?

Ernest Renan em sua palestra na Sorbonne, em 1882, "What is a nation?"<sup>105</sup> a qual se tornou um texto clássico e muito citado em discussões contemporâneas sobre nacionalismos, afirma que o esquecimento é fator crucial na concepção da nação e que a unidade é sempre alcançada pela violência. Para ele, a ideia de uma nação se define pela vontade de nacionalidade, traduzida em uma pedagogia totalizadora que leva os indivíduos a esquecerem a história do passado (identidades anteriores de raça, língua ou território) e a lembrarem somente o que compartilham. O esquecimento faz com que a vontade de nacionalidade na materialize na invenção de uma memória de fundo genealógico, entendendo-se essa memória como continuidade histórica e lugar onde certos sentidos serão necessariamente lembrados e celebrados e outros serão silenciados e excluídos. O problema é que o fundamento da memória em uma origem universaliza e homogeneiza o imaginário político e

---

<sup>104</sup> Sobre o processo de construção da nação ideal na América Latina, ver o ensaio do crítico Hugo Achugar, "La escritura de la historia o a propósito de las fundaciones de la nación", *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC/RS*, Porto Alegre, vol.6, n.1, agosto de 2000, p.18.

<sup>105</sup> Publicado como "What is a nation?" In: *Nation and Narration*. Homi K. Bhabha, ed. London, Routledge, 1990.

cultural da nação a partir de identificações e alianças que territorializam sentidos políticos, quer de supremacia, superioridade ou de prioridade histórico-política. Isso significa que a memória é forjada nas condições de realidades históricas, sociais e econômicas que estruturam a vida política do corpo nacional, realidades essas inevitavelmente determinadas por hegemonias e poder institucional. Assim, a identidade horizontal do sujeito nacional é uma construção fictícia que, politicamente, funciona para salvaguardar uma imagem de unidade diante de embates suscitados pela diferença e pela alteridade, ou seja, pelas forças do excluído.

A migração da ideologia nacionalista e das ideias liberais de autonomia, progresso e civilização para o solo brasileiro foi marcada por contradições, a começar pela presença de dois fatores irreconciliáveis com o caráter político dos nacionalismos europeus: de um lado, a existência de um estado constituído como extensão do império português, portanto um estado colonial sem soberania territorial; de outro, a impossibilidade de implantar um processo de legitimidade democrática, pressuposta no direito de autonomia popular sobre o destino político da nação. Nesse quadro, a dimensão simbólica da vontade de nacionalidade não convergiu com o princípio político de um estado soberano, uma vez que o país, mesmo após a Declaração de Independência, não rompeu com o estatuto de colônia, particularmente se considerarmos a continuidade de uma base de sustentação econômica em duas forças antimodernas: uma produção calcada no trabalho escravo e a hegemonia de uma oligarquia rural que regulava o campo da produção e da mão de obra. Dessa forma, o chamado império constitucional brasileiro manteve a lógica do passado colonial em suas estruturas profundas, de maneira que nunca houve, no período, condições para desenvolver uma consciência da nacionalidade pelo simples fato de que nunca houve vontade política para se criar um espaço público universal. Como assinala a historiadora Emília Viotti da Costa, o sistema de clientelismo e patronato foi eficiente para neutralizar tensões no campo social e as elites pensantes, constituídas por grupos diversos tais como proprietários de terras, comerciantes, intelectuais, burocratas e membros do exército e do clero, que cortejaram e se beneficiaram da proximidade com o poder a partir de 1822, foram bem sucedidas em alavancar uma ideologia basicamente conservadora e antidemocrática, disfarçada em uma retórica aparentemente liberal e bem intencionada.<sup>106</sup> Na ausência de ideais progressistas que pudessem promover uma integração do corpo nacional e com a pacificação e unificação territorial conseguida a custo de força militar, eu diria que a ideia de uma raça brasileira foi a expressão típica da versão brasileira do nacionalismo que ganhou força nos círculos intelectuais, fazendo com que o discurso da mestiçagem, atravessado pela ideologia da aculturação e branqueamento, se tornasse uma matriz dos discursos da brasilidade. É sob esse prisma que vou tecer algumas relações entre o nacionalismo político e o nacionalismo literário.

---

<sup>106</sup> In: *The Brazilian empire: myths and histories*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000. p. 9.

Para tanto, remeto à figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido pelo epíteto “patriarca da Independência”, cujo texto *Projetos para o Brasil*<sup>107</sup>, reúne, entre outros, o texto apresentado à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil em 1823, no qual Andrada e Silva manifesta suas posições políticas sobre a escravatura e sobre a civilização dos índios. Figura polêmica por sua adesão à monarquia constitucional e por uma visão elitista da política que convivia lado a lado com uma formação europeia iluminista - basta citar sua recomendação de criação de uma universidade brasileira e de aperfeiçoamento do sistema escolar - Andrada e Silva foi um crítico severo do império português pelo seu protagonismo no comércio de escravos, segundo ele “tráfego bárbaro e carniceiro, contrário às leis da moral humana e ao evangelho, talvez nenhuma nação pecou mais contra a humanidade do que a portuguesa” (p. 35), posição que o levou a se opor ao princípio da escravidão, a transformação de homens em propriedade, definido como “comércio de carne humana” (p.36). Muito embora, em certos momentos de seu texto, a sua preocupação com o direito natural pareça ser genuína, a sua forma de qualificar os escravos das fazendas como boçais e preguiçosos que não dão lucro, aos escravos domésticos como brutais e inimigos, infelizes sem honra e sem religião, e de se referir às escravas como mulheres que se prostituem ao primeiro que as procuram, produz um sentido outro para o termo emancipação, muito próximo do que definiríamos como um discurso racista e reacionário. Para Andrada e Silva, o imperativo de emancipar os escravos significava, efetivamente, libertar a elite branca dos efeitos da exposição diária à corrupção moral de um segmento da população cuja condição constituía um sério entrave aos esforços civilizatórios. Nesse sentido, entende-se seus argumentos a favor da promoção da civilização indígena como forma de tornar os escravos inúteis, condicionando todavia essa promoção à erradicação, nas aldeias, da “língua da terra” e ao casamento interracial como forma de acabar com “tanta heterogeneidade física e civil”. Acreditava ele que somente assim se poderia construir uma “nação homogênea” (p. 43), tanto do ponto de vista racial quanto cultural, legal e cívico. Dessa posição, decorre a sua recomendação para que fosse estimulada, por todos os meios possíveis, os casamentos de homens brancos e de cor com as índias, para que os mestiços nascidos tivessem menos horror à vida agrícola e industrial”.<sup>108</sup>

Muitas das ideias de Andrada e Silva encontraram eco nos escritos de outro intelectual e escritor do período, José de Alencar, cujo nacionalismo político o levou a discutir a questão dos indígenas e dos escravos em sete cartas publicadas entre 1867 e 1868, escritas com o pseudônimo de

---

<sup>107</sup> São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>108</sup> Sobre Andrada da Silva, ver as considerações de José Murillo de Carvalho em seu *Pontos e Bordados, escritos de história e política*, 1998) e no já citado *The Brazilian Empire: myths and facts*, de Emilia Viotti da Costa.

Erasmus e dirigidas à Dom Pedro II.<sup>109</sup> Essas cartas vieram a público em 2008 sob o título de *Cartas a favor da escravidão*.<sup>110</sup> Cito um trecho de carta de 15 de julho de 1867:

Cumprir ser justo e considerar este fato (tráfico e cativa) como a consequência de uma lei providencial da humanidade, o cruzamento das raças, que lhe restitui parte do primitivo rigor. Bem dizia o ilustre Humboldt, fazendo o inventário das várias línguas ou famílias transportadas à América e confundidas com a indígena: “Aí está inscrito o futuro do mundo” “Verdade profética! A próxima civilização do universo será americana como a atual é européia. Essa transfusão de todas as famílias humanas no solo virgem deste continente ficará incompleta se faltasse o sangue africano.

Para justificar a travessia dos africanos, Alencar utiliza o argumento da decadência dos indígenas, visão que viajantes como Humboldt consolidaram no início do século XIX. De acordo com essa perspectiva, os povos indígenas teriam sofrido grandes perdas culturais e materiais desde que entraram em contato com os brancos, vivendo em decadência moral e civil. Alencar retoma essa posição para defender a escravidão e construir uma teoria do desenvolvimento social, segundo a qual explica o advento do cativo como benéfico, uma vez que havia arrancado o homem do estado bruto da natureza (referência às raças bárbaras) o que tornou possível a marcha da humanidade em direção ao cumprimento dos mais altos propósitos. Para sustentar seu argumento da missão histórica da escravidão, Alencar discorre sobre o exemplo da Grécia antiga, que se abasteceu de escravos no Oriente, e ao exemplo dos Estados Unidos, argumentando que, nesse país, os colonizadores utilizaram os recursos humanos dos nativos e dos negros, sem os quais não teria havido domínio da natureza e progresso moral. Por esse viés, Alencar afirma que, sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto (Carta de 17 de julho de 1867). A teoria alencariana sobre a relevância social e política da escravidão está nitidamente calcada em um discurso escravagista que adere a uma moral dos fins, ou seja, a contribuição dos africanos à mistura racial do país. Contudo, essa é uma posição em tese, porque em sua prática como romancista, a miscigenação é restrita ao contato do branco com o indígena.

José de Alencar produziu uma obra que é considerada a expressão máxima do nacionalismo romântico, o primeiro grande momento de busca por uma definição da identidade da literatura nacional. Antonio Candido, em sua obra monumental *Formação da literatura brasileira*<sup>111</sup> afirma que a literatura marcou presença constante em todas as atividades intelectuais desenvolvidas em terras brasileiras desde o século XVI, do sermão de igreja aos textos acadêmicos. Contudo, foi no período pós-independência que se iniciou a discussão sobre a existência de um objeto, a literatura nacional, um objeto que

---

<sup>109</sup> Alencar pertencia ao grupo saquarema, de base conservadora, que fazia oposição ao Imperador uma vez que esse, a partir de 1864 e amparado pela Liga Progressista, começava a planejar a emancipação gradual dos escravos.

<sup>110</sup> Volume organizado por Tâmis Parron. Rio de Janeiro, Hedra, 2008.

<sup>111</sup> Belo Horizonte, Itatiaia, 1997

desempenhou um papel pedagógico efetivo no processo político-ideológico de formação e consolidação de uma consciência de identidade brasileira. Coube à literatura forjar e difundir um repertório imagético capaz de interpelar os leitores e leitoras e, assim, produzir modos de subjetivação que promovessem identificações compatíveis com a consolidação do desejo de nacionalidade. O entendimento da época era o de que somente com uma literatura própria seria possível construir uma memória capaz de configurar o caráter único da interação entre raças, línguas e culturas. Se não era pela língua que a originalidade dessa literatura poderia ser construída, seria pela ênfase na cor local, que tomou a forma de um nativismo tropical e pela representação de um tipo humano mestiço.

O projeto de construir um passado que pudesse constituir um mito de origem rendeu a Alencar a celebração de seu pioneirismo na elaboração de algumas das ficções fundadoras da nossa “comunidade imaginada” da nação, definição elaborada por Benedict Anderson<sup>112</sup> em seu estudo sobre a origem e o avanço dos nacionalismos modernos. O êxito de Alencar com seu romance *Iracema* (1865), e cuja intenção era elevar o conteúdo mítico como a lenda do Ceará ao status de argumento histórico, explica o fato de o romance ainda ter ampla circulação no país, quer como leitura obrigatória no ensino médio, quer como uma constante presença em listas de vestibular de universidades do país. Por isso mesmo, *Iracema* constitui uma das alegorias mais duradouras da brasilidade, muito embora a figura do negro esteja ali completamente elidida. Vejamos alguns trechos de sua abertura:

Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba;  
Verdes mares, que brilhaiis como líquida esmeralda aos raios do sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros;  
Serenai, verdes mares, e alisai docemente a vaga impetuosa, para que o barqueiro manso resvale à flor das águas.  
Onde vai a afouta jangada, que deixa rápida a costa cearense, aberta ao fresco terral a grande vela?  
[...]  
Um jovem guerreiro cuja tez branca não cora o sangue americano; uma criança e um rafeiro que viram a luz no berço das florestas, e brincam irmãos, filhos ambos da mesma terra selvagem.  
A lufada intermitente traz da praia um eco vibrante, que ressoa entre o marulho das vagas:  
- Iracema!  
O moço guerreiro, encostado ao mastro, leva os olhos presos na sombra fugidia da terra; a espaços o olhar empanado por tênue lágrima cai sobre o girau, onde folgam as duas inocentes criaturas, companheiras de seu infortúnio.  
Nesse momento o lábio arranca d’alma um agro sorriso.  
Que deixara ele na terra do exílio?  
Uma história que me contaram nas lindas várzeas onde nasci, à calada da noite, quando a lua passeava no céu argenteando os campos, e a brisa rugitava nos palmares.<sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1983.

<sup>113</sup> *Iracema*. 29a. edição. São Paulo: Ática, 1995, p.15-16.

Nesta cena, a história de amor entre o colonizador português e Iracema,<sup>114</sup> a filha da floresta, ficou no passado. A jangada leva Martin, o colonizador português, o índio Poti e o filho de Martin, Moacir, nascido do romance com Iracema, morta de parto na floresta. O trecho citado acima, trata da partida de Martin das terras cearenses, o que pode ser interpretado como o fim de seu exílio em terras brasileiras. Leva consigo o filho, fruto do encontro de duas raças e referido no último capítulo, como o primeiro brasileiro, referente miscigenado de uma nova raça. Entretanto, se a ideologia da miscigenação no século XIX era traduzida, efetivamente, por assimilação, aculturação e branqueamento, o estatuto da personagem de Moacir é o de um homem branco pois ele é filho do pai, na linha de sucessão para levar adiante a empresa civilizatória e a missão da cristianização, em sintonia com o protagonismo da modernidade imperial portuguesa.

A estrutura narrativa do romance é permeada por metáforas da beleza tropical diante da qual se perde a noção da dor da história. A voz narrativa cumpre o ideário romântico, com um discurso lírico e idealizante, que silencia sobre os atos de violência, o genocídio e a devastação ocorridos durante a empresa colonial/imperial. O tratamento da história de amor e das saudades constitui o eixo principal da narrativa, mas as formas de contenção estrutural – os vazios – se tornam visíveis no empenho em projetar uma visão ufanista do processo de colonização no devir histórico de uma nova nação. A serenidade poética da cena de abertura interpela os leitores, cooptando-os a introjetarem a figura do herói e a compartilharem de suas emoções. Não surpreende que o romance tenha desempenhado um papel fundamental na constituição do imaginário dominante da brasilidade, com as inevitáveis repercussões sobre a ficção que alimenta o contrato social, como o mito da não-violência e o mito da democracia racial da sociedade brasileira.

Na criação romântica da origem da nação, ter um filho é um dever da mulher, construir uma nação é a tarefa do herói português, auxiliado pelo amigo nativo e por outros nativos aculturados, o que projeta a história como uma empresa homossocial. A representação que Alencar faz de Iracema carrega o peso do valor cultural patriarcal que concebe o feminino como um topos, uma figura que inscreve o espaço da floresta como espaço natural no qual o herói se movimenta para cumprir o seu destino. Iracema possibilita a ficção social da (re)produção heterossexual necessária para a construção da nação e, nesse sentido, ela se reduz a uma função em um modelo narrativo no qual tornar-se pai de um filho/tornar-se pai de uma nação é colocado como premissa do modelo da paternidade, modelo esse associado ao movimento, agência, liberdade, experiência, cultura, processos dos quais as mulheres foram excluídas. Assim, o destino de Iracema é permanecer um outro precário para a nação, uma diferença “natural” que serve, estrategicamente, para distinguir uma identidade racial e cultural

---

<sup>114</sup> Ver o ensaio clássico de Ria Lemaire, “Relendo *Iracema*” (o problema da representação da mulher na construção duma identidade nacional). *Organon* 16, 1989.

masculina, potente, válida e heroica, de uma identidade definida pela natureza, feminina e nativa, portanto na contra-lógica do propósito de construção nacional. Alencar não poderia se posicionar de outra maneira que não favorável à ambição do herói, uma vez que seu projeto narrativo dependia da representação de uma ordem social pautada pela lei e autoridade do pai colonizador, na qual não havia lugar para mulheres, ainda mais as nativas, definidas como seres em estado natural, ou seja, selvagens.

Assim, em Alencar, o discurso da fundação da nação é pautado em uma resolução narrativa que é ideologicamente determinada pelas pressões de uma necessidade histórica de fazer a nação emergir como uma narração moderna. É irônico que nessa busca pela alteridade, a narrativa de Alencar subscreva uma contiguidade de culturas por meio de afiliações a valores europeus e ratifique a conquista dos portugueses, cuja presença é legitimada, sem qualquer contaminação de visão crítica. É relevante lembrar que Alencar também está associado ao indianismo, ou seja, à ideia de que a cultura indígena não somente seria uma rica fonte de temas, mas também de um elemento humano, imagem idealizada da pureza étnica que poderia operar como um signo universal da brasilidade. Entretanto, em *Iracema*, o efeito da narratividade inscreve o investimento autoral em uma posicionalidade que comporta a violência contra a mulher e o nativo. Poti é um índio aculturado, arrancado da floresta, que só pode dizer “sim” ao seu senhor, de maneira que sua representação subscreve a desigualdade e a hierarquia entre as raças. E é nesse sentido que a política de representação e os códigos de valoração do romance sinalizam a sua cumplicidade com a economia libidinal, social e política do estado brasileiro moderno, colonial e patriarcal.

Muitos romances publicados no século XIX, mas que permaneceram e ainda permanecem no esquecimento por terem sido desautorizados pela instituição literária em razão da ilegitimidade de autoria, como é o caso de romances escritos por mulheres, alteram a autogeração da nação pautada no mito de origem e no ideal da miscigenação como base da identificação e significação de pertencimento coletivo como presença histórica singular e homogênea. São romances que rasuram as fronteiras totalizadoras do nacionalismo ao perturbar as manobras ideológicas subjacentes aos processos de naturalização que projetam uma horizontalidade de pertencimento figurada na expressão “nós, os brasileiros”. Dessa forma, expõem a universalidade fictícia da nacionalidade, fundada na missão civilizatória e pressuposta na domesticação e erradicação da diferença. O olhar crítico e perspicaz sobre as condições das relações humanas na sociedade brasileira em formação, de parte de muitas de nossas escritoras brasileiras do passado, explica o “esquecimento” de suas obras e a invisibilidade de referências às suas produções no cânone e na historiografia da literatura brasileira.<sup>115</sup>

---

<sup>115</sup> Como referência para a produção de autoria feminina no Brasil no século XIX, ver os volumes I e II de *Escritoras Brasileiras do século XIX*, organizado por Zahidé Lupinacci Muzart e publicado pela Editora Mulheres/EDUNISC, em 1999 e 2004, respectivamente.

O romance publicado em 1858, *Dona Narcisa de Villar*<sup>116</sup>, da escritora Ana Luiza de Azevedo Castro libera outros sentidos que a memória oficial recalçou e que, por isso mesmo, pode ser definido como um nacionalismo político e literário às avessas. O prólogo anuncia a sua diferença. Taim, a narradora, explica não ser ela quem detém o privilégio da história que narra, e atribui à Mãe Micaela e sua irmã, a tia Simôa, o relato oral da história de Anhangá, espírito do mal, que assombra a Ilha do Mel. A tradição oral é expressa num discurso repleto de epítetos comuns ao linguajar indígena (*a filha dos brancos, os homens grandes*). A presença de uma linhagem de narradoras, uma miscigenada e culta, detentora da escrita, e as duas indígenas provenientes de comunidades tradicionais, ganham significação especial na medida em que são vozes destituídas de autoridade cultural nos textos canônicos do século XIX. Vejamos alguns excertos do capítulo I, que inicia com a seguinte descrição:

O lugar da Ponta Grossa, na Vila de S. Francisco Xavier, hoje cidade da Graça, que está retalhada por muitos possuidores, foi, em outro tempo, isto é, no princípio da colônia, limites de uma extensa colônia, que pertencia a um grande fidalgo chamado D. Martim de Villar, governador da mesma colônia.

Este cavalheiro vivia com dois irmãos mais moços, D. Luís e D. José de Villar.

Como nem sempre a escolha de governadores das colônias brasileiras recaía em pessoas cuja prudência e justiça guiassem um povo infante, que começava a abrir os olhos para a civilização, tendo as vistas ainda cheias das névoas da idolatria e da ignorância, o gabinete português enviava a estes lugares homens a quem queria proteger, e de quem esperava grandes vantagens, pelo muito que arrecadavam.

Estes governadores, usando quase sempre de um poder despótico [...] despertavam [...] aversão e vingança. A iníqua opressão e torpe injustiça que quase geralmente era exercida contra essa pobre gente, cimentavam com incremento fatal esse ódio terrível, cujo amargor devia legar em herança a suas futuras gerações, esse povo então na infância dos costumes.

O vício praticado por tantos facínoras saídos das cadeias de Lisboa, que vinham povoar a colônia, progredia com mais força, suplantando toda a sombra de civilização [...].

D. Martin de Villar era um dos tiranos mandados ao Brasil em quem recaía a má escolha do governo português.

O bárbaro tratamento e despotismo que ele exercia sobre seus numerosos administradores faziam-no odiar por essa gente de coração tão sensível e a quem ele chamava selvagem.

[...] Seus dois irmãos o acompanhavam em seus sentimentos e opiniões, e as crueldades que exerciam quando reunidos administravam justiça, os fazia denominar por todo o povo, homens do raio.<sup>117</sup>

O tom realista e a consciência histórica evidenciados na descrição com a qual a narradora inicia a história não deixa dúvidas quanto à violência da história colonial brasileira. A denúncia do processo de colonização desloca a perspectiva idílica do romantismo de Alencar, de modo que o primeiro capítulo já contém a gênese de um *script* narrativo que adensa a leitura crítica das relações de poder e a opressão no

---

<sup>116</sup> Atualização do texto, introdução e notas de Zahidé Lupinacci Muzart. Florianópolis, Editora Mulheres, 2ª. edição, 2008.

<sup>117</sup> *D. Narcisa de Villar*, pp. 23-24.

contexto de uma história de amor cujos protagonistas pertencem a raças diferentes. A história transcorre no ano de 1669, num período em que a coroa portuguesa adotava a política de dominação tal qual explicitada pela narradora. O fulcro do enredo trata da história de D. Narcisa de Villar que, tendo perdido os pais aos doze anos, é trazida de Portugal para viver com os irmãos na colônia. No subenredo, tem-se os fragmentos da história da índia Efigênia, ama de Narcisa e mãe de Leonardo, um índio mestiço, com o qual Narcisa convive e pelo qual se apaixona, sendo retribuída com igual fervor. Os irmãos planejam enviar Narcisa para um convento com a intenção de se apossar da herança que lhe coubera mas, ao se apresentar um pretendente com a intenção de levá-la de volta à Portugal, decidem casá-la contra a sua vontade. Na noite das bodas, Leonardo a rapta e fogem para uma ilha. São perseguidos pelos irmãos Villar que assassinam o casal na presença de Efigênia, a qual havia acompanhado seus senhores na tentativa de evitar uma tragédia. Diante do filho morto, Efigênia revela o segredo sobre o seu passado e a paternidade de Leonardo Villar. Filha de um cacique que havia dado hospitalidade a D. Luis, fora seduzida e abandonada por ele, trazida posteriormente para a “cidade dos brancos” (p.78) onde vivera na escravidão. No epílogo, a narradora Taim evoca o relato de Mãe Micaela, explicando a razão das assombrações que rondam a Ilha do Mel.

Enquanto o romance de Alencar idealiza as origens da nova raça brasileira, Castro questiona o modelo de civilização imposto através da tirania e da opressão portuguesa, expondo a vitimização da mulher branca, a violência sexual contra a mulher indígena e a destituição do homem mestiço, todos estigmatizados pela sua condição de seres inferiores no sistema patriarcal de rígida hierarquia de raça e gênero. Nesse contexto, a solução narrativa não poderia ser outra senão de caráter trágico, o que significa dizer que a narrativa resiste aos termos do pacto social fixado pela lógica do nacionalismo romântico e sua interpretação da nacionalidade como uma totalidade sem fissuras. Em lugar da natureza tropical e exuberante, a paisagem é sombria, permeada por uma natureza hostil, repleta de presságios que indiciam desastre e morte. Como um texto descontínuo em relação às ficções canônicas de fundação, o romance de Azevedo e Castro coloca a nú os traumas da nacionalidade e abre caminhos para suplementar a “função de significar” a brasilidade, na linha da lógica do suplemento derrideano, conceito que inscreve a noção de um acréscimo àquilo que se supunha completo em si mesmo uma vez que desloca e altera o sentido pressupostamente pleno.

O tempo presente exige uma reflexão crítica sobre os nacionalismos, de como operam e controlam os imaginários sociais/simbólicos de modo a produzir identidades e tradições nacionais que se cristalizam como verdades. O romance *Dona Narcisa de Villar* estabelece uma relação com a obra canônica de Alencar que estudiosos de literatura brasileira poderiam definir como impertinente e inoportuna. Todavia, exatamente por esse viés, é uma obra que contribui para uma leitura contrapuntual dos nacionalismos político e literário do século XIX. Hoje, o resgate da contribuição ímpar de outras tradições de escrita engessadas nas margens da configuração ideológica da nação

como narração se impõe, da mesma forma que o resgate de textos não conhecidos de figuras como Andrada e Silva e Alencar. Ao se reinscrever no passado certos silêncios e ausências, se coloca em pauta algumas questões: (1) a revisão crítica da institucionalização do campo literário e da tradição canônica da literatura com seus marcos fundacionais no século XIX, na medida em que se entende o cânone como forma de contenção relacionado com estruturas de exclusão; (2) a desestabilização da fixidez de sentidos como efeitos de uma memória engendrada por um nacionalismo construído de cima para baixo, tanto no plano político quanto literário; (3) a definição normativa de literatura brasileira pressuposta em uma homogeneidade de autoria, de classe, de formação, de pertença, de competência, de conhecimento e de tradição.

A questão da autoria feminina do século XIX coloca o nacionalismo sob rasura, aquele cujo discurso forjou os pressupostos da nacionalidade brasileira e processou visões de laços de pertença identitária bem como a fixação social de mitos como o da democracia racial e o de uma sociedade não violenta. Somente a impertinência de textos escritos nas margens enunciativas da nação pode trazer novos aportes críticos para a compreensão, revisão e reinterpretção do nosso legado colonial.

## Referências

- ACHUGAR, H. "La escritura de la historia o a propósito de las fundaciones de la nación". In: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC/RS*, Porto Alegre, vol.6, n.1, agosto de 2000.
- ALENCAR, J. *Iracema*. São Paulo: Ática, 1995, 29ª. edição.
- \_\_\_\_\_. *Cartas a favor da escravidão*. Tâmis Parron (Org.) Rio de Janeiro: Hedra, 2008.
- ANDERSON, B. *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso, 1983.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, 8ª edição.
- CARVALHO, J. M. *Pontos e Bordados, escritos de história e política*. Minas Gerais: Editora UFMG, 1998
- CASTRO, A. L. A. *Dona Narcisa de Villar*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008, 2ª edição.
- COSTA, E. V. *The Brazilian empire: myths and histories*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.
- LEMAIRE, R. "Relendo *Iracema*" (o problema da representação da mulher na construção duma identidade nacional). In: *Organon* 16, 1989.
- MUZART, Z. L. (Org.) *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Editora Mulheres/EDUNISC, 1999 (vol I) e 2004 (vol. II).
- RENAN, E. "What is a nation?" In: *Nation and Narration*. Homi K. Bhabha (ed.). Londres: Routledge, 1990.
- SILVA, J. B. A. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



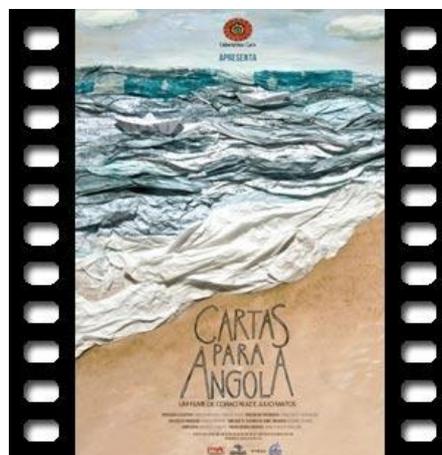
## **PARTE VI – DOCUMENTÁRIO: CARTAS PARA ANGOLA**



## Para além de Angola: cartas, laços e memória

Greciely Cristina da Costa

Univás



*"A identidade é um movimento na história, ela não é homogênea e ela se transforma"* (ORLANDI, 2002 p.204).

Do lado de lá ao lado de cá do Atlântico, daqui para lá, além-mar, num movimento incessante, os sentidos transitam impelidos por histórias - às vezes, conhecidas, às vezes, desconhecidas, muito íntimas - que se encontram no momento em que um sujeito fala de si para o outro. Fala da guerra, do exílio, da migração, do preconceito, da saudade. Afetos, lembranças, sonhos, desejos, laços são convocados por esse falar, gesto, cuja formulação também se movimenta entre a escrita, a leitura e a imagem, cedendo lugar à inscrição da memória discursiva. E, ainda, neste gesto, os modos de o sujeito significar e de significar-se são ativados pela memória. *Cartas para Angola*<sup>118</sup> é um documentário, cujo discurso, nos leva a refletir sobre a língua, sobre a sociedade, sobre a história face ao pertencimento, aos conflitos sociais, aos processos de identificação à medida em que pertencer a um país, a uma sociedade, a uma história afeta as relações sociais que, na perspectiva da Análise de Discurso, são relações de sentido (ORLANDI, 2001). É a partir dessas relações que pretendo abrir um espaço de discussão visando compreender a constituição dos sentidos e dos sujeitos para além de Angola.

Analisar *Cartas para Angola* não é tarefa simples (e diga-se de passagem tarefa que, por enquanto, não tive como objetivo perscrutar) porque quando me deparei com este documentário em seu processo discursivo foi como eu se abrisse uma porta e ela desse acesso a várias entradas. Tarefa que me parece

---

<sup>118</sup> Direção de Coraci Ruiz e Júlio Mattos. Laboratório Cisco (2011).

fascinante, intrigante. O que quero dizer é que para analisar esse documentário é preciso partir de uma questão, de um ponto, de um recorte, de uma relação, uma dentre muitas possíveis. É o que proponho com essa leitura: partir de um ponto, pensar em uma entrada, expondo-os ao debate.

Gostaria de começar então apontando que *Cartas para Angola* traz em si percursos, discursos, poesia. A primeira imagem que assistimos é a da beira-mar, vemos ondas que vem e vão. O som é o da água, do movimento do mar. O primeiro então percurso é o do mar e a poesia é a da imagem. Em seguida, a língua portuguesa (de Portugal) cede passagem a uma pergunta, um discurso, um sujeito, cujo trecho da carta é importante transcrever:

*Querida Ana Paula, escrevo-te desde a cidade do Rio de Janeiro, a que é chamada pelos seus cidadãos de cidade maravilhosa. Frequentando essas ruas, a pergunta que mais me visita é esta: uma cidade é um lugar externo onde moramos, caminhamos, sonhamos com os olhos acordados mediante a vizinhança que nos cerca ou uma cidade é um lugar interno que nos persegue do lado de dentro dos olhos, que nosso coração como uma âncora pesada que nos mantém presos a memórias e lugares de outro lugar?*

Essa pergunta de Ondjaki (um dos entrevistados) de alguma forma situa todas as outras que serão feitas no decorrer do documentário, nos pares *dentro/fora, fora/dentro*. Habitamos uma cidade ou somos habitados por ela? Falamos uma língua ou somos falados por ela? Pertencemos a uma história ou ela nos constitui?

Esses pares, ao longo do documentário vai se mostrando permeável, deslizante na construção da metáfora de um mundo por outro: Angola por Brasil, Brasil por Angola, Portugal por Angola, Angola por Portugal, Portugal por Brasil que desliza em seu curso para Angola no Brasil, Brasil em Portugal. Angola sem Brasil. Brasil em suas ausência e presença. Esse jogo metafórico é resultado do discurso dos entrevistados que narram sua relação com outro país, com a cidade, com as línguas, com o outro. A relação que Fernanda Fernandes estabeleceu com Angola ao longo de 3 anos que viveu lá se deve à relação de amizade com Siza, ou seja, um mundo que chega e fica pelo outro, isto é, um mundo que se constrói atravessado, em Fernanda, por uma relação de afeto, pois Angola é significada pela/na figura de um sujeito, de Siza. Enquanto do outro lado do Atlântico, Siza confessa sua falta de desejo pela cidade de Luanda, confessa não ter nunca se apaixonado pela cidade, na qual mora por questões financeiras. Na verdade, em seu discurso, explicita a ausência de afeto por Luanda. Talvez essa ausência seja efeito do que diz Ondjaki sobre a possibilidade de o sujeito se prender a uma memória e lugares de outro lugar. O que observo é que não importa que Siza habite Luanda, o que explicita esse sujeito é que Luanda não a habita.

A carta-poema que escreve Allan da Rosa para Lukeny Bamba Fortunato mostra um outro lado do par *dentro\fora*, aliás, explicita de que modo a memória de Angola é atualizada no confronto com a memória de Brasil. Um *dentro\fora* sem limites que ata um laço, laço político, sócio-histórico.

Memória de Brasil que se configura assim também pela evocação de Angola. Memória marcada no corpo: pele, cabelo, lábios, traços. Memória inscrita no passado de cores: preto e vermelho, como fala o angolano. E a memória da cidade de São Paulo, no discurso de Allan da Rosa, é recortada pelo sonoro, pois ele traz à tona a memória sonora constituída pelo som dos helicópteros em cima da periferia, com suas metralhadoras, com suas câmeras diferente do helicóptero dos jardins que serve para levar uma criança para escola ou para levar um empresário para seu heliporto. Memória da guerra. Ainda que diferente, de uma guerra. Memória sonora da favela que tem a ver com um imaginário que vai sendo construído pela/na TV daquele que habita uma parte da cidade e por isso é significado por ela. Memória que não tem porto...

O angolano, por sua vez, explica que a cidade de Luanda era lugar de portugueses, proibida para os angolanos. Aos moradores de Luanda restava à periferia por força da segregação.

Ao escrever para Jacinto Fortunato, Carlos Serrano lembra que, em Angola, ele era português, porque era filho de português, porque a colônia era portuguesa, mas participava da ideia de independência de Angola. Embora não quisesse participar da guerra que não era a guerra dele. Fugiu de Angola para Portugal. Hoje, em São Paulo, diz não saber se viveria em Angola uma vez mais, pois reconstruiu sua vida no Brasil, sua mulher é brasileira, sua filha e netos são brasileiros, sua família é daqui. "A minha dimensão afetiva tem lugar lá, tem um pouco em Portugal", afirma ele. E ainda conta que tem um pouco do sotaque português, mas quando vai pra Angola ou pra Portugal é reconhecido como brasileiro e isso o confunde. Ou melhor, o constitui num *entre-lugares*. Aqui vale explicar que, por um lado, a noção que remete ao *entre*, segundo Dahlet (2013), entre dois "baseia-se numa figura tópica – um lugar. Um lugar, entretanto, no qual prevalece o sentido de passagem, de instabilidade, de reinvestimento daquilo que está em jogo"(p. 83), neste caso, entre línguas, cidades e sotaques, entre muitos lugares. Por outro lado, acerca da relação entre língua e oralidade, Scherer (2006) acentua que "Falar é uma atividade singular de linguagem, uma forma de existir" (p. 20) e, neste caso, a existência desse sujeito é constituída por esses *entre*.

Ana Paula Tavares foi de Angola para Portugal fazer mestrado e acompanhar a filha na entrada na universidade. Depois de anos morando lá afirma com todas as letras que é "uma cidadã de Angola". "Fui português em Angola. Me tornei brasileiro de afeto, de coração", declara Avelino Dias. Esses dizeres nos permitem perceber as faces do afeto, sua dimensão política, histórica e social.

Augusto Van Dunen se dirige à brasileira Alessandra Ribeiro para dizer que quer aprender com ela, de algum modo, como resgatar as raízes da cultura negra. Conta que a guerra fez com que as pessoas ficassem mais preocupadas com a bala que podia atingir a casa do que com a arte. Hoje há uma busca pelo resgate de valores, das práticas culturais em Luanda. E eu me pergunto, tomando o discurso de Augusto e Alessandra se raiz tem mesmo lugar?

Alessandra relata que passou por um processo de descoberta de si mesma ao se dar conta de que todo mundo sabia o que ela era e ela mesma não sabia. Neste processo de tentar se descobrir, retornou à África e a encontrou aqui, no Brasil. "Aqui é uma África. Não sei se essa África tá lá, mas veio de lá", enuncia. De sua voz desprende-se um canto que diz: "Sou de lá da África, se não sou de lá, meus pais, meus avós são de lá, da África, pelos meus cabelos, pela minha esperança sou de lá, da África". E esse seu gesto nos permite observar que pertencer a um lugar tem a ver com um processo de significação pelo qual o sujeito interpreta sua história, a si mesmo na busca por um ponto de partida, de origem, por uma identidade, por uma semelhança, por uma língua, por um porto.

O ser português, o ser angolano, o ser brasileiro. O ser entre-dois, entre-três, entre-muitos. O não saber ser o quê. Cá, lá, aqui, fora, daqui, dentro, de lá, longe, perto, no coração. Onde? Angola, Portugal, Brasil. Essa é a cadência de uma poesia que nas línguas, na escrita, na leitura, na oralidade e na imagem textualizam-se sentidos de um de um lugar, pois a formulação de *Cartas para Angola* passa pelo som, pela imagem, pelo movimento, carta-escrita, carta-vídeo, carta-lida, carta-filme, carta-poema, vídeo-poema. E, de acordo com Orlandi (2013)<sup>119</sup>,

escrita e oralidade se distinguem: a escrita é uma relação distinta da estabelecida pela oralidade com a história. Porque difere, nelas, o modo como sujeito e sentido se filiam à memória, se inscrevem na discursividade, ou seja, nos efeitos materiais da inscrição da falha da língua na história.

Em minha observação, o que se sobressai tendo em vista a reflexão de Orlandi, face às discursividades de *Cartas para Angola* é um ponto de encontro entre essas formas de linguagem distintas. O ponto de encontro é a poesia. A poesia na língua, a poesia na cor, a poesia na música, poesia na crítica, na ironia, poesia de existir que se inscreve na memória, pois nas palavras de Pêcheux (1999: p. 56) a memória é um "espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, polêmicas e contra-discursos". Um espaço que se desdobra pela movência da história, pela força da deriva. À deriva de sentidos.

## Referências Bibliográficas

- DAHLET, V. "A linguagem, as línguas e o lugar do sujeito". In: COSTA, G; MASSMANN, D. (Orgs.), *Linguagem e Historicidade*. Campinas, SP: RG Editora, 2013.
- ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. "Papel da Memória". In: *Papel da Memória*, Campinas, Pontes, 1999.
- SCHERER, A. E. Subjetividade, inscrição, ritmo e escrita em voz. In: MARIANI, B. (Org.) *A Escrita e os Escritos: Reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006.

---

<sup>119</sup> Texto inédito, gentilmente, cedido pela autora. Meus agradecimentos a ela.

## **PARTE VII – ARTE: DIFERENTES FACES DO TEATRO**



## “Não Eu”, Talvez Alguns Nós

*Lauro José Siqueira Baldini*<sup>120</sup>

Unicamp

*Laise Aparecida Diogo Vieira*<sup>121</sup>

Univás

*quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais  
possibilidades de sentidos se apresentam*  
Eni Orlandi

Mas o que significa para dois analistas de discurso a montagem de um texto de Beckett? Acreditamos que, em primeiro lugar, deve se tomar a sério aquilo que Beckett diz a um diretor de teatro com relação a uma de suas peças: “*don’t play it like symbols*”, isto é, não se trata de trazer à cena uma profusão de sentidos possíveis, que o espectador atento, ou o crítico erudito, poderia, em seguida, desvendar por trás ou para além da materialidade presente no ato cênico. Aqui, é mais uma vez Beckett quem nos orienta: comentando as diversas interpretações para o onipresente (e ausente) Godot (1952) de sua célebre peça, ele assim encerra as discussões a respeito do fato de Godot representar a figura de Deus: “*if by Godot I had meant God I would [have] said God, and not Godot*”<sup>122</sup>. Vê-se, portanto, que é da dimensão significativa que se trata aqui, e não da dimensão do significado. Foi por essa via que pensamos o texto apresentado no Enelin: Not I, de 1972. Ou, em outras palavras, a questão que se nos colocava era “*abalar a religião do sentido*”<sup>123</sup>, que separa o sério do sem-sentido, para usar uma expressão de Pêcheux. Nessa perspectiva, buscamos agora, neste relato, significar um pouco dessas tentativas que nos atravessaram no percurso, certos também de que o que importa nos escapa a esses movimentos.

Trata-se, portanto, de pensar o acontecimento na arte, o *a posteriori*, a deriva de sentidos em sua incompletude, que se instaura desde a preparação cênica, na montagem de uma peça, na criação de uma versão, em sua materialidade específica, numa sequência de palavras e algumas rubricas, ao momento depois de sua apresentação. “Não eu”, de Samuel Beckett, publicada na primavera de 1972, e que já foi interpretada várias vezes ao longo desses quarenta anos, em 2013, recebeu mais uma de

---

<sup>120</sup> Professor do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP.

<sup>121</sup> Mestre em Ciências da Linguagem pela UNIVÁS e atriz.

<sup>122</sup> Brater, *The Essential Samuel Beckett: An Illustrated Biography*, pg. 75.

<sup>123</sup> Pêcheux, *Delimitações, inversões, deslocamentos*, pg. 20.

suas versões para a Sessão Fazendo Arte<sup>124</sup>, no Enelin, em Pouso Alegre. No entremeio dessas relações artísticas e discursivas, esta escrita pode ser iniciada pelo viés do percurso da montagem de “Não eu”.

Em primeiro lugar, colocava-se, para nós, a questão de como perseguir a indicação beckettiana de que não se tratava de tornar o texto ininteligível, mas de buscar encontrar o ponto de contato entre uma fala maquinal e uma enunciação humana, ou seja, aquele lugar em que tornaria *indecidível* a quem atribuir àquela fala (ao sujeito? ao inconsciente? a um sujeito sem interioridade?). Além disso, havia a questão de manter uma fala que não fosse privada de sentido, mas sim de centro a partir do qual o público pudesse situar sua escuta. Só contávamos com a repetição para isso.

Assim, durante o processo de construção da cena, repetir incessantemente o texto até que ele se tornasse hipnótico, não familiar, foi a via que escolhemos para desnaturalizar aquela fala. Trabalhar com os pontos de suspensão que Beckett marca. Exemplificamos com o início da cena:

...solta... neste mundo... este mundo... coisinha de nada... antes do tempo... em um bura- o quê?... menina?... sim... menininha... dentro deste... solta dentro deste... antes do tempo... buraco esquecido por Deus chamado... chamado... não importa... pais desconhecidos... não se ouviu falar... ele desaparecido... em pleno ar... mal abotoou suas calças... ela similarmente... oito meses depois... quase no ponto... então sem amor... poupada disso... sem amor tal como normalmente acontece....

Assim, a protagonista de “Não eu”, se podemos falar em protagonista, é “Boca”. Não a boca de alguém, mas apenas “Boca”. Poderíamos pensar: um órgão sem corpo a que ser remetido, ou uma boca corpo? Nossa tentativa de responder a essa questão se deu no próprio processo: desde o início, pensávamos a boca como puro órgão emissor, sem remetê-lo a uma subjetividade que o incluiria num corpo em forma de totalidade. É claro que esse foi um ponto de especial dificuldade, na medida em que, de fato, tratava-se da boca de uma atriz, com sua singularidade e sua subjetividade, e, mais importante, seu corpo, o que impunha encontrar um modo de deixar-se levar por essa boca, e não levá-la, remetendo a uma interioridade que expressaria uma intenção. E isso, de certa maneira, talvez, seja um embate proposto na peça, na medida, em que a boca marcadamente emite:

“o que?... quem?... não!... ela!..”, um dos poucos momentos em que o texto traz uma marca de pontuação que remete a uma possível forma de enunciação. E essa é a contradição em que opera o sujeito: ele se afirma ao negar-se. Para depois render-se, novamente, ao caleidoscópio de formulações sem efeito de origem.

Num primeiro momento, lemos o texto “em linha reta”, isto é, do modo mais neutro possível, sem tentar marcar qualquer traço de enunciação. Em seguida, com parte do texto já memorizada, a questão agora era operar em ritmos cada vez mais rápidos, de modo que a atriz não pudesse refletir

---

<sup>124</sup> Nosso agradecimento à equipe organizadora do Enelin pelo convite para participação nesta sessão. O vídeo pode ser visto em <http://youtu.be/oT8VLx9FSvs>

sobre a intencionalidade deste ou daquele fragmento. Também operamos sobre o corpo da atriz, que não podia se movimentar: ora o texto era emitido com a atriz deitada, ora sentada, ora em pé<sup>125</sup>, isso para voltarmos as máximas – e mínimas – tensões do corpo para *boca*, num exercício de (se) significar esta e deslocar aquele de seu eixo convencional. Mesmo assim, com uma parte do texto já “dominada”, começou a aparecer uma ligação entre os fragmentos de fala, uma narratividade, como se um fato sucedesse ao outro (por exemplo, relacionando, através da entonação, do ritmo, de marcas de subjetivação, elementos factuais daquele dizer: “*deitada com o rosto na grama*”, “*de pé em um supermercado*”, “*sentada num monte em Croker’s Acre*” e “*aquela vez no tribunal*”. E não era isso o que queríamos. Começamos, então, a trabalhar com partes não memorizadas, de maneira que se produzisse uma espécie de surpresa com a escansão daquela fala. Dificuldade de (des)emaranhar os sentidos, talvez, porque trabalhar o texto “em memória” seja também o processo de encadeá-lo, de remetê-lo à dimensão do significado. E, por esse caminho, os “pontos de suspensão” se perdiam na fala e na escuta. Insistimos, assim, no norte do significante como procedimento de trabalho. No funcionamento dele e a que dele, sobretudo, escapa, nos “sentidos em fuga”<sup>126</sup>, procuramos buscar, na materialidade da cena, a tensão e a articulação entre *não eu* e *eu*... Foi nesse momento do processo que apresentamos “Não eu”. Isso foi o antes.

Interessa-nos, agora, o após. Nesta perspectiva, voltamos nossa escuta para três elementos que o filósofo Alain Badiou (2002) elencou em suas ideias-teatro: a incompletude, o acaso e o público. Tais características que, segundo o autor, compõem as ideias-teatro, significam-nos caminhos de diálogo que se entrecruzam e produzem sentidos nos campos artístico e discursivo<sup>127</sup>. É também por meio desses elementos que trazemos à tona algumas indicações que Beckett parecia estimar, entre elas, a objetividade das rubricas em seus textos e a recusa de explicar o que a sua dramaturgia poderia significar, assim como, por exemplo, na ocasião da montagem de “Não eu”, quando disse a um diretor americano para que este se concentrasse nos nervos do público e não na apreensão intelectual da encenação<sup>128</sup>.

A incompletude no processo, visto ser da ordem do acontecimento artístico, segundo Badiou, permite-nos a entrada às (im)possíveis interpretações. Orlandi (2007:47) reforça o quão fundamental é a incompletude no dizer, e acrescenta: “*é a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base*

---

<sup>125</sup> Havia também a figura do Auditor, que Beckett inclui na versão original do texto. Aqui, como aconteceu com o próprio Beckett quando dirigiu essa cena, fracassamos. Não encontramos lugar para colocar esse personagem (mas trata-se de um personagem?) na versão que apresentamos...

<sup>126</sup> “[...] é preciso que fuga não seja entendida como o que foge, mas o que corre, desliza, vai, ressoa, ecoa, arrebanha sentidos em movimento, em outro lugar. Sem deixar de ter sua relação com o silêncio, com o silenciamento.” (ORLANDI, 2012: 19).

<sup>127</sup> Poderíamos, por exemplo, tentar pensar em que medida as reflexões de Badiou se encaminham para o entrecruzamento entre estrutura e acontecimento, como afirmava Pêcheux.

<sup>128</sup> Daí nossa satisfação no após, quando alguns dos presentes na exibição dessa versão vieram nos contar sobre o que tinham sentido “no peito”...

*da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade*". Se o silêncio preside a possibilidade do múltiplo, é preciso considerar esta questão tendo em vista a "falação" ininterrupta que caracteriza o texto "Não eu". De fato, o monólogo intenso dessa obra impõe justamente a intensificação do ritmo, da pausa e do silêncio, de modo que do advento da torrente de palavras emergja um sujeito, marcado justamente por esses elementos que dão à interpretação sua singularidade.

Em meio à incompletude do funcionamento teatral, apontamos também o acaso. Acaso que, por mais que o diretor, os atores e demais envolvidos na montagem debruçam-se no controle formal de seu trabalho, este sempre lhe escapará. Escapará por cada apresentação ser singular, em sua própria efemeridade:

"O efêmero do teatro não é diretamente o fato de uma representação começar, acabar e só deixar vestígios obscuros no final. É, antes de mais nada, o seguinte: uma ideia eterna incompleta na experiência instantânea de seu término." (BADIOU, 2002: 99)

Ferracini (2013: 66) metaforiza esse acontecimento com o pôr-do-sol – em sua unicidade e singularidade; o que, para nós, põe em funcionamento o conceito de repetição em Análise de Discurso, segundo Pêcheux: repetir com transformação. É ainda, por meio disso, que compreendemos quando Badiou (2002:97) afirma que "*o teatro é um arranjo [...] cuja única existência é a representação*". Isso nos permite repetir esse enunciado transformando-o: o teatro é *em* arranjo. Deriva de sentido que põe o acontecimento cênico no inacabado e, por isso mesmo, possível e passível de transformação a cada vez que se realiza. Isso, pois, conforme Badiou, a representação teatral nunca acontecerá isenta de acaso.

Nesse arranjo contínuo, ou ainda, na "espiral infinita"<sup>129</sup>, encontra-se o público:

"No acaso, deve-se contar o público. Pois o público faz parte do que completa a ideia. [...] O público representa a humanidade em sua própria inconsistência, em sua variedade infinita." (BADIOU, 2002: 99-100.)

Daí a relação entre o inacabado e a presença do público, que constitui redes de sentidos no processo de criação-apresentação. Inconsistência que, em nossa leitura, aproxima-se de inconsciência, assim como variedade aproxima-se de verdade. A primeira aproximação devido à possibilidade de afetos, durante uma apresentação cênica, por todos envolvidos nesse acontecimento, numa conjuntura que envolve processos sociais, históricos e ideológicos, e que põe em funcionamento, inclusive, a memória discursiva do sujeito, em sua inconsistência, sobretudo. E a segunda aproximação relaciona-se às verdades possíveis a serem construídas nesse encontro de afetos. O público, portanto, significa sentidos e não-sentidos, que fazem sobreviver o espetáculo, no entremeio de sua apresentação e de seu *fim*. Isso por que "*os sentidos não se fecham*"<sup>130</sup> e somos nós – artistas, analistas,

---

<sup>129</sup> Ferracini, *Ensaio de atuação*, pg. 56.

<sup>130</sup> Orlandi, *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*, pg. 9.

público – sujeitos itinerantes, errantes, que colocamos em funcionamento o clamar de interpretações, visto estarmos e sermos, a todo tempo, no emaranhado da rede de sentidos e *non sense*. Por isso, uma boca pode ser só uma boca, assim como “*boca... lábios... bochechas... mandíbula...*”<sup>131</sup> podem ser outra coisa, terem outros sentidos.

Assim, o processo artístico teatral é um lugar de interpretações (im)possíveis. Isso nos leva a compreensão da deriva que Beckett provoca na palavra teatro em sua etimologia *theatron* (lugar de onde se vê). Pavis, ao discorrer sobre a origem dos termos teatralidade e teatro, define:

“O teatro é mesmo, na verdade, um ponto de vista sobre um acontecimento: um olhar, um ângulo de visão e raios ópticos o constituem. Tão somente pelo deslocamento da relação entre olhar e objeto olhado é que ocorre a construção onde tem lugar a representação.” (PAVIS, 2008:372.)

Entretanto, segundo Cavalcanti (2006), Beckett propõe uma espécie de inversão daquele conceito, pois pelo e no trabalho beckettiano, o teatro apresenta-se como lugar de onde quase não se pode ver: “*deste modo, a cena*<sup>132</sup> *procede ao desmonte do conceito tradicional de representação teatral ao fazer do olhar da plateia, do espectador, do outro, um olhar que apenas entrevê, ou mal vê*”<sup>133</sup>.

Isso nos permite deslizarmos para o lugar onde, apesar de quase não vermos, podemos interpretar. Cenicamente, por exemplo, não vemos em muitas peças de Beckett o corpo dos personagens em sua íntegra, uma vez que muitos se encontram ora ocultados, ora mutilados, como observamos em “Fim de partida” (1957) e “Dias felizes” (1961). Ou no caso de “O Inominável”, em que, fragmentadamente, mal podemos construir a imagem do corpo da voz que enuncia “*eu, de quem nada sei*”<sup>134</sup>. Apesar disso, o acontecimento pode se instaurar. Pois, em arranjo – inacabado e casual, as interpretações instalam-se. É nessa possibilidade de o sujeito interpretar, significar(-se), em meio aos não-sentidos e não-vistos, que podemos notar a iminência da transformação, da diferença, e daí o devir de sentidos, até então, impensados e insólitos à estrutura das formações discursivas e do interdiscurso. E da mesma maneira que advêm sentidos outros, tantos outros escapam, visto que não podemos dar conta da totalidade de sentidos, embora a busca pela completude persiga o sujeito e lhe dê a ilusão de unidade, conforme também aborda Orlandi<sup>135</sup>. Como disse certa vez Beckett, a palavra chave de suas peças é ‘talvez’<sup>136</sup>. Foi isso que procuramos ressaltar neste trabalho.

---

<sup>131</sup> Trecho de “Não eu”.

<sup>132</sup> A autora refere-se à peça “Not I”.

<sup>133</sup> Cavalcanti, *Eu que não estou aí onde estou: o teatro de Samuel Beckett*, pg. 37-38.

<sup>134</sup> Beckett, *O inominável*, pg. 45.

<sup>135</sup> Orlandi, *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, pg. 79.

<sup>136</sup> Beckett, apud Andrade, *Samuel Beckett: o silêncio possível*, pg. 194.

## Referências

- ANDRADE, F. S. *Samuel Beckett: O silêncio possível*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- BADIOU, A. *Pequeno manual de inestética*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- BECKETT, S. *O inominável*. São Paulo: Globo, 2009.
- BRATER, E. *The Essential Samuel Beckett: An Illustrated Biography*. Londres: Thames & Hudson, 2003.
- CAVALCANTI, I. *Eu que não estou aí onde estou: o teatro de Samuel Beckett: (o sujeito e a cena entre o traço e o apagamento)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- FERRACINI, R. *Ensaio de atuação*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2013.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. "Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio". In: *Sujeito, sociedade, sentidos*. Campinas: Editora RG, 2012.
- PAVIS, P. *Dicionário de teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- PÊCHEUX, M. "Delimitações, inversões, deslocamentos". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos (19)*. IEL - UNICAMP, jul/dez 1990.

## A presença não é um atributo do ator

*Renato Ferracini*

Lume/Unicamp

*Não sabemos nada de um corpo enquanto não sabemos o que pode ele, isto é, quais são seus afetos, como eles podem ou não compor-se com outros afetos, com os afetos de um outro corpo, seja para destruí-lo ou para ser destruído por ele, seja para trocar com esse outro corpo ações e paixões, seja para compor com ele um corpo mais potente*

*Deleuze e Guattari: 1997, 43*

A presença cênica não é um atributo do ator. Se assim fosse, a definição lugar-comum valeria: a presença é uma habilidade técnico-corporal e energética capaz de “prender” a atenção do público. Essa, definitivamente, não é a definição de presença cênica que trabalhamos no LUME. Quando afirmei em meu primeiro livro “doar é um verbo bitransitivo” (Ferracini, 2001), salientei que qualquer ação física – base geradora da uma presença cênica para o ator – somente tem sentido se ela for composta por uma seta de mão dupla, ou seja, se ela estimular uma co-experiência poética – portanto criativa – entre ator/público/espaço/tempo. Qualquer ação física/presença cênica, nesse sentido, gera uma rede afetiva e, portanto, é sempre coletiva. Hoje, no LUME, sabemos que para refletirmos sobre o conceito de presença cênica de uma forma mais potente (ao menos dessa forma coletiva, relacional e co-criativa) devemos pensá-lo atrelado a um conjunto de práticas realizadas a partir de outros parâmetros conceituais de corpo.

Como, então, repensar o conceito de corpo para ressignificarmos o conceito de presença?

Busquemos, primeiramente, fugir da definição essencialista que relaciona presença e corpo. Nesse terreno, a presença cênica seria a capacidade intrínseca singular de conexão com algo de intimamente humano interiorizado no corpo do ator. Esse “humano” encontrado (seja lá o que isso signifique!!!) teria a capacidade de se comunicar poeticamente com todos os outros corpos já que habitaríamos, todos, esse lugar “comum”.

Não!

Cada vez mais aprendemos em nosso cotidiano de atores-pesquisadores em trabalho no LUME que a presença cênica é construção e composição na relação com o outro. Talvez seja essa a força invisível que Grotowski diz acontecer entre o público e o ator e que, para ele, define TEATRO. Nessa esteira de pensamento podemos afirmar que a poesia cênica para ator só se completa, se efetiva e se atualiza quando se compõe poeticamente com algo-corpo fora dele próprio. O ator, como poeta da

ação, deveria buscar construir e reconstruir suas ações junto COM o público-espço e não realizar algo PARA um público-espço. Nunca um corpo transcendente, nem essencialista, nem solipsita, nem endógeno mas um corpo atravessado por forças que estão territorializadas nos entremeios dos dualismos realidade/ficção, interpretação/representação.

Ao realizar uma fuga tanto do território essencialista (a conexão com algo interno do corpo, essencialmente humano, capaz de atingir um comum entre os homens) como do terreno dualista (separação corpo x mente, corpo cindido, dividido, compartimentalizado e hierarquizado) podemos definir o corpo pela sua potência, ou seja, sua capacidade de afetar e ser afetado. Ao ler Espinosa podemos verificar uma definição de corpo bastante vigorosa para quem faz teatro, dança e performance. Para além de uma ideia de corpo clichê: esse é nosso corpo, somos dono dele, temos nossa identidade e precisamos sempre buscar quem eu sou baseado na *epistemê* do “conhece-te a ti mesmo” Espinosa pergunta: o que é um corpo? Sua resposta: um corpo é definido por um conjunto de partes no qual a relação dessas partes define aquele conjunto-corpo. Que significa isso? Por exemplo: meu corpo é um conjunto de partes extensivas cuja relação e composição definem Renato e somente Renato nessa relação dada. O deslocamento que Espinosa propõem é simples porém brutal: um corpo não se define por ele mesmo e nem pelo conhecimento racional que ele tem de si mas sim pelos afetos de que é capaz. Nessa esteira o corpo do ator se definiria pela capacidade de buscar se compor poeticamente numa relação dinâmica com todas as partes heterogêneas e complexas da cena (ou seja, a capacidade de compor com todos esses outros “corpos”).

Reforcemos: segundo Espinosa, um corpo não se define pela sua capacidade de conhecimento racional, mas pela capacidade que esse corpo tem de afetar e ser afetado e a essa capacidade Espinosa dá o nome de potência. Um corpo, portanto, se define por sua potência: sua capacidade de afetar e ser afetado. Se conseguirmos potencializar os afetos ampliamos a capacidade de ação da rede de relações na qual estamos inseridos. Toda relação de potência é relacional e coletiva. E quando nos encontramos de corpos há um aumento de potência na rede de afetos das partes envolvidas acontece o que ele chama de alegria. Então o que é alegria para Espinosa? É ampliar nossa capacidade de afetar e sermos afetados de forma a ampliar a potência da rede de relações nas quais estamos territorializados. Ao contrário, se diminuirmos nossa capacidade de afeto, acontece o que ele chama de tristeza. Tristeza para Espinosa é a diminuição da capacidade de ação das partes envolvidas no encontro dos corpos. Toda uma política e uma ética dos afetos.

Mas como operar essa capacidade de gerar alegria na cartografia afetiva em que estamos inseridos? Obviamente não há uma resposta objetiva e pronta a essa questão, mas podemos indicar terrenos a serem explorados. Um pista seria a experiência de um presente - mais radicalmente de um presente do presente (Fabião, 2009) - para “entendermos” corporalmente essas relações. E entender “corporalmente” não significa uma racionalização e uma inteligibilidade da experiência, mas inseri-la

numa certa lógica da sensação<sup>137</sup> (Deleuze, 2007). Pensemos num surfista: entender racionalmente e realizar o cálculo matemático da relação dinâmica de equilíbrio e desequilíbrio entre a água, o vento, a prancha não possibilita de forma alguma o ato de surfar. Essa relação não passa por uma racionalidade, ou por um cálculo matemático exato, mas por uma experienciação e composição corporal dinâmica das partes e forças envolvidas no próprio ato presente de surfar. É no conhecimento corporal construído e dinamicamente atualizado na própria ação presente de composição entre prancha, onda, vento e equilíbrio/desequilíbrio corporal que talvez consigamos compor um corpo-prancha-vento-onda-equilíbrio e, assim, surfar. É assim que o ato de estar em cena - numa ontogênese dinâmica de ação em ato poético entre corpo/espço/tempo/luz/som/outro ator/público - faz do corpo em presença cênica um pensamento ativo da composição e da experiência e, portanto, necessariamente, coletivo e heterogêneo.

Pensar a presença cênica corpórea por esse viés nos remete a uma epistemologia da experiência. Não do experimento, mas da experiência. Uma presença-acontecimento-espetáculo que mobiliza os agentes da cena para outros planos poéticos de experiência e alegria espinozeana. Presença que se constrói em rede: não uma potência privada, um atributo individual localizável e inteligível que teria como objetivo um simples “chamar a atenção do público” (cf. Pavis, 2001); mas, sim, como EFEITOS DE PRESENÇA (Gumbrecht, 2010) que são produzidos por uma porosidade relacional dos corpos numa sempre ontogênese da ação em ato; uma certa escuta do fora que inclui o outro, o espaço e o tempo na tentativa de estabelecer uma relação coletiva de jogo potente e poético – e ALEGRE. Uma presença da composição poética de múltiplos corpos em relação de ampliação de potência e diferenciação de si. Deve-se entender, portanto, o efeito de presença como certa materialidade da ação própria do encontro no qual se produz essa ontogênese de corpos em ação. Ao se pensar num corpo cênico, essa ontogênese pode territorializar uma zona de turbulência<sup>138</sup> intensiva

---

<sup>137</sup> “a sensação é vibração” (Deleuze: 2007, 51). O campo de forças em atravessamento - esse platô vibrátil (invisível) do corpo - é justo o campo das sensações que atravessa o plano das percepções – e, portanto, o plano de síntese de consciência delas. É nesse sentido que a “[...] a obra de arte é um ser de sensação [...]” (Deleuze e Guattari: 1992, 213) ou, o que dá no mesmo, um ser de vibração. O corpo-em-arte-performativa (em arte, em obra de arte) é, assim, um “corpo vibrátil” (Rolnik: 2006) que transborda, dilui, faz vacilar (em planos de força) o corpo perceptivo ou o corpo material em sua própria materialidade.

<sup>138</sup> O conceito de Zona de Turbulência foi desenvolvido em meu livro “Café com Queijos, Corpos em Criação” (FAPESP e Hucitec, 2006). Trata-se de uma zona de instabilidade no ato cênico. Uma zona intensiva, virtual, não extensa, imaterial. Zona de forças em atrito. É claro que, nas relações corporais visíveis, quase sempre o espetáculo parece transcorrer dentro de uma mesma formalização espaço/temporal. Mas nessa zona de afetação, zona de turbulência, tudo ocorre de maneira instável, afetando as micro ações e micro pontuações do ator e esse, afetado, afeta o espectador, dentro da zona intensiva incorpórea gerada pelo encontro de corpos no ato cênico. Em seu estado atual, o espetáculo se encontra em uma zona de organização, mas essa mesma zona é suportada e entrelaçada por uma outra zona virtual de completa instabilidade, de forças que se entrecruzam, de devires moleculares e imperceptíveis que o habitam. Uma zona comum de vizinhança na qual as partículas dos corpos envolvidos entram em zona de vizinhança com partículas dos espectadores, criando uma zona de total turbulência que afeta a todos em micro percepções.

enquanto potência proporcionada pela imanência atual e virtual do corpo em zona de jogo ou de arte. Gera um acontecimento infinito na própria finitude do corpo ampliando-o a possibilidades múltiplas: os corpos em contaminação, todos em sua simples pequenez, infinita finitude, sem qualquer além, aquém, mas com um poder de criação, de autocriação. Presença como estar num presente do presente (Fabião, 2010), ou ainda, um presente que conjuga no mesmo terreno um ser e um estar: presença como serestar (Colla, 2006, 2013). Presença cênica como seresta de encontros, composição musical coletiva de afetos.

### **Bibliografia Citada**

- COLLA, A. C. *Caminhante, não há caminho. Só rastros*. São Paulo: FAPESP, Perspectiva, 2013.
- \_\_\_\_\_. *De minha Janela Vejo*. São Paulo: FAPESP, Editora Hucitec, 2006.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O que é Filosofia?*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Mil Platôs Capitalismo e Esquizofrenia*. vol. 4. São Paulo: editora 34, 1997.
- DELEUZE, G. *Francis Bacon, a lógica da sensação*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O que é Filosofia?*. São Paulo: editora 34, 1992.
- DELEUZE, G. e PARNET, C. *Diálogos*. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- ESPINOSA, B. *Ética*. Lisboa: Relógio D'água : 1992.
- FABIÃO, El. *Corpo Cênico, Estado Cênico*. Revista Contraponto, Univali, Santa Catarina, V. 10, 2010. <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/2256> . Acesso: 15/10/2012.
- FERRACINI, R. *A Arte de Não Interpretar como Poesia Corpórea do Ator*. São Paulo: FAPESP e Editora da UNICAMP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Café com Queijo: Corpo em Criação*. São Paulo: FAPESP e Editora Hucitec, 2006.
- GUMBRECHT, H. U. *Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2010
- PAVIS, P. *Dicionário de Teatro*. Trad. Maria Lúcia Pereira e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- ROLNIK, S. (Org.). *Uma terapeuta para tempos desprovidos de poesia. Lygia Clark, da obra ao acontecimento. Somos o molde, a você cabe o sopra*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2006.